ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 129

Brasília - DF, quinta-feira, 7 de julho de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Ciência e Tecnologia 7
Ministério da Cultura 8
Ministério da Defesa 8
Ministério da Educação 12
Ministério da Fazenda 14
Ministério da Justiça 28
Ministério da Previdência Social 36
Ministério da Saúde 36
Ministério das Cidades 47
Ministério das Comunicações 48
Ministério de Minas e Energia 54
Ministério do Desenvolvimento Agrário 59
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 61
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 61
Ministério do Meio Ambiente 62
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 63
Ministério do Trabalho e Emprego 63
Ministério dos Transportes 66
Conselho Nacional do Ministério Público 67
Ministério Público da União 70
Tribunal de Contas da União 80
Poder Judiciário 93
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 94

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 2º , 3º , 6º , 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28 e 36 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

"Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais." (NR)

"Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18." (NR)

"Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º -C;

III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;

V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;

VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e

VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

§ 1º As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

§ 2º O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei.

§ 3º A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome." (NR)

"Art. 12. .....

.....

II - cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional;

.....

IV - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar Estados, Distrito Federal e Municípios para seu desenvolvimento." (NR)

"Art. 13. .....

I - destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;

II - cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local;

.....

VI - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento." (NR)

"Art. 14. .....

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos de Assistência Social do Distrito Federal;

.....

VI - cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local;

VII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito." (NR)

"Art. 15. .....

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;

.....

VI - cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito." (NR)

"Art. 16. As instâncias deliberativas do Suas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:
.....

Parágrafo único. Os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições." (NR)

"Art. 17. .....
.....

§ 4º Os Conselhos de que tratam os incisos II, III e IV do art. 16, com competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica." (NR)

"Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput**, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, considera-se:

I - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas;

II - impedimentos de longo prazo: aqueles que incapacitam a pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.

§ 5º A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.

§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
....." (NR)

"Art. 21. .....
.....

§ 3º O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, entre outras, não constituem motivo de suspensão ou cessação do benefício da pessoa com deficiência.

§ 4º A cessação do benefício de prestação continuada concedido à pessoa com deficiência, inclusive em razão do seu ingresso no mercado de trabalho, não impede nova concessão do benefício, desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento." (NR)

"Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

§ 2º O CNAS, ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das 3 (três) esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo para cada criança de até 6 (seis) anos de idade.

§ 3º Os benefícios eventuais subsidiários não poderão ser cumulados com aqueles instituídos pelas Leis nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, e nº 10.458, de 14 de maio de 2002." (NR)

"Art. 23. Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O regulamento instituirá os serviços socioassistenciais.

§ 2º Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros:

I - às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

II - às pessoas que vivem em situação de rua." (NR)

"Art. 24. .....
.....

§ 2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 desta Lei." (NR)

"Art. 28. .....

§ 1º Cabe ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social nas 3 (três) esferas de governo gerir o Fundo de Assistência Social, sob orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social.
.....

§ 3º O financiamento da assistência social no Suas deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, devendo os recursos alocados nos fundos de assistência social ser voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política." (NR)

"Art. 36. As entidades e organizações de assistência social que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes foram repassados pelos poderes públicos terão a sua vinculação ao Suas cancelada, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal." (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.742, de 1993, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 6º -A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território."

"Art. 6º -B. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação.

§ 1º A vinculação ao Suas é o reconhecimento pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

§ 2º Para o reconhecimento referido no § 1º , a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - constituir-se em conformidade com o disposto no art. 3º ;

II - inscrever-se em Conselho Municipal ou do Distrito Federal, na forma do art. 9º ;

III - integrar o sistema de cadastro de entidades de que trata o inciso XI do art. 19.

§ 3º As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento integral, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

§ 4º O cumprimento do disposto no § 3º será informado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pelo órgão gestor local da assistência social."

"Art. 6º -C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei.

§ 1º O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§ 3º Os Cras e os Creas são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social."

"Art. 6º -D. As instalações dos Cras e dos Creas devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência."

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"Art. 6º -E. Os recursos do cofinanciamento do Suas, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo CNAS.

Parágrafo único. A formação das equipes de referência deverá considerar o número de famílias e indivíduos referenciados, os tipos e modalidades de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários, conforme deliberações do CNAS."

"Art. 12-A. A União apoiará financeiramente o aprimoramento à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Sistema Único de Assistência Social (Suas), para a utilização no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, destinado, sem prejuízo de outras ações a serem definidas em regulamento, a:

I - medir os resultados da gestão descentralizada do Suas, com base na atuação do gestor estadual, municipal e do Distrito Federal na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial;

II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, municipal e do Distrito Federal do Suas; e

III - calcular o montante de recursos a serem repassados aos entes federados a título de apoio financeiro à gestão do Suas.

§ 1º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Suas, aferidos na forma de regulamento, serão considerados como prestação de contas dos recursos a serem transferidos a título de apoio financeiro.

§ 2º As transferências para apoio à gestão descentralizada do Suas adotarão a sistemática do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família, previsto no art. 8º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e serão efetivadas por meio de procedimento integrado àquele índice.

§ 3º (VETADO).

§ 4º Para fins de fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e Distrito Federal, percentual dos recursos transferidos deverá ser gasto com atividades de apoio técnico e operacional àqueles colegiados, na forma fixada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de pessoal efetivo e de gratificações de qualquer natureza a servidor público estadual, municipal ou do Distrito Federal."

"Art. 24-A. Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos Cras, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. Regulamento definirá as diretrizes e os procedimentos do Paif."

"Art. 24-B. Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), que integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.

Parágrafo único. Regulamento definirá as diretrizes e os procedimentos do Paefi."

"Art. 24-C. Fica instituído o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Suas, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.

§ 1º O Peti tem abrangência nacional e será desenvolvido de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil, e tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos em situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

§ 2º As crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a devida identificação das situações de trabalho infantil."

"Art. 30-A. O cofinanciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais, no que couber, e o aprimoramento da gestão da política de assistência social no Suas se efetuam por meio de transferências automáticas entre os fundos de assistência social e mediante alocação de recursos próprios nesses fundos nas 3 (três) esferas de governo.

Parágrafo único. As transferências automáticas de recursos entre os fundos de assistência social efetuadas à conta do orçamento da seguridade social, conforme o art. 204 da Constituição Federal, caracterizam-se como despesa pública com a seguridade social, na forma do art. 24 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

"Art. 30-B. Caberá ao ente federado responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos."

"Art. 30-C. A utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização."

Art. 3º Revoga-se o art. 38 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de julho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Miriam Belchior
Tereza Campello

LEI Nº 12.436, DE 6 DE JULHO DE 2011

Veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É vedado às empresas e pessoas físicas empregadoras ou tomadoras de serviços prestados por motociclistas estabelecer práticas que estimulem o aumento de velocidade, tais como:

I - oferecer prêmios por cumprimento de metas por números de entregas ou prestação de serviço;

II - prometer dispensa de pagamento ao consumidor, no caso de fornecimento de produto ou prestação de serviço fora do prazo ofertado para a sua entrega ou realização;

III - estabelecer competição entre motociclistas, com o objetivo de elevar o número de entregas ou de prestação de serviço.

Art. 2º Pela infração de qualquer dispositivo desta Lei, ao empregador ou ao tomador de serviço será imposta a multa de R$ 300,00 (trezentos reais) a R$ 3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo único. A penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

I - se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos desta Lei;

II - nos casos de reincidência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de julho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Carlos Lupi

LEI Nº 12.437, DE 6 DE JULHO DE 2011

Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 791.....
.....

§ 3º A constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 6 de julho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Carlos Lupi
Luis Inácio Lucena Adams

LEI Nº 12.438, DE 6 DE JULHO DE 2011

Altera a Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS e dá outras providências, para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde - SUS ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de governo.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. O gestor do Sistema Único de Saúde, em cada esfera de governo, apresentará, trimestralmente, ao conselho de saúde correspondente e, respectivamente, em audiência pública, às câmaras de vereadores, às assembleias legislativas e às duas Casas do Congresso Nacional relatório circunstanciado referente a sua atuação naquele período.

Parágrafo único. O relatório deverá destacar, dentre outras, informações sobre montante e fonte de recursos aplicados, auditorias concluídas ou iniciadas no período e oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de julho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Alexandre Rocha Santos Padilha

Atos do Poder Executivo

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 7.512, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial da União - Edição Extra de 30 de junho de 2011, Seção 1)

No art. 14 do Anexo I,
onde se lê: "sejam adaptados para pessoas com deficiência, seja auditiva, de fala ou de locomoção,"

leia-se: "sejam adaptados para cada tipo de deficiência, seja auditiva, de fala e de locomoção,"

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 238, de 6 de julho de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".

Nº 239, de 6 de julho de 2011.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 189, de 2010 (nº 3.077/08 na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social".

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 3º do art. 12-A da Lei nº 8.742, de 1993, inserido pelo art. 2º do projeto de lei.

"§ 3º O montante total dos recursos destinados ao apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do Suas corresponderá a 10% (dez por cento) da previsão orçamentária total relativa ao cofinanciamento federal das proteções social básica e especial, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federado."

Razão do veto:

"A fixação de percentual específico destinado ao apoio à gestão dos serviços, programas, ações e projetos de assistência social prejudica a implementação do Índice de Gestão Descentralizada, que tem por objetivo incentivar a aplicação eficiente dos recursos, conforme o desempenho de cada ente federado."

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 240, de 6 de julho de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.436, de 6 de julho de 2011.

Nº 241, de 6 de julho de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.437, de 6 de julho de 2011.

Nº 242, de 6 de julho de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011.

Nº 243, de 6 de julho 2011. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar o "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional - Rio de Janeiro".

Nº 244, de 6 de julho 2011. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar o "Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável - PROHDUMS".

Nº 245, de 6 de julho 2011. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos".

Nº 246, de 6 de julho de 2011. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Nº 247, de 6 de julho de 2011. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador, decorrente da nomeação e posse do Ministro Luiz Fux no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Nº 248, de 6 de julho de 2011. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 6 DE JULHO DE 2011

Trata da uniformização dos requisitos necessários à emissão de certificados digitais de pessoas jurídicas para os condomínios edilícios.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso I do art. 1º do anexo I do Decreto nº 4.689, de 7 de maio de 2003, e pelo art. 1º da Resolução nº 33, do Comitê Gestor da ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004;

CONSIDERANDO a notícia da existência de procedimentos diversos adotados pelas Autoridades de Registro, no âmbito da ICP-Brasil, em relação aos requisitos necessários à emissão dos certificados digitais para os condomínios em edificações;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar tais entendimentos, sob pena de ferir o princípio constitucional da igualdade (CF/88, art. 5º, *caput*);

CONSIDERANDO que o DOC-ICP-05 estabelece, a partir do item 3.1.10.2, os requisitos imprescindíveis para a identificação de uma organização, entendimento esse também aplicável aos condomínios edilícios (L. 6.015/73, art. 167, inc. I, item 17), em face o disposto na IN/ITI nº , de 26 de novembro de 2010;

CONSIDERANDO a documentação elencada no referido DOC, no sentido de o ato constitutivo devidamente registrado ser requisito indispensável para a emissão do certificado digital de qualquer pessoa jurídica e, por extensão, aos entes equiparados, resolve:

Art. 1º Para fins de emissão do certificado digital de pessoa jurídica relativamente aos condomínios edilícios, é imprescindível a comprovação de seu ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 2º Entende-se como ato constitutivo o testamento, a escritura pública ou particular de instituição, ou mesmo a convenção emitida e registrada após a vigência do novo Código Civil (art. 1332 e *ss*), não bastando, para tal fim, quaisquer outros documentos, tais como o regimento interno, declarações emitidas pelos respectivos síndicos ou a ata de assembléia condominial.

Art. 3º A convenção de condomínio registrada anteriormente à vigência do novo Código Civil e a ata de eleição do síndico integram igualmente a documentação necessária à emissão do certificado.

Art. 4º Todos os requisitos relacionados à identificação dos condomínios edilícios seguirão o disposto no DOC-ICP-05.

Art. 5º Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 6 de julho de 2011

Entidade: AR RFB FUNCIONÁRIOS, vinculada à AC SERPRO RFB.
Processo nº: 00100.000016/2003-45

Acolhe-se a Nota nº 46/2011 - APG/PFE/ITI que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento de nova Instalação Técnica da AR RFB FUNCIONÁRIOS, denominada Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Novo Mundo, vinculada à AC SERPRO RFB, localizada na Rua Mato Grosso - Nº 689 - Centro - Mundo Novo-MS, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 3.2.1.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR BANCO NOSSA CAIXA, vinculada à AC IMESP RFB
Processo nº: 00100.000453/2005-21

Acolhe-se a Nota nº 104/2011 - PRCC/PFE/ITI, que opina pelo deferimento do pedido de descredenciamento da AR BANCO NOSSA CAIXA, vinculada à AC IMESP RFB, localizada na Rua Quitanda, 78-80, Centro, São Paulo- SP.

Entidade: AR FECOMÉRCIO RN, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA
Processo nº: 00100.000144/2011-07

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI - 082/2011 e consoante Parecer ICP 038/2011 - APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR FECOMÉRCIO RN, com instalação técnica situada na Avenida Alexandrino de Alencar - Nº 562 - 1º andar - Alecrim - Natal-RN, vinculada à AC CERTISIGN MÚLITPLA, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR PÓLO PARTICIPAÇÕES, vinculada à SERASA CD, AC SERASA RFB e AC SERASA JUS
Processos nºs :00100.000124/2011-28, 00100.000139/2011-96 e 00100.000143/2011-54

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI - 083/2011 e consoante Pareceres ICP 027, 031 e 037/2011 - APG/PFE/ITI, DEFIRO os pedidos de credenciamento da AR PÓLO PARTICIPAÇÕES, com instalação técnica situada na Avenida Conselheiro Furtado - Nº 3249 - Sala A - Bairro Cremação - Belém-PA, vinculada à SERASA CD, na cadeia da SERASA ACP, AC SERASA RFB, na cadeia da AC RFB e AC SERASA JUS, na cadeia da AC JUS, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CDL VITÓRIA, vinculada à SERASA CD, AC SERASA RFB e AC SERASA JUS
Processos nºs : 00100.000096/2011-49, 00100.000117/2011-26 e 00100.000101/2011-13

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI - 084/2011 e consoante Pareceres ICP 034, 039 e 040/2011 - APG/PFE/ITI, DEFIRO os pedidos de credenciamento da AR CDL VITÓRA, com instalação técnica situada na Avenida Governador Bley - Nº 155 - Edifício dos Lojistas - Centro - Vitória-ES, vinculada à SERASA CD, na cadeia da SERASA ACP, AC SERASA RFB, na cadeia da AC RFB e AC SERASA JUS, na cadeia da AC JUS, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 291, DE 1º DE JULHO DE 2011

A SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 42 do Decreto nº 7.392, de 13.12.2010, e:

Considerando o teor do artigo 1º da Lei Complementar nº 73, de 1993, que atribuiu a Advocacia-Geral da União a representação judicial e extrajudicial da União;

Considerando as disposições do art. 98 da Lei nº 10.707, de 2003, dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 4.950, de 2004, e da Instrução Normativa STN nº 02, de 2009, que estabelecem a Guia de Recolhimento da União - GRU como documento de arrecadação das receitas realizadas pelos órgãos, fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, com exceção das receitas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, recolhidas mediante a Guia de Previdência Social - GPS, e das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, recolhidas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF; e

Considerando o teor do Parecer nº 023/2011/RDA/DPP/PGU/AGU, de 18 de março de 2011 (Processo Administrativo nº 00405.000325/2011-09), que trata da arrecadação de créditos da União em decorrência da atuação institucional da Advocacia-Geral da União, mediante melhor registro, identificação e controle da recuperação de créditos promovida especialmente pela Procuradoria-Geral da União e seus órgãos de execução, resolve:

Art. 1º Estabelecer que os valores relativos a créditos da União, quando referentes à atuação judicial e extrajudicial da Advocacia-Geral da União, serão recolhidos em favor da União, por intermédio da Guia de Recolhimento da União - GRU, mediante utilização dos parâmetros e dos códigos de recolhimento, conforme Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º O preenchimento da GRU-Simples, para pagamento exclusivo no Banco do Brasil S/A, deve ocorrer da seguinte forma:

I- Acessar o endereço eletrônico http://www.tesouro.fazenda.gov.br/, o link GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO;

II- Preencher os campos UNIDADE GESTORA (UG) E GESTÃO, conforme Anexo II ou Anexo III (no caso de órgãos ou entidades extintos);

III- Preencher o campo CÓDIO DE RECOLHIMENTO, conforme Anexo I;

IV- Clicar em AVANÇAR, para acessar a tela seguinte;

V- Preencher o campo NÚMERO DE REFERÊNCIA com (1) o número do processo judicial, no caso de recolhimento quando existente processo judicial de cobrança ou execução, ou (2) com o número do processo administrativo, nas demais hipóteses;

VI- Preencher os campos COMPETÊNCIA (MM/AAAA) e VENCIMENTO (DD/MM/AAAA), conforme instruções constantes da decisão judicial ou do acordo administrativo ou, se necessário, instruções fornecidas pela unidade da Advocacia-Geral da União responsável pela condução do processo;

VII- Preencher os campos de VALORES na forma necessária para o correto recolhimento do crédito da União, ou de parcela deste, respeitadas as disposições legais, judiciais ou pactuadas; e

VIII- Clicar em EMITIR GRU, para obter o documento de recolhimento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º A GRU poderá ser emitida pelo próprio devedor, que se responsabilizará pelas conseqüências do preenchimento errôneo e recolhimento indevido, ou fornecida por Unidade da Advocacia-Geral da União.

Art. 4º Os depósitos judiciais em contas da Caixa Econômica Federal, considerando que esta entidade não efetua pagamentos mediante GRU-Simples, deverão ser convertidos em renda do Tesouro Nacional, por meio de Transferência Eletrônica de Disponibilidade (TED) ou Documento de Ordem de Crédito (DOC), conforme instruções a seguir:

I- Código do Banco: 001 - Banco do Brasil S/A;

II- Agência: 1607-1;

III- Conta Corrente: 170500-8;

IV- Identificador do Recolhimento: Código da Unidade Gestora + Código da Gestão + Código de Recolhimento/GRU sem o dígito verificador, no formato: XXXXXX00001YYYYY, sendo: XXXXXXX o Código da Unidade Gestora (ver Anexo I); 00001 o Código da Gestão Tesouro Nacional; YYYYY o código GRU, sem DV (ver Anexo II);

V- CNPJ da Unidade Gestora Favorecida: ver Anexo II ou Anexo III (no caso de órgãos ou entidades extintos).

Parágrafo único. O Identificador do Recolhimento (inciso IV acima) deverá ser preenchido nas primeiras dezesseis posições do campo NOME DO FAVORECIDO, no caso de DOC, ou deverá ser preenchido no campo CÓDIGO IDENTIFICADOR DA TRANSFERÊNCIA, no caso de TED.

Art. 5º As Unidades da Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União, quando solicitadas, deverão fornecer os Documentos-SIAFI (RA), referentes a recolhimentos efetuados mediante GRU, às Unidades da Advocacia-Geral da União responsáveis pela condução do processo.

Art. 6º As alterações das tabelas constantes dos Anexos I, II e III desta Portaria deverão ser divulgadas por COMUNICADOS da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DPOF/SGAA-GU).

Parágrafo único. No início de cada exercício financeiro, se necessário, as tabelas constantes dos Anexos I, II e III desta Portaria, deverão ser atualizadas por ato normativo.

Art. 7º A Coordenação de Contabilidade da Secretaria-Geral de Administração deverá adotar as cautelas técnicas para possibilitar a devida e imediata aplicação das disposições desta Portaria, inclusive o acesso aos códigos de recolhimento no endereço eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. A Coordenação de Contabilidade poderá ser contatada para sanar eventuais dúvidas, pelos telefones (61) 3105-8287, (61) 3105-8290 ou (61) 3105-8968 ou pelo correio eletrônico ccont.cgof@agu.gov.br.

Art. 8º As Unidades da Advocacia-Geral da União responsáveis pela condução dos processos em que serão efetuados recolhimentos deverão ter **especial atenção para evitar arrecadação indevida** em relação ao código "13904-1", que deixa de ser nomeado como "*AGU-Demais Indenizações*", passando a ser nomeado como "*AGU-Ônus Judiciais de Sucumbência - Demais*", o qual, portanto, deixa de ser utilizado como código genérico de arrecadação, passando a ser utilizado, apenas, para recolhimento de receitas relativas a ônus judiciais de sucumbência (exceto honorários advocatícios).

Art. 9º A Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União, em atuação coordenada com a Procuradoria-Geral da União, efetuará a ampla divulgação desta Portaria.

Art. 10. Ficam sem aplicação as orientações constantes do Comunicado nº 039 DOF/ SGAGU, de 21 de maio de 2007, e do Comunicado nº 058 - DOF/SGAGU, de 14 de junho de 2007, relativamente aos recolhimentos sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da União e seus órgãos de execução.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILDENORA BATISTA DANTAS MILHOMEM

ANEXO I

IDENTIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS GRU

CÓDIGO GRU	TÍTULO	DESCRIÇÃO
13800-2	AGU - Recuperação de Recursos-Diversos	Receita relativa ao recolhimento ou recuperação de recursos diversos devidos à União sem afetação a órgão específico.
13801-0	AGU - Multas e Sanções em Ação de Improb. ADM	Receita relativa à multa civil aplicada em ação de improbidade administrativa.
13802-9	AGU - Recuperação de Recursos - Demais Valores	Receita relativa à recuperação de créditos da União, exceto ação civil pública e de improbidade administrativa e execuções de decisões do TCU.
13804-5	AGU - Recuperação de Recursos - ACP/AIA	Receita relativa à recuperação de recursos em razão de ação civil pública e de improbidade administrativa.
13805-3	AGU - Recup. Recursos - Decisões TCU/CONVÊNIOS	Receita relativa à recuperação de recursos na execução de decisões do TCU, relativas à Convênios.
13806-1	AGU - Recup. Recursos - Decisões TCU/Demais Valores	Receita relativa à recuperação de recursos na execução de decisões do TCU, exceto Convênios.
13807-0	AGU - Multas Decorrentes de Decisões do TCU	Receita relativa à recuperação de créditos da União na execução de decisões do TCU, relativas à multas aplicadas.
13903-3	AGU - Honorários Advocatícios	Receita relativa ao recolhimento de honorários advocatícios em razão de decisão proferida em processo judicial em que tenha sido parte a União, representada por órgão da AGU, e/ou recolhimento pela parte vencida para ressarcimento das despesas de representação incorridas pela União nos processos judiciais. Refere-se a honorários judiciais onde figura como parte os órgãos da Administração Federal direta.
13904-1	AGU - Ônus Judiciais de Sucumbência- Demais	Receita relativa ao recolhimento de ônus judiciais de sucumbência (exceto honorários advocatícios) devidos em razão de sentença proferida em processo judicial em que tenha sido parte a União representada por órgão da AGU, com fundamento no art. 27 do CPC.

ANEXO II

CORRELAÇÃO CÓDIGO GRU X ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA

CÓDIGO GRU	ÓRGÃO	UNIDADE GESTORA	CNPJ DA UG
13800-2 13801-0 13903-3 13904-1	Advocacia-Geral da União	110060 / 00001	26.994.558/0001-23
13807-0	Tribunal de Contas da União	030001 / 00001	00.414.607/0001-18
13802-9 13804-5 13805-3 e 13806-1	Câmara dos Deputados	010001 / 00001	00.530.352/0001-59
	Senado Federal	020001 / 00001	00.530.279/0001-15
	Tribunal de Contas da União	030001 / 00001	00.414.607/0001-18
	Supremo Tribunal Federal	040001 / 00001	00.531.640/0001-28
	Conselho Nacional de Justiça	040003 / 00001	07.421.906/0001-29
	Superior Tribunal de Justiça	050001 / 00001	00.488.478/0001-02
	Conselho da Justiça Federal	090001 / 00001	00.508.903/0001-88
	Justiça Militar	060025 / 00001	00.497.552/0001-57
	Justiça Eleitoral	070026 / 00001	00.509.018/0001-13
	Justiça do Trabalho	080017 / 00001	00.509.968/0001-48
	Tribunal de Justiça do DF e Territórios	100001 / 00001	00.531.954.0001-20
	Ministério Público da União	200097 / 00001	26.989.715/0052-52
	Conselho Nacional do Ministério Público	590001 / 00001	11.439.520/0001-11
	Presidência da República	110005 / 00001	02.963.901/0001-04
	Vice-Presidência da República	110101 / 00001	00.894.355/0001-71
	Advocacia-Geral da União	110060 / 00001	26.994.558.0001-23
	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	130101 / 00001	00.396.895.0066-70
	Ministério das Cidades	560003 / 00001	05.465.986/0001-99
	Ministério da Ciência e Tecnologia	240102 / 00001	01.263.896/0002-45
	Ministério das Comunicações	410002 / 00001	00.394.437/0002-38
	Ministério da Cultura	420002 / 00001	01.264.142/0003-90
	Ministério da Defesa	110407 / 00001	03.532.535/0001-00
	Comando da Aeronáutica	120002 / 00001	00.394.429/0001-00
	Comando do Exército	160075 / 00001	00.394.452/0499-60
	Comando da Marinha	773001 / 00001	00.394.502/0338-24
	Ministério do Desenvolvimento Agrário	490002 / 00001	01.612.452/0001-97
	Ministério do Desen. Indústria e Comércio Exterior	280102 / 00001	00.394.478/0003-05
	Ministério do Desen. Social e Combate a Fome	550002 / 00001	05.756.246/0001-01
	Ministério da Educação	150014 / 00001	00.394.445/0002-84
	Ministério do Esporte	180002 / 00001	02.973.091/0001-77
	Ministério da Fazenda	170013 / 00001	00.394.460.0212-20
	Ministério da Integração Nacional	530002 / 00001	03.353.358/0001-96
	Ministério da Justiça	200094 / 00001	00.394.494/0095-16
	Ministério do Meio Ambiente	440002 / 00001	37.115.375/0002-98
	Ministério de Minas e Energia	320002 / 00001	37.115.383/0002-34
	Ministério da Pesca e Aquicultura	110008 / 00001	05.482.692/0001-75
	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	201002 /00001	00.489.828/0007-40
	Ministério da Previdência Social	330002 / 00001	00.394.528/0002-73
	Ministério das Relações Exteriores	240005 / 00001	00.394.536.0005-62
	Ministério da Saúde	250088 / 00001	00.394.544/0001-58
	Ministério do Trabalho e Emprego	380010 / 00001	37.115.367/0035-00
	Ministério dos Transportes	390002 / 00001	37.115.342/0002-48
	Ministério do Turismo	540001 / 00001	05.457.283/0001-19
	Controladoria-Geral da União	110174 / 00001	05.914.685/0001-03

ANEXO III

Código GRU	ÓRGÃO/ENTIDADE EXTINTO	UNIDADE GESTORA	CNPJ DA UG
13802-9, 13804-5, 13805-3 e 13806-1	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	200318/00001 DEPARTAMENTO DE EXTINÇÃO E LIQUIDAÇÃO	02.792.785/0001-8
	Ministério da Adm. Federal e Reforma do Estado		
	Ministério do Bem-Estar Social - MBES		
	Ministério da Infra-Estrutura		
	Ministério da Integração Regional - MIR		
	Ministério do Interior		
	SEPLAN - Secret. De Planej. e Coord./PR		
	SPE - Secretaria de Projetos Especiais		
	TOCANTINS - Estrada de Ferro Tocantins		
	AUTARQUIAS		
	DNOS - Depart. Nac.de Obras e Saneamento		
	IAA - Instituto do Açúcar e do Álcool		
	IBC - Instituto Brasileiro do Café		
	INAMPS - Inst.Nac.de Assist.Med. Prev. Soc.		
	INAN - Instituto Nac. de Alimentação e Nutrição		
	INDESP - Inst. Nacional do Desenv. do Desporto		
	SUDECO - Super. Desenv.Reg. Centro-Oeste		
	SUDESUL - Super. Desenv. da Reg. Sul		
	SUNAB - Sup. Nacional de Abastecimento		
	FUNDAÇÕES		
	CBIA - Fund. Cent.Bras. p/ Infanc. e Adolesc.		
	EDUCAR - Fund. Nac. p/Educ. Jovens/adultos		
	FAE - Fund. Assistência ao Estudante		
	FCB - Fund. do Cinema Brasileiro		
	FPS - Fund. das Pioneiras Sociais		
	LBA - Fund. Leg. Brasileira de Assistência		
	MUSEU DO CAFÉ - Fund. Museu do Café		
	Fund. Centro Tecnológico para Informática		

Fonte: MINISTÉRIO DOP PLANEJAMENTO (http://www.mp.gov.br/secretaria.asp?cat=445&sub=524&sec=5)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 209, DE 4 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais; e, CONSIDERANDO o teor do Processo Administrativo CDP nº 1168/2011, de 04.04.2011, que versa a respeito de apuração responsabilidade da empresa A.H.T. DOS SANTOS - ME (MARAJÓ VEÍCULOS) por descumprimento de obrigações decorrentes do contrato nº.13/2011 - locação de 01 (um) veículo, tipo automóvel van, com capacidade de 16 (dezesseis) passageiros, com motorista, com ar condicionado, movido a óleo diesel, com quilometragem livre, ano de fabricação 2010/2011; CONSIDERANDO ter sido assegurada à aludida empresa o direito ao contraditório e à ampla defesa, na forma da Lei, por meio da CARTA DIRPRE nº 208/2011, de 11.04.2011, sem que, contudo, a mesma tenha encaminhado qualquer manifestação à CDP; CONSIDERANDO o parecer SUPPRO/GERJUR nº 033/2011, de 03.06.2011, acolhido por esta Presidência; CONSIDERANDO o dever-poder da Administração de gerir a res publica, bem como o dever de zelar pela legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência administrativa, no uso das prerrogativas conferidas especialmente pela Lei nº 8.666/93; CONSIDERANDO ainda, os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vinculação ao instrumento convocatório; resolve: I- aplicar à empresa A.H.T. DOS SANTOS - ME a penalidade de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos; II - aplicar à empresa, multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação, que resulta em R$ 9.772,95 (nove mil, setecentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos); III - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

CARLOS JOSÉ PONCIANO DA SILVA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 2011

Defere pedido de isenção de cumprimento do requisito objeto do RBAC 121.344(c)(1) e (d)(1).

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso X, da citada Lei, e considerando o que consta do processo nº 60800.108547/2011-20, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 6 de julho de 2011,

DECIDE:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. e nos termos da Nota Técnica 02/2011/GCTA-SP/GGTA/SSO, o pedido de isenção parcial e temporária de cumprimento do requisito objeto do RBAC 121.344(c)(1) e (d)(1), relativos aos gravadores digitais de dados de voo dos aviões categoria transporte, para as aeronaves ATR 72-202 MSNs 523, 519, 450, 396, 365, 352, 316 e 192, observados os seguintes termos:

I - a isenção vigorará pelo prazo de 18 (dezoito) meses contados da data da entrega das aeronaves, a saber:

MSN	Marcas	Data da entrega da aeronave
523	PR-AZS	28.01.2011
519	PR-AZR	15.12.2010
450	PR-AZT	23.02.2011
396	PR-AZV	12.04.2011
365	PR-AZY	24.06.2011
352	PR-AZX	23.04.2011
316	PR-AZW	14.05.2011
192	PR-AZZ	08.07.2011

II - durante o período de vigência da isenção, a Empresa deverá cumprir o requisito de gravação de parâmetros especificado pelo EUROCAE ED 55.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Decisão nº 9, de 13 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2011, Seção 1, página 10; e

II - a Decisão nº 11, de 25 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2011, Seção 1, página 20.

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO
Diretor-Presidente Interino

DECISÃO Nº 77, DE 6 DE JULHO DE 2011

Renova a autorização operacional de sociedade empresária de táxi aéreo.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o que consta do processo nº 60800.062201/2011-78, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 6 de julho de 2011,

DECIDE:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo outorgada à sociedade empresária APUÍ TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 01.341.740/0001-54, com sede social no município de Manaus (AM).

Art. 2º A exploração do serviço autorizado somente poderá ser realizada de acordo com as especificações operativas aprovadas.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Decisão nº 126, de 30 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2006, Seção 1, página 8.

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO
Diretor-Presidente Interino

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 571, DE 6 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e considerando o disposto no art. 2º, § 3º, e art. 3º, § 3º, do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Fixar os limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção às Unidades deste Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, até dezembro, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

§ 1º Os limites, a que se refere o caput, incluem os fixados pela Portaria MAPA nº 221, de 21 de março de 2011.

§ 2º Entende-se por despesas com diárias, passagens e locomoção aquelas relativas aos elementos de despesa "14 - Diárias - Pessoal Civil", "15 - Diárias - Pessoal Militar" e "33 - Passagens e Despesas com Locomoção" e às Naturezas de Despesa "33903602 - Diárias a Colaboradores Eventuais no País", "33903603 - Diárias a Colaboradores Eventuais no Exterior" e "33903646 - Diárias a Conselheiros".

Art. 2º Os limites autorizados poderão ser alterados, ajustados, remanejados e ampliados, para execução das despesas relacionadas no art. 1º, mediante solicitação justificada da Unidade interessada, que inclua metas de contenção da despesa referida para o presente exercício.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER ROSSI

ANEXO I

FISCALIZAÇÃO E PODER DE POLÍCIA

LIMITES PARA EMPENHO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO EM 2011

R$ 1,00

Unidade	Até Dezembro
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	21.987.018
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC	463.124
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC	853.589
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	1.483.245
Total	24.786.976

Inclui as despesas relativas às subfunções 125, 603, 604, 665, exceto créditos extraordinários e recursos de doações e de convênios.

ANEXO II

DEMAIS DESPESAS

LIMITES PARA EMPENHO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO EM 2011

R$ 1,00

Unidade	Até Dezembro
Gabinete do Ministro - GM	260.704
Secretaria-Executiva - SE	2.734.922
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	284.527
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC	1.319.000
Instituto Nacional de Meteorologia - INMET	354.147
Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI	777.756
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE	152.505
Secretaria de Política Agrícola - SPA	791.159
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC	846.469
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	14.859.789
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	4.433.314
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ	347.550
Total	27.161.842

Inclui as demais despesas, exceto as relativas às subfunções 125, 603, 604, 665, créditos extraordinários e recursos de doações e de convênios.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 36, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares torna público aos interessados que tramitaram neste Serviço, os pedidos de proteção das cultivares de rosa (Rosa L.), denominadas Nirpgrek, Nirpyblo e Krirouge, protocolizados sob os números 21806.000078/2011-90, 21806.000079/2011-34 e 21806.000081/2011-11, respectivamente, apresentados pela empresa italiana Lux Riviera S.R.L. Os pedidos de proteção foram INDEFERIDOS, por não atenderem ao inciso V do Art. 3º da Lei 9.456, de 25 de abril de 1997. Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta Decisão.

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 87, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo nº 39 item XIV, do Anexo I da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa S D A nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21030.002455/2010-62, resolve:

Art. 1º - Renovar o credenciamento de número BR PA 165, da Empresa Exportadora de Madeira do Pará LTDA. CNPJ 04.988.598/0001-20, Inscrição Estadual 15.082360-6, localizada em Afuá-PA, no endereço Foz do Rio Marajozinho e Afuá, para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamento fitossanitário com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais e suas partes para executar os seguintes tratamentos:

-Tratamento Térmico (HT);

-Secagem em Estufa (KD)

Art. 2º - O credenciamento que trata esta Portaria terá validade por 05(cinco) anos podendo ser renovada mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Inspeção e Defesa Vegetal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEMIR CONCEIÇÃO CARVALHO TEIXEIRA

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 460, DE 6 DE JULHO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 18 e 27 do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, no art. 36 c/c o art. 50 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCT nº 01200.004049/2010-28, de 4 de outubro de 2010, resolvem:

Art. 1º Cancelar, por descumprimento das exigências estabelecidas no art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, a habilitação à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800, de 2001, concedida pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 842, de 14 de dezembro de 2001, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2001 e MCT/MDIC/MF nº 118, de 24 de março de 2003, publicada no DOU de 26 de março de 2003, à empresa então denominada Marconi Communications Telemulti Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 02.453.332/0001-57, cujo estabelecimento beneficiário dos incentivos foi incorporado pela empresa Ericsson Marconi Telecomunicações Ltda., CNPJ nº 07.757.193/0001-79, que se tornou assim sucessora dos direitos e obrigações relativos ao referido estabelecimento.

Art. 2º Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800, de 2001, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 452, DE 5 DE JULHO DE 2011

Altera o Anexo da Portaria nº 111, de 7 de março de 2008, para acrescer inciso ao seu art. 2º

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 111, de 7 de março de 2008, passa a vigorar nos termos do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO

POLÍTICA DE USO DO SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU-PAD

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, tem por objetivo estabelecer as regras e políticas de uso do Sistema para o gerenciamento das informações sobre os processos disciplinares instaurados no âmbito desta Pasta, consoante o disposto no Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e na Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, entende-se por:

I - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD: sistema disponibilizado pela Controladoria-Geral da União da Presidência da República, na internet, que visa registrar informações sobre processos disciplinares;

II - Órgão Cadastrador: unidade da Administração Direta ou Indireta do Ministério da Ciência e Tecnologia responsável pelo registro, no Sistema CGU-PAD, das informações sobre processos disciplinares instaurados, em curso ou encerrados.

III - Coordenador: servidor responsável pela gestão do Sistema CGU-PAD, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia;

IV - Coordenador-Adjunto: servidor responsável pela gestão do Sistema CGU-PAD, no âmbito das Unidades de Pesquisas e Entidades Vinculadas;

V - Administrador: servidor responsável pela concessão de acesso aos Usuários Cadastrador e Usuários Consulta no âmbito da Administração Central do Ministério da Ciência e Tecnologia, Unidades de Pesquisas e Entidades Vinculadas;

VI - Usuário Cadastrador (Perfil Cadastrador): servidor responsável pelo registro e consulta de informações no CGU-PAD no âmbito de seu órgão cadastrador; e

VII - Usuário Consulta (Perfil Consulta): servidor com direito de visualização das informações registradas referentes ao seu órgão cadastrador.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO DE INFORMAÇÕES

Art. 2º São objeto de registro no Sistema CGU-PAD, informações relativas aos seguintes procedimentos disciplinares, desde que instaurados no âmbito deste Ministério:

I - Procedimento Administrativo para Empregado Público (art. 3º da Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000);

II - Processo Administrativo Disciplinar (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990);

III - Rito Sumário (Lei nº 8.112/ 90);

IV - Sindicância "Servidor Temporário" (art. 10 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993);

V - Sindicância (Lei nº 8.112/ 90); e

VI - Sindicância Investigativa (Lei nº 8.112/90).

Art. 3º Serão obrigatoriamente registrados no Sistema CGU-PAD, os seguintes atos dos procedimentos disciplinares mencionados no art. 2º:

I - instauração;

II - prorrogação;

III - recondução;

IV - alteração de presidente de comissão disciplinar;

V - indiciamento;

VI - encaminhamento do processo para a autoridade julgadora;

VII - julgamento;

VIII - anulação, de natureza administrativa ou judicial;

IX - pedido de reconsideração e decorrente decisão;

X - interposição de recurso hierárquico e decorrente decisão; e

XI - instauração de processo de revisão.

Parágrafo único. As informações sobre os atos deverão ser registradas no Sistema CGU-PAD, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua ocorrência ou da data de sua publicação.

Art. 4º Para fins de registro das informações, o Usuário Cadastrador, deverá ser informado:

I - pela Autoridade Instauradora, dos dados do Ato de Instauração;

II - pela Comissão Processante, da data de encaminhamento a Autoridade Instauradora; e

III - pela Autoridade Julgadora, dos dados do julgamento.

Parágrafo único. Nos casos em que a decisão do procedimento disciplinar instaurado em Unidades de Pesquisas ou Entidades Vinculadas seja de competência de autoridade do Ministério da Ciência e Tecnologia, ficará a cargo do Usuário Cadastrador responsável no âmbito desta Pasta Ministerial o registro das informações referentes ao julgamento proferido.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência e Tecnologia, Coordenador do Sistema CGU-PAD, designar o Coordenador Substituto do Sistema CGU-PAD.

Art. 6º Compete, ainda, ao Coordenador do Sistema CGU-PAD, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia:

I - designar o Administrador do Sistema CGU-PAD, com o respectivo Administrador Substituto e posterior comunicação ao Corregedor Setorial do MCT, na Corregedoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União; e

II - indicar os servidores que serão usuário do Sistema CGU-PAD ao Administrador, gestor das

Senhas de acesso ao Sistema.

CAPÍTULO IV

DA HABILITAÇÃO DE ACESSO

Art. 7º As solicitações de acesso ao Sistema CGU- PAD deverão ser encaminhadas ao Administrador, ou ao Administrador Substituto, por meio de Conta de Correio Institucional.

Art. 8º A concessão de acesso ao Sistema CGU-PAD, ao servidor, necessita de prévia autorização do Coordenador do Sistema ou do Coordenador Substituto.

§ 1º - Deverão constar na autorização do Coordenador do Sistema: o nome do servidor, o CPF, o telefone, o e-mail e o perfil de acesso ao Sistema.

§ 2º - O acesso ao Sistema CGU-PAD poderá ser cancelado ou alterado de ofício ou por solicitação do servidor, mediante formalização ao Coordenador ou ao Coordenador Substituto.

Art. 9º Não será concedida permissão de acesso ao Sistema CGU-PAD aos funcionários terceirizados, contratados temporariamente ou estagiários.

CAPÍTULO V

DAS UNIDADES DE PESQUISAS E ENTIDADES VINCULADAS

Art. 10º Os Diretores das Unidades de Pesquisas do Ministério da Ciência e Tecnologia, a que se refere o inciso III do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006, deverão proceder a designação de Coordenadores-Adjuntos e posterior comunicação ao Corregedor Setorial do MCT, na Corregedoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União e ao Coordenador do Sistema CGU-PAD do MCT.

Art. 11º Os Presidentes das Entidades Vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a que se refere o inciso VI do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006, deverão proceder a designação de Coordenadores-Adjuntos, ouvidos os titulares das Unidades de Auditoria Interna, e posterior comunicação ao Corregedor Setorial do MCT na Corregedoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União e ao Coordenador do Sistema CGU-PAD do MCT.

Art. 12º Compete aos Coordenadores-Adjuntos das Unidades de Pesquisas e Entidades Vinculadas ao Ministério exercer, no âmbito de sua atuação, as mesmas atribuições do Coordenador do Sistema CGU-PAD do MCT.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º Deverão ser observados os prazos estabelecidos no art. 4º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, para o registro das informações relativas aos procedimentos disciplinares instaurados no âmbito do Órgão.

Art. 14º Os servidores que tenham acesso às informações registradas no Sistema, ou que delas façam uso, deverão zelar pela sua integralidade, disponibilidade e confidencialidade, observadas as disposições do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002.

Art. 15 O descumprimento das disposições da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, do Termo de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares, desta Política de Uso ou dos manuais do Sistema CGU-PAD, sujeitará os responsáveis às sanções previstas em lei.

Art. 16º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da presente Política de Uso serão dirimidos pelo Coordenador do Sistema CGU-PAD.

PORTARIA Nº 455, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCT nº 01200.000513/2011-98, de 9 de março de 2011, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Altus Sistemas de Informática S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 88.471.578/0001-77, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Produto 1: Controlador Programável.
Modelo: TB131.
Produto 2: Módulo Elétrico e Eletrônico de Controlador Programável.
Modelo: TB131.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 456, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCT nº 01200.005327/2010-64, de 29 de dezembro de 2010, que o produto, e respectivo modelo, descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Wx-BR Sistemas de Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 10.210.213/0001-00, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Aparelho transmissor com receptor incorporado, padrão 'Wimax' do tipo estação assinante.
Modelo: WXSS3510-OGW241.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 457, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCT nº 01200.005142/2010-50, de 17 de dezembro de 2010, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Asga S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 59.694.729/0001-58, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Aparelho emissor com receptor incorporado, de freqüência inferior ou igual a 15 GHz e taxa de transmissão inferior ou igual a 200 Mbit/s para redes sem fio.
Modelos: AW-2200-3A; AW-2200-3B.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 458, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCT nº 01200.000991/2011-06, de 25 de abril de 2011, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Leucotron Equipamentos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 18.149.211/0001-56, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Circuito impresso montado com componentes elétricos e eletrônicos para Central Privada de comutação telefônica.
Modelos: 15TDCASVR-1-P, 15DCASVR-1-R, 20TDCASVR-1-P, 20TDCASVR-1-R, 30TDCASVR-1-P, 30TDCASVR-1-R, 8MG-1-P, 8MG-1-R, 16MG-1-P, 16MG-1-R, 32MG-2-P, 32MG-2-R, 12RA4TA-1-R, 8TA-1P, CTRL-ACT-1-P, CTRL-ACT-1-R, CTRL-ACT-2-P, CTRL-ISION-1-P, CTRL-ISION-1-R, FON-1-P, FON-1-R, FON-2-P, FON-2-R, FON-3-P, FON-3-R, FON-4-P, DST-3-P, DST-4-R, 16MG-2-P, 16MG-2-R, 8RA-1-P.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 129, DE 5 DE JULHO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0062 - Não é Amor
Processo: 01580.003340/2011-32
Proponente: Cabra Vadia Cinema e Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.154.879/0001-51
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.904.966,93
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: R$ 1.809.718,58
Banco: 001- agência: 3100-3 conta corrente: 7560-4
Aprovado ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0072 - Os Tubarões de Copacabana
Processo: 01580.004717/2011-71
Proponente: Internacional - Produções de Cinema e Vídeo Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.964.663/0001-87
Valor total do orçamento aprovado: R$ 840.143,62
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 498.136,44
Banco: 001- agência: 0597-5 conta corrente: 28864-0
Aprovado ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0214 - Tamanho P
Processo: 01580.018187/2011-48
Proponente: Mirada Filmes Ltda. EPP
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.731.397/0001-45
Valor total do orçamento aprovado: R$ 108.185,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 102.775,75
Banco: 001- agência: 3071-6 conta corrente: 14344-8
Aprovado ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0215 - Aracati
Processo: 01580.018193/2011-03
Proponente: Mirada Filmes Ltda. EPP
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.731.397/0001-45
Valor total do orçamento aprovado: R$ 101.595,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 96.515,25
Banco: 001- agência: 3071-6 conta corrente: 14343-X
Aprovado ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0260 - A Descoberta de Orfeu
Processo: 01580.023694/2011-01
Proponente: Estação Elétrica Produção de Cinema e Vídeo Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 04.791.421/0001-39
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.250.803,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.188.262,85
Banco: 001- agência: 3537-8 conta corrente: 23290-4
Aprovado ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0117 - Rogéria - Frente e Verso
Processo: 01580.009618/2011-85
Proponente: Válvula Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.883.018/0001-41
Valor total do orçamento aprovado: R$ 581.293,60
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 552.228,92
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 21913-4
Aprovado ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0224 - Ivo Pitanguy: A Arquitetura do Corpo
Processo: 01580.019102/2011-49
Proponente: TV Zero Cinema Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 03.360.320/0001-40
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.627.863,37
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.546.470,20
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 37133-5
Aprovado ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
10-0618 - Sem Vereda Pro Inferno
Processo: 01580.057030/2010-57
Proponente: Filmes do Vale do Jequitinhonha Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 02.296.737/0001-29
Valor total do orçamento aprovado: R$ 3.083.105,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.927.700,00
Banco: 001- agência: 3494-0 conta corrente: 27904-8
Aprovado ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0229 - Do Lado de Fora
Processo: 01580.020017/2011-23
Proponente: Alexandre da S. Carvalho Audiovisual ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.045.517/0001-10
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.649.646,90
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.567.164,55
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 14105-4
Aprovado ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL

PORTARIA Nº 24, DE 6 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a prorrogação da vigência do Edital de Divulgação nº 01, de 08 de março de 2010 - 2º Prêmio ASAS.

A SECRETÁRIA DE CIDADANIA CULTURAL SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições legais e com base:

a) no Edital de Divulgação nº 01, de 08 de março de 2010 - 2º Prêmio ASAS - publicado no Diário Oficial da União, seção 3, de 09 de março de 2010, que tem a finalidade de premiar iniciativas dos Pontos de Cultura que apresentaram as melhores práticas de projetos apoiados pelos Editais nº 01/2004, 02/2005 e 03/2005, com seus convênios finalizados ou com todas as parcelas recebidas referentes ao convênio firmado;

b) no item 4.1 do Edital de Divulgação nº 01/2010 que fixa o prazo de validade de 12 (doze) meses, contados da publicação no Diário Oficial da União da homologação do resultado definitivo da seleção, podendo ser prorrogada por igual período, mediante decisão motivada;

c) na Portaria SCC/MinC nº 41, de 24 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2010, que tornou público a lista das entidades (Pontos de Cultura) que tiveram seus projetos selecionados pela Comissão de Avaliação do 2º Prêmio ASAS, resolve:

Art. 1º - Prorrogar a vigência do Edital de Divulgação nº 01/2010 para 22 de agosto de 2012.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA AFFONSECA ANDRADE MONTEIRO DE SOUZA

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 190/MB, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Estabelece metas globais de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE).

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, na Portaria nº 1.226, de 27 de julho de 2010, do Ministro da Defesa, e na Portaria nº 136/MB, de 26 de abril de 2011, deste Comando, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do quadro que a esta acompanha, as metas globais de desempenho institucional do Comando da Marinha, para o período de 1º de junho de 2011 a 31 de maio de 2012.

Art. 2º O resultado da avaliação de cumprimento das metas de desempenho institucional servirá para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), devida aos ocupantes de cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Almirante-de-Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA	META
Valorizar a atividade fim de cada Organização Militar (OM), com o propósito de efetivamente atender a respectiva missão.	Quantidade de Pessoal capacitado para desenvolver competências aplicáveis na OM.	(Quantitativo de pessoal submetido a ações de capacitação/efetivo da OM) x 100%.	50%
Aplicar os conceitos de gestão e empreendedorismo nas OM, a fim de obter maior produtividade e eficiência. Empregar ferramentas modernas de administração, aprimorando procedimentos e estimulando a cultura de inovação.	Resposta tempestiva das solicitações protocolizadas na OM.	(Nº de solicitações atendidas no prazo estipulado/ total de solicitações) x 100%.	90%
Desburocratizar a gestão da Marinha do Brasil (MB), em todos os níveis, estimulando a descentralização e a delegação de poderes, a fim de reduzir, ao mínimo indispensável, os expedientes, mensagens e relatórios.	Quantitativo de atos de delegação de competência de atribuições definidas nos documentos in-ternos das OM.	(Quantidade de atribuições delegadas/ quantidade de atribuições pré-vistas em Regimento Interno) x 100%.	20%
Racionalizar custos, combater o desperdício e otimizar recursos, em todos os níveis e atividades.	Aquisições efetuadas, conforme o planejamento do Programa Anual de Aplicação de Recursos (PAR).	(Quantidades de aquisi-ções/quantidade de aquisições previstas no PAR) x 100%.	80%
Implementar medidas que elevem o nível de satisfação profissional no âmbito da MB.	Utilização de instrumentos de incentivo e reconhecimen to pela eficiência no trabalho.	Utilização de pelo menos três instrumentos de incentivo e valorização do pessoal.	3

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

PORTARIA Nº 92/EMA, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB/2004, e de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto nº 96.000/1988, resolve:

Art. 1º Conceder autorização ao Navio de Pesquisa "A.R.A PUERTO DESEADO", de bandeira argentina, para realizar trabalhos de investigação científica em AJB, obedecendo à derrota previamente apresentada à Marinha do Brasil (MB).

Parágrafo único - O navio fica obrigado a aderir ao Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), conforme preconizado nas Normas da Autoridade Marítima para o Tráfego e Permanência de Embarcações em AJB - NORMAM-08/DPC. Qualquer alteração da derrota a ser cumprida em AJB deverá ser submetida à apreciação da MB.

Art. 2º A finalidade principal é a obtenção de perfis contínuos de temperatura e condutividade, mediante um CTD (Conductivity, Temperature and Depth) com a retirada de amostras de água em diferentes níveis, a coleta de dados superficiais de temperatura e salinidade ao longo da derrota, mediante um termosalinógrafo, medição de CO_2 e telemetria de dados, a fim de contribuir para o projeto Consórcio Internacional para o Estudo do Câmbio Global no Atlântico Sul.

Art. 3º A autorização a que se refere esta Portaria terá validade para o período de 1º a 14 de julho de 2011.

Art. 4º O navio de pesquisa mencionado no art. 1º terá a bordo, no período da pesquisa científica em AJB, um representante da MB, ao qual deverão ser concedidas todas as facilidades, inclusive o acesso aos documentos relativos às pesquisas e a todos os compartimentos do navio, com o propósito de permitir a fiscalização necessária dos serviços que serão executados. O representante da MB embarcará e desembarcará na cidade de Mar del Plata (Argentina).

Parágrafo único - O representante tem autoridade para impedir, em AJB, a coleta de dados fora do propósito e dos períodos especificados nos Art. 2º e 3º desta Portaria e a execução de pesquisa em derrota não prevista nos documentos previamente apresentados.

Art. 5º A instituição responsável pela pesquisa deverá fornecer à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) todos os dados, informações e resultados obtidos pela pesquisa realizada, dentro dos prazos previstos no Decreto nº 96.000/1988, encaminhando para a rua Barão de Jaceguai, s/nº, Ponta da Armação, Ponta D'Areia, Niterói, RJ, CEP 24048-900.

Art. 6º Para a remessa dos dados coletados, devem ser observados os aspectos técnicos e de documentação detalhados nas "ORIENTAÇÕES PARA A REMESSA DOS DADOS COLETADOS", que a esta acompanham.

Art. 7º O não cumprimento, pelas entidades interessadas, do estabelecido nesta Portaria implicará no cancelamento automático da presente autorização, respondendo as referidas entidades pelos prejuízos causados e ficando sujeitas, a critério do Governo Brasileiro, a terem recusadas futuras solicitações de pesquisa em AJB.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Almirante-de-Esquadra LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 125/DPC, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Celebra acordo de delegação de competência firmado entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA e a Sociedade Classificadora RINA BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no 156/MB, de 3 de junho de 2004 e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Celebrar acordo, que a esta acompanha, em consonância com o estabelecido nas Normas da Autoridade Marítima para "Reconhecimento de Sociedade Classificadora para atuar em nome do Governo Brasileiro" - NORMAM-06/DPC, aprovada pelo Portaria nº 104, de 16 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 4 de março de 2004, entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, neste ato representada pelo Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA, Diretor de Portos e Costas, e a Sociedade Classificadora RINA BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, neste ato representada pelo Senhor EDUARDO OLIVEIRA PIMENTA, Diretor-Técnico, com o propósito de delegar competência para essa Sociedade Classificadora atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

Art. 2º Os serviços para os quais são concedidos os reconhecimentos descritos no artigo anterior deverão ser executados em conformidade com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC e nas demais Normas da Autoridade Marítima, como em vigor.

Art. 3º Os reconhecimentos descritos nos artigos anteriores são válidos a partir de 24 de junho de 2011 até 23 de junho de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Revoga-se a Portaria nº 208, de 22 de dezembro de 2009, publicada no DOU de 4 de fevereiro de 2010.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

ANEXO

ACORDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA FIRMADO ENTRE AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA E RINA BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA

O presente ACORDO é celebrado em consonância com o estabelecido nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC e seus anexos, entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, neste ato representado pelo Vice-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Diretor de Portos e Costas, doravante referida como DPC, e o RINA BRASIL SERVIÇOS TECNICOS LTDA, neste ato representado pelo Sr. Eduardo Oliveira Pimenta, Diretor-Técnico, doravante referida como CLASSIFICADORA, com o propósito de delegar competência a essa CLASSIFICADORA para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

1 - Propósito

1.1 - O propósito deste ACORDO é delegar competência à CLASSIFICADORA para atuar em nome do Governo Brasileiro na implementação e fiscalização das Convenções e Códigos Internacionais e Normas Nacionais pertinentes, relativas à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental, doravante denominados INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

1.2 - A delegação de competência compreende a prestação de serviços, incluindo a realização de testes, medições, cálculos, vistorias, inspeções, auditorias ou qualquer outra verificação, em empresas de navegação, embarcações e estruturas marítimas, incluindo seus sistemas, equipamentos e instalações associadas e emissão, renovação e/ou endosso dos respectivos certificados, relatórios, licenças ou qualquer outro documento pertinente, nas condições estabelecidas a seguir, doravante denominados SERVIÇOS, dentro da abrangência estabelecida no Apêndice desse ACORDO.

2 - Condições Gerais

2.1 - Os SERVIÇOS deverão ser executados de acordo com o estabelecido nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, com ênfase na NORMAM-06/DPC, da Diretoria de Portos e Costas, como emendada, obedecendo a abrangência contida no Apêndice ao presente ACORDO.

2.2 - Os SERVIÇOS executados pela CLASSIFICADORA terão aceitação idêntica àqueles prestados pela própria DPC, desde que a CLASSIFICADORA mantenha o cumprimento das disposições estabelecidas nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

2.3 - Os SERVIÇOS deverão ser conduzidos, preferencialmente, por representantes exclusivos da CLASSIFICADORA. Entretanto, a CLASSIFICADORA poderá utilizar representantes não exclusivos ou firmas prestadoras de serviços cadastradas de acordo com os limites e condições estabelecidas na NORMAM-06/DPC.

2.4 - A realização de SERVIÇOS em nome da AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, não previstos no Apêndice ao presente ACORDO, deverá ser previamente autorizada pela DPC.

2.5 - A CLASSIFICADORA, seus funcionários, representantes e outros agindo em seu nome, estão autorizados, nos termos do presente ACORDO, a:

a) efetuar recomendações ou outras ações que sejam necessárias para assegurar que as características das embarcações, sistemas, equipamentos ou empresas correspondam com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

b) inspecionar, auditar ou vistoriar quaisquer itens a bordo ou nas empresas de navegação para assegurar o cumprimento e a manutenção das condições e requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

c) exigir a realização de reparos, testes, avaliações ou medições quando necessário para assegurar o cumprimento e a manutenção das condições e requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

d) cancelar a validade de um certificado e retirá-lo de bordo, quando julgar que a embarcação possui deficiências que comprometam a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete em sério risco de poluição ambiental;

e) quando o navio se encontrar no exterior, informar à Autoridade de Controle pelo Estado do Porto, o cancelamento da validade de qualquer certificado ou existência de qualquer deficiência que comprometa a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete em sério risco de poluição ambiental.

3 - Interpretações, Equivalências e Isenções.

3.1 - As interpretações necessárias para a aplicação dos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, bem como para a determinação de equivalência ou aceitação de outros requisitos em sua substituição, são prerrogativas da DPC.

3.2 - Qualquer isenção dos requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS é prerrogativa da DPC e deverá ser por ela autorizada antes da sua adoção pela CLASSIFICADORA.

4 - Informações

4.1 - A CLASSIFICADORA deverá reportar à DPC, com a maior brevidade possível, as seguintes informações:

a) Qualquer restrição ou condições essenciais relacionadas com a classificação, certificação, operação ou área de atuação de embarcações nacionais;

b) A suspensão, retirada, cancelamento ou alterações substanciais nas limitações operacionais, da classificação ou certificação dos navios nacionais por ela atendidos, juntamente com as razões que levaram a tomada dessa decisão;

c) Sempre que qualquer embarcação nacional for encontrada em operação com deficiências ou discrepâncias graves, tais que suas condições ou de seus equipamentos não correspondam substancialmente com o contido nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, e que na opinião da CLASSIFICADORA comprometam a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete em sério risco de poluição ambiental; e

d) A prorrogação de certificados estatutários, e as razões que as justificaram.

4.2 - A DPC terá garantido, livre de custos, acesso a todos os planos, documentos e informações relativas aos navios, estruturas marítimas ou empresas nacionais que estejam abrangidas no escopo deste ACORDO e afetas aos SERVIÇOS executados.

4.3 - As atividades e as informações relacionadas com o presente ACORDO deverão receber um tratamento confidencial, sempre que solicitado por qualquer uma das partes, excetuando-se os manuais, certificados e documentos que, por sua natureza, os INSTRUMENTOS APLICÁVEIS requeiram estar disponíveis às partes deste Acordo e a terceiros.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5 - Regras

5.1 - Sempre que sejam introduzidas alterações em suas regras próprias que afetem os SERVIÇOS executados pela CLASSIFICADORA, a mesma deverá contatar a DPC tão logo quanto possível, informando o escopo das alterações introduzidas.

5.2 - De maneira análoga, a DPC deverá informar à CLASSIFICADORA, tão logo quanto possível, o desenvolvimento de emendas aos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS que esteja realizando e que influenciem nos SERVIÇOS executados pela CLASSIFICADORA.

5.3 - A existência de qualquer conflito ou discrepância entre as regras da CLASSIFICADORA e os INSTRUMENTOS APLICÁVEIS deverá ser, assim que identificado por qualquer uma das partes, comunicada imediatamente a outra parte. Ambas as partes deverão envidar esforços no sentido de eliminar as diferenças e/ou estabelecer procedimentos para compatibilizar a aplicação dos requisitos de forma unificada.

5.4 - Os Certificados relativos às Convenções e Códigos Internacionais emitidos em nome do Governo Brasileiro deverão ser elaborados em inglês e português. Os demais certificados poderão ser emitidos apenas em português.

5.5 - Os regulamentos, regras, instruções e relatórios poderão ser elaborados em inglês e/ou português, contudo, as regras e relatórios das vistorias relativas à navegação interior deverão ser obrigatoriamente escritas em português.

6 - Supervisão

6.1- A DPC efetuará auditorias e inspeções programadas na CLASSIFICADORA com o objetivo de verificar sua conformidade com os procedimentos e requisitos constantes nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS que a CLASSIFICADORA está reconhecida para implementar e fiscalizar em nome da DPC.

6.2 - A DPC poderá realizar inspeções inopinadas para verificar como os SERVIÇOS executados pela CLASSIFICADORA estão sendo efetivamente conduzidos, de modo a garantir o controle das embarcações nacionais e avaliar o trabalho desenvolvido pela CLASSIFICADORA.

7 - Remuneração

A remuneração dos SERVIÇOS realizados pela CLASSIFICADORA, será cobrada diretamente pela CLASSIFICADORA à parte que tiver solicitado seus serviços.

8 - Responsabilidade

8.1- Se em decorrência de qualquer deficiência ou irregularidade nos SERVIÇOS executados pela CLASSIFICADORA que, de acordo com decisão judicial, tenha sido causada por ato ou omissão em que fique caracterizado dolo por parte da CLASSIFICADORA, seu corpo técnico, responsáveis, funcionários, vistoriador ou representante não exclusivo, firmas prestadoras de serviços ou qualquer outro que tenha atuado em seu nome, resultar em responsabilidade final e definitiva imposta à Autoridade Marítima Brasileira, a DPC estará no direito de reclamar e receber, em nome Autoridade Marítima Brasileira, a sua total compensação por parte da CLASSIFICADORA.

8.2- Se em decorrência de qualquer deficiência ou irregularidade nos SERVIÇOS executados pela CLASSIFICADORA que, de acordo com decisão judicial, tenha sido causada por ato ou omissão em que fique caracterizada imprudência, negligência ou imperícia por parte da CLASSIFICADORA, seu corpo técnico, responsáveis, funcionários, vistoriador ou representante não exclusivo, firmas prestadoras de serviços ou qualquer outro que tenha atuado em seu nome, resultar em responsabilidade final e definitiva por perdas e danos imposta à Autoridade Marítima Brasileira, a DPC estará no direito de reclamar e receber , em nome Autoridade Marítima Brasileira, a sua total compensação por parte da CLASSIFICADORA até o limite da responsabilidade financeira definida nos termos e condições padrões empregados pela CLASSIFICADORA nos contratos com os contratantes dos serviços previstos no presente ACORDO.

8.3 - Se a Autoridade Marítima Brasileira for citada ou esteja na expectativa de ser citada a responder pela responsabilidade mencionada nos dois itens anteriores, a CLASSIFICADORA deverá ser informada imediatamente. Com esse propósito, a DPC deverá enviar todas as reclamações, documentos e demais informações relevantes para a CLASSIFICADORA que poderá, se assim desejar, solicitar a Autoridade Marítima Brasileira que o patrocínio da causa seja efetuado por advogado de sua escolha e custas, desde que o faça ainda dentro do prazo para contestar a medida judicial que lhe é movida.

8.4 - A Autoridade Marítima Brasileira não efetuará qualquer conciliação que envolva a responsabilidade citada nos três itens acima, sem que haja o consentimento da CLASSIFICADORA.

9 - Disposições Finais

9.1 - Se o ACORDO for quebrado por uma das partes, a outra parte deverá notificá-la, por escrito, informando a irregularidade e solicitando as correções necessárias. A parte notificada deverá efetuar as correções no prazo de até três (3) meses a partir da data de recebimento da notificação, findo o qual a outra parte terá o direito de rescindir o ACORDO imediatamente.

9.2 - Este ACORDO poderá ser rescindido por interesse de qualquer uma das partes, doze (12) meses após notificação por escrito da parte interessada na rescisão.

9.3 - Qualquer emenda aos termos deste ACORDO ou aos seus anexos somente será tornado efetivo após a concordância por escrito de ambas as partes.

10 - Vigência e Validade

Este ACORDO entra em vigor em 24 de junho de 2011, e tem validade de 5 anos a partir dessa data.

11 - Legislação e Foro de Discussão.

Este Acordo é regido pelas leis nacionais brasileiras. Qualquer questão relativa a este Acordo que não possa ser resolvida através de negociação direta entre as partes, deverá ser solucionada por arbítrio, de acordo com a legislação brasileira e, finalmente, atendendo às Regras de Conciliação e Arbitragem da Câmara Internacional do Comércio, no foro desta Cidade do Rio de Janeiro.

Em fé do acordado, os abaixo assinados devidamente autorizados pelas partes, assinam o presente ACORDO em 22 de junho de 2011.

ABRANGÊNCIA DO ACORDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ENTRE A AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA E O RINA BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA

I - TIPO DE EMBARCAÇÃO

Sem restrições.

II - RELAÇÃO DE SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO DE MAR ABERTO

a) Certificados:

A CLASSIFICADORA está autorizada a emitir e endossar os certificados iniciais ou de renovação abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, inspeções, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

1)Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM 01/DPC);

2)Certificado Internacional de Arqueação (TONNAGE 69);

3)Certificado Nacional de Borda-Livre (NORMAM 01/DPC);

4)Certificado Internacional de Borda Livre (LL 66);

5)Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM 01/DPC);

6)Certificado de Segurança para Navios de Passageiros (SOLAS 74);

7)Certificado de Segurança de Construção para Navios de Carga (SOLAS 74);

8)Certificado de Segurança de Equipamento para Navios de Carga (SOLAS 74);

9)Certificado de Segurança Rádio para Navios de Carga (SOLAS 74);

10)Certificado Internacional para Prevenção da Poluição por Óleo (MARPOL 73/78);

11)Certificado de Prevenção da Poluição para Transporte de Substâncias Nocivas Líquidas à Granel (MARPOL 73/78);

12)Certificado Internacional para Prevenção da Poluição por Esgoto Sanitário (MARPOL 73/78);

13)Certificado Internacional de Prevenção da Poluição do Ar (MARPOL 73/78);

14)Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos à Granel (BCH Code);

15)Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos à Granel (IBC Code);

16)Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos à Granel (IGC Code);

17)Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos à Granel (GC Code);

18)Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos à Granel (Existing Ships Code);

19)Documento de Conformidade (ISM Code);

20)Certificado de Gerenciamento de Segurança (ISM Code);

21)Certificado de Segurança para Embarcações de Alta Velocidade (HSC Code);

22)Certificado de Conformidade para Navios de Apoio Marítimo (Resolução A-673(16) da IMO e MARPOL 73/78);

23)Certificado de Tração Estática (NORMAM 01/DPC);

24)Certificado Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code); e

b) Documentos

A CLASSIFICADORA está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, inspeções, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

a)Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM 01/DPC);

b)Documento de Autorização para Transporte de Grãos (SOLAS 74);

c)Documento de Conformidade para o Transporte de Mercadorias Perigosas (SOLAS 74 Regra II-2/19);

d)Manual de Peiação de Carga (SOLAS 74);

e)Manual de Carregamento de Grãos (SOLAS 74);

f)Notas para Arqueação de Embarcações (NORMAM-01/DPC);

g)Relatório de Avaliação da Condição de Navios Graneleiros e Petroleiros enquadrados na Resolução A-744(18) da IMO (Enhanced Programme of Inspections);

h)Plano de Emergência para Prevenção da Poluição por Óleo (MARPOL 73/78);

i)Plano de Gerenciamento de Lixo (MARPOL 73/78);

j)Manual de Operações e Equipamento para COW (MARPOL 73/78);

k)Manual de Operação de Tanque de Lastro Limpo Dedicado (MARPOL 73/78);

l)Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria);

m)Relatórios de Prova de Inclinação e Medição de Porte Bruto;

n)Documento de Verificação e Aceitação de Navios de Posicionamento Dinâmico (MSC/Circ 645 da IMO);

o)Manual de Operação de Unidades Estacionárias de Produção, Armazenagem e Transferência de Óleo (NORMAM-01/DPC); e

p)Documento de Verificação de Projeto de Construção de Navios de Apoio Marítimo, conforme os requisitos da Resolução A.469(12), da IMO.

c) Vistorias

A CLASSIFICADORA está autorizada, além das vistorias pertinentes aos SERVIÇOS especificados nos itens a) e b) acima, a efetuar Vistoria de Condição Estrutural em Navios Graneleiros, construídos há mais de 18 anos, para carregamento de granéis sólidos de peso específico maior que 1,8 t/m^3 (NORMAM-04/DPC).

III - Relação dos SERVIÇOS autorizados na Navegação Interior

a)Certificados

A CLASSIFICADORA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, inspeções, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

1)Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-02/DPC);

2)Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-02/DPC);

3)Certificado Nacional de Borda Livre (NORMAM-02/DPC);

4)Certificado de Borda Livre para Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-02/DPC);

5)Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-02/DPC);

6)Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos à Granel (BCH Code);

7)Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos à Granel (IBC Code);

8)Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos à Granel (IGC Code);

9)Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos à Granel (GC Code);

10)Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos à Granel (Existing Ships Code);

11)Certificado de Segurança para Embarcações de Alta Velocidade (HSC Code);

12)Certificado de Tração Estática (NORMAM-02/DPC); e

13)Certificado de Conformidade para o Transporte a Granel de Combustíveis Líquidos, Derivados de Petróleo e Álcool na Bacia do Sudeste (NORMAM-02/DPC).

d) Documentos

A CLASSIFICADORA está autorizada a emitir e endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, inspeções, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

1)Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM 02/DPC);

2)Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria);

3)Notas para Arqueação de Embarcações (NORMAM-02/DPC);

4)Relatórios de Prova de Inclinação e de Medição de Porte Bruto; e

5)Manual de Operação de Unidades Estacionárias de Produção, Armazenagem e Transferência de Óleo (NORMAM-02/DPC).

Rio de janeiro, 22 de junho de 2011

PORTARIA Nº 131/DPC, DE 5 DE JULHO DE 2011

Credencia a empresa Shelter Cursos e Consultoria em Proteção e Segurança Marítima Ltda. para ministrar o Curso de Coordenador de Proteção da Companhia (CCPC).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar a Empresa Shelter Cursos e Consultoria em Proteção e Segurança Marítima Ltda. para ministrar o Curso de Coordenador de Proteção da Companhia (CCPC), previsto na NORMAM-24 - (1ª Revisão), com certificação vinculada à Capitania dos Portos do Rio de Janeiro

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 30 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 133/DPC, DE 5 DE JULHO DE 2011

Cancela definitivamente Certificado de Habilitação de Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 03 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4° da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1° Cancelar definitivamente o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem de Fazendinha (AP)/Itacoatiara (AM) - ZP-01 do Sr. DOUGLAS PAULO MENDES DE OLIVEIRA, de acordo com o previsto na alínea o), do item 0224 (afastamento definitivo para ser Prático em outra ZP), combinado com a subalínea 6), da alínea a), do item 0236 (afastamento definitivo por decisão do Prático), das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovada pela Portaria n° 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2011.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 134/DPC, DE 5 DE JULHO DE 2011

Cancela definitivamente Certificado de Habilitação de Prático

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 03 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4° da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1° Cancelar definitivamente o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem de Fazendinha (AP)/Itacoatiara (AM) - ZP-01 do Sr. RODOLFO RANIEIRI POMBO, de acordo com o previsto na alínea o), do item 0224 (afastamento definitivo para ser Prático em outra ZP), combinado com a subalínea 6), da alínea a), do item 0236 (afastamento definitivo por decisão do Prático), das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovada pela Portaria n° 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2011.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DE 14 DE JULHO DE 2011 (QUINTA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 22.733/2007 - Acidente da navegação envolvendo as embarcações "COPACABANA", "GRABISE" e "REI TOMAS", ocorrido nas proximidades do cais do Shopping Pirata's Mall, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 2006.
Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Marco Simoni
Advogado : Dr. Carlos Eduardo Campos Elia
: Eufrásio Cipriano Feitosa (Proprietário) e
: Carlos Ivan Simas (Mestre)
Advogado : Dr. Amintas Cardoso dos Santos
Nº 24.051/2009 - Embargos Infringentes Nº 04/2011, datado de 05NOV2010.
Acidente da navegação envolvendo a LM "ZEUS I" e a LM "PILOT 07", ocorrido na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Embargante : Antonio da Costa Nascimento (Comandante)
Advogado : Dr. José Washington Castro Freire
Embargada : Decisão do Tribunal Marítimo de 21OUT2010.
Representados : José Cláudio Alves Silva (Mestre)
Advogada : Drª Ana Figueiredo
: Antonio da Costa Nascimento (Comandante)
Advogado : Dr. José Washington Castro Freire
Nº 24.379/2009 - Acidente da navegação envolvendo o batelão "ECOLÓGICO PRIMEIRO", de bandeira espanhola, e a draga "VITRUVIUS", de bandeira luxemburguesa, ocorrido no porto de Celulose, Aracruz, Espírito Santo, em 15 de setembro de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Leonardo Manuel Segade Aviles (Comandante)
Advogada : Drª Suzana de Queiroz Alves (DPU/RJ)
Nº 24.523/2009 - Acidente da navegação envolvendo o BM "ASTRO I", ocorrido no porto de Paranaguá, Paraná, em 05 de outubro de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Rui dos Santos Alves Júnior (Condutor) - Revel
Nº 23.612/2008 - Fato da navegação envolvendo uma canoa sem nome, não inscrita, e dois passageiros, ocorrido no lago Mamiá, Coari, Amazonas, em 19 de setembro de 2007.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Manoel do Carmo Rodrigues Pinto
Advogado : Dr. Daniel Pheula Cestari (DPU/AM)
Nº 23.334/2008 - Fato da navegação envolvendo um mergulhador, durante atividades de mergulho na Usina Hidrelétrica de Itá, Santa Catarina, ocorrido em 14 de março de 2006.
Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Carlos Benedito Pereira (Técnico de Mergulho)-Revel
: CEAQUA Atividades Subaquáticas Ltda. - Revel
: Tractebel Energia S/A
Advogada : Drª Cinara Raquel Roso
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 4 de julho de 2011.

COMANDO DO EXÉRCITO
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 398, DE 6 DE JULHO DE 2011

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, combinado com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e de acordo com o que propõe a Secretaria-Geral do Exército, resolve:

CONCEDER a Medalha Militar de Platina com Passador de Platina, criada pelo Decreto nº 4.238, de 15 de novembro de 1901, nos termos do Decreto nº 39.207, de 22 de maio de 1956, com a redação dada pelo Decreto nº 70.751, de 23 de junho de 1972, ao General-de-Exército (035139890-4) JOSÉ CARLOS DE NARDI, por haver completado, em 25 de junho de 2011, cinquenta anos de bons serviços prestados nas condições exigidas pela Portaria nº 322, do Comandante do Exército, de 18 de maio de 2005.

Gen.-Ex. ENZO MARTINS PERI

PORTARIA Nº 399, DE 6 DE JULHO DE 2011

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, combinado com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e de acordo com o que propõe a Secretaria-Geral do Exército, resolve:

CONCEDER a Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina, criada pelo Decreto nº 4.238, de 15 de novembro de 1901, nos termos do Decreto nº 39.207, de 22 de maio de 1956, com a redação dada pelo Decreto nº 70.751, de 23 de junho de 1972, ao General-de-Divisão (028818011-0) ADERICO VISCONTE PARDI MATTIOLI, por haver completado, em 11 de março de 2011, quarenta anos de bons serviços prestados nas condições exigidas pela Portaria nº 322, do Comandante do Exército, de 18 de maio de 2005.

Gen.-Ex. ENZO MARTINS PERI

PORTARIA Nº 400, DE 6 DE JULHO DE 2011

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, combinado com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e de acordo com o que propõe a Secretaria-Geral do Exército, resolve:

CONCEDER a Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina, criada pelo Decreto nº 4.238, de 15 de novembro de 1901, nos termos do Decreto nº 39.207, de 22 de maio de 1956, com a redação dada pelo Decreto nº 70.751, de 23 de junho de 1972, ao General-de-Brigada (028819741-1) PAULO HUMBERTO CESAR DE OLIVEIRA, por haver completado, em 19 de fevereiro de 2011, quarenta anos de bons serviços prestados nas condições exigidas pela Portaria nº 322, do Comandante do Exército, de 18 de maio de 2005.

Gen.-Ex. ENZO MARTINS PERI

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
12ª REGIÃO MILITAR

DESPACHOS DECISÓRIOS DO ORDENADOR DE DESPESAS

Em 1º de julho de 2011

Processo Administrativo nº 004/2011 - OD-PA/12 RM.

O ORDENADOR DE DESPESAS DA 12ª REGIÃO MILITAR, no exercício do dever de decidir previsto no Art. 48 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, após analisar os autos do Processo Administrativo nº 004-OD-PA/2011, que trata do descumprimento de cláusulas editalícias por parte da empresa CAMPESCA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS, CNPJ 05.195.619/0001-12, no tocante à especificação correta da marca do produto a ser entregue que lhe foi adjudicado nos Pregões Eletrônicos SRP Nr 024 e 055/2010-SALC/12, determinou a adoção da seguinte medida administrativa:

Advertir no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) a empresa CAMPESCA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS, CNPJ 05.195.619/0001-12, por ter fornecido itens do Quantitativo de Subsistência, que não atendem as especificações da Port. Nº 01, do Departamento Logístico, de 05 de dezembro de 2008, que aprova o Catálogo de Especificações dos Artigos de Subsistência (CEAS), quanto à especificação correta da marca do produto a ser entregue, o qual lhe foi adjudicado nos Pregões nº 024 e 055/2010, deste Comando.

Processo Administrativo nº 006/2011 - OD-PA/12 RM.

O ORDENADOR DE DESPESAS DA 12ª REGIÃO MILITAR, no exercício do dever de decidir, previsto no Art. 48 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, após analisar os autos do Processo Administrativo nº 006-OD-PA/2011, que trata do descumprimento de cláusulas editalícias, por parte da empresa AKE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ 00.749.211/0001-21, por ter fornecido itens do Quantitativo de Subsistência de marca diferente da especificada no contrato, os quais apresentaram condições higiênicas sanitárias insatisfatórias e que lhe foram adjudicados no Pregão Eletrônico SRP Nr 055/2010-SALC/12, determinou a adoção da seguinte medida administrativa:

- multar em 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, a empresa AKE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ 00.749.211/0001-21, pela inexecução total do contrato, conforme a letra b) do nº 2, do contrato nº 051/2010 - 12ª RM, de 30 de novembro de 2010, e o previsto no Inciso II, do Art. 87, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, pelos motivos abaixo especificados:

- por ter fornecido itens do Quantitativo de Subsistência, de marca diferente da especificada no contrato, os quais apresentaram condições higiênicas sanitárias insatisfatórias e com contaminação por microrganismos causadores de toxinfecção alimentar, que não atenderam as especificações da Port. Nº 01, do Departamento Logístico, de 05 de dezembro de 2008, que aprova o Catálogo de Especificações dos Artigos de Subsistência (CEAS), quanto à especificidade e qualidade dos gêneros alimentícios, os quais lhe foram adjudicados no Pregão nº 055/2010 deste Comando;

- por ter solicitado, em 05 de abril de 2011, o cancelamento dos empenhos Nr 2011NE800049 e 2011NE800059, demonstrando com essa manifestação a intenção de desistir da entrega dos gêneros alimentícios, que lhe foram adjudicados no respectivo pregão;

- por ter provocado a quebra do fluxo logístico de abastecimento;

- por ter promovido o desabastecimento das Organizações Militares da Amazônia Ocidental, em destaque as sediadas na linha de fronteira;

- por ter descumprido o contrato; e

- por ter causado transtornos administrativos para reversão da problemática.

Cel. GILBERTO DOS ANJOS SANTOS JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIAS DE 5 DE JULHO DE 2011

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria 0618/2011, de 10/06/2011, publicada no Diário Oficial da União de 13/06/2011, resolve:

Nº 811 - aplicar as penas de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 06 (seis) meses, cumulada com multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor da parte inadimplida do contrato, e multa de mora de 4,7% (quatro vírgula sete por cento) sobre a parte adimplida deste, representado pela Nota de Empenho nº 2010NE904805, à empresa FLORALLI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com sede à Av. Aldebram Brasil, nº 706, sala 02, Bairro Morro das Pedras, Imbituva, PR, CEP 84430-000, inscrita no CNPJ 10.923.194/0001-50, pela inexecução parcial e mora no cumprimento das obrigações assumidas através do contrato mencionado, bem como a rescisão da parte inadimplida (item 11), tudo com fundamento nos subitens 12.1, 12.1.6, 12.2, 12.2.1 e 12.2.2 do Edital de Pregão Eletrônico nº 701/2010, e art. 9º da Lei 10.520/02 c/c art. 79 (inciso I) da Lei 8.666/93, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando ainda, o registro das punições e descredenciamento junto ao SICAF, de acordo com o subitem 12.5 do Edital. (Processo 016142/2010)

Nº 812 - aplicar as penas de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 01 (um) ano, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor do item 01 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 046/2011, bem como seu cancelamento, à empresa COMERCIAL T.S.C.K. ARAÚJO LTDA, com sede à Rua Dr. Milton Bandeira, nº 380, loja 219, Centro, Viçosa, MG, CEP 36570-000, inscrita no CNPJ 05.662.344/0001-80, face à recusa em assinar a Ata de Registro de Preços, tudo com fundamento no art. 28 do Decreto 5.450/2005 c/c subitem 12.11 do Edital Mencionado, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando ainda, o seu descredenciamento junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, como dispõe o parágrafo único do art. 28 do Decreto 5.450/2005. (Processo 015760/2010)

DEMETRIUS DAVID DA SILVA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, neste ato como Presidente do Conselho Superior, órgão de caráter consultivo e deliberativo da Administração Superior, no uso de suas atribuições conferidas pelo § 3º do Art. 10 da Lei n.º11.892, de 29.12.2008 e art. 12 do Regimento Geral do IFAM; CONSIDERANDO o processo originado através do nº. 23042.000433/2011-35, e finalizado com apresentação do resultado do processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Diretor-Geral do Campus Manaus - Zona Leste, conforme Memo. nº. 013/CE/CMZL/2011, datado de 29 de junho de 2011 e anexos; CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 6.986, de 20 de outubro de 2009 e Portaria GAB/MEC nº. 711, de 1º de junho de 2011; CONSIDERANDO o parecer favorável do conselheiro-relator Jorge Nunes Pereira, e por unanimidade, foi aprovada a homologação de acordo com o parecer do relator, em sessão realizada nesta data, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha ao cargo de Diretor-Geral do Campus Manaus - Zona Leste, conforme resultado abaixo demonstrado:

I - Antonio Ribeiro da Costa Neto - 167 votos - 28,38%;
II - Aldenir de Carvalho Caetano - 469 votos - 46,01%;
III - Paulo Ramos Rolim - 115 votos - 8,67%.

Art. 2º Declarar eleito ao Cargo de Diretor-Geral do Campus Manaus - Zona Leste o candidato ALDENIR DE CARVALHO CAETANO.

Art. 3º Autorizar ao Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, quanto às providências que se fizerem necessárias, ao cumprimento do referido processo.

JOÃO MARTINS DIAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.331, DE 5 DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 249, de 17 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2011, seção 02, página 02, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o Art. 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, Portaria Interministerial nº. 127 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.309, de 09 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 8551 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, para fins de apoio às Instituições relacionadas no anexo I, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.364.1073.8551.0001 - Complementação para o Funcionamento das Entidades de Ensino Superior Federais.
PTRES: 001753
FONTE: 0112.915.004

Art. 2º - A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.446, de 01 de março de 2011.

Parágrafo Único - O saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Secretaria de Educação Superior, no exercício financeiro de 2011.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 8551 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, será realizado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior -DIFES/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão as prestações de contas anuais das IFES, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

ANEXO

ANEXO I - DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DA AÇÃO 8551 - APOIO

Instituição Beneficiada	Processo nº.	Objeto	Valor Total R$	Fonte	Nota de Crédito
Universidade Federal do Amapá	23000.005225/2011-19	Apoio Financeiro destinado à modernização e recuperação da infra-estrutura física para a Fundação Universidade Federal do Amapá	700.000,00	0112915004	2011NC00967

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 2.246, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009, resolve:

Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor Adjunto, Nível 1, Área: Melhoramento Genético de Plantas, realizado pela Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, objeto do Edital nº 001, publicado no D.O.U. de 15/01/2010, homologado através do Edital nº 190, publicado no D.O.U. de 29/06/2010, seção 3, pág. 57. (Processo nº 23070.000213/2010-93)

EDWARD MADUREIRA BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESSOAL

PORTARIA Nº 4.546, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Pró-Reitor de Pessoal, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 1.778, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2002, resolve:

Tornar público e homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Restauração da Escola de Belas Artes, na categoria Assistente. O número do edital do concurso é 03, de 14 de janeiro de 2009, publicado no DOU nº 15, de 22 de janeiro de 2009.

- Não houve candidatos aprovados

LUIZ AFONSO HENRIQUES MARIZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 542, DE 6 DE JULHO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.009764/2010-01, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Expressão Gráfica, do Centro de Comunicação e Expressão, objeto do Edital nº 08/DDPP/2011, publicado no Diário Oficial da União de 25/02/2011, homologado pelo Conselho da Unidade em 31/05/2011.

Campo de Conhecimento: Representação Gráfica Espacial
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
Vagas: 01 (uma)
Classe: Adjunto 1

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Patrícia Biasi Cavalcanti	7,87
2º	Claudia Regina Batista	7,48
3º	Jovani Castelan	7,26

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 247, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso e Código, Modalidade, Habilitação, (Código)	Nº de Vagas Totais Anuais Turnos (s)	Mantida (Código)	Mantenedora (Código)	Endereço de Funcionamento do Curso
01.	200900278	Serviço Social (1076089) bacharelado	100 (cem) Noturno	Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (1996)	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO (2415)	Rua Oswaldo da Silva Corrêa, nº 621, Santa Marta, Cuiabá/ MT.
02.	200908415	Engenharia Civil (1101463) bacharelado	80 (oitenta) Noturno	Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais de Manhuaçu (2096)	Instituto Doctum de Educação e Tecnologia Ltda. (1172)	Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Coqueiro, Manhuaçu/ MG.
03.	200908416	Engenharia Civil (1101464) bacharelado	80 (oitenta) Noturno	Faculdade de Ciências Jurídicas de Juiz de Fora (2220)	Instituto DOCTUM de Educação e Tecnologia Ltda. (1172)	Avenida Independência, nº 905, Centro, Juiz de Fora/MG.
04.	201000773	Engenharia de Produção (1110581) bacharelado	150 (cento e cinquenta) Diurno e Noturno	Faculdade Cidade de Patos de Minas (2915)	Associação Educacional de Patos de Minas - AEPM (1891)	Rua Major Gote, nº 1.408, Centro, Patos de Minas/ MG.
05.	201007426	Engenharia Civil (1119120) bacharelado	180 (cento e oitenta) Diurno e Noturno	Faculdade Anhanguera de Belo Horizonte (891)	Anhanguera Educacional Ltda. (2600)	Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 4.157, Pampulha, Belo Horizonte/ MG.
06.	201101785	Farmácia (1141807) bacharelado	150 (cento e cinquenta) Diurno e Noturno	Faculdade Dinâmica das Cataratas (1396)	União Dinâmica de Faculdades Cataratas - UDC Ltda. (924)	Rua Castelo Branco, nº 349, Centro Foz do Iguaçu/ PR.
07.	200905257	Enfermagem (1085806) bacharelado	100 (cem) Noturno	Faculdade São Paulo (2754)	Sociedade Pimentense de Educação e Cultura (1793)	Avenida 25 de Agosto, nº 6.951, São Cristóvão, Rolim de Moura/ RO.
08.	200808116	Serviço Social (1057999) bacharelado	120 (cento e vinte) Diurno e Noturno	Faculdade Anhanguera de São José (4652)	Anhanguera Educacional Ltda. (2600)	Avenida Dr. João Batista de Souza Soares, nº 4.009, Comprido, São José dos Campos/ SP.
09.	200911331	Ciências Econômicas (1105114) bacharelado	200 (duzentas) Diurno e Noturno	Escola Superior de Administração e Gestão (1723)	Centro de Ensino Superior Strong (1139)	Avenida Industrial, nº 1.455, Jardim Santo André/SP.
10.	200912019	Filosofia (1105840) bacharelado	150 (cento e cinquenta) Diurno e Noturno	Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (2811)	PIA Sociedade de São Paulo (1832)	Rua Major Maragliano nº 191, Vila Mariana, São Paulo/ SP.
11.	201013201	Engenharia Civil (1132771) bacharelado	100 (cem) Diurno e Noturno	União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO (1046)	Associação Educacional de Ensino Superior (555)	Rua Eduardo Nielsen nº 960, Jardim Aeroporto, São José do Rio Preto/ SP.

PORTARIA Nº 248, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto 7.480, de 16 de maio de 2011 e tendo em vista o Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006 e suas alterações, bem como o inciso I do artigo 57 da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e o Relatório nº 05/2011 SERES/DIREG/CGFP, do Ministério da Educação resolve:

Art. 1º Aprovar a transferência de mantença das 26 (vinte e seis) Instituições de Educação Superior discriminadas na planilha em anexo, na forma de aditamento aos seus atos de credenciamento, nos termos do § 4º- do art. 10 do Decreto n. 5.773/2006, que passam a ser mantidas pelas respectivas mantenedoras receptoras.

§ 1º. As mantenedoras receptoras das instituições de ensino superior referidas no caput assumem responsabilidade integral de assegurar o financiamento das respectivas mantidas, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§ 2º. Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pelas instituições de ensino superior referidas no caput, ou por suas respectivas mantenedoras cedentes, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora receptora toda a responsabilidade formal a respeito dos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO

Nº	Processo e - MEC	Instituição de Ensino Superior - Código	Denominação, Sigla e Código da IES após essa Transferência	Rua/Avenida/Nº/Bairro/CEP/ Município/Estado da IES	Mantenedora Cedente - CNPJ	Mantenedora Adquirente - CNPJ
1	201012226	Faculdade Estácio de Sergipe - Estácio FASE (2122)	Faculdade Estácio de Sergipe - Estácio FASE (2122)	Urquiza Leal, 538, Salgado Filho, 49020-490, Aracaju, Sergipe	Sociedade de Ensino Superior de Sergipe - SESSE (1398) - CNPJ 04.038.435/0001-86	Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. - IREP (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
2	201012231	Faculdade de Educação e Cultura Montessori -FAMEC (986)	Faculdade de Educação e Cultura Montessori -FAMEC (986)	Morumbi, 8700, Brooklin, 04703-002, São Paulo, São Paulo	Associação Maria Montessori de Educação e Cultura (690) -CNPJ 60.374.030/0001-90	Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.- IREP (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
3	201014625	Escola Superior de Ensino Anísio Teixeira - CESAT (1326)	Faculdade Capixaba da Serra - SERRA-VIX (1326)	Desembargador Mário da Silva Nunes, 1000, Jardim Limoeiro,29164-240, Serra, Espírito Santo	Associação de Ensino Anísio Teixeira (3428) - CNPJ 08.470.575/0001-80	Empresa Capixaba da Serra de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda. (5213) - CNPJ 11.062.400/0001-48
4	201101008	Faculdade da Bahia - FAB (4460)	Faculdade Princesa Isabel - FPI (4460)	Praça da Inglaterra, 06, Ed. BIG, comércio, 40015-140, Salvador, Bahia	Mantenedora da Bahia Ltda. (2823) - CNPJ 07.416.226/0001-17	Instituição Baiana de Ensino Superior (2274) - CNPJ 05.817.107/0001-40
5	201015099	Faculdade Stella Maris FSM (2256)	Faculdade Oboé II - OBOÉ II (2256)	Antônio Justa, 3.180, Meireles, 60165-090, Fortaleza, Ceará	Sociedade de Ensino Superior Lecrisce Sociedade Simples Ltda. - AEL (1471) - CNPJ 02.115.224/0001-74	CIA Educacional Rancho Alegre (3094) - CNPJ 05.213.713/0001-57
6	201009875	Faculdade do Instituto de Educação em Negócios - Faculdade IEN (12594)	Faculdade de Negócios - Ftec Negócios (12594)	Gustavo Ramos Sehbe, 107, Cinqüentenário, 95012-669, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul	Instituto de Educação em Negócios (3453) - CNPJ 08.987.408/0001-00	Centro Superior de Tecnologia Tecbrasil Ltda. (2107) - CNPJ 02.271.913/0001-78
7	201007633	Faculdades Integradas Promove de Brasília (3610)	Faculdades Integradas Promove de Brasília - PROMOVE (3610)	Qe 11, Área Especial C/D, Região Administrativa X, S/N, Guará I, 71020-621, Brasília, Distrito Federal	Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS (1509) - CNPJ 22.669.915/0001-27	Única Educacional (14675) - CNPJ 10.739.240/0001-66
8	201012221	Faculdade Estácio de Alagoas - Estácio FAL (1298)	Faculdade Estácio de Alagoas - Estácio FAL (1298)	Pio XII, 355/70, Jatiúca, 57035-560, Maceió, Alagoas	Sociedade de Ensino Superior de Alagoas - SESAL (866) - CNPJ 02.524.328/0001-32	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
9	201012222	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP (2036)	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP (2036)	Rua Municipalidade, 839, Reduto, 66050-350, Belém, Pará	Sociedade de Ensino Superior do Pará Ltda. - SESPA (1339) - CNPJ 04.368.590/0001-60	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
10	201012223	Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte - FMJ (1547)	Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte - Estácio FMJ (1547)	Tenente Raimundo Rocha, S/N, Planalto, 63040-360, Juazeiro do Norte, Ceará	Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda. - SESCE (767) - CNPJ 01.239.996/0001-55	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545)CNPJ 02.608.755/0001-07
11	201012224	Faculdade Estácio do Amapá - Estácio FAMAP (2380)	Faculdade Estácio do Amapá - Estácio Amapá (2380)	Rodovia Juscelino Kubitschek, km 2, S/N, Jardim Equatorial, 68903-000, Macapá, Amapá	Sociedade de Ensino Superior do Amapá Ltda. (1553) - CNPJ 04.135.964/0001-06	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
12	201012157	Faculdade Estácio do Ceará - Estácio FIC (1107)	Faculdade Estácio do Ceará - Estácio FIC (1107)	Vicente Linhares, 308, Aldeota, 60135-270, Fortaleza, Ceará	Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda. - SESCE (767) - CNPJ 01.239.996/0001-55	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
13	201012218	Faculdade Estácio Euro- Panamericana de Humanidades e Tecnologias - Estácio EUROPAN (1457)	Faculdade Estácio Euro- Panamericana de Humanidades e Tecnologias - Estácio EUROPAN (1457)	Howard Archibald Acheson Júnior, 393, Jardim da Glória-Granja Viana, 06711-280, Cotia, São Paulo	Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia S/C Ltda. EUROLAM (965) - CNPJ 02.941.747/0001-70	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
14	201012220	Faculdade Estácio do Recife - Estácio FIR (1077)	Faculdade Estácio do Recife - Estácio FIR (1077)	Engenheiro Abdias de Carvalho, 1678, Madalena, 50720-635, Recife, Pernambuco	Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco Ltda. (SESP) (752) - CNPJ 01.189.494/0001-67	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
15	201106296	Faculdade de Ciências e Letras (2010)	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Sorocaba - ESAMC SOROCABA (2010)	Romeu do Nascimento, 777, Jardim Portal da Colina, 18047-410, Sorocaba, São Paulo	Escola Superior de Educação, Ciências e Letras (1319) - CNPJ 03.770.276/0001-47	Escola Superior de Gestão de Negócios Ltda. ESAMC/SOROCABA (1025) - CNPJ 03.363.565/0001-21
16	201107266	Faculdade de Tecnologia Anchieta FTA (3990)	Faculdade de Tecnologia Anchieta FTA (3990)	Rua Atlântica, 700, Jardim do Mar, 09750-480, São Bernardo do Campo, São Paulo	NOVATEC - Serviços Educacionais Ltda. (2566) - CNPJ 06.188.917/0001-48	Anhanguera Educacional Ltda. (2600) - CNPJ 05.808.792/0001-49
17	201107267	Faculdade Anchieta -IGABC (1478)	Faculdade Anchieta -IGABC (1478)	Senador Vergueiro, 505, Jardim do Mar, 09750-050, São Bernardo do Campo, São Paulo	Instituto Grande ABC de Educação Ensino S/C Ltda.(976) - CNPJ 03.159.063/0001-83	Anhanguera Educacional Ltda. (2600) CNPJ 05.808.792/0001-49
18	201012232	Faculdade Brasília de São Paulo -FABRASP (1181)	Faculdade Brasília de São Paulo -FABRASP (1181)	Angá, 395, Vila Formosa, 03360-000, São Paulo, São Paulo	Faculdade Brasília de São Paulo Ltda. (803) - CNPJ 96.522.461/0001-01	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.(545-CNPJ 02.608.755/0001-07

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

19	201012233	Faculdade Magister -MAGISTER (1415)	Faculdade Magister -MAGISTER (1415)	Nossa Senhora do Sabará, 1300, Santo Amaro,04686-001, São Paulo, São Paulo	União Cultural e Educacional Magister Ltda. - UNICEM (939) - CNPJ 43.188.804/0001-79	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
20	201012234	Faculdade Interlagos de Educação e Cultura -FINTEC (924)	Faculdade Interlagos de Educação e Cultura -FINTEC (924)	Jangadeiro, 111 e 445, Interlagos,04815-020, São Paulo, São Paulo	Sociedade Interlagos de Educação e Cultura S/S Ltda. (651) - CNPJ 67.831.552/0001-12	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
21	201012287	Faculdade Estácio de Curitiba (1817)	Faculdade Estácio de Curitiba - Estácio Curitiba (1817)	Santa Madalena Sofia Barat, 809, Alto, 82820-490, Curitiba, Paraná	Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda. (2418) - CNPJ 05.590.490/0001-47	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
22	201103764	Faculdade Unida de Campinas - FACUNICAMPS (2770)	Faculdade Unida de Campinas (2770)	Pouso Alto, Q. 133, Lotes 10/12, Castelo Branco, Campinas, 74560-380, Goiânia, Goiás	Dinâmica Administração e Consultoria Ltda. (1803) CNPJ 04.949.410/0001-34	Dinâmica Assessoria e Gestão Empresarial Ltda. (5445) - CNPJ 13.270.511/0001-75
23	201012219	Centro Universitário Estácio da Bahia - Estácio FIB (1058)	Centro Universitário Estácio da Bahia - Estácio FIB (1058)	Xingu, 179, Jardim Atalaia, Stiep, 41770-130, Salvador, Bahia	Sociedade Tecnopolitana da Bahia - STB (738) - CNPJ 01.188.034/0001-14	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
24	201012288	Faculdade Estácio de Natal (2460) - FCC	Faculdade Estácio de Natal - Estácio Natal (2460)	Almirante Alexandrino de Alencar, 708, Alecrim, 59030-350, Natal, Rio Grande do Norte	União Nacional de Educação e Cultura - UNEC (1604) - CNPJ 04.100.373/0001-95	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (545) - CNPJ 02.608.755/0001-07
25	201007610	Faculdade de Roseira - FARO (4090)	Faculdade de Roseira - FARO (4090)	rodovia Presidente Dutra, s/nº, km 77, Roseira Velha, 12580-000, Roseira, São Paulo	Jorge Pasin de Oliveira (2570) - JPO - CNPJ 05.810.391/0001-23	Centro de Estudos Ambientais do Vale do Paraíba - CEAVAP (4933) - CNPJ 09.020.171/0001-57
26	201104063	Faculdade Uirapuru - FAU (5216)	Faculdade Uirapuru - FAU (5216)	Professor Arthur Fonseca, 633, Jardim Panorama, 18031-005, Sorocaba, São Paulo	Grupo IBMEC Educacional S.A. (1223) - IBTA CNPJ 04.298.309/0001-60	Anhanguera Educacional Ltda. (2600) - CNPJ 05.808.792/0001-49

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 5 de julho de 2011

PROCESSO Nº: 19406.000744/2008-55
INTERESSADO: Município de Curitiba/PR
ASSUNTO: Operação de crédito externo entre o Município de Curitiba/PR e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no valor de até € 36.150.000,00 (trinta e seis milhões e cento e cinquenta mil euros), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte".

Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, e considerando a permissão contida na Resolução nº 5, de 09 de junho de 2011, também daquela Casa Legislativa, publicada no D.O.U. de 10 de junho de 2011, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Município de Curitiba/PR, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe e a celebração do respectivo contrato de contragarantia entre a União e o Município.

Publique-se. Restitua-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para as providências cabíveis.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Interino

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 145, DE 6 DE JULHO DE 2011

A COORDENADORA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, publicado no DOU de 21/12/1999, ao subitem 5.11.5 do Edital ESAF nº 15, de 26/2/2009, publicado no DOU de 27/2/2009, que estabelece normas para a realização do concurso público para provimento de cargos de Assistente Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda e as disposições do Edital ESAF nº 53, de 3/7/2009, que homologa o resultado final desse concurso público, resolve:

I - Convocar os candidatos concorrentes as vagas reservadas a portadores de deficiência, relacionados na Portaria/COGEP/SPOA/SE/MF Nº 144, de 5/7/2011, publicada no DOU de 6/7/2011, para serem submetidos à avaliação de Equipe Multiprofissional, na forma dos subitens 5.11.5 a 5.11.11 do Edital ESAF nº 15, de 26/2/ 2009.

II - Informar que os referidos candidatos deverão comparecer, no período de 11 a 15 de julho de 2011, nos locais informados no Anexo I, deste edital, mediante prévio agendamento.

CRISTINA CALVET GUIMARÃES

ANEXO I

UF	FAX	GESTÃO DE PESSOAS	ENDEREÇOS - SAMF's
AMAPÁ AP	-	(96) 3198 2705	AVENIDA IRACEMA CARVÃO NUNES, 93 - CENTRO - MACAPÁ - AP CEP: 68900-099
CEARÁ CE	(85)3878 3580	(85)3878 3626	RUA BARÃO DE ARACATI, 909 - MEIRELES.-.FORTALEZA.-.CE CEP: 60115-080 samf.ce.samf@fazenda.gov.br
PARAIBA PB	(83)3244 2165	(83)3216.4403	AV. EPITÁCIO PESSOA, 1705 - BAIRRO DOS ESTADOS.-. JOÃO PESSOA-PB -.CEP: 58030-900 samf.pb.samf@fazenda.gov.br
RORAIMA RR	(95)3623 3982	(95) 2121 2815	AV. JOÃO PEREIRA DE MELO, 328.- BOA VISTA.-.RR.-. CEP: 69301-370 samf.rr.samf@fazenda.gov.br
RONDÔNIA RO	(69)3217 5651	(69)3217 5683/5612	AVENIDA CALAMA, 3775 - BAIRRO EMBRATEL.-PORTO VELHO-RO CEP: 76820-781 samf.ro.samf@fazenda.gov.br

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE DE 4 DE JULHO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA-SP, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, especialmente no seu art. 1º, inciso §9, da Portaria Conjunta PGFNRFB nº 6, de 22 de julho de 2009, especialmente art. 21, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, art. 1º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a falta de pagamento de 3 (três) prestações, consecutivas ou não, nos termos da Lei 11.941, art. 1º, inciso §9, e do art. 21 da Portaria Conjunta PGFNRFB nº 6, de 22 de julho de 2009.

Art. 2º A rescisão referida no art. 1º implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10(dez) dias, contado da data da publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos dos artigos 23 e seguintes da Portaria Conjunta PGFNRFB nº 6, de 22 de julho de 2009, ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional do seu domicílio tributário.

Art. 4º Não havendo recurso, ou mediante seu indeferimento, a exclusão do citado Parcelamento é definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO LUIZ PALÁCIOS TORRES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, com base no número do CPF/CNPJ:

NOME	CNPJ/CPF
COMERCIAL CAPRI	73.378.787/0001-66

PROCURADORIAS REGIONAIS
2ª REGIÃO
PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA
DIVISÃO DA DÍVIDA ATIVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Exclui pessoa física do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei 10.684 de 30 de maio de 2003.

A CHEFE DA DIVISÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO DA PRFN-2ª REGIÃO, abaixo identificada, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, nos arts. 7º e 8º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 25 de junho de 2003, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, a pessoa física relacionada no Anexo Único a este Ato Declaratório, para fins de aferição do benefício da remissão obtida judicialmente, com base no art. 14, da Lei 11.941/09.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14 e 15 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, ao PROCURADOR REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO, no endereço Avenida Presidente Antonio Carlos, nº 375, sala 614, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20020-010, mencionando o número deste ato declaratório.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL REBELO RAMOS DA SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO ÚNICO

Relação do CPF da pessoa física excluída e Processo:

NOME	CNPJ
JOSÉ CARLOS PESSANHA DO NASCIMENTO PA. 19726.001126/2011-13	315.878.447-53

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Exclui pessoas jurídicas e pessoas físicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei 10.684 de 30 de maio de 2003.

A CHEFE DA DIVISÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO DA PRFN-2ª REGIÃO, abaixo identificada, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, nos arts. 7º e 8º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 25 de junho de 2003, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas/pessoas físicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de pelo menos três meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paes.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14 e 15 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, ao PROCURADOR REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO, no endereço Avenida Presidente Antonio Carlos, nº 375, sala 614, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20020-010, mencionando o número deste ato declaratório.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL REBELO RAMOS DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Pessoa Jurídica excluída do Parcelamento Especial(Paes).
Inadimplência de três meses consecutivos ou seis alternados.

NOME/PROCESSO	CNPJ
PANIFICAÇÃO NOSSA SENHORA DO SAMEIRO LTDA (PA. 19726.000954/2011-26)	33.309.584/0001-30
GAIA COMUNICAÇÃO LTDA NORMAR ASSESSORIA (PA.10768.007451/2004-91)	01.563.984/0001-81
ADMINISTRAÇÃO E PROCESSAMENTO LTFA (PA. 19726.000659/2010-99)	30.261.994/0001-60

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 3.090, DE 5 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre atribuições e competências administrativas no processo de apuração de infrações e aplicação de penalidades, no curso de contratações da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 310 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no art. 115 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e tendo em vista a fiel execução das disposições das Leis nº 8.666, de 1993, n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria define as competências dos dirigentes administrativos nos processos de apuração de infrações supostamente ocorridas no curso de contratações e aplicação de penalidades administrativas previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e na Lei nº 10.520, de 2002, de acordo com o Anexo I.

Art. 2º A unidade da RFB que aplicar as penalidades previstas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, informará dessa aplicação à unidade responsável por uniformização de penalidades.

§ 1º A unidade responsável por uniformização compilará as informações, segundo os modelos dos Anexos II e III a esta Portaria, a fim de comparar as penalidades aplicadas na circunscrição supervisionada e manter entre elas a uniformidade exigida pelo Princípio da Isonomia.

§ 2º Observada a presença de relevante desarmonia entre as penalidades, haverá proposição de mudança daquela que não for proporcional, que poderá ser afastada pela unidade que a aplicou, em face das peculiaridades notadas no caso julgado.

§ 3º As Superintendências Regionais e a Unidade Central publicarão nas páginas mantidas na intranet da RFB a compilação referida no § 1º, pela qual se pautarão as unidades na ocasião de julgamento.

Art. 3º As normas desta Portaria têm aplicação imediata sobre as contratações em curso e aos processos que ainda não foram definitivamente julgados pela Administração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

CARLOS ALBERTO DE FREITAS BARRETO

ANEXO I

Penalidade	Unidade	Competência regimental		Unidade responsável pela uniformização
		Responsável pelo julgamento de penalidade	Responsável pelo julgamento de recurso	
Advertência, Multa e Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 anos (incisos I, II e III do art. 87 da Lei nº 8.666/93)	UC-RFB	Coordenador-Geral da Copol	Subsecretário da Sucor	Copol
	SRRF	Chefe da Dipol	Superintendente	Copol
	DRF "A" (Brasília)	Chefe do Sepol	Delegado	Dipol
	DRF "A" (Rio de Janeiro I e II)	Chefe da Sapol	Chefe do Segec	Dipol
	DRF "B"	Chefe do Sepol	Delegado	Dipol
	DRF "C"	Chefe da Sapol	Delegado	Dipol
Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 anos (art. 7º da Lei nº 10.520/2002)	DRF "D" (Poços de Caldas e Presidente Prudente)	Chefe da Sapol	Delegado	Dipol
	DRF "D" (exceto Poços de Caldas e Presidente Prudente)	Chefe do Satel	Delegado	Dipol
	DRF "E"	Chefe do Nutel	Delegado	Dipol
	DERAT	Chefe da Dipol	Delegado	Dipol
	DEFIS	Chefe do Sepol	Delegado	Dipol
	DEINF	Chefe do Sepol	Delegado	Dipol
	DEMAC	Chefe do Sepol	Delegado	Dipol
	DEMAC (Belo Horizonte)	Chefe do Setel	Delegado	Dipol
	IRF "Especial A"	Chefe do Sepol	Inspetor	Dipol
	IRF "Especial B"	Chefe da Sapol	Inspetor	Dipol
	IRF "Especial C"	Chefe da Sapol	Inspetor	Dipol
	ALF "Especial A"	Chefe do Sepol	Inspetor	Dipol
	ALF "A"	Chefe da Sapol	Inspetor	Dipol
	ALF "B"	Chefe da Sapol	Inspetor	Dipol
	ALF "C"	Chefe do Sotel	Inspetor	Dipol
	DRJ (exceto Belém e Campo Grande)	Chefe do Selog	Delegado	Copol
	DRJ (Belém e Campo Grande)	Chefe do Sepoc	Delegado	Copol

ANEXO II

COMPILAÇÃO DAS PENALIDADES DO INCISO III DO ART. 87 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, APLICADAS NO ÂMBITO DA _____.

Atualizada em:

Dados da RFB			Descrição sobre:				Penalidade aplicada pela:		Dados da apenada		Dados do representante legal da apenada	
Unidade	Processo nº	Edital ou Contrato nº	Conduta reprovada	Item ou cláusula obrigacional violada	Prejuízo jurídico causado	Item ou cláusula penal incidente	Primeira instância	Instância recursal	Nome	CNPJ	Nome	CPF

ANEXO III

COMPILAÇÃO DAS PENALIDADES DO ART. 7º DA LEI Nº 10.520, DE 2002, APLICADAS NO ÂMBITO DA _____.

Atualizada em:

Dados da RFB			Descrição sobre:				Penalidade aplicada pela:		Dados da apenada		Dados do representante legal da apenada	
Unidade	Processo nº	Edital ou Contrato nº	Conduta reprovada	Item ou cláusula obrigacional violada	Prejuízo jurídico causado	Item ou cláusula penal incidente	Primeira instância	Instância recursal	Nome	CNPJ	Nome	CPF

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAIS 1ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 5 DE JULHO DE 2011

Declara excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, a pessoa jurídica que menciona, por motivo de atividade econômica vedada.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Brasília-DF, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, e ainda tendo em vista o que consta no processo nº 14033.000587/2011-45, DECLARA:

Art. 1º A exclusão da pessoa jurídica ROBERTA SARKIS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E PUBLICIDADE LTDA, CNPJ 05.080.123/0001-01, do SIMPLES NACIONAL, conforme o Processo Administrativo nº 14033. 000587/2011-45 em face das seguintes constatações:

Atividade econômica vedada - AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE.

Art. 17, inciso XI da Lei Complementar nº 123/2006 cc Anexo I da Resolução CGSN nº 6 de 18/06/2007

Art. 2º A exclusão surtirá efeito a partir de 01/01/2008, consoante o disposto no art. 6º, inciso VII da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007.

Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de trinta dias contados da data da ciência deste Ato, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, art. 11 da Resolução CGSN nº 30 de 07 de fevereiro de 2008.

Parágrafo único. Não havendo a manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

JOEL MIYAZAKI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO
EQUIPE EAC1-PREVIDENCIÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 5 DE JULHO DE 2011

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE DE EQUIPE EAC1-PREVIDENCIÁRIO DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA-GO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 e no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, declara:

Art. 1º - Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, combinado com o art. 20 da Instrução Normativa INSS/DC nº 91 de 30 de junho de 2003, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes.

Art. 2º - O detalhamento do motivo da exclusão pode ser verificado no DESPACHO DE EXCLUSÃO juntado aos respectivos processos de PARCELAMENTO, sob a guarda provisória do SECAT/DRF-GOI/GO, Mezanino 3, endereço especificado no ART. 3º.

Art. 3º - É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo (ADE), apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Goiânia-GO, no seguinte endereço: Avenida Professor Alfredo de Castro, nº 178, Setor Oeste, Goiânia-GO.

Art. 4º - Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º - Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA GORETI AZAMBUJA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes de acordo com o art. 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

CONTRIBUINTE	CNPJ	Nº do Processo Adm.
ESTRUTURAL ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	02.696.698/0001-57	10120.014342/2008-60
KIT LINE INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME	00.902.020/0001-58	10120.016640/2008-94
NACIONAL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	38.710.463/0001-10	10120.016734/2008-63
NÚCLEO ESPÍRITA PORTAL DA REDENÇÃO	36.852.085/0001-83	10120.016737/2008-05
PAVIMENG PAVIMENTAÇÃO LTDA	00.511.795/0001-00	10120.015458/2008-16
SOCIEDADE CIDADÃO 2000 PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	37.879.988/0001-10	10120.016892/2008-13
TRANSPORTADORA ARAGUAIA LTDA	02.109.544/0001-11	35710.003229/2003-25

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Belém, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e com fundamento nos arts. 1º e 7º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei Nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 4, de 20 de setembro de 2004, considerando ainda, o apurado no processo Nº 18490.000700./2007-70, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica ATLANTIS ENGENHARIA LTDA, CNPJ 00.824.287/0001-74, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei Nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Belém, na Rua Gaspar Viana, 485, em Belém/PA.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO FARHAT

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Belém, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e com fundamento nos arts. 1º e 7º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei Nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 4, de 20 de setembro de 2004, considerando ainda, o apurado no processo Nº 18490.000700./2007-70, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica A LAVRADOR, CNPJ 04.132.627/0001-57, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei Nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Belém, na Rua Gaspar Viana, 485, em Belém/PA.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO FARHAT

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 5 DE JULHO DE 2011

Cancela de ofício, por inscrição indevida, o CNPJ: 10.646.634/0003-31 da empresa denominada GRACIELE DA SILVA OLIVEIRA

O Delegado da Receita Federal do Brasil em MARABÁ-PA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 280 e 292 do Portaria do Ministério da Fazenda Nº 125, de 04 de março de 2009, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda Nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06/03/2009 e com fundamento, no art. 35, da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010 (alterada pela IN Nº 1.097, de 13/12/2010), considerando, ainda, o apurado no processo Nº 14481.000169/2011-70, declara:

Art.1°- Estar cancelado o CNPJ Nº 10.646.634/0003-31, da empresa denominada GRACIELE DA SILVA OLIVEIRA, por inscrição indevida.

Art. 2º - Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela empresa acima citada, a partir de 25/04/2011.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAX WELLS DE CARVALHO RAMOS

3ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS

PORTARIA Nº 11, DE 6 DE JULHO DE 2011

Delega competências e define atribuições

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA NO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 220, 295 e 307 da Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, que aprova o Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto Nº 83.937, de 6 de setembro de 1979 e alterações posteriores, ante a necessidade de descentralização administrativa, bem como a de disciplinar a execução de atividades no âmbito desta alfandega, resolve:

Art. 1º. Atribuir, em caráter geral, aos chefes de seção, setor e equipe desta Alfândega e, em suas faltas e impedimentos legais, aos seus respectivos substitutos eventuais, a prática dos seguintes atos:

I - requisitar, devolver e encaminhar processos administrativos, inclusive digitais;

II - autorizar o arquivamento e o desarquivamento de processos administrativos findos, inclusive digitais, que tratem de assuntos compreendidos no âmbito de suas respectivas atribuições, observada a Tabela de Temporalidade de Documentos da Divisão de Documentação do Ministério da Fazenda;

III - expedir ofícios, memorandos, mensagens por fax símile, e-mail, editais de intimação e solicitações de prestação de esclarecimentos, informações ou apresentação de documentos, versando sobre matérias de sua competência originária ou delegada, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação de prazo para o seu atendimento, resguardado o devido sigilo fiscal;

IV - definir rotinas de trabalho no âmbito de suas competências; e

V - separar e encaminhar os documentos que devam ser expurgados, de acordo com o prazo de temporalidade previsto pela legislação vigente.

Art. 2º. Delegar competência ao chefe da Seção de Administração Aduaneira - Saana para:

I - autorizar a aplicação do selo de controle nos produtos importados ou adquiridos em licitação no estabelecimento do importador ou licitante, nos termos e condições do § 1º do art. 3º da Instrução Normativa SRF Nº 030, de 1º de março de 1999;

II - decidir quanto à realização de testes, ensaios ou análises laboratoriais, nos termos e condições do art. 35 da Instrução Normativa RFB Nº 1.020, de 31 de março de 2010;

III - designar, ad hoc, perito não credenciado, de comprovada especialização ou experiência profissional, nos termos do art. 17 da Instrução Normativa RFB Nº 1.020, de 31 de março de 2010;

IV - autorizar a conferência física para admissão temporária de bens de caráter cultural no local da realização do evento e designar servidor para tanto, nos termos e condições do art. 8º da Instrução Normativa RFB Nº 874, de 8 de setembro de 2008;

V autorizar o regime de trânsito aduaneiro de bens de caráter cultural mediante procedimento sumário, nos termos e condições do § 2º do art. 8 da Instrução Normativa RFB Nº 874, de 8 de setembro de 2008;

VI - autorizar o desembaraço aduaneiro para admissão temporária de bens de caráter cultural sem a realização da conferência aduaneira, nos termos e condições do § 1º do art. 6º da Instrução Normativa RFB Nº 874, de 8 de setembro de 2008;

VII - autorizar a entrega da mercadoria, em despacho aduaneiro por declaração simplificada de importação - DSI, antes de totalmente realizada a conferência aduaneira, em situações justificadas, nos termos e condições do parágrafo único do art. 18 da Instrução Normativa SRF Nº 611, de 18 de janeiro de 2006;

VIII - autorizar o cancelamento de declaração simplificada de importação - DSI, nos termos do art. 27 da Instrução Normativa SRF Nº 611, de 18 de janeiro de 2006;

IX - autorizar a verificação de mercadoria no estabelecimento do importador ou em outro local adequado, nos termos e condições do art. 35 da Instrução Normativa SRF Nº 680 de 2 de outubro 2006;

X - determinar a seleção de importações a serem submetidas aos procedimentos especiais, nos termos do inciso I do art. 3º da Instrução Normativa RFB Nº 1.169, de 29 de junho de 2011;

XI - decidir sobre a remessa ao exterior de bens submetidos ao regime de admissão temporária, nos termos e condições do inciso I do § 1 do art. 14 da Instrução Normativa SRF Nº 285, de 14 de janeiro de 2003;

XII - autorizar o registro antecipado da Declaração de Importação - DI, nos termos e condições do parágrafo único do art. 17 da Instrução Normativa SRF Nº 680 de 2 de outubro 2006, sempre que se justificar a medida, em especial nas situações previstas nos incisos I a V do art. 4º da Instrução Normativa SRF Nº 285, de 14 de janeiro de 2003;

XIII - encaminhar Ofício a Secretaria de Comércio Exterior - Secex relativo ao cumprimento do que determina o parágrafo único do art. 442 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

XIV - autorizar pedido de reposição de mercadoria importada desembaraçada, antes de devolvida a defeituosa ou imprestável, nos termos e condições do item 4 da Portaria MF Nº 150, de 26 de julho de 1982;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XV - Decidir sobre pedido de relevação de irregularidade relacionadas com o despacho aduaneiro de bens integrantes de bagagem desacompanhada proveniente do exterior, nos termos e condições do inciso III do art. 1º da Portaria SRF Nº 1.703, de 29 de julho de 1998;

XVI - conceder regimes aduaneiros especiais, inclusive prorrogação de prazos e movimentação de bens, e de exportação temporária para aperfeiçoamento passivo, na forma da legislação vigente;

XVII - autorizar a adoção dos procedimentos especiais estabelecidos pela Instrução Normativa SRF Nº 84, de 30 de dezembro de 1996 e pela Instrução Normativa SRF Nº 263, de 20 de dezembro de 2002, nos casos em que não seja possível o acesso ao SISCOMEX, em virtude de problemas de ordem técnica, por mais de quatro horas seguidas;

XVIII - decidir, antes da ciência do importador em auto de infração lavrado com vistas à aplicação da pena de perdimento, sobre pedido de início ou de retomada do despacho aduaneiro de mercadorias consideradas abandonadas por decurso de prazo em recinto alfandegado, nos termos do § 2º do art. 2º da Instrução Normativa SRF Nº 69, de 16 de junho de 1999; e

XIX - autorizar visitas técnicas e ou uso de equipamentos de filmagem e fotográfico no Terminal de Cargas, nos termos do inciso II do § 1º do art. 17 do Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

Art. 3º Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados na Seção de Administração Aduaneira - Saana, incumbidos do despacho aduaneiro para:

I - decidir sobre o direito de isenção, redução, suspensão, imunidade e não incidência de tributos no curso do despacho aduaneiro de importação, nos termos e condições fixadas na legislação específica.

II - promover o registro e o controle dos prazos de Termos de Responsabilidades relativos aos despachos aduaneiros de importação e aos regimes aduaneiros especiais, bem como autorizar, conforme o caso, a sua baixa ou a execução;

III - decidir, no curso do despacho aduaneiro ou em casos de instrução ou decisão em processo, quanto à oportunidade e conveniência das solicitações de assistência técnica para identificação ou quantificação de mercadorias importadas ou a exportar, na forma prevista na IN RFB Nº 1.020, de 2010;

IV - decidir sobre pedido de retificação de Registro de Exportação (RE) após a averbação do embarque; e

V - autorizar, à vista de pedido do interessado, devidamente acompanhado de termo de responsabilidade, o embarque ou a saída do território nacional, antes do registro da respectiva declaração de exportação, nos termos dos arts. 52 e 55 da Instrução Normativa SRF Nº 28, de 27 de abril de 1994.

Art. 4º Atribuir aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados na Seção de Administração Aduaneira - Saana, as tarefas de:

I - apreciar e efetivar pedidos de correção de conhecimento de carga, nos termos do art. 46 do Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e observada a Instrução Normativa SRF 680, de 2 de outubro de 2002;

II - apreciar solicitação de aferição de rasura em conhecimento de carga aérea;

III - apreciar solicitação de averbação de duplicidade de numeração de conhecimento de carga aérea;

IV - convalidar via extra de conhecimento de carga aérea, em caso de extravio da via do consignatário, para instrução do despacho aduaneiro de importação;

V - apreciar pleitos de agrupamento ou desagrupamento de volumes;

VI - apreciar pleitos de reetiquetagem e troca de volumes; e

VII - autorizar a saída de cargas no regime aduaneiro especial de trânsito aduaneiro amparadas por Documento Subsidiário de Identificação de Carga - DSIC.

Art. 5º Delegar competência ao chefe da Equipe Aduaneira - EAD de Bagagem para:

I - decidir sobre pedido de relevação de irregularidades relacionadas com o despacho aduaneiro de bens integrantes de bagagem acompanhada proveniente do exterior, nos termos e condições do inciso III do art. 1º da Portaria SRF Nº 1.703, de 29 de julho de 1998;

II - decidir sobre pedido de reexportação de bens integrantes de bagagem acompanhada;

III - decidir sobre pedido de utilização do regime especial de exportação temporária para bagagem acompanhada;

IV - autorizar o ingresso em recinto alfandegado dos funcionários do serviço exterior Brasileiro e agentes diplomáticos e consulares, assim definidos na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, quando no efetivo exercício de suas funções, conforme previsto pelo inciso VII do art. 1º da portaria SRF/DPF/INFRAERO Nº 01, de 16 de abril de 1998;

V - autorizar visitas técnicas e ou uso de equipamentos de filmagem e fotográfico no Terminal de Passageiros, nos termos do inciso II do § 1º do art. 17 do Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009; e

VI - autorizar, em operação de repressão ao contrabando ou ao descaminho, que a verificação de mercadorias ou de bagagem seja feita mediante a amostragem de volumes, nos termos do art. 10 da Instrução Normativa SRF Nº 205, de 25 de setembro de 2002.

Art. 6º Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil plantonistas da Equipe Aduaneira para:

I - decidir sobre pedido de autorização especial para passageiro procedente do exterior em voo particular, que pretender adquirir mercadoria em loja franca, nos termos e condições do item 2.1 do Ato Declaratório DPRF Nº 7, de 15 de abril de 1991;

II - decidir sobre pedido de utilização do regime especial de admissão temporária de bens contidos em bagagem acompanhada, no caso de bens conduzidos por viajante não residente. com base no inciso II, do § 1º do art. 9º da Instrução Normativa SRF Nº 285, de 14 de janeiro de 2003;

III - conceder regime de Admissão Temporária para aeronaves, bem como dar baixa e decidir sobre a prorrogação, nos casos previstos no Decreto Nº 97.464, de 20 de janeiro de 1989; e

IV - reconhecer a isenção e autorizar a entrada ou saída de material promocional entre os Estados - Partes do Mercosul, nos termos da IN SRF Nº 10, de 31 de janeiro de 2000.

Art. 7º Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil plantonistas da Equipe Aduaneira, fora do horário normal de expediente, para:

I - autorizar e adotar os procedimentos especiais estabelecidos pela Instrução Normativa SRF Nº 84, de 30 de dezembro de 1996 e pela Instrução Normativa SRF Nº 263, de 20 de dezembro de 2002, nos casos em que não seja possível o acesso ao SISCOMEX, em virtude de problemas de ordem técnica, por mais de quatro horas seguidas;

II - autorizar o ingresso em recinto alfandegado dos funcionários do serviço exterior Brasileiro e agentes diplomáticos e consulares, assim definidos na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, quando no efetivo exercício de suas funções, conforme previsto pelo inciso VII do art. 1º da portaria SRF/DPF/INFRAERO Nº 01,de 16 de abril de 1998;

III - autorizar visitas técnicas no Terminal de Passageiros, nos termos do inciso II do § 1º do art. 17 do Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

IV - proceder ao despacho aduaneiro nos termos e condições do artigo 4º da Instrução Normativa SRF Nº 611, de 18 de janeiro de 2006, de:

a) órgãos e tecidos humanos para transplante; e

b) medicamentos, sob prescrição médica, importados por pessoa física a que se destine ou seu representante;

V - proceder ao despacho aduaneiro de animais de vida doméstica, sem cobertura cambial e sem finalidade comercial, nos termos e condições dos artigos 4º e 31 da Instrução Normativa SRF Nº 611, de 18 de janeiro de 2006;

VI - proceder ao despacho aduaneiro de urnas funerárias procedentes ou destinadas ao exterior, nos termos e condições do artigo 51 da Instrução Normativa SRF Nº 611, de 18 de janeiro de 2006;

VII - decidir sobre pedidos de despacho aduaneiro de admissão ou de exportação temporária de bens de caráter cultural nos termos da Instrução Normativa SRF Nº 874, de 8 de setembro de 2008; e

VIII - proceder ao despacho aduaneiro de exportação e ao despacho do regime de Trânsito Aduaneiro de mercadorias e adotar as cautelas fiscais necessárias.

Art. 8 º Atribuir aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil plantonistas da Equipe Aduaneira - EAD de Bagagem as tarefas de:

I - autorizar a redestinação ou o reembarque de bagagem acompanhada ao seu correto destino;

II - proceder à liberação de malas diplomáticas, nos termos e condições do art. 3º da Instrução Normativa SRF Nº 338, de 7 de julho de 2003; e

III - fora do horário normal de expediente, proceder à retificação ou ao cancelamento de declaração simplificada de exportação - DSE, nos termos e condições dos artigos 43 e 44 da Instrução Normativa SRF Nº 611, de 18 de janeiro de 2006, e o cancelamento de DDE, nos termos do art. 31 da Instrução Normativa SRF Nº 28, de 27 de abril de 1994.

Art. 9º. Delegar competência ao chefe do Setor de Arrecadação e Cobrança - Sorac para:

I - receber Mandado de Segurança, em nome do Inspetor-Chefe ou de seu substituto eventual, nas suas faltas e impedimentos legais; e

II - autorizar a conversão de depósito em renda da União, na hipótese de exigência do crédito tributário constituído em termo de responsabilidade mediante prestação de garantia sob a forma de depósito em dinheiro, conforme previsto no inciso I do § 1º do art. 761 do Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, observadas, no que couber, as disposições das Instruções Normativas SRF Nº 117, de 31 de dezembro de 2001, e Nº 421, de 10 de maio de 2004, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SRF Nº 449, de 6 de setembro de 2004.

Art. 10. Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados no Setor de Arrecadação e Cobrança - Sorac, para decidir, no âmbito da competência desta alfândega, sobre o direito de crédito pleiteado em processos que tenham por objeto a restituição ou compensação de tributos pagos a maior ou indevidamente, observada a legislação vigente, de valor igual ou inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais)

Art. 11. Delegar competência ao chefe do Setor de Tecnologia da Informação e Logística - Sotel para efetuar o ateste nas planilhas de ateste emitidas pelo SERPRO e nos documentos de cobrança de serviços e de rateios expedidos pela Infraero.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário publicadas por esta Alfândega.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FREDERICO EMMANOEL SALES VASCONCELLOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

PORTARIA Nº 271, DE 4 DE JULHO DE 2011

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto nos art. 11 e 12, do Decreto-lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto Nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, combinado com os art. 11 a 17, da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Delegar competência concorrente aos Agentes da Receita Federal do Brasil vinculados à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza, para, no período de 04 de julho de 2011 a 31 de dezembro de 2011, procederem à análise e à instrução de processos relativos à impugnação apresentada pelo sujeito passivo contra notificações de lançamentos efetuadas em decorrência de revisão de Declarações de Ajuste Anual de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) existentes na carga do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - Secat/DRF/FOR.

Parágrafo Único. A atribuição ora delegada se dará sem prejuízo da competência original da Equipe de Atendimento-4 (EAT-4) do Secat, para a análise e instrução dos processos de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º. A autoridade delegante, a seu critério, poderá avocar a decisão do ato objeto da delegação, sem que isto implique revogação parcial ou total desta portaria.

Art. 3º. Em todos os atos escritos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados, após a assinatura de seu autor, o número e a data da presente portaria.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA GÊNOVA FREITAS DA SILVA

4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 5 DE JULHO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura da Industria Petrolífera nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (REPENEC).

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de 23/12/2010, e considerando o disposto na Lei Nº 12.249, de 11/06/2010, no Decreto Nº 7.320, de 28/09/2010, e na Instrução Normativa RFB Nº 1.074, de 1º/10/2010, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura da Industria Petrolífera nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (REPENEC), a empresa REFINARIA ABREU E LIMA S/A - CNPJ Nº 09.474.270/0001-09, sita à Rod PE 60, s/n - Km 10 (Complexo Industrial do Porto de Suape) - Suape - Ipojuca/PE - CEP 55590-000, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 1.074, de 1º/10/2010, conforme Portaria Nº 318, de 19/05/2011 do Ministério de Minas e Energia, constante do processo administrativo fiscal Nº 19647.004144/2011-29.

Art. 2º. O benefício no REPENEC poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei Nº 12.249, de 2010)

Art. 2º. A referida habilitação é específica para a Construção da Refinaria Abreu e Lima - RNEST, conforme características e detalhes especificados no Anexo I da Portaria MME Nº 318, de 19 de maio de 2011.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE DE MORAES REGO

7ª REGIÃO FISCAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo SRRF07 Nº 193, de 5 de julho de 2010, publicado no DOU de 06 de julho de 2011, Seção1, página 72:

Onde se lê: "Ato Declaratório Executivo SRRF07 Nº 193, de 5 de julho de 2010"

Leia-se: "Ato Declaratório Executivo SRRF07 Nº 193, de 5 de julho de 2011"

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Declaração de inaptidão da inscrição de pessoa jurídica no CNPJ.

A Inspetora-Chefe-Substituta da Alfândega do Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 280, incisos III e IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda Nº 125 de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06 de março de 2009, e de acordo com o disposto nos artigos 135 e 199 da Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, na Lei Nº 5.614, de 05 de outubro de 1970, no art. 2º da Lei Nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, no inciso II do art. 36 da Lei Nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na Lei Nº 10.522, de 30 de dezembro de 2002, no Convênio ICMS Nº 8, de 22 de março de 1996, no art. 60 da Lei Nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e de acordo com o que disciplina da Instrução Normativa RFB Nº 1005/2010, de 08 de fevereiro de 2010, em seu artigo 42, parágrafo 2º, e considerando o que consta no processo administrativo Nº 12466.720957/2011-49, DECLARA INAPTA a inscrição Nº 11.529.592/0001-50, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - da empresa AL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, por se enquadrar a mesma na situação prevista no inciso IV da citada Instrução Normativa, a partir de 11/05/2011 obedecendo ao disposto no art. 45, § 3º inc II da Instrução Normativa RFB Nº 1005/2010, de 08 de fevereiro de 2010.

ELAINE MARIA MAROCHIO DE FREITAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Declaração de inaptidão da inscrição de pessoa jurídica no CNPJ.

A Inspetora-Chefe-Substituta da Alfândega do Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 280, incisos III e IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda Nº 125 de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06 de março de 2009, e de acordo com o disposto nos artigos 135 e 199 da Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, na Lei Nº 5.614, de 05 de outubro de 1970, no art. 2º da Lei Nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, no inciso II do art. 36 da Lei Nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na Lei Nº 10.522, de 30 de dezembro de 2002, no Convênio ICMS Nº 8, de 22 de março de 1996, no art. 60 da Lei Nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e de acordo com o que disciplina da Instrução Normativa RFB Nº 1005/2010, de 08 de fevereiro de 2010, em seu artigo 42, parágrafo 2º, e considerando o que consta no processo administrativo Nº 10783.722223/2011-86, DECLARA INAPTA a inscrição Nº 11.079.354/0001-90, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - da empresa NR COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, por se enquadrar a mesma na situação prevista no inciso IV da citada Instrução Normativa, a partir de 13/04/2011 obedecendo ao disposto no art. 45, § 3º inc II da Instrução Normativa RFB Nº 1005/2010, de 08 de fevereiro de 2010.

ELAINE MARIA MAROCHIO DE FREITAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte
ORANGE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 07.480.140/0001-53
Processo:15563.720034/2011-87

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.477, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte: JTECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ :07.406.042/0001-76
Processo: 15563.720038/2011-65

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.466, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte: PINE CONSULTING LTDA
CNPJ: 07.454.851/0001-53
Processo: 15563.720046/2011-10

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.475, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte: IDEEKRAFT SOLUÇÕES EM TI LTDA
CNPJ: 07.625.383/0001-32
Processo: 15563.720047/2011-56

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.476, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte:ALMEIDA E SOUZA CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 07.284.107/0001-58
Processo:15563.720049/2011-45

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.485, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	BORGES & BARSULLO INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	07.191.153/0001-02
Processo	:	15563.720050/2011-70

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.478, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	RROCHA SOLUÇÕES EM TI LTDA
CNPJ	:	07.454.842/0001-62
Processo	:	15563.720051/2011-14

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.479, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	KLASS - SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ	:	07.428.628/0001-31
Processo	:	15563.720052/2011-69

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.480, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	ADDENDA TECHNOLOGIES LTDA
CNPJ	:	04.819.400/0001-84
Processo	:	15563.720053/2011-11

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.481, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	ALAN CAMPOS INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	04.802.972/0001-50
Processo	:	15563.720054/2011-58

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.482, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	BETEL ARQUITETOS DE REDES E SIST. DE INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	04.819.404/0001-62
Processo	:	15563.720055/2011-01

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.483, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	MKY TECNOLOGIA LTDA
CNPJ	:	07.264.821/0001-84
Processo	:	15563.720057/2011-91

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.491, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	ARRB LEGALIZAÇÕES E APOIO EMPRESARIAL LTDA
CNPJ	:	04.297.221/0001-24
Processo	:	15563.720058/2011-36

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.486, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	PROGRESSO INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	07.172.288/0001-20
Processo	:	15563.720059/2011-81

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.487, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte:CONTATODIRETO.COM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 07.226.999/0001-30
Processo:15563.720060/2011-13

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.488, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	K' SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	07.230.350/0001-93
Processo	:	15563.720061/2011-50

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.489, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	SONNTAG INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	07.259.539/0001-09
Processo	:	15563.720062/2011-02

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.490, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	ROMMEL INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	07.259.528/0001-29
Processo	:	15563.720063/2011-49

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.504, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	LRIBEIRO INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	07.273.102/0001-20
Processo	:	15563.720064/2011-93

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.492, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	RAZUCK INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	07.374.147/0001-90
Processo	:	15563.720065/2011-38

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.493, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	D&D CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ	:	07.374.153/0001-48
Processo	:	15563.720066/2011-82

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.494, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	JPV SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	07.180.438/0001-48
Processo	:	15563.720067/2011-27

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.495, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	GCAMPOS &JCALVANO PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA
CNPJ	:	07.312.245/0001-01
Processo	:	15563.720068/2011-71

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.496, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	ROGERIO MARGUTTI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ	:	07.312.288/0001-89
Processo	:	15563.720069/2011-16

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.497, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	LNC CONSULT. EM INFO & PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ	:	07.195.198/0001-55
Processo	:	15563.720070/2011-41

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.498, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	BRAEM & MACHADO SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	07.293.573/0001-08
Processo	:	15563.720071/2011-95

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.499, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	LETTER CONSULTORIA EM TRADUÇÃO LTDA
CNPJ	:	07.304.748/0001-27
Processo	:	15563.720072/2011-30

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.500, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	JET SOFTWARE INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	07.257.230/0001-80
Processo	:	15563.720073/2011-84

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.501, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	NDT NETWORK & DEVELOPER TEAM LTDA
CNPJ	:	07.264.811/0001-49
Processo	:	15563.720074/2011-29

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.502, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	RAFLO CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	07.209.180/0001-65
Processo	:	15563.720075/2011-73

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.503, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	FIBRA INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	04.192.695/0001-01
Processo	:	15563.720076/2011-18

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.510, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	DORAN CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	04.065.563/0001-19
Processo	:	15563.720077/2011-62

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.506, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	COSENTINO INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	04.116.339/0001-09
Processo	:	15563.720078/2011-15

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.507, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	A GUERRA BATISTA CONSULTORIA LTDA
CNPJ	:	04.111.526/0001-08
Processo	:	15563.720082/2011-75

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.505, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	J MACEDO ELETRICIDADE E AUTOMAÇÃO LTDA
CNPJ	:	04.788.112/0001-00
Processo	:	15563.720083/2011-10

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.525, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	JADE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ	:	04.104.184/0001-90
Processo	:	15563.720084/2011-64

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.518, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	SYSTEC INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	04.051.102/0001-97
Processo	:	15563.720085/2011-17

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.519, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	MACLAU SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	04.788.106/0001-52
Processo	:	15563.720087/2011-06

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.521, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80, DE 23 DE MAIO DE 2011

Contribuinte	:	MARANHÃO INFORMÁTICA LTDA
CNPJ	:	04.800.984/0001-46
Processo	:	15563.088/2011-42

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 39, inciso II, 41, inciso, II, parágrafo 2º. e 45, parágrafo 3º., inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 fevereiro de 2010, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelos motivos infrapostos:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal - Diligência nº 0710300.2011.522, a pessoa jurídica acima identificada não foi localizada no endereço informado no CNPJ/MF.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 5 DE JULHO DE 2011

Baixa de Ofício de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme IN RFB 1.005/2010.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inciso II, e 30 da IN RFB Nº 1.005/2010 e a decisão exarada no Processo Administrativo Nº 15586.002365/2008-78,declara:

Art. 1º - Baixada de Ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica LEXON COUROS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 03.412.547/0001-92, por ter sido constatado tratar-se de entidade inexistente de fato.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 6 DE JULHO DE 2011

Inclusão no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da inscrição que menciona.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM VOLTA REDONDA NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, com fundamento no §3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, e nos termos do § 1º do art. 5º da Instrução Normativa de DpRF nº 109, de 02 de outubro de 1992, e da competência que lhe foi delegada pela Portaria DRF/VRA nº 50, de 15 de junho de 2011 resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no § 3º do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2008, e nos termos do § 1º do art. 5º da Instrução Normativa de DpRF nº 109, de 2 de outubro de 1992, a seguinte inscrição

Nº REGISTRO	NOME	CPF	PROCESSO
7A/04.751	LUCIANA DE SOUZA LIMA GARCIA	095.349.857-32	13044.000035/2011-45

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 195, DE 5 DE JULHO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070 de 13 de setembro de 2010 e IN/RFB nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa ACAMIN NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio dos estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 185, de 14 de junho de 2011, publicado no DOU, em 17 de junho de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo nº 10768.006420/2010-61 (processo nº 10768.002349/2010-48)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
08.924.999/0001-77	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a Petrobras for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0058667.10.2 (afretamento por tempo) "IEVOLI CORAL" PSV 1500	12/09/2014

Processo nº 10768.000718/2011-49				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
08.924.999/0001-77	OGX Petróleo e Gás Ltda	Áreas marítimas em que a OGX for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	OGXLT/2010/143 prestação de serviços e OGXLT/2010/142, afretamento AKER WAYFARER	06.08.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000958/2011-43				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
08.924.999/0001-77	PGS Suporte Logístico e Serviços Ltda.	Campos de Produção: Áreas cobertas p/ Cont. Afretamento 2010.0040960.08.2 e Cont. Serviços 2010.0040962.08.2 (Navio Sísmico-Ramform Sovereign) Bacias Sedimentares: Santos: Tambaú -Uruguá (Bloco 1 e 1') Consórcio BMS-11 (Tupi-atual LULA ; Iracema -atual CERNAMBI e Tambuatá) - inclusão p/Aditivo2(24.10.2008) Contrato de Cessão Onerosa - Lei nº 12.276 de 30/06/2010, inclusão Aditivos 4 e 5 de 03/01/2011. Campos: Consórcio BC-20 (Papa-Terra e Maromba) - inclusão Aditivos 3 e 4 (05.07.2010) Caxaréu e Pirambu	Afretamento por tempo s/nº - de 18/02/2011 - Emb. Falcon Explorer (Tipo Apoio Marítimo) Prestação de Serviços s/nº - de 15/02/2011- Apoio às operações do Navio Sísmico - "Ramform Sovereign"	13/02/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001147/2011-60				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
08.924.999/0001-77	PGS Investigação Petrolífera Ltda	Bacias Sedimentares : Campos Espírito Santo Santos Camamu-Almada Cumuruxatiba Jacuípe Jequitinhonha Sergipe-Alagoas	Autorização nº238 31.10.2003- Despacho do Superint. ANP Nº1.894 - 10.12.2010 (prorrogação da Autorização) Autorização nº239 13.11.2003-Despacho do Superint. ANP Nº2.321 - 18.12.2009 (prorrogação da Autorização) (Ambas autorizações para o Serviço exclusivo de Apoio às operações do Navio Sísmico-"Ramform Valiant" com a Emb.Torsvik: tipo apoio marítimo)	31.12.2012 31.12.2011

Processo nº 10768.001419/2011-21				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
08.924.999/0001-77	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a Petrobras for concessionária nos termos do Lei nº 9.478/97	2050.0065983.11.2 (prestação de serviços) 2050.0065982.11.2(afretamento) BEAUCEPHALUSPSV 4500	17/04/2015

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 196, DE 5 DE JULHO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1o Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa WILSON SONS OFFSHORE S.A., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2o Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3o Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4o Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo no 189, de 21 de junho de 2011, publicado no D.O.U. em 22 de junho de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo nº 10768.001046/2011-99 e 10768.001650/2011-15(*)				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	No. CONTRATO	TERMO FINAL
08.376.900/0001-40	ONGC CAMPOS LTDA (OCL)	Bacia Sedimentar de Santos BM-S-73.	OCL-BMS73-C011	27/08/2011
Processo nº 10768.001549/2011-64				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	No. CONTRATO	TERMO FINAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

08.376.900/0001-40	PETROBRÁS Petróleo Brasileiro	As áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária nos termos da Lei 9478/97	2050.0066098.11.2 (embarcação SUBHIKSHA) 2050.0066099.11.2 (prestação de serviços)	15/05/2015
Processo nº 10768.001548/2011-10				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	No. CONTRATO	TERMO FINAL
08.376.900/0001-40	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a Petrobrás for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0066096.11.2 2050.0066097.11.2 SUVARNA	15/05/2015
Processo nº 10768.001550/2011-99				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	No. CONTRATO	TERMO FINAL
08.376.900/0001-40	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a Petrobrás for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0066100.11.2 2050.0066103.11.2 SUDARKSHA	15/05/2015

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 197, DE 6 DE JULHO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e pela IN RFB nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 51, de 17 de fevereiro de 2011, publicado no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo nº 10768.018229/00-83		[1] Processo nº 10768.006213/2009-73	[2] Processo nº 10768.006214/2009-18	
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.101.311/0001-97	Petróleo Brasileiro S.A.	Campo em Produção: Bacia Sed. de Campos: ALBACORA	[1] 101.2.010.98-0 101.2.011.98-3 Ocean Yatzy	03.10.2014
		Campo em Produção: Bacia Sed. de Campos: BARRACUDA	[2] 101.2.023.00-1 101.2.024.00-4 Ocean Alliance	01.09.2015
		Campos em Exploração Bacia Sed. de Campos BC-2, 20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500 600; BM-C-3, 6, 14, 34, 35 e 36:	2050.0031892.07-2 2050.0031894.07-2 Ocean Yorktown	18.06.2014
		Campos em Produção: Albacora, Albacora Leste, Anequim, Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo, Bonito, Carapeba, Carapicu, Caratai, Caratinga, Caravela, Catuá, Caxaréu, Cherne, Congro, Corvina, Enchova, Enchova Oeste, Espadarte, Garoupa, Garoupinha, Linguado, Malhado, Mangangá, Marimba, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Maromba, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Pampo, Papa -Terra, Parati, Pargo, Pirambú, Piraúna, Roncador, Trilha, Vermelho, Viola, Voador e Xerelete.	2050.0034168.07-2 2050.0034169.07-2 Ocean Concord	14.08.2012
			2050.0039685.08-2 2050.0039687.08-2 Ocean Worker	26.02.2014
		Campos em Exploração: Bacia Sed. de Sergipe-Alagoas: SEAL-30; BM-SEAL-4; BT-SEAL-2, 4, 5, 12, 13 e 18. Bacia Sed. de Campos: BC-2, 20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500, 600; BM-C-3, 6, 14, 34, 35 e 36.	2050.0031896.07-2 2050.0031898.07-2 Ocean Whittington	28.07.2012

Processo nº 10768.005452/2009-14 Processo nº 10768.001831/2011-41 - retificação				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.101.311/0001-97	OGX Petróleo e Gás Ltda.	Áreas em que a OGX seja concessionária Da ANP nos termos da Lei 9.478/1997.	OGXLTD/2008/052 OGXLTD/2008/053 Ocean Lexington	06.02.2013

Processo nº 10768.000501/2010-58				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.101.311/0001-97	Petróleo Brasileiro S.A.	Campo em Produção: Bacia Sed. de Campos: PAMPO e BICUDO	186.2.004.04-2 4600004205 Ocean Winner	17.03.2015

Processo nº 10768.001243/2010-27				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.101.311/0001-97 42.101.311/0002-78	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a Petrobrás for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0053426.09.2 2050.0053425-09.2 Ocean Courage	27.02.2015

Processo nº 10768.002153/2010-53				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.101.311/0001-97 42.101.311/0002-78	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a Petrobrás for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0057235.10.2 2050.0057236.10.2 Ocean Valor	06.06.2013

Processo nº 10768.002198/2010-28				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.101.311/0001-97 42.101.311/0002-78	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a Petrobrás for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0057771.10.2 2050.0057226.10.2 Ocean Baroness	06.06.2013

Processo nº 10768.001725/2010-87				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.101.311/0001-97 42.101.311/0002-78	. OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia de Campos BM-C-39: C-M-466; BM-C-40: C-M-499; BM-C-41: C-M-592; BM-C-42: C-M-620 e BM-C-43: C-M-621. Bacia Sedimentar de Santos BM-S-56: S-M-226; BM-S-57: S-M-268; BM-S-58: S-M-270 e BM-S-59: S-M-314.	OGXLTD/2008/056 OGXLTD/2008/063 Ocean Quest	27.12.2011
			OGXLTD/2008/051 OGXLTD/2008/046 Ocean Ambassador	13.09.2012

Processo nº 10768.004103/2010-19				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.101.311/0001-97 42.101.311/0002-78	OGX Petróleo e Gás Ltda.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a OGX for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, de acordo com o ADE SRRF07 nº 177, de 13 de julho de 2010.	OGXLTD/2010/001 OGXLTD/2010/002 Ocean Scepter	30.11.2011

Processo nº 10768.008150/2010-23				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.101.311/0001-97 42.101.311/0002-78	. OGX Petróleo e Gás Ltda.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a OGX for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97.	OGXLTD/2009/135 OGXLTD/2009/134 Ocean Star	08.02.2013

Processo nº 10768.006593/2010-80				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
42.101.311/0001-97	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a Petrobrás for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	101.2.037.99-9 (Afretamento) 101.2.038.99-1 (Serviço) Ocean Clipper (NS-21)	10.12.2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo Nº 12448.721448/2011-51, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto Nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, sem vínculo a promitente comprador, o veículo marca Chevrolet, modelo Suburban blindado, ano de fabricação 1999, cor prata, motor a gasolina, potencia de 195 HP, chassis Nº 1GNGK26J6XJ536418, em nome do Consulado Geral dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro, CNPJ Nº 04.141.058/0001-06, importado por meio da DI Nº 01/0462676-8, desembaraçada em 14/05/2001, pela Alfândega do Porto de Suape.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo Nº 12448.722546/2011-14, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto Nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, sem vínculo a promitente comprador, o veículo marca Chevrolet, modelo Suburban Armored, tipo Passanger Van, ano de fabricação 2005, cor azul escuro, motor a gasolina, potencia de 250 HP, chassis Nº 3GNGK26G35G261383, em nome do Consulado Geral dos estados Unidos da América no Rio de Janeiro, CNPJ Nº 04.141.058/0001-06, importado por meio da DI Nº 06/0163309-6, desembaraçada em 14/02/2006, pela Alfândega do Porto de Itaguaí.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 5 DE JULHO DE 2011

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE Nº 33, de 21 de fevereiro de 2011, considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 39 a 41 da IN RFB Nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, resolve:

Art. 1º. Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, abaixo descrita:

Empresa : BABY & KIDS COMERCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA

CNPJ : 06.062.482/0001-90

Processo : 13896.720180/2011-15

Efeitos da inaptidão a partir de: 01/04/2011

WILLIAM LAPA SANTOS FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112, DE 5 DE JULHO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21/12/2010, publicado no D.O.U. de 23/12/2010, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Art. 1º - CANCELAR o Ato Declaratório Executivo DRF/RPO, Nº 104, de 21 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2011, Seção 1, página 21, relativo à nulidade da inscrição número 08.460.434/0001-86 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

JOSE CESAR AGOSTINHO COSTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 5 DE JULHO DE 2011

Declara nulidade de número de inscrição de pessoa física que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DRF/SJC/SP, no uso da competência delegada e especificada pela Portaria DRF/SJC Nº 75, de 12/05/2011, com fundamento no art. 30, I, da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10/06/2010, e considerando o constante do processo administrativo Nº 13884.720807/2011-77, resolve declarar:

Art.1º CANCELADA, de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas, a inscrição cadastrada sob o número 068.812.374-05, de titularidade de ISID ROSSI CHRISTOPHE, por haver sido atribuído mais de um número de inscrição para a mesma pessoa física.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALMEIDA DE FREITAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 5 DE JULHO DE 2011

Concede habilitação para uso do regime aduaneiro especial de exportação temporária de racks

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no DOU de 23 dezembro de 2010, e à vista do que consta do processo nº 12452.720066/2011-41 declara:

Artigo 1º - Fica concedida habilitação, em caráter precário, para utilizar os procedimentos simplificados para aplicação do regime aduaneiro especial de exportação temporária de recipientes, embalagens, envoltórios, carretéis, separadores, racks, clip locks, termógrafos e outros bens com finalidade semelhante, previstos na Instrução Normativa RFB nº 747, de 14 de junho de 2007, para a empresa PILKINGTON BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.736.732/0001-39, estabelecida na Rodovia Presidente Dutra s/n Km 133 - Santa Luzia - Caçapava/SP relativamente aos bens abaixo discriminados, destinados ao acondicionamento de vidros, classificados na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) - 7326.90.90 , a saber:

Quantidade	Descrição
1392	racks metálicos 1800 1180 1130 modelo 9071 - part number 191300120, número de série de 907102982 a 907103125; de 907103808 a 907103903; de 907104171 a 907105274; de 907105796 a 907105843
808	racks metálicos 1800 1180 0600 modelo 9074 - part number 191300121, número de série de 907400250 a 907400417 e de 907400562 a 907401201
450	racks metálicos 1550 0750 1120 modelo 9023 - part number 191300084, número de série de 902.310.136 a 902.310.585

Artigo 2º - A remessa dos bens descritos neste Ato poderá ser efetuada pela matriz e pelas filiais identificadas pelos CNPJ's 61.736.732/0003-09, 61.736.732/0005-62 e 61.736.732/0024-25.

Artigo 3º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 5 DE JULHO DE 2011

Declara nula a inscrição no CPF por ter sido considerada fraudulenta.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no DOU de 23 de dezembro de 2010, com base no disposto nos artigos 32 e 33, ambos da Instrução Normativa-IN RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010 e considerando o que consta no processo nº 16041.000080/2011-18, declara:

Art. 1º - NULA, a inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, CPF nº 234.648.488-17, em nome de Devair de Aguiar, por ter sido considerada fraudulenta.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 6 DE JULHO DE 2011

Inscrevem contribuintes no registro especial destinado a estabelecimento que realize importação de bebidas alcoólicas.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria DEFIS/SPO nº 49 de 21de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Nº 150 - Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 08190/109, o estabelecimento da empresa GAM AFFARI D'ITALIA - IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE VINHOS LTDA EPP, inscrito no CNPJ sob o número 10.532.178/0001-37, localizado na Rua Machado Bittencourt nº 205 - CJ.22 - Vila Clementino - São Paulo/SP, de acordo com os autos do processo nº 19515.000725/2011-97.

Nº 151 - Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 08190/110, o estabelecimento da empresa IMIGRANTES MERCANTIL LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 04.517.343/0001-89, localizado na Av. Miguel Stefano nº 2096 - Água Funda - São Paulo/SP, de acordo com os autos do processo nº 19515.000773/2011-85.

Nº 152 - Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 08190/111, o estabelecimento da empresa MIL SABORES IMPORTAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 00.647.720/0001-43, localizado na Rua Indiana nº 210 - Brooklin - São Paulo/SP, de acordo com os autos do processo nº 19515.720144/2011-75.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALBERTO PEREIRA DA SILVA

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 255, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Cancela o Ato Declaratório Executivo DRF/CTA n° 88, de 03/03/2008, DOU de 06/03/2008, que conferiu à pessoa jurídica interessada habilitação ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA-PR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12, § 2°, da Instrução Normativa RFB no 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista que a interessada apresentou a informação da conclusão do projeto ao qual estava habilitada ao REIDI, e ainda o que consta do processo administrativo no 10980.002601/2008-80, declara:

Art. 1o Cancelado o ADE DRF/CTA n° 88, de 03/03/2008, DOU de 06/03/2008, que conferiu à CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S/A., inscrita no CNPJ sob o no 08.703.867/0001-15, habilitação ao REIDI para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações, de que trata o art. 2º do Decreto nº 6.144, de 2007, destinadas à construção da PCH Bocaiúva, construída no município de Brasnorte, estado do Mato Grosso.

Art. 2o Com o cancelamento da habilitação, a pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação cancelada.

Art. 3o Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 118, DE 6 DE JULHO 2011

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 295, inciso IX, combinado com o Artigo 220 e o artigo 307 inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no art. 3º, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e de acordo com o processo administrativo nº 16511.000412/2011-81 de 20 de junho de 2011, declara:

Artigo 1º - Inscrita no Registro especial como estabelecimento importador de bebidas alcoólicas, sob o número 09201/067, o estabelecimento da Pessoa Jurídica SHOUTH SERVICE TRADING S/A, CNPJ nº 93.101.632/0003-94, situada na ROD BR 101, KM 116, Armazém nº 3136, 2º Piso, Sala 04, Bairro Salseiros, Itajaí/SC.

Artigo 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 119, DE 6 DE JULHO 2011

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 295, inciso IX, combinado com o Artigo 220 e o artigo 307 inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no art. 3º, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e de acordo com o processo administrativo nº 16511.000347/2011-93 de 19 de maio de 2011, declara:

Artigo 1º - Inscrita no Registro especial como estabelecimento importador de bebidas alcoólicas, sob o número 09201/068, o estabelecimento da Pessoa Jurídica BUAIZ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A, CNPJ nº 27.336.197/0004-33, situada na Av. Marcos Konder, nº 1207, Sala 102, Centro, Itajaí/SC.

Artigo 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 1º DE JULHO DE 2011

Divulga enquadramento e reenquadramento de bebidas alcoólicas classificadas nos códigos 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA (SC), no uso da competência sub-delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 4 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7,212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), e o disposto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008, DECLARA:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º Os produtos referidos no art. 1º acondicionados em recipientes de capacidade superior a 1.000 ml (um mil mililitros) estão sujeitos à incidência do IPI proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de 1.000 ml (um mil mililitros), arredondando-se para 1.000 ml (um mil mililitros) a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9º do art. 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi).

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Parágrafo único. Para as marcas de vinho comum ou de consumo corrente, comercializadas em vasilhame retornável, o enquadramento do produto dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante deste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso I do § 2º do art. 210 do Ripi.

Art. 4º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, que observarão o disposto no § 2º do art. 211 do Ripi.

Art. 5º O deferimento do pedido de enquadramento ou reenquadramento não convalida a classificação fiscal informada pelo contribuinte, tampouco produz os efeitos próprios de solução de consulta sobre classificação de mercadorias de que trata a Instrução Normativa RFB nº 740, de 2 de maio de 2007, conforme disposto no inciso II do § 3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008.

Art. 6º Quanto às solicitações de enquadramento/reenquadramento indeferidas, o Contribuinte, poderá reencaminhar novo pedido, se desejar e for cabível, conforme § 4º do art. 5º da IN RFB 866, de 6 de agosto de 2008.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de julho de 2011.

OTTO MARESCH

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de Bebidas para efeito de cálculo e pagamento do IPI

(01) 00.208.840/0001-44 (INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS MONDADORI LTDA EPP)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
00.208.840/0001-44	ERVAS AMARGAS M MONDADORI	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H

(03) 02.661.226/0001-69 (INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS PINHEIRENSE LTDA)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
02.661.226/0001-69	DEL TREVI (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
02.661.226/0001-69	VINHO BRANCO DE MESA SUAVE MARCA DEL TREVI (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
02.661.226/0001-69	VINHO TINTO DE MESA SECO DEL TREVI (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
02.661.226/0001-69	VINHO TINTO DE MESA SUAVE DEL TREVI (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
02.661.226/0001-69	VINHO BRANCO DE MESA SECO NIAGARA (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
02.661.226/0001-69	VINHO TINTO DE MESA SECO BORDO DEL TREVI (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
02.661.226/0001-69	SIDRA GASEIFICADA DOCE PULLMAN	De 376ml até 670ml	2206.00.10	B

(16) 07.809.855/0001-07 (VINÍCOLA SANTA AUGUSTA LTDA)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
07.809.855/0001-07	SANTA AUGUSTA - VINHO TINTO FINO SECO CABERNET SAUVIGNON/MERLOT (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
07.809.855/0001-07	SANTA AUGUSTA - VINHO BRANCO FINO SECO MOSCATO GIALLO (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
07.809.855/0001-07	SANTA AUGUSTA - VINHO BRANCO FINO SECO CHARDONNAY (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
07.809.855/0001-07	SANTA AUGUSTA - VINHO BRANCO FINO SECO SAUVIGNON BLANC (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
07.809.855/0001-07	SANTA AUGUSTA - VINHO ROSADO FINO SECO (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
07.809.855/0001-07	SANTA AUGUSTA - VINHO ESPUMANTE BRANCO BRUT	De 671ml até 1000ml	2204.10.10	O

(17) 08.053.764/0001-57 (DENILSO ZANGALLI)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
08.053.764/0001-57	ZANGALLI (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C

(28) 79.646.501/0001-08 (INDUSTRIA DE BEBIDAS SETE COLINAS LTDA)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
79.646.501/0001-08	COLINA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	COQUETEL DE FERMENTADO DE MAÇÃ COM SUCO NATURAL DE UVAS TINTAS - 7 COLINAS	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	DRESDEN	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	DRESDEN	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	DRESDEN	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
79.646.501/0001-08	7 COLINAS -PÊSSEGO	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
79.646.501/0001-08	7 COLINAS	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS PESSEGO	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS BRANCO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS BRANCO	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS - SECO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS - SECO	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS TINTO	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS TINTO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	COQUETEL 7 COLINAS	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	DRESDEN COLA GASEIFICADO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00 Ex 02	I
79.646.501/0001-08	DRESDEN-SECO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	DRESDEN-SECO	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS TINTO	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
79.646.501/0001-08	7 COLINAS BRANCO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS BRANCO	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS AÇAI	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS AÇAI	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	DRESDEN BRANCO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	DRESDEN BRANCO	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	CATUABA CATIVA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	7 COLINAS AÇAI	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
79.646.501/0001-08	DRESDEN AÇAI	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	DRESDEN AÇAI	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
79.646.501/0001-08	ICE STREET SABOR LIMAO	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
79.646.501/0001-08	ICE STREET SABOR LIMAO	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	ICE STREET HILLS LIMAO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00 Ex 02	I
79.646.501/0001-08	ICE STREET HILLS LIMAO	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	ICE STREET HILLS LIMAO	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
79.646.501/0001-08	ICE STREET HILLS COLA	De 671ml até 1000ml	2208.90.00 Ex 02	I
79.646.501/0001-08	ICE STREET HILLS COLA	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	ICE STREET HILLS COLA	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
79.646.501/0001-08	AÇAI BATE SOL	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	COCO BATE SOL	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	MARACUJA BATE SOL	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	CATUABA WALEIRA B	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	CANELA BATE SOL	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	MORANGO BATE SOL	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	LIMÃO BATE-SOL	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	MENTA BATE-SOL	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	TANGERINA - BATE SOL	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	AMENDOIM BATE-SOL	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	PESSEGO BATE SOL	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	7 COLINAS CACAU	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	7 COLINAS CACAU	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
79.646.501/0001-08	7 COLINAS LIMAO	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	7 COLINAS LIMAO	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

79.646.501/0001-08	7 COLINAS AÇAÍ	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	7 COLINAS AÇAI	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
79.646.501/0001-08	7 COLINAS PESSEGO B	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	7 COLINAS PESSEGO B	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
79.646.501/0001-08	7 COLINAS KIWI	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
79.646.501/0001-08	7 COLINAS MORANGO	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	7 COLINAS MORANGO	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
79.646.501/0001-08	7 COLINAS COCO	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	7 COLINAS COCO	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
79.646.501/0001-08	7 COLINAS MARACUJA	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	7 COLINAS MARACUJA	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
79.646.501/0001-08	CATUABA CATIVA B	De 376ml até 670ml	2208.90.00 Ex 02	G
79.646.501/0001-08	ICE STREET HILLS AÇAI	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
79.646.501/0001-08	ICE COLA DUBAY	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E

(34) 81.848.285/0001-17 (VINÍCOLA PANCERI LTDA EPP)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
81.848.285/0001-17	CATARINA (VINHO FINO)	Acima de 2000ml	2204.29.00	H
81.848.285/0001-17	ALTOS (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J

(38) 83.052.191/0016-49 (EMPRESA DE PESQ. AGROPEC. E EXT. RURAL DE SANTA CATARINA S/A)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
83.052.191/0016-49	EPAGRI (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	K

(49) 86.549.425/0001-70 (VINHOS DUELO LTDA)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
86.549.425/0001-70	SANGRIA DUELO (SANGRIA)	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
86.549.425/0001-70	SANGRIA SULDEGA (SANGRIA)	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D

(50) 86.549.425/0002-50 (VINHOS DUELO LTDA)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
86.549.425/0002-50	SANGRIA DUELO (SANGRIA)	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
86.549.425/0002-50	SANGRIA SULDEGA (SANGRIA)	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
86.549.425/0002-50	DUELO MAÇA	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
86.549.425/0002-50	CANINHA BUCHUDINHA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	D

(51) 86.549.524/0001-51 (VINÍCOLA ZAGO LTDA)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
86.549.524/0001-51	LA PASSIONE (SECO BORDÔ) (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C

(61) 09.134.953/0001-17 (VINICOLA KRANZ LTDA)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
09.134.953/0001-17	KRANZ ROSÉ BRUT	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	O
09.134.953/0001-17	KRANZ ROSÉ DEMI SEC	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	N
09.134.953/0001-17	KRANZ VIOGNIER (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
09.134.953/0001-17	KRANZ CHARDONNAY (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
09.134.953/0001-17	KRANZ SAUVIGNON BLANC (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
09.134.953/0001-17	KRANZ ROSÉ MERLOT/CABERNET SAUVIGNON (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J

(62) 08.510.553/0001-04 (COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES E AGROINDUSTRIAS DO MUNICIPIO DE PALMITOS - COOLONIALE)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
08.510.553/0001-04	CANTINA DEMOZZI-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	F
08.510.553/0001-04	CANTINA DEMOZZI-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
08.510.553/0001-04	CANTINA DEMOZZI-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
08.510.553/0001-04	CANTINA DEMOZZI-VINHO TINTO SECO BORDO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	F
08.510.553/0001-04	CANTINA DEMOZZI-VINHO TINTO SECO BORDO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
08.510.553/0001-04	CANTINA DEMOZZI-VINHO TINTO SECO BORDO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO TINTO CABERNET SAUVIGNON (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO TINTO CABERNET SAUVIGNON (VINHO FINO)	Acima de 1000ml	2204.21.00	H
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO TINTO CABERNET SAUVIGNON (VINHO FINO)	Acima de 2000ml	2204.29.00	H
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO TINTO SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO TINTO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	F
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO TINTO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	F
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO ROSADO SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO ROSADO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	F
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO ROSADO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO TINTO SECO BORDO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO TINTO SECO BORDO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	F
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO TINTO SECO BORDO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
08.510.553/0001-04	BELL' VIN-VINHO TINTO SECO BORDO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
08.510.553/0001-04	BELL' VIN-VINHO TINTO SECO BORDO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
08.510.553/0001-04	BELL' VIN-VINHO TINTO SECO BORDO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
08.510.553/0001-04	BELL' VIN-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
08.510.553/0001-04	BELL' VIN-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	F
08.510.553/0001-04	BELL' VIN-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
08.510.553/0001-04	FAMILIA VACCARIN-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
08.510.553/0001-04	FAMILIA VACCARIN-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	F
08.510.553/0001-04	FAMILIA VACCARIN-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
08.510.553/0001-04	FAMILIA VACCARIN-VINHO TINTO SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
08.510.553/0001-04	FAMILIA VACCARIN-VINHO TINTO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	F
08.510.553/0001-04	FAMILIA VACCARIN-VINHO TINTO SECO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO BRANCO SECO (VINHO COMUM)	De 181ml até 375ml	2204.21.00	C
08.510.553/0001-04	CANTINA TONICO-VINHO TINTO SECO (VINHO COMUM)	De 181ml até 375ml	2204.21.00	C

(64) 12.678.989/0001-76 (VINHOS DUELO DO SUL LTDA)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
12.678.989/0001-76	DUELO MORANGO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO PESSEGO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO MAÇA	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO TANGERINA	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO COCO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO MENTA	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO LIMÃO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO CACAU	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO GROSELHA	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO JURUBEBA	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO JURUBEBA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
12.678.989/0001-76	DUELO CATUABA	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO CATUABA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
12.678.989/0001-76	DUELO MARACUJA	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	CANINHA DUELO (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	D
12.678.989/0001-76	CANINHA DUELO (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
12.678.989/0001-76	DUELITO (AGUARDENTE COMPOSTA E BEBIDA ALCOOLICA,DE GENGIBRE)	De 181ml até 375ml	2208.90.00	D
12.678.989/0001-76	DUELO COQ. TINTO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO COQ. TINTO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
12.678.989/0001-76	DUELO COQ. TINTO	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
12.678.989/0001-76	DUELO AÇAI	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.678.989/0001-76	DUELO AÇAI	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
12.678.989/0001-76	DUELO AÇAI	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
12.678.989/0001-76	DUELO NIGHT ICE	De 181ml até 375ml	2208.90.00Ex 02	E
12.678.989/0001-76	VINHO TINTO DUELO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
12.678.989/0001-76	VINHO TINTO DUELO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
12.678.989/0001-76	VINHO DUELO BRANCO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
12.678.989/0001-76	VINHO DUELO BRANCO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
12.678.989/0001-76	CANINHA BUCHUDINA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	D
12.678.989/0001-76	DUELO CACHAÇA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	M
12.678.989/0001-76	DUELO MORANGO	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
12.678.989/0001-76	DUELO MAÇA	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B

(65) 12.679.101/0001-10 (BEBIDAS FLORETE LTDA)

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
12.679.101/0001-10	MARACUJÁ DUELO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	CACAU DUELO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	CATUABA DUELO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	COCO DUELO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	LIMÃO DUELO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	MORANGO DUELO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	PÊSSEGO DUELO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	MAÇÃ DUELO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	TANGERINA DUELO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	MARACUJÁ FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	CACAU FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	CATUABA FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	COCO FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	LIMÃO FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	MORANGO FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	PÊSSEGO FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	MAÇÃ FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	TANGERINA FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	CATUABA DUELO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
12.679.101/0001-10	JURUBEBA DUELO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
12.679.101/0001-10	POPAI	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
12.679.101/0001-10	FLORETE	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
12.679.101/0001-10	TERRA SANTA	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
12.679.101/0001-10	ICE DUELO NIGHT LIMÃO	De 181ml até 375ml	2208.90.00Ex 02	E
12.679.101/0001-10	ICE BLACK PINE LIMÃO	De 181ml até 375ml	2208.90.00Ex 02	E
12.679.101/0001-10	ICE DUELO NIGHT LIMÃO	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
12.679.101/0001-10	ICE BLACK PINE LIMÃO	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
12.679.101/0001-10	ICE DUELO NIGHT GUARANÁ	De 181ml até 375ml	2208.90.00Ex 02	E

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12.679.101/0001-10	CANINHA FLORETE (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	D
12.679.101/0001-10	CANINHA FLORETE (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
12.679.101/0001-10	CANINHA DUELO (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	D
12.679.101/0001-10	CANINHA DUELO (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
12.679.101/0001-10	AÇAÍ DUELO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	JURUBEBA DUELO	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	AÇAÍ FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	JURUBEBA FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	FLORETE	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	POPAI	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
12.679.101/0001-10	TERRA SANTA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
12.679.101/0001-10	FLORETE	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
12.679.101/0001-10	TERRA SANTA	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	POPAI	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
12.679.101/0001-10	TERRA SANTA	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
12.679.101/0001-10	DUELO (TINTOS E BRANCOS, SECOS E SUAVES) (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
12.679.101/0001-10	DUELO (TINTOS E BRANCOS, SECOS E SUAVES) (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	C
12.679.101/0001-10	DUELO (TINTOS E BRANCOS, SECOS E SUAVES) (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
12.679.101/0001-10	DUELO (CASCA DURA) (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
12.679.101/0001-10	SULDEGA (TINTOS E BRANCOS, SECOS E SUAVES) (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
12.679.101/0001-10	SULDEGA (TINTOS E BRANCOS, SECOS E SUAVES) (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	C
12.679.101/0001-10	SULDEGA (TINTOS E BRANCOS, SECOS E SUAVES) (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
12.679.101/0001-10	FLORETE (TINTOS E BRANCOS, SECOS E SUAVES) (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
12.679.101/0001-10	FLORETE (TINTOS E BRANCOS, SECOS E SUAVES) (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	C
12.679.101/0001-10	FLORETE (TINTOS E BRANCOS, SECOS E SUAVES) (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
12.679.101/0001-10	DUELO (GENGIBRE) (AGUARDENTE COMPOSTA E BEBIDA ALCOOLICA,DE GENGIBRE)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	I
12.679.101/0001-10	DUELO (PÊSSEGO) (COOLER)	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	G
12.679.101/0001-10	DUELO (ABACAXI) (COOLER)	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	G
12.679.101/0001-10	DUELO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
12.679.101/0001-10	DUELO	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
12.679.101/0001-10	DUELO	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	L
12.679.101/0001-10	VODKA DUELO	De 376ml até 670ml	2208.60.00	H
12.679.101/0001-10	VODKA DUELO	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	L

10ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 5 DE JULHO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.480	Tamires Dias de Oliveira	012.634.430-28
10A.04.481	Erick Félix da Costa Pinto	020.934.060-63
10A.04.482	Simone Duarte Cézar	004.282.870-85
10A.04.483	Emerson do Prado Silveira	006.547.970-05
10A.04.484	Patricia Valadão Teixeira Vera	802.807.300-04
10A.04.485	Clayton Silveira Fernandes	462.641.830-91
10A.04.486	Ana Denize Vargas de Souza	016.930.940-10
10A.04.487	Wagner Alberto Lima Rosca	013.647.100-56
10A.04.490	Francine Tubino Arruda	022.191.270-36

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA MEDEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 5 DE JULHO DE 2011

Declara a inscrição no Registro Especial dos estabelecimentos produtores e engarrafadores de bebidas alcoólicas e respectivos produtos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA - RS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, considerando o disposto nos artigos 331 à 338 do Regulamento do Imposto de Produtos Industrializados - RIPI aprovado pelo decreto 7.212 de 15/06/2010 tendo em ao disposto no Art. 3º da Instrução Normativa 504 de 03/02/2005 com redação dada pela Instrução Normativa número 1.065, de 16 de agosto de 2010 e considerando o que consta no Processo Administrativo Nr. 18329.000080/2010-46 declara:

Art. 1º Fica concedido à empresa COOPERATIVA VINÍCOLA NOVA ALIANÇA LTDA inscrita no CNPJ sob o número 88.612.486/0003-21 com sede na localidade de Passo dos Guedes - Fazenda Santo Antonio no município de Santana do Livramento - RS o Registro Especial de Estabelecimento como Engarrafador de Bebida alcoólica número 10103/041 para os produtos abaixo especificados:

Produto	Marca Comercial	NCM	Classe	Capacidade Recipiente	Tipo Recipiente
Vinho Fino Branco Seco Chardonnay	Santa Colina	2204.21.00	H	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Branco Seco Gewurztraminer	Santa Colina	2204.21.00	H	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Tinto Seco Merlot	Santa Colina	2204.21.00	H	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Tinto Seco Tannat	Santa Colina	2204.21.00	H	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Demi-Sec Cabernet Sauvignon	Santa Colina	2204.21.00	H	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Tinto Seco Pinot Noir	Santa Colina	2204.21.00	H	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Seco Cabernet Sauvignon	Santa Colina	2204.21.00	H	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Tinto Seco Estilo Merlot	Santa Colina	2204.21.00	I	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Tinto Seco Estilo Chardonnay	Santa Colina	2204.21.00	I	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Tinto Seco Estilo Tannat	Santa Colina	2204.21.00	I	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Tinto Seco Estilo Cabernet Sauvignon	Santa Colina	2204.21.00	I	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Branco Seco Premium Chardonnay	Santa Colina	2204.21.00	J	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Branco Seco Premium Sauvignon Blanc	Santa Colina	2204.21.00	J	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Tinto Seco Premium Cabernet Sauvignon	Santa Colina	2204.21.00	J	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Tinto Seco Premium Tannat	Santa Colina	2204.21.00	J	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Tinto Seco Reserva Cabernet Sauvignon	Santa Colina	2204.21.00	J	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Branco Reserva Seco Chardonnay	Santa Colina	2204.21.00	J	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Fino Tinto Seco Reserva Tannat	Santa Colina	2204.21.00	J	750 ml	Vidro Não Retornável
Filtrado Doce Branco	Collina Del Solle	2204.30.00	D	660 ml	Vidro Não Retornável
Filtrado Doce Rose	Collina Del Solle	2204.30.00	D	660 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Rosado EspumanteNatural Meio Doce	Santa Colina	2204.10.10	K	660 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Braço EspumanteNatural Meio Doce	Santa Colina	2204.10.10	K	660 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Branco Moscatel Espumante	Santa Colina	2204.10.90	K	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Rosado Moscatel Espumante	Santa Colina	2204.10.90	K	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Branco Espumante Natural Demi-Sec	Santa Colina	2204.21.00	L	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Santa Colina	2204.10.10	L	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Branco Moscatel Espumante	Aliança	2204.10.90	L	750 ml	Vidro Não Retornável
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Aliança	2204.10.10	L	750 ml	Vidro Não Retornável

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE RAMPELOTTO

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.790, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 24/06/11, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
VILLAS RODIL AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 01.209.285/0001-38
Anterior Denominação Social
NEXIA VILLAS RODIL AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 01.209.285/0001-38

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

BANCO DO BRASIL S/A
BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011

Em vinte e sete de abril de dois mil e onze, às quinze horas e trinta minutos, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária do Acionista da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (CNPJ 27.833.136/0001-39; NIRE: 5330000467-6), na Sede Social da Empresa, Setor Bancário Sul, Quadra 01, bloco A, 7º andar (parte), Brasília - DF, tendo comparecido o Banco do Brasil S.A., seu único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente, Sr. Ivan de Souza Monteiro, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. André Luís Cortes Mussili, Diretor-Presidente da BB Corretora, que, ao instalar a Assembleia, registrou a presença do Sr. Eustáquio Wagner Guimarães Gomes, membro do Conselho Fiscal, e convidou o Sr. Luiz Cláudio Ligabue para atuar como Secretário. Em seguida, o Sr. Presidente informou que os assuntos constantes da ordem do dia eram as matérias previstas nos artigos 132, 152 e 162 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. O acionista da Companhia decidiu: a) aprovar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício de 2010, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, todos publicados em 03.03.2011 no Diário Oficial da União e no jornal Correio Braziliense - Brasília (DF); b) aprovar a destinação do Lucro Líquido, referente ao exercício de 2010, da seguinte forma:

R$ mil
Exerc/2010
- Lucro Líquido 114.831
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (28.708)
Dividendo adicional (86.123)
Total destinado ao acionista 114.831

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) eleger os Membros do Conselho Fiscal, a seguir qualificados, para cumprirem o mandato 2011/2012, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias: Representantes da União indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda Titular: JULIÊTA ÁLIDA GARCIA VERLEUN, brasileira, casada, economista, inscrita no CPF sob o nº 473.105.616-00, portadora da Carteira de Identidade nº 1.629.552, expedida em 14.09.1997 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 4º andar, sala 401, Ministério da Fazenda - Brasília (DF); Suplente: PATRÍCIA LAURENTINO DE MESQUITA, brasileira, casada, graduada em comunicação social, inscrita no CPF sob o nº 579.649.551-87, portadora da Carteira de Identidade nº 1.202.115, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 5º andar, Ministério da Fazenda - Brasília (DF); Representantes do Tesouro Nacional indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda Titular: EZIO DE LUNA FREIRE JUNIOR, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 027.838.418-86, portador da Carteira de Identidade nº 2.204.765, expedida em 26.11.1999 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, ala B, sala 130, Secretaria do Tesouro Nacional - Brasília (DF); Suplente: JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS, brasileiro, solteiro, economista, inscrito no CPF sob o nº 665.559.571-15, portador da Carteira de Identidade nº 817.921, expedida em 15.12.1987 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, Codip, Ministério da Fazenda - Brasília (DF). Membros eleitos pelo Banco do Brasil Titular: SÉRGIO AUGUSTO KUROVSKI, brasileiro, casado, graduado em comércio exterior, inscrito no CPF sob o nº 088.538.728-70, portador da Carteira de Identidade nº 182.364.057, expedida em 30.09.1991 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 01, bloco A, 7º andar (parte) - Brasília (DF); Suplente: EUSTÁQUIO WAGNER GUIMARÃES GOMES, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 009.513.746-72, portador da Carteira de Identidade nº 4.332, expedida em 28.10.1980 pelo Conselho Regional de Administração de Minas Gerais. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 01, bloco A, 7º andar (parte) - Brasília (DF); d) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal no mesmo valor estipulado para os Conselheiros Fiscais do Banco do Brasil S.A.; e) eleger os membros da Diretoria, abaixo qualificados, para cumprirem o mandato 2011/2014, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias: Diretor-Presidente: ANDRÉ LUÍS CORTES MUSSILI, brasileiro, casado, economista, portador do CPF nº 954.990.327-34 e da carteira de Identidade nº 07.581.323-8, expedida em 20.12.1993 pela Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 01, bloco A, 7º andar (parte) - Brasília (DF); Diretora-Gerente: IRENE ALBUQUERQUE AZEVEDO GOMES, brasileira, engenheira agrônoma, inscrita no CPF sob o nº 372.874.861-72, portadora da Carteira de Identidade n° 774.978, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 01, bloco A, 7º andar (parte) - Brasília (DF); Diretor-Técnico: MARCELO DE REZENDE AMBRÓSIO, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o nº 379.495.511-00, portador da Carteira de Identidade nº 765.059, emitida em 18.10.1993, pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 01, bloco A, 7º andar (parte) - Brasília (DF); f) aprovar que aos Diretores eleitos não caberá remuneração pelo exercício do cargo, por já serem remunerados pelo Banco do Brasil S.A. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária do Acionista da BB-Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., da qual eu, ass.) Luiz Cláudio Ligabue, Secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) André Luís Cortes Mussili, Diretor-Presidente da BB-Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., Presidente da Assembleia e Ivan de Souza Monteiro, Representante do Banco do Brasil. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA TRANSCRITA DO LIVRO 08, FOLHAS 36 A 38. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o Registro em 06.06.2011, sob o número 20110407792 - Luiz Fernando P. de Figueiredo, Secretário-Geral.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 6 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 25ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.35762, resolve:

Nº 1.462 - Ratificar a condição de anistiado político de CORALIO DE CASTRO PEREIRO portador do CPF nº 211.758.298-20, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 25ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.35763, resolve:

Nº 1.463 - Ratificar a condição de anistiado político de GUIDO FONTGALLANDA, portador do CPF nº. 000.111.933-87, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão realizada no dia 21 de janeiro de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.35770, resolve:

Nº 1.464 - Ratificar a condição de anistiado político de GUILHERME FERNANDES, portador do CPF nº. 165.062.788-20, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.35927, resolve:

Nº 1.465 - Ratificar a condição de anistiada política de REZEMAR DA GRAÇA SILVA, portadora do CPF nº. 275.087.058-58, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.35945, resolve:

Nº 1.466 - Ratificar a condição de anistiado político de AMELIA VASCONCELLOS portador do CPF nº 091.536.088-87, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.35975, resolve:

Nº 1.467 - Ratificar a condição de anistiado político de ASAEL MARQUES PINTO, portador do CPF nº. 311.480.777-15, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36143, resolve:

Nº 1.468 - Ratificar a condição de anistiado político de ANTONIO FONSECA, portador do CPF nº. 433.306.498-87, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36145, resolve:

Nº 1.469 - Ratificar a condição de anistiado político de SEVERO MONGELO, portador do CPF nº. 090.627.930-53, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36247, resolve:

Nº 1.470 - Ratificar a condição de anistiado político de MARIO DE LIMA portador do CPF nº 024.477.208-82, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 125ª Sessão realizada no dia 25 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº. 2003.01.36291, resolve:

Nº 1.471 - Ratificar a condição de anistiada política de ANTONIA MARIANO DA SILVA, portadora do CPF nº. 074.959.274-53, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36293, resolve:

Nº 1.472 - Ratificar a condição de anistiado político de WILSON OLIMPIO DE MELLO portador do CPF nº 078.218.670-04, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 28ª Sessão realizada no dia 16 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36332, resolve:

Nº 1.473 - Ratificar a condição de anistiado político de REGINALDO DIAS DO NASCIMENTO portador do CPF nº 745.862.977-00, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36348, resolve:

Nº 1.474 0 Ratificar a condição de anistiado político de CLAUDIONOR FLORENTINO ROCHA, portador do CPF nº. 161.333.668-34, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36366, resolve:

Nº 1.475 - Ratificar a condição de anistiado político de CLAUDIONOR OLIVEIRA portador do CPF nº 284.407.817-68, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 38ª Sessão realizada no dia 07 de abril de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36383, resolve:

Nº 1.476 - Ratificar a condição de anistiado político de DOMINGOS GARCIA, portador do CPF nº. 044.164.068-00, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36396, resolve:

Nº 1.477 - Ratificar a condição de anistiado político de GERALDO SOARES, portador do CPF nº. 284.487.667-68, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36401, resolve:

Nº 1.478 - Ratificar a condição de anistiado político de DOMINGOS PRADO, portador do CPF nº. 151.445.008-97, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 28ª Sessão realizada no dia 16 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36417, resolve:

Nº 1.479 - Ratificar a condição de anistiado político de WALDEMIRO GONÇALVES BEZERRA portador do CPF nº 011.010.564-87, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36427, resolve:

Nº 1.480 - Ratificar a condição de anistiado político de LUIZ ANICETO DE SOUZA, portador do CPF nº. 208.227.408-00, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36429, resolve:

Nº 1.481 - Ratificar a condição de anistiado político de NILO GARCIA DIZ, portador do CPF nº. 125.797.348-72, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36431, resolve:

Nº 1.482 - Ratificar a condição de anistiado político de SANTOS BOBADILLA portador do CPF nº 280.069.338-04, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36440, resolve:

Nº 1.483 - Ratificar a condição de anistiado político de JAYME BARRETO PEIXOTO portador do CPF nº 187.228.737-91, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36460, resolve:

Nº 1.484 - Ratificar a condição de anistiado político de MANOEL AMORIM, portador do CPF nº. 315.793.618-20, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36463, resolve:

Nº 1.485 - Ratificar a condição de anistiado político de PEDRO VIEIRA, portador do CPF nº. 093.768.448-15, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 125ª Sessão realizada no dia 25 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº. 2003.01.36466, resolve:

Nº 1.486 - Ratificar a condição de anistiada política de ERODIRCE NOBRE GOMES, portadora do CPF nº. 515.623.597-20, e indeferir os demais pedidos nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36477, resolve:

Nº 1.487 - Ratificar a condição de anistiado político de LUCIANO SALAZAR DA SILVA FERREIRA, portador do CPF nº. 004.497.507-44, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 125ª Sessão realizada no dia 25 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36480, resolve:

Nº 1.488 - Ratificar a condição de anistiada política de NAIR DIAS VIEIRA, portadora do CPF nº. 379.785.600-82, e indeferir os demais pedidos nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 62ª Sessão realizada no dia 20 de agosto de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36482, resolve:

Nº 1.489 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de SEBASTIÃO LINHARES DE ASSIS BEZERRA filho de LEONOR LINHARES ASSIS BEZERRA, e indeferir os demais pedidos formulados por DILMA GOMES BEZERRA portadora do CPF n 730.422.428-20, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 68ª Sessão realizada no dia 03 de setembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36483, resolve:

Nº 1.490 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de MARCOS ANDREOTTI filho de MARIA ANDREOTTI, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36528, resolve:

Nº 1.491 - Ratificar a condição de anistiado político de FIRMINO ANTÔNIO DA SILVA NETO portador do CPF nº 073.905.997-15, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36661, resolve:

Nº 1.492 - Ratificar a condição de anistiado político de CARLOS DANILO CASTELO BRANCO, portador do CPF nº. 002.499.393-04, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 30ª Sessão realizada no dia 17 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.36688, resolve:

Nº 1.493 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de EPIPHANIO DE OLIVEIRA BRAGA filho de AURELIA MARIA DO NASCIMENTO, e indeferir os demais pedidos formulados por ARLETTE DE OLIVEIRA CASTRO, portadora do CPF nº. 824.363.807-59, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36703, resolve:

Nº 1.494 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de PAULO GRAZIOLI filho de VIRGINIA ROSA D. ASCENÇÃO, sem efeitos financeiros a HELENA COSTA GRAZIOLI, portadora do CPF nº. 733.411.347-00, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36751, resolve:

Nº 1.495 - Ratificar a condição de anistiada política de ELEONORA DA COSTA MATTOS, portadora do CPF nº. 021.231.187-53, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.01.36773, resolve:

Nº 1.496 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de IZA OLIVEIRA PAULA filha de 418.648.597-68, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 10 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.36776, resolve:

Nº 1.497 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de MIRIAM CALDAS VIANNA filha de 553.504.107-68, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 45ª Sessão realizada no dia 14 de abril de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.01.37215, resolve:

Nº 1.498 - Ratificar a condição de anistiado político de JOSE DE MELLO, portador do CPF nº. 008.946.458-38, e indeferir os demais pedidos nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 29ª Sessão realizada no dia 01 de julho de 2009, no Requerimento de Anistia nº. 2002.01.37306, resolve:

Nº 1.499 - Ratificar a condição de anistiado político de SEBASTIÃO CASTANHAR, portador do CPF nº. 106.228.229-04, e indeferir os demais pedidos nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 125ª Sessão realizada no dia 25 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº. 2004.01.39797, resolve:

Nº 1.500 - Ratificar a condição de anistiado político de NILSON SILVA, portador do CPF nº. 015.403.277-87, e indeferir os demais pedidos nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 115ª Sessão realizada no dia 12 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.39831, resolve:

Nº 1.501 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de RUBENS MENA BARRETO COSTA filho de HERMELINDA MENNA BARRETO COSTA, e indeferir os demais pedidos formulados por FRANCISCO DE ASSIS DE AZEREDO COSTA, portadora do CPF nº 029.291.630-20, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 100ª sessão realizada no dia 21 de outubro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.40273, resolve:

Nº 1.502 - Ratificar a condição de anistiado político de JOSÉ ANTONIO FERRARI portador do CPF nº 024.897.868-30, e conceder a contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos, do período de 01.08.1988 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I e III da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 121ª Sessão realizada no dia 18 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº. 2004.01.41559, resolve:

Nº 1.503 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de ALDINO MOREIRA DE MIRANDA filho de OLINDA FERREIRA DA SILVA, sem efeitos financeiros, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 123ª Sessão realizada no dia 21 de novembro de 2007, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.44951, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 1.504 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de RANUSIA ALVES RODRIGUES filho de AUREA ALVES SIQUEIRA, e indeferir os demais pedidos formulados por VANUZIA SERGIO DE AQUINO, portadora do CPF nº 692.711.354-15, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 77ª Sessão realizada no dia 16 de setembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.45974, resolve:

Nº 1.505 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de JOAQUIM DE SOUZA NETO filho de MARIA MADALENA DE SOUSA , e indeferir os demais pedidos formulados por ELZA NEVES DE SOUSA, portadora do CPF nº 382.240.627-91 , nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 125ª Sessão realizada no dia 25 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº. 2004.21.46531, resolve:

Nº 1.506 - Ratificar a condição de anistiado político de JOSE DOS SANTOS, portador do CPF nº. 214.248.378-04, e indeferir os demais pedidos nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 131ª Sessão realizada no dia 05 de dezembro de 2007, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.46849, resolve:

Nº 1.507 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de MARCOS ANTONIO COSTA DE MEDEIROS filho DOROTHEA COSTA DE MEDEIROS, e indeferir os demais pedidos formulados por JOANA PINTO MEDEIROS, portadora do CPF nº 132.867.278-65, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 113ª sessão realizada no dia 11 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2004.02.47256, resolve:

Nº 1.508 - Ratificar a condição de anistiado político de LUZIA DE FÁTIMA PENARIOL portador do CPF nº 027.655.048-06, e conceder a contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos, do período de 22.07.1988 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I e III da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 100ª sessão realizada no dia 21 de outubro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2004.09.47274, resolve:

Nº 1.509 - Ratificar a condição de anistiado político de JAKES HAMILTON DE OLIVEIRA COTRIM portador do CPF nº 231.299.055-53, e conceder a contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos, do período de 15.06.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I e III da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª sessão realizada no dia 18 de março de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.50168, resolve:

Nº 1.510 - Ratificar a condição de anistiado político de JOSÉ ADELINO GARCIA SANCHES portador do CPF nº 982.559.408-04, e conceder a contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos, do período de 12.12.1987 a 01.06.1990, nos termos do artigo 1º, incisos I e III da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 52ª Sessão realizada no dia 18 de maio de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.48004, resolve:

Nº 1.511 - Ratificar a condição de anistiado político de LUIZ CESARINO DA ROSA, portador do CPF nº 033.803.601-63, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 643

Dia: 06.07.2011
Hora: 10h
Presidente Substituto do Cade: Olavo Zago Chinaglia
Secretário do Plenário: Clovis Manzoni dos Santos Lores

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos do art. 54 da lei n. 8.884/94.

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Ato de Concentração nº 08012.006084/2011-29
Requerentes: MIH Latam Holdings B.V., Omnilogic Soluções Inteligentes S.A.
Advogado(s): Rodrigo Zingales Oller do Nascimento, Viviane Greche Gonçalves
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração nº 08012.006096/2011-53
Requerentes: Daimler AG, Robert Bosch GmbH
Advogado(s): Daniel Costa Rebello, José Alexandre Buaiz Neto
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.006099/2011-97
Requerentes: Carlyle Europe Partners III, L.P, Gores Broadband SA
Advogado(s): Márcio Dias Soares, Renata Fonseca Zuccolo, Amadeu Carvalhaes Ribeiro
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração nº 08012.006107/2011-03
Requerentes: BF Par Utilidades Domésticas Ltda., BF Utilidades Domésticas Ltda., Magazine Luiza S.A.
Advogado(s): José Alexandre Buaiz Neto, Marcos Pajolla Garrido, Cristianne Saccab Zarzur
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.006912/2011-29
Requerentes: Pfizer Inc., Synbiotics Corporation
Advogado(s): José Alberto Gonçalves da Motta, José Inácio Gonzaga Franceschini, Renata Semin Tormin
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Ato de Concentração nº 08012.006954/2011-60
Requerentes: EMS Tecnologies, Inc., Honeywell International, Inc.
Advogado(s): Daniel Oliveira Andreoli, Cláudio Coelho de Souza Timm, Luciana Féres Zogbi Porto, Luis Gustavo Rolim Lima
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08012.006968/2011-83
Requerentes: Leader Harvest Power Technologies Holdings Limited, Schneider Electric Industries S.A.
Advogado(s): Frederico Carrilho Donas, Ana Paula Martinez
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração nº 08012.006991/2011-78
Requerentes: Águasclaras Investimentos Ltda., Gávea Investimentos Ltda.
Advogado(s): Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira , Fernando J.B. Ehrensperger
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.007000/2011-74
Requerentes: Cargill Agrícola S.A., Frigorífico Regional Indústrias Alimentícias Reconquista S.A. - FRIAR
Advogado(s): Onofre Carlos de Arruda Sampaio, Yara M. A. Guerra Siscar, André Cutait de Arruda Sampaio, Andrea Astorga dos Prazeres
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Ato de Concentração nº 08012.007003/2011-16
Requerentes: EBX Holding Ltda., IMG Brazil, LLC
Advogado(s): Pedro Paulo Salles Cristofaro, Maria Donati
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração nº 08012.007012/2011-07
Requerentes: ICAL - Indústria de Calcinação Ltda., Pedreiras Omacil Comércio e Indústria Ltda.
Advogado(s): Viviane Greche Gonçalves, Marcus Phelipe Barbosa de Souza, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.007038/2011-47
Requerentes: Arrebeef S.A., Cargill Agrícola S.A., Frigorífico Ecocarnes S.A., Frigorífico Gorina S.A.I.C.
Advogado(s): Onofre Carlos de Arruda Sampaio, André Cutait de Arruda Sampaio, Yara M. A. Guerra Siscar, Andrea Astorga dos Prazeres
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08012.007039/2011-91
Requerentes: Graham Packaging Company Inc., Reynolds Group Holding Limited
Advogado(s): Helena de Sá, Victor Borges Cherulli, Tito Amaral de Andrade
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Averiguação Preliminar nº 08012.005608/2003-54
Representantes: CONFIDENCIAL
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Processo Administrativo nº 08012.003745/2010-83
Representantes: Associação Brasileira de Televisão por Assinatura - ABTA
Representadas: Arranjadores e Regentes, Associação Brasileira de Música e Artes, Associação de Músicos, Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais, Sociedade Brasileira de Autores Compositores e Escritores de Música, Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais, União Brasileira de Compositores
Advogado(s): Leonor Cordovil, Mauro Grinberg, Camila PaolettiKleber da Silva, Giselle Nunes Severo
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

OLAVO ZAGO CHINAGLIA
Presidente do Conselho
Substituto

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

PAUTA DA 495ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

Dia: 13.07.2011
Início: 10h

Ato de Concentração nº 08012.007728/2009-81
Requerente: Hypermarcas S.A e SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda.
Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Vivian Anne Fraga do Nascimento e Tatiana Lins Cruz.
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº. 08012.002395/2010-38
Requerentes: Halliburton Energy Services, Inc. e Wellbore Energy Solutions, Inc.
Advogados: Fábio Amaral Figueira, Marina Villela Corrêa, Kárim Ozon Monfort Couri Raad, Pedro Andrés Garcia Valenzuela e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº. 08012.004839/2010-70
Requerentes: Ferro Conporation e Heraeus Holding GmbH.
Advogados: Syllas Tozzini, José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procópio Calliari, Marta Mitico Valente e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº. 08012.005884/2010-41
Requerentes: SAP AG e Sybase Inc.
Advogados: Celso Cintra Mori, Rodrigo de Magalhães Carneiro de Oliveira, Flávio Lemos Belliboni e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº. 08012.009090/2010-57
Requerentes: AIF VII Euro Holdings, L.P. e Alcan Holding Switzerland AG
Advogados: José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procópio Calliari, Marta Mitico Valente, Daniel Oliveira Andreoli e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.002352/2011-33
Requerente: On/Off Manufatura e Comércio de Válvulas Ltda. e Vescon Equipamentos Industriais Ltda.
Advogados: Bruno Dario Werneck e Gustavo Flausino Coelho
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº. 08012.004858/2011-87
Requerentes: Yukon Acquisition Inc. e Husky International Ltd.
Advogados: Amadeu Carvalhes Ribeiro, Renata Fonseca Zuccolo e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.005862/2011-62
Requerentes: ABB Ltd e EAM Software Holdings Pty Ltd.
Advogados: Marcelo Procópio Calliari, Marta Mitico Valente, Daniel Oliveira Andreoli, Denis Alves Guimarães e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº. 08012.006123/2011-98
Requerentes: Klöckner & Co SE e Blue Ocean Empreendimentos e Participações Ltda.
Advogados: João Geraldo Piquet Carneiro, Fábio Amaral Figueira, Mariana Villela Corrêa, Leonardo Maniglia Duarte e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.000078/2011-68
Requerentes: Standard Logística e Distribuição S.A., ALL - América Latina Logística S.A. e Brado Logística e Participações S.A.
Advogados: Eduardo Molan Gaban, Luciano Inácio de Souza e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.004630/2011-97
Requerentes: Capime do Brasil Indústria, Comércio e Serviços em Petróleo e Energia Ltda. e C. L. Engenharia Ltda..
Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Milena Fernandes Mundim e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.005967/2011-11
Requerentes: Usina Santa Adélia S.A. e Pioneiros Bioenergia S.A.
Advogados: Lilian Barreira, Leda Batista da Silva, Cristianne Saccab Zarzur e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ato de Concentração n° 08012.013055/2010-32
Requerentes: Titan Tire Corporation e The Goodyear Tire & Rubber Company.
Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira, Bruno De Luca Drago e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.000618/2011-11
Requerentes: Robert Bosch GmbH e Beissbarth GmbH.
Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Marco Aurélio Martins Barbosa, Leonardo Leres da
Rocha e Silva
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.003851/2011-48
Requerentes: Scansource do Brasil Participações Ltda. e CDC Brasil S.A.
Advogados: Bruno de Luca Drago, Fabianna Vieira Barbosa Morselli, Mário Roberto
Villanova Nogueira
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.005891/2011-24
Requerentes: Projetos Ecoflorestais Participações S.A., Myrtales Fundo de Investimento em Participações, Gesheft Fundo de Investimento em Participações e Eco Brasil Florestas S.A.
Advogados: Fabíola Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda, Ricardo Lara Gaillard e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.006122/2011-43
Requerente: Petróleo Brasileiro S.A.
Interessadas: Suape Energética II S.A. e Nova Cibe Energia S.A.
Advogados: André de Almeida Barreto Tostes, Nathalia Ianni Ribeiro, Helaine Maia da Silva
Seixas e outros.
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.006399/2011-76
Requerentes: Farmoquímica S.A. e Bristol-Myers Squibb Company.
Advogados: Carolina Maria Matos Vieira, Tito Amaral de Andrade e Maria Eugênia Novis
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.007197/2010-61
Requerentes: Corn Products Brasil - Ingredientes Industriais Ltda. e National Starch & Chemical Industrial Ltda.
Advogados: Rodrigo de Magalhães Carneiro de Oliveira, Fabricio Antonio Cardim de Almeida e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração 08012.011521/2010-45
Requerentes: Companhia Brasileira de Alumínio e Metalatex Ltda.
Advogados: Gianni Nunes de Araújo, Andrea Fabrino Hoffman Formiga, Aylla Mara de Assis e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração 08012.004407/2011-40
Requerentes: Laboratório Pfizer Ltda. e F.B.M Indústria Farmacêutica Ltda.
Advogados: José Ignácio Gonzaga Franceschini, Custodio da Piedade U. Miranda e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.006204/2011-98
Requerentes: OAS Empreendimentos S.A. e GID Brazil Participações Ltda.
Advogados: Pedro Dutra, Patrícia de Campos Dutra, e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.007481/2009-01
Requerentes Baker Hughes Incorporated e BJ Services Company
Advogados: Mário Roberto Villanova Nogueira, Bruno De Luca Drago, Marianna Picanço e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.010747/2010-29
Requerentes: BR Malls Participações S.A. e Crystal Administradora de Shopping Centers Ltda.
Advogados: Sérgio Varella Bruna, Natalia S. Pinheiro da Silveira
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.004995/2011-11
Requerentes: Bosch Rexroth AG e Dana Holding Corporation
Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Marcos Drummond Malvar e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.005762/2011-36
Requerentes: Geo Eventos S.A. e Outplan Sistemas S.A.
Advogados: Luciano Inácio de Souza, Thiago Francisco da Silva Brito, Murilo Machado Sampaio Ferraz
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.005792/2011-42
Requerentes: Mosaico Negócios de Internet S.A. Polis Investiments Holding, Inc., Valônia Serviços de Intermediação e Participações S.A.
Advogados: Luciano Inácio de Souza, Thiago Francisco da Silva Brito, Murilo Machado Sampaio Ferraz
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Averiguação Preliminar nº 08012.012116/1999-50
Representante: Ministério Público do Estado de Santa Catarina e Fabrycio da Silva Raupp
Representada: Postos Revendedores de Combustíveis de Florianópolis/SC
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Averiguação Preliminar nº 08012.004308/2005-10
Representante: Ministério Público do Rio de Janeiro
Representada: Informix do Brasil Comércio e Serviços Ltda.
Advogados: Eduardo Caminati Anders e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Averiguação Preliminar nº 08700.000558/2008-75
Representante: Rio Urbe - Empresa Municipal de Urbanização
Representada: Ortosíntese Indústria e Comercio Ltda.
Advogados: Ana Lúcia M. P. Cardoso de Mello e Maria Cristina Berto Kuester
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Averiguação Preliminar nº 08012.002417/2008-45
Representante: Redisbel - Redenção Distribuidora de Bebidas Ltda
Representados: Companhia de Bebidas da América- AMBEV
Advogado(s): Carlos Francisco de Magalhães e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Processo Administrativo nº 08012.005928/2003-12
Representante: DPDE/SDE "ex officio"
Representada: Merck S.A.
Advogados: Mauro Grinberg, Carlos Amadeu B. P. de Barros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

OLAVO ZAGO CHINAGLIA
Presidente Substituto do Conselho
Substituto

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 13 de junho de 2011

Nº 3.354 -REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 08 - DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, de 8/5/2009. Protocolo nº 08280.005426/2009-17.ASSUNTO: Auto de Constatação de Infração e Notificação nº 08/2009.
INTERESSADO: UNIBANCO.
Conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a multa no importe de 11.666 UFIR para, no mérito, negar-lhe provimento, com manutenção da penalidade, nos termos do Parecer 0974/2011-DELP/CGCSP, de 04 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.355-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 03 - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM UBERLÂNDIA , de 29/6/2009. Protocolo nº 08701.007272/2009-91.ASSUNTO: Auto de Constatação de Infração e Notificação nº 03/2009.
INTERESSADO: UNIBANCO.
Conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a multa no importe de 20.000 UFIR para, no mérito, negar-lhe provimento, com manutenção da penalidade, nos termos do Parecer 0975/2011-DELP/CGCSP, de 05 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.356-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 34 - DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA - SR/DPF/AP, de 20/3/2008. Protocolo nº 08361.001797/2008-31.ASSUNTO: Auto de Constatação de Infração e Notificação nº34/2008.
INTERESSADO: UNIBANCO.
Conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a multa no importe de 10.001 UFIR para, no mérito, negar-lhe provimento, com manutenção da penalidade, nos termos do Parecer 0987/2011-DELP/CGCSP, de 12 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.358-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº s/n - BANCO ITAÚ S.A, de 24/11/2010.Protocolo nº 08280.044760/2010-11.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO ITAÚ S.A.
Conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a multa no importe de 10.001 UFIR para, no mérito, negar-lhe provimento, com manutenção da penalidade, nos termos do Parecer 0991/2011-DELP/CGCSP, de 18 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.359-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº S/N - BANCO ITAÚ S/A, de 27/11/2006.Protocolo nº 08512.017667/2007-68.ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO.
INTERESSADO: BANCO ITAÚ S/A.
Conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a multa no importe de 13.334 UFIR para, no mérito, negar-lhe provimento, com manutenção da penalidade, nos termos do Parecer 0984/2011-DELP/CGCSP, de 10 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.360-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº s/n - ITAÚ UNIBANCO S.A, de 11/10/2010.Protocolo nº 08500.071284/2010-70.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: ITAÚ UNIBANCO S.A.
Conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a multa no importe de 15.000 UFIR para, no mérito, negar-lhe provimento, com manutenção da penalidade, nos termos do Parecer 0986/2011-DELP/CGCSP, de 12 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.361-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 087 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, de 22/4/2008. Protocolo nº 08455.025679/2008-79.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A..
Conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a multa no importe de 10.001 UFIR para, no mérito, negar-lhe provimento, com manutenção da penalidade, nos termos do Parecer 0992/2011-DELP/CGCSP, de 18 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.362-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº s/n - BANCO SANTANDER, de 7/12/2010. Protocolo nº 08500.085288/2010-35.ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BANCO SANTANDER.
Em razão da intempestividade, não conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a penalidade de 20.000 UFIR, nos termos do Parecer 0985/2011-DELP/CGCSP, de 12 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.363-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº S/N - BANCO SANTANDER S.A, de 7/12/2011.Protocolo nº 08500.085292/2010-01. ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO SANTANDER S.A.
Em razão da intempestividade, não conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a penalidade de 11.667 UFIR, nos termos do Parecer 0979/2011-DELP/CGCSP, de 09 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.364-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº s/n - BANCO SANTANDER BRASIL S.A, de 3/7/2009.Protocolo nº 08508.002376/2009-04.ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BANCO SANTANDER BRASIL S.A.
Em razão da intempestividade, não conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a penalidade de 10.001 UFIR, nos termos do Parecer 0977/2011-DELP/CGCSP, de 09 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.366-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº s/n - SANTANDER BANESPA S.A, de 16/7/2007.Protocolo nº 08455.048229/2007-73.ASSUNTO: Recurso administrativo.
INTERESSADO: SANTANDER BANESPA S.A.
Em razão da intempestividade, não conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a penalidade de 10.001 UFIR, nos termos do Parecer 0981/2011-DELP/CGCSP, de 10 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.367-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº s/n - BANCO SANTANDER S/A, ACI Nº 231/2009 de 22/10/2009.Protocolo nº 08420.019208/2009-18.ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO.
INTERESSADO: BANCO SANTANDER S/A.
Em razão da intempestividade, não conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a penalidade de 11.666 UFIR, nos termos do Parecer 0978/2011-DELP/CGCSP, de 09 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.
Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 3.368-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº S/N - BANCO SANTANDER S/A, de 18/10/2007. Protocolo nº 08508.004743/2007-34.ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO.
INTERESSADO: BANCO SANTANDER S/A.

Em razão da intempestividade, não conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a penalidade de 13.334 UFIR, nos termos do Parecer 0980/2011-DELP/CGCSP, de 09 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.

Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.369-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº s/n - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, de 5/10/2007.Protocolo nº 08455.072994/2007-12.ASSUNTO: Auto de constatação de infração e notificação nº 836/2007.
INTERESSADO: GUILHERME CARNEIRO HENNIG - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ.

Em razão da intempestividade, não conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a penalidade de 10.001UFIR, nos termos do Parecer 0990/2011-DELP/CGCSP, de 17 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.

Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.370-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº S/N - Santander, de 27/4/2011.Protocolo nº 08512.005743/2007-92.ASSUNTO: Auto de Constatação de Infração nº 118/07.
INTERESSADO: Santandera Banespa S/A - Ag. Vila Galvão.

Em razão da intempestividade, não conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a penalidade de 11.666 UFIR, nos termos do Parecer 0993/2011-DELP/CGCSP, de 19 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.

Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.371-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 001 - DELESP/SR/DPF/CE, de 9/2/2008.Protocolo nº 08270.004774/2009-88.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: NORSERV-Nordeste Segurança de valores ltda.

Conheço do recurso interposto contra decisão que aplicou à recorrente a pena de CANCELAMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO para, no mérito, dar-lhe provimento, convertendo a referida penalidade em multa de 5.000 UFIR, nos termos do Parecer 0832/2011-DELP/CGCSP, de 30 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.

Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

Nº 3.373-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 007 - CV/DPF/SJK/SP, de 12/3/2009.Protocolo nº 08514.000456/2009-38.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: ITAÚ UNIBANCO S/A.

Conheço do recurso interposto contra a decisão que aplicou à recorrente pena de multa de 11.667 UFIR, para, no mérito, dar-lhe provimento, anulando a Portaria 3894, publicada no DOU 221, de 19 Nov. 2011 (Seção 1 - Pág. 57), nos termos do Parecer n° 0989/2011-DELP/CGCSP, de 16 Maio 2011, cujas razões de fato e fundamentos de direito integram esta decisão.

Restituam-se os autos à CGCSP/DIREX/DPF, para conhecimento e demais providências.

LEANDRO DAIELLO COIMBRA

DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.079, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08457.004336/2011-56-DPF/NIG/RJ (Gesp- 2010-006742) resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TREME TERRA SEGURANCA PATRIMONIAL E PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.689.401/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO DE JANEIRO, com Certificado de Segurança nº 038376 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.115, DE 27 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1577/DPF/SJK/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0013-19, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Espingarda(s) calibre 12,

240 (duzentos e quarenta) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.128, DE 28 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1636/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0025-52, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

1300 (um mil e trezentos) Cartuchos de Munição calibre 38,

500 (quinhentos) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.130, DE 28 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001786/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TREZE LISTAS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 62.874.094/0001-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Escolta Armada,Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1141/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.144, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001828/DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GERSEPA SERVICOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.696.321/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no PARANA , com Certificado de Segurança nº 1026/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.145, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001714/DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CTV- CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.367.668/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar no RIO GRANDE DO NORTE , com Certificado de Segurança nº 1161/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.151, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002238/DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VESEP VITORIA ESCOLA DE FORMÇÃO DE SEGURANÇA PROFISSIONAL LTDA., CNPJ nº 06.190.604/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar no ESPÍRITO SANTO , com Certificado de Segurança nº 1149/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.154, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2073/DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve: CONCEDER autorização à empresa RH SEGURAÇA LTDA, CNPJ nº 06.191.703/0001-20, sediada no PIAUÍ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

6 (seis) Revólver(es) calibre 38,

108 (cento e oito) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.159, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001665/DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASS SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.131.798/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL , com Certificado de Segurança nº 1030/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.160, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2263/DPF/PGZ/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa AMÉRICA CURSOS DE SEGURANÇA S/C LTDA, CNPJ nº 01.617.403/0001-47, sediada no PARANA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5500 (cinco mil e quinhentos) Espoletas para Munição calibre 38,

5500 (cinco mil e quinhentos) Projéteis para Munição calibre 38,

5000 (cinco mil) Estojos para Munição calibre 38,

5000 (cinco mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.161, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1019/DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CHAGAS & ROCHA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 13.180.183/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO NORTE, com Certificado de Segurança nº 1162/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 12.165, DE 1º DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002050/DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ROCHA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.084.348/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em RONDÔNIA , com Certificado de Segurança nº 1136/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.170, DE 1ºDE JULHO DE 201.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2309/DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa MR.GUN CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.485.700/0001-01, sediada no CEARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Espargidor(es) de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.,

2 (dois) Arma(s) de choque elétrico de contato direto,

2 (dois) Arma(s) de choque elétrico de lançamento de dardos energizados,

5 (cinco) Granada(s) fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC),

5 (cinco) Granada(s) fumígenas de sinalização,

90 (noventa) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto,

90 (noventa) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico,

3 (três) Lançador(es) de munição não-letal no calibre 12 (doze),

2 (dois) Máscara(s) de proteção respiratória modelo facial completo,

10 (dez) Filtro(s) com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.172, DE 1º DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2346/DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa WN - SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA LTDA, CNPJ nº 09.596.888/0001-41, sediada no CEARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

23 (vinte e três) Revólver(es) calibre 38,

276 (duzentos e setenta e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.173, DE 1º DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2348/DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: CONCEDER autorização à empresa SHOK SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.713.959/0001-13, sediada no DISTRITO FEDERAL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5 (cinco) Revólver(es) calibre 38,

60 (sessenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.179, DE 1º DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/2392/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa BLINDER SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF: 03.277.780/0001-00, para exercer a atividade de Segurança Pessoal em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.180, DE 1º DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001037/DPF/SOD/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA INTERNAS SESVI DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 57.524.399/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO , com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1154/11 (CNPJ nº 57.524.399/0001-27);e nº 796/11 (CNPJ nº 57.524.399/0010-18).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.181, DE 1º DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1530/DPF/SCS/RS, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa LDR VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.485.903/0001-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL, com Certificado de Segurança nº 1163/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.184, DE 1º DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1652/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ESC SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA , CNPJ nº 05.408.389/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 1171/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.191, DE 5 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1120/DPF/ITZ/MA, resolve: CONCEDER autorização à empresa CEFAV - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 11.391.962/0001-35, sediada no MARANHÃO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

22300 (vinte e dois mil e trezentos) Cartuchos de Munição Treina calibre 38,

300 (trezentos) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.197, DE 5 DE JULHO DE 2011.

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/2000/DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: CONCEDER autorização à empresa SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA INTERNAS - SESVI DE SÃO PAULO LTDA., CNPJ/MF: 57.524.399/0002-08, para exercer a atividade de Segurança Pessoal no DISTRITO FEDERAL.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 6 de julho de 2011

O SECRETÁRIO DE DIREITO ECONÔMICO, no uso das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 8.884, de 11 de Junho de 1994, e com base no disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, opina pela:

Nº 495 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.005877/2011-21 em que são Requerentes: Thomson Reuters Serviços Econômicos Ltda. e TSL - Tecnologia em Sistemas de Legislação S/A Mastersaf. Advs.: Cristianne Saccab Zarzur e outros.

Nº 496 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.004533/2011-02 em que são Requerentes: Silgan Holdings Inc e Graham Packaging Company Inc. Advs.: Cristiane Saccab Zarzur e outros.

Nº 497 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.006711/2011-21 em que são Requerentes: WPP Comunicação Digital do Brasil Ltda e FBZ Participações S.A. Advs.: Tiago Machado Cortez e Eloy Rizzo Neto.

Nº 498 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.006490/2011-91 em que são Requerentes: Cielo S/A e Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. Advs.: Caio Mario da Silva Pereira Neto e outros.

Nº 499 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.006545/2011-63 em que são Requerentes: Sodrugestvo do Brasil Representação, Importação e Exportação Ltda e Sogo Southocean S.A Grãos e Óleos Comércio, Exportação e Importação. Advs.: Tito Amaral de Andrade e outros.

Nº 500 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.006427/2011-55 em que são Requerentes: Südzucker AG Mannheim/Ochsenfurt e ED&F Man Holdings Ltd. Advs.: José Augusto Regazzini e outros.

Nº 501 - Ref.: Procedimento Administrativo nº 08012.011250/2008-11. Representante: Ministério Público do Estado do Paraná. Representados Distribuidoras e revendedores de combustíveis no município de Curitiba/PR.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n.º 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Tendo em vista que a denúncia em análise é alcançável pelos dispositivos da Lei n.º 8.884/94, e com vistas a garantir o seu exame pelo CADE em sede de recurso de ofício, determino a promoção de Averiguação Preliminar, nos termos do artigo 30 da Lei n.º 8.884/94. No entanto, considerando os fundamentos expostos na Nota Técnica exarada pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica, entendo que não foram observados indícios de infração à ordem econômica suficientes para a instauração de Processo Administrativo. Por esse motivo, determino o arquivamento da presente Averiguação Preliminar recorrendo de ofício ao CADE nos termos do art. 31 da Lei n.º 8.884/94 e do art. 44 da Portaria MJ n.º 456/2010.

Nº 502 - Ref: Ato de Concentração nº 08012.012830/2010-32. Requerentes: Qualicorp Administradora de Benefícios Ltda., Divicom Administradora de Benefícios Ltda. e Divicom Gestão de Benefícios Ltda.. Advs.: Lauro Celidonio Neto e outros.

Considerando o pedido de fls. apresentado pelas Requerentes, opino, pois, pelo arquivamento do presente Ato de Concentração sem julgamento de mérito, por perda de objeto, e determino o encaminhamento dos autos ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, para providências cabíveis.

Nº 503 - Ref.: Procedimento Administrativo nº 08012.011042/2005-61. Representante: Ministério Público do estado da Bahia. Representados: Shell Brasil Ltda., Sérgio Victor Olbrich e Eduardo Silva Moisés. Advs.: José Inácio Gonzaga Franceschini, Cristhiane Helena Lopes Ferrero e outros.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Coordenador-Geral de Controle de Mercado, Dr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n.º 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, pela rejeição das preliminares argüidas pelos Representados e pela intimação dos mesmos para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a serem contados em dobro, especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade, e apresentando,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

na oportunidade, o rol das testemunhas, caso esse meio probatório seja do interesse dos Representados, precisando o nome, a profissão, a residência e o local do trabalho das testemunhas nos termos do art. 407 do CPC e do art. 48 da Portaria MJ n.º 456/2010. Ao Departamento de Proteção e Defesa Econômica.

Nº 504 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.012081/2007-48. Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Representadas: Administradora PMV S.A, Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A., Saphyr Administradora de Centros Comerciais S.A., Participações Morro Vermelho S/A, Plaza Shopping Administradora Ltda., Condomínio Morumbi Shopping, Condomínio Pró-Indiviso Shopping Villa Lobos, Condomínio Shopping Jardim Sul e Condomínio Comercial do Shopping Pátio Higienópolis. Advs.: Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha, José Inácio Gonzaga Franceschini, Túlio do Egito Coelho, Mabel Lima Tourinho, Arileide Fonseca Neves Moura, Marcelo Maciel T. Filho, Alessandro Marius O. Martins, Daniela Grassi Quartucci, José Del Chiaro Ferreira da Rosa e outros.

Decido pelo arquivamento do presente Processo Administrativo em relação aos Representados Administradora PMV S/A, Participações Morro Vermelho S/A e Condomínio Shopping Jardim Sul em razão do cumprimento de suas obrigações estabelecidas no Termo de Compromisso de Cessação celebrado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Recorro de ofício ao CADE, nos termos do art. 39 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e do art. 49 da Portaria MJ nº 456/2010.

Nº 505 - Ref.: Procedimento Administrativo nº 08012.003185/2007-61. Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Representados: Postos de revenda de combustíveis da Grande Cuiabá e Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Mato Grosso - SINDIPETROLEO.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo aprovada pelo Diretora Substituta do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Ana Maria Melo Netto, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n.º 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Tendo em vista que a denúncia em análise é alcançável pelos dispositivos da Lei n.º 8.884/94, e com vistas a garantir o seu exame pelo CADE em sede de recurso de ofício, determino a promoção de Averiguação Preliminar, nos termos do artigo 30 da Lei n.º 8.884/94. No entanto, considerando os fundamentos expostos na Nota Técnica exarada pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica, entendo que não foram observados indícios de infração à ordem econômica suficientes para a instauração de Processo Administrativo. Por esse motivo, determino o arquivamento da presente Averiguação Preliminar recorrendo de ofício ao CADE nos termos do art. 31 da Lei n.º 8.884/94 e do art. 44 da Portaria MJ n.º 456/2010.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

Conheço do Recurso e, no mérito, mantenho o arquivamento publicado no Diário Oficial de 15/07/2010, Seção 1, pág. 68, tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08212.004565/2009-29 - Juan Guzman Quispe Cabanillas.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 21/06/2011, Seção 1, pág. 50, haja vista a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo amparo legal é o art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.004267/2011-49 - Alberto Luzarraga Jr.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 21/06/2011, Seção 1, pág. 50, haja vista a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo amparo legal é o art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.004542/2011-24 - Oeyvind Romsaas Borgersen

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 10/06/2011, Seção 1, pág. 55, haja vista a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo amparo legal é o art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.002490/2011-51 - John Stuart Cowley.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 10/06/2011, Seção 1, pág. 55, haja vista a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo amparo legal é o art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.003629/2011-84 - Surya Kumar Ramachandran.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 13/06/2011, Seção 1, pág. 45, haja vista a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo amparo legal é o art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.002492/2011-41 - David William Wright.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato publicado no Diário Oficial de 02/08/2010, Seção 1, pág. 42, considerando que a Empresa não cumpriu a exigência efetuada pela Coordenação Geral de Imigração. Processo N° 08000.003884/2010-46 - James Robert Hecker.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato publicado no Diário Oficial de 27/04/2011, Seção 1, pág. 74, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.000515/2011-82 - Masahiro Kawaguchi.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 21/06/2011, Seção 1, pág. 50, haja vista a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo amparo legal é o art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.007139/2011-57 - Varun Sheel.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato publicado no Diário Oficial de 20/05/2011, Seção 1, pág. 60, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.021318/2010-16 - Maria Alejandra Garcia Castillo.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 14/04/2011, Seção 1, pág. 75, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.014110/2010-41 - Jaime da Silva Pereira.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato publicado no Diário Oficial de 21/02/2011, Seção 1, pág. 51, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.010195/2010-98 - Algirdas Varankevicius.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 17/06/2011, Seção 1, pág. 62, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.004628/2011-57 - Josua Petrus Barend Le Roux.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 21/06/2011, Seção 1, pág. 50, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.014934/2010-11 - Jiri Trubka.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato publicado no Diário Oficial de 20/05/2011, Seção 1, pág. 59, considerando o disposto no artigo 38 da Lei 6.815/80, visto que no momento da autuação do processo o estrangeiro encontrava-se fora do prazo de estada legal. Processo N° 08000.004264/2010-24 - Gonçalo Miguel de Moura Loureiro.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato publicado no Diário Oficial de 25/01/2011, Seção 1, pág. 21, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08270.001109/2010-76 - Leonardo Ramon De La Rosa Marrero.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 07/06/2011, Seção 1, pág. 45, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08000.003589/2011-71 - Antonio Jose Rodrigues Simoes.

Diante da tempestividade da peça recorrente conheço do Recurso e deixo de analisar o mérito tendo em vista a perda do objeto, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo N° 08000.003146/2010-07 - Fidel Cusi Villalobos.

Diante da tempestividade da peça recorrente, conheço do Recurso e deixo de analisar o mérito, tendo em vista a perda do objeto por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo N° 08000.019205/2010-51 - Joel Meneses Jimenez.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a Decisão recorrida, INDEFIRO o recurso, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 10/05/2011, pág. 55, Seção I. Processo N° 08420.005218/2009-68 - Roland Albert Raymond Otte.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto temporário item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08260.000203/2011-16 - Maribel Rincon Garcia

Processo Nº 08444.005733/2010-11 - Juan Carlos Hidalgo Jaramillo e Sandra Liliana Guerrero Suarez

Processo Nº 08505.016204/2011-54 - Jesus de Francisco Ramos

Processo Nº 08505.017114/2011-81 - Rafael Sion Rodriguez Borrego

Processo Nº 08505.067576/2010-68 - Jose Ignacio Munoz Moratilla e Adilys Eloina Garcia

Processo Nº 08506.005488/2011-43 - Hitoshi Takahashi.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08000.000798/2011-62 - Ricardo Javier Fernandez Pina, até 04/06/2013.

Determino o arquivamento do pedido de prorrogação de prazo, tendo em vista que o estrangeiro já obteve a permanência definitiva, através do processo nº 08260.005714/2010-35. Processo Nº 08255.063992/2010-86 - Martin Kraut.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08070.000566/2011-81 - Feliciano Samaniego

Processo Nº 08492.001046/2011-24 - Mateo Ezequiel Wojtowichz

Processo Nº 08507.001384/2009-35 - Carlos Enrique Kiri.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto temporário VII, em permanente, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08270.009138/2011-67 - Maria Del Carmen Minero Munoz

Processo Nº 08364.000819/2011-11 - Remi Josserand Regnier

Processo Nº 08390.000400/2011-41 - Carolina Miller Mujica

Processo Nº 08444.003042/2011-56 - Sandra Isela Vargas Silva

Processo Nº 08460.014448/2011-66 - Ana Beatriz Garcia Almagro

Processo Nº 08495.002243/2011-31 - Christian Rana Gutierrez

Processo Nº 08495.002273/2011-47 - Flora Rallestan Tejada

Processo Nº 08495.002274/2011-91 - Rina Oh Jacosalem

Processo Nº 08505.022448/2011-76 - Janet Chinedu Oyeobado

Processo Nº 08505.022611/2011-09 - Gianni Giacomelli

Processo Nº 08505.023272/2011-70 - Joaquim Jorge Oliveira Moreira, Diogo Joaquim Moreira, Maria Isabel Carvalho Moreira e Rute Moreira

Processo Nº 08508.001061/2011-56 - Noemi Corina Guadalupe Martinez Mendoza

Processo Nº 08508.001062/2011-09 - Hilda Cordero Torres

Processo Nº 08508.001063/2011-45 - Maria Angelica Lozano Garcia

Processo Nº 08508.001064/2011-90 - Maria Del Socorro Loza Orozco.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08495.002297/2009-81 - Armando Jose Vionnet

Processo Nº 08505.016178/2011-64 - Adriana Monica Martin

Processo Nº 08505.021225/2011-91 - Salomon Mario Fuksman.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Processo Nº 08495.005423/2010-93 - Oscar German Nunez

Processo Nº 08461.001025/2010-95 - Osvaldo Juan Miguel Langer

Processo Nº 08260.006387/2010-39 - Gabriel Fernando Hamze

Processo Nº 08240.009574/2009-79 - Nestor Alejandro Betolaza

Processo Nº 08492.004323/2010-70 - Maia Vanesa Coifman

Processo Nº 08711.000600/2011-24 - Jose Esteban Rondina

Processo Nº 08389.010069/2010-26 - Ricardo Ismael Zaracho

Processo Nº 08461.004046/2010-62 - Jorge Adrian Sorrentino

Processo Nº 08389.010070/2010-51 - Rocio Beatriz Pireyek.

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
Substituta

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08065.000965/2011-11 - Dominga Celedon Pena Mendes

Processo Nº 08096.003951/2011-91 - Julio Cesar Rubio Diaz

Processo Nº 08097.000353/2011-51 - Damiano Nocetti

Processo Nº 08240.029650/2010-04 - Pedro Garcia Sobrado

Processo Nº 08280.019217/2011-67 - Mehdi Shahrzad

Processo Nº 08280.019760/2011-64 - Paul Robert Davey

Processo Nº 08280.025226/2011-97 - Tristan Camille Nathanael Raoul

Processo Nº 08280.025240/2011-91 - Eric Michael Eiserloh

Processo Nº 08280.025528/2011-65 - Deilys Gonzalez Vazquez

Processo Nº 08286.000788/2010-97 - Stephanie Alison Tupper

Processo Nº 08320.019754/2010-11 - John Noel O`Boyle

Processo Nº 08320.019759/2010-35 - Nuno Luis Fonseca Carretas

Processo Nº 08320.023851/2010-08 - Andre Guimaraes Lira

Processo Nº 08335.000239/2011-71 - Joaquim Antonio Paulino Baioa

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08335.005839/2011-25 - Maria Ines Tavares de Matos Teodoro
Processo Nº 08335.007444/2011-67 - Okifumi Kobayashi Gonçalves
Processo Nº 08340.000519/2011-18 - Mahmoud Kangou
Processo Nº 08386.005306/2011-48 - Sergio Alexandre Soares da Cunha
Processo Nº 08391.002319/2011-96 - Cidalia de Jesus Fernandes Matias da Costa
Processo Nº 08391.002329/2011-21 - Ren Yakabe
Processo Nº 08391.002333/2011-90 - Leonor dos Santos Gonçaves Rossetto
Processo Nº 08391.003071/2011-81 - Borja Chicharro Pescador
Processo Nº 08435.000766/2011-57 - Vitalii Afanasiev
Processo Nº 08461.000414/2011-84 - Antonio Rocha da Costa
Processo Nº 08494.001530/2011-33 - Johana Mariela Coronel Moreira
Processo Nº 08494.002019/2011-59 - Nicholas James Obad
Processo Nº 08494.009912/2010-24 - David Rallya Scott
Processo Nº 08494.009917/2010-57 - Antonella de Rosa
Processo Nº 08495.004729/2010-22 - Pedro Miguel Fernandes Guerreiro Varela Pereira
Processo Nº 08514.001868/2011-18 - Anthony Frank Smith
Processo Nº 08514.005741/2010-89 - Belarmino Nicolau Monteiro Simão
Processo Nº 08514.007382/2010-02 - Alexander Penaranda Mendoza
Processo Nº 08711.004455/2010-70 - Offer Yehuda Eliyahu.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08097.000239/2010-40 - Kristin Alexandra Lewis
Processo Nº 08097.001792/2010-08 - Alexia Karen Eve Lacourt Jacques
Processo Nº 08097.001804/2010-96 - Enrique Javier Burgos Salazar
Processo Nº 08270.027762/2009-21 - Sunberry Rolf Lyons
Processo Nº 08280.002818/2009-16 - Soukina Toubali e El Mokhtar Chairi Andaloussi
Processo Nº 08280.019462/2011-74 - Dirk-Jan Louis Van Der Schaaf
Processo Nº 08286.000457/2011-38 - Jorge Alexandre Almeida Vieira
Processo Nº 08335.035242/2009-91 - Nilda Fernandez Fernandez
Processo Nº 08351.001310/2010-53 - Christopher John Warholic
Processo Nº 08494.001505/2011-50 - Jose Maria Amoros Torres
Processo Nº 08494.007541/2010-46 - Joseph La Greca
Processo Nº 08505.044717/2008-50 - Mohamad Badreddine Fares
Processo Nº 08514.001037/2011-38 - Frederic Lecha
Processo Nº 08514.010426/2010-73 - He Yuehuan
Processo Nº 08514.010944/2010-97 - Lifei Tian
Processo Nº 08797.002386/2011-48 - Raul Eduardo Cusihuaman Fuentes.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08097.000708/2011-10 - Ernesto Ezequiel Lopez
Processo Nº 08390.002692/2011-57 - Hector Pablo Berman, Eitan Berman e Uriel Berman
Processo Nº 08444.003363/2010-70 - Yolanda Virginia Martinez, Braian Ezequiel Marques, Carlos Alberto Marques de Meneses e Jose Gabriel Marques de Meneses.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto temporário VII, em permanente, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08101.000067/2009-64 - Antonella Raffaella Rota
Processo Nº 08494.002675/2011-51 - Kathleen Mariam Bernadette Bonyun.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08240.011465/2011-36 - Leonardo Tolve Petrochelli
Processo Nº 08390.002917/2011-75 - Jesus do Carmo Cardozo
Processo Nº 08460.015596/2011-06 - Gustavo Rodrigo Bonilla Avellino
Processo Nº 08505.023397/2011-08 - Martha Lilian Gustibarre Moreira
Processo Nº 08505.023398/2011-44 - Adolfo Jose Sanchez Bergamasco
Processo Nº 08792.000701/2011-42 - Emigdio Carlos Pinto Gamio.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Processo Nº 08389.000897/2009-12 - Ramon Dario Correa
Processo Nº 08390.002213/2009-88 - Andrzej Bogdan Wojteczek.

Determino o arquivamento dos pedidos de permanência abaixo relacionados, diante da solicitação da parte interessada.
Processo Nº 08102.010658/2010-73 - Koen Kurt Ortwijn Alex Smedt
Processo Nº 08352.001638/2010-60 - Hugo Wilfredo Gonzales Yagui.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que o (s) estrangeiro (s) encontram-se fora do país.
Processo Nº 08097.000414/2010-07 - Celine Misbach Walsh Senna
Processo Nº 08320.000075/2011-41 - Hugo José da Silva Tavares Ramos
Processo Nº 08320.019897/2010-14 - Michel Oreiller
Processo Nº 08320.021196/2010-45 - Jean Claude Joseph Camille Tristani
Processo Nº 08320.025000/2010-91 - Manuel Jose Codice
Processo Nº 08494.000854/2010-73 - Andre Thomas Ginczek
Processo Nº 08514.009037/2009-61 - Maxime Romain Benjamin Raymond.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.
Processo Nº 08280.019818/2011-70 - Olga Sofia de Carvalho Seguro Canas Giampieiro
Processo Nº 08286.000019/2011-70 - Joaquim Augusto Brochado Teixeira
Processo Nº 08505.047107/2010-22 - Rafael Molina Vargas
Processo Nº 08505.052773/2010-82 - John David Wetherill
Processo Nº 08505.038669/2008-61 - Chizoba Jude Okonkwo
Processo Nº 08705.000733/2011-80 - Mijodrag Jovanovic.

Torno insubsistente o ato Deferitório publicado no D.O.U de 21/07/2009, Seção I, p. 38, tendo em vista não mais persistirem as condições que estejam a prática do ato. Processo N° 08505.026714/2008-34 - Chungwei Chen e Shuangyu Guan.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):
Processo N° 08000.004458/2011-19 - Toni Tapani Lehto, até 04/05/2013
Processo Nº 08000.000703/2011-19 - Nilo Lavalle Catig, até 26/02/2013
Processo Nº 08000.000704/2011-55 - Brian Ivor Dawkins, até 24/04/2013
Processo Nº 08000.001560/2011-54 - Jonathan Chambers, até 27/07/2013
Processo Nº 08000.001614/2011-81 - Alistair Mikhail Dsilva, até 18/11/2011
Processo Nº 08000.001616/2011-71 - Bijoykrishnan Vadakkoth, até 18/12/2011
Processo Nº 08000.002501/2011-01 - Marcin Piotr Nowakowski, até 13/02/2012
Processo Nº 08000.003044/2011-64 - Kameswara Rao Arisilli, até 18/12/2011
Processo Nº 08000.003205/2011-10 - Ho Thien e Nguyen Minh Thu, até 07/06/2013
Processo Nº 08000.003857/2011-54 - Reynaldo Valencia Estrada, até 23/04/2013
Processo Nº 08000.004577/2011-63 - Mathieu Jean Christophe Picard, até 05/05/2013
Processo Nº 08000.004613/2011-99 - Alejandro Guerrero Menendez, até 01/10/2013
Processo Nº 08000.004638/2011-92 - Toru Okazaki, Kishiko Okazaki, Nanami Okazaki, Nao Okazaki e Rio Okazaki, até 13/08/2013
Processo Nº 08000.004752/2011-12 - Jose Adan Bautista Bernabe e Ma Del Carmen Cirila Martinez Lopez, até 08/05/2013
Processo Nº 08000.005206/2011-07 - Carlos Rafael Camargo de La Cruz, até 15/02/2012
Processo Nº 08000.005208/2011-98 - Josephus Bunac Dublin, até 15/02/2012
Processo Nº 08000.005209/2011-32 - Fredy Jose Perez Sarmiento, até 16/10/2013
Processo Nº 08000.005216/2011-34 - John Carmichael, até 08/12/2013
Processo Nº 08000.005220/2011-01 - Xianfeng Chen, até 19/06/2012
Processo Nº 08000.005234/2011-16 - Jose Alejandro Rodriguez Garcia, até 12/08/2013
Processo Nº 08000.006047/2011-50 - Scott Christopher White, até 25/07/2013
Processo Nº 08000.006171/2011-15 - Sinisa Skocic, até 31/05/2013
Processo Nº 08000.006173/2011-12 - Ivica Burica, até 31/05/2013
Processo Nº 08000.006185/2011-39 - Ernesto Echevarria Minoza, até 31/05/2013
Processo Nº 08000.006191/2011-96 - Grzegorz Oborski, até 17/06/2013
Processo Nº 08000.006203/2011-82 - Mark John Casin Baptisma, até 30/08/2013
Processo Nº 08000.006204/2011-27 - Joeland Rey Jamilla, até 30/08/2013
Processo Nº 08000.006459/2011-90 - Markos Tsouris, até 23/11/2012
Processo Nº 08000.006494/2011-17 - Fernando Enrique Sanchez Ferruccio e Mosiel Sofia Perez Barreto, até 31/05/2012
Processo Nº 08000.006931/2011-94 - John Adam Simon, até 08/02/2013
Processo Nº 08000.007020/2011-84 - Lesther Sarandi Mabuti, até 24/06/2013
Processo Nº 08000.007382/2011-75 - Tomasz Maciej Grzegorzewski, até 13/10/2013
Processo Nº 08000.007454/2011-84 - Zbigniew Winnicki, até 18/08/2013
Processo Nº 08000.013043/2010-47 - Terry Edwin Riggs, até 14/11/2011
Processo Nº 08000.019431/2010-31 - Virginia Ron Lozano, até 21/06/2013
Processo Nº 08102.004310/2010-47 - Teodoro Erguido Mollinedo Rodriguez, até 30/07/2012
Processo Nº 08240.029596/2010-99 - Oscar Alejandro Rodriguez Cervantes, Martha Regina Rodriguez Centeno e Rosa Martha Centeno Mancera, até 24/01/2012
Processo Nº 08354.006983/2010-70 - Ole Uldahl Soerensen, Otilia Maria Sierra Discua, Sebastian Uldahl Sierra e Stefan Uldahl Sierra, até 30/12/2011
Processo Nº 08506.010687/2010-92 - Salomon Cohen, Cynthia L B Cohen, Elias William Cohen, Rebecca Jordan Cohen e Sara Ruth Cohen, até 13/02/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.
Processo N° 08000.007038/2011-86 - Marcin Antoni Borowski,até 20/06/2013
Processo N° 08000.003098/2011-20 - Harold Lee Keys, até 26/03/2013
Processo N° 08296.001118/2011-50 - Ernst Konrad Zimmer,até 07/05/2012
Processo N° 08000.007037/2011-31 - Jaroslaw Tomasz Tomkowicz, até 19/06/2013
Processo N° 08000.005855/2011-08 - Thomas Hahn Hansen, até 24/05/2013
Processo N° 08000.003005/2011-67 - Pradeep Vasant Patil, até 18/12/2011
Processo N° 08000.007401/2011-63 - Johnny Dewayne Mosley, até 23/06/2013
Processo N° 08000.007019/2011-50 - Evan Bernadas Olaivar,até 27/07/2012
Processo N° 08000.002589/2011-53 - Helge Olsen, Helen Smedal Olsen, Henrik Smedal Olsen, Kristoffer Smedal Olsen e Sindre Smedal Olsen, até 06/04/2013
Processo N° 08000.014720/2010-44 - Guillaume Olivier Dajon,até 02/12/2012
Processo N° 08000.005986/2011-87 - Richard Harley Pope, até 06/06/2012
Processo N° 08000.004683/2011-47 - Goran Sablic, até 13/04/2012
Processo N° 08000.005062/2011-81 - John Alexander Berry, até 22/05/2012.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2011, Seção 1, pág. 59, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 02/01/2013. Processo N° 08000.011274/2010-16 -Albert Charel Von Thun.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.000827/2011-96 - Ralph Edward Smith Sr
Processo Nº 08000.000831/2011-54 - Robert Henry Barnes
Processo Nº 08000.000959/2011-18 - Paul Scott Taylor
Processo Nº 08000.001094/2011-15 - James Clinton Jonhson
Processo Nº 08000.001098/2011-95 - Rickey Jerome Mccants.

Determino o arquivamento, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país.
Processo Nº 08102.002238/2009-80 - Carlos Enrique Rivera Vargas.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 18/05/2011, Seção I, pág.74, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.012864/2010-66 - Ronald Anibal Marino Sanchez, Corina Gabriela Marino Colosimo, Diego Alberto Marino Colosimo, Gabriela Fernanda Colosimo Gonzalez e Ronald Andres Marino Colosimo.

INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, abaixo relacionados, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho.
Processo Nº 08000.000158/2011-52 - George Dekanadze
Processo Nº 08000.000161/2011-76 - Vladimir Khodotov
Processo Nº 08000.000162/2011-11 - German Lomtadze
Processo Nº 08000.000163/2011-65 - Victor Torokhno
Processo Nº 08000.000164/2011-18 - Alexander Emelyanov
Processo Nº 08000.000439/2011-13 - Yuriy Zorin
Processo Nº 08000.000441/2011-84 - Igor Demichev
Processo Nº 08000.000445/2011-62 - Vladimir Orekhov
Processo Nº 08000.001081/2011-38 - Alexander Antonenko

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.001092/2011-18 - Dmitry Syedin
Processo Nº 08000.001243/2011-38 - Valeriy Pavlovskiy
Processo Nº 08000.001272/2011-08 - Vasily Bondarenko
Processo Nº 08000.001567/2011-76 - Andrey Sukhikh
Processo Nº 08000.001568/2011-11 - Mikhail Vasilyev
Processo Nº 08000.001569/2011-65 - Alexey Levanov
Processo Nº 08000.002105/2011-76 - Ivan D Souza
Processo Nº 08000.007112/2011-64 - Danilo Ciancio, Carla Ciancio e Chiara Barbara Masullo
Processo Nº 08000.020824/2010-98 - Konstantin Kosovskiy
Processo Nº 08000.021336/2010-06 - Sergiy Bondarenko
Processo Nº 08000.021339/2010-31 - Denis Nikithenko
Processo Nº 08000.021341/2010-19 - Maxim Kabachek.

INDEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, considerando que o estrangeiro possui poderes de gestão na empresa, infringindo o disposto no art. 99 da Lei 6.815/80. Processo N° 08000.007969/2010-01 - Maximilian Spidalieri.

INDEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, considerando que não atende o disposto no art. 4°, parágrafo único, da Resolução Normativa n° 61/2004, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.005309/2011-69 - Peter James Murphy.

Considerando a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo visto foi concedido ao amparo do art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do CNIg, que impossibilita a prorrogação do prazo de estada no território nacional, tendo em vista a estipulação de prazo certo e determinado para o fim a que se destina, INDEFIRO o pedido formulado pelo interessado. Processo N° 08000.007336/2011-76 - Zhongming Li.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08107.002037/2011-57 - Jolene Patrícia Prata Diogo, até 14/07/2012
Processo Nº 08107.002044/2011-59 - João Nazireu Dombasi Bernardo, até 03/08/2012
Processo Nº 08107.002047/2011-92 - Antonio Alexandre Guilherme Dias, até 09/08/2012
Processo Nº 08107.002225/2011-85 - Silvia Nadia Victoriano, até 01/08/2012
Processo Nº 08107.002228/2011-19 - Antonia Jaime Pinto Morais, até 19/08/2012
Processo Nº 08107.002229/2011-63 - Vasco Monakapui Cristovão Pascoal, até 28/09/2012
Processo Nº 08107.002233/2011-21 - Elisa Ivana Palido de Sousa, até 10/08/2012
Processo Nº 08107.002236/2011-65 - Denise Stela de Almeida Costa, até 03/08/2012
Processo Nº 08107.002239/2011-07 - Melvire da Conceição Gongolo, até 03/08/2012
Processo Nº 08107.002247/2011-45 - Tiago da Silva Figueira, até 28/09/2012
Processo Nº 08107.002250/2011-69 - Elizabeth dos Santos Araujo Santana, até 10/08/2012
Processo Nº 08107.002253/2011-01 - Marcio Clemente Gomes da Silva, até 28/09/2012
Processo Nº 08280.026657/2011-71 - Jediael Josemar Castelhano Duarte, até 07/07/2012
Processo Nº 08352.000420/2011-79 - Carmen Elena Guevara Saez, até 04/03/2012
Processo Nº 08390.003224/2011-08 - Oralia Lopez Lopez, até 24/07/2012
Processo Nº 08391.003086/2011-49 - Edinilson Pinto Gomes, até 11/06/2012
Processo Nº 08391.003112/2011-39 - Dutchkou Lucas Cristovão Guimarães, até 02/08/2012
Processo Nº 08420.000056/2011-96 - Tania Robert Vera Cruz Alves, até 05/02/2012
Processo Nº 08420.013255/2011-64 - Arika Virapongse, até 15/06/2012
Processo Nº 08420.031562/2010-46 - Mikail Samori Valdez, até 03/02/2012
Processo Nº 08444.003487/2011-36 - Nuno Walter Guttendorf Cipriano Cardoso, até 26/06/2012
Processo Nº 08444.003548/2011-65 - Marcela Magalhães Antonio, até 13/07/2012
Processo Nº 08444.003550/2011-34 - Helia Marilza Baieca Afonso Fernandes, até 25/07/2012
Processo Nº 08444.003565/2011-01 - Adão Domingos Martins, até 13/07/2012
Processo Nº 08444.003618/2011-85 - Dionicio Angel Vásquez Rosales, até 15/07/2012
Processo Nº 08444.003688/2011-33 - Sergio Zenoni, até 15/07/2012
Processo Nº 08444.006293/2010-10 - Eric Losala Bosio, até 12/02/2012
Processo Nº 08458.003077/2011-36 - Eimar Yadir Quintero Tapias e Valeria Quintero Melo, até 27/04/2012
Processo Nº 08505.023395/2011-19 - Yordanka Medina Armenteros, até 05/07/2012
Processo Nº 08505.023405/2011-16 - Alvaro Danilo Cerda Maureira, até 30/06/2012
Processo Nº 08505.023406/2011-52 - Monica Alejandra Pavez Aguilar, até 30/06/2012
Processo Nº 08505.023429/2011-67 - Julio Cesar Camilo Fortunato, até 28/06/2012
Processo Nº 08506.004624/2011-88 - Denilson Sebastião Cafala Domingos, até 31/01/2012
Processo Nº 08506.009569/2011-12 - Kelly Cadena Madrid, até 27/12/2011
Processo Nº 08506.009573/2011-81 - Juan Camilo Castellanos Rodriguez, até 31/01/2012
Processo Nº 08506.009615/2011-83 - Edivaldo Domingos Quihonda, até 18/08/2012
Processo Nº 08506.009628/2011-52 - Joana Sofia Barros do Casal Bom, até 08/08/2012
Processo Nº 08506.009656/2011-70 - Yolanda Massala Domingos Quihonda, até 18/08/2012
Processo Nº 08506.009725/2011-45 - Ronald Jaimes Prada, até 30/07/2012
Processo Nº 08506.009726/2011-90 - Carlos Cesar Trucios Maza, até 29/07/2012
Processo Nº 08506.009727/2011-34 - Dario Andres Bahamon Ardila, até 24/07/2012
Processo Nº 08506.009739/2011-69 - Ana Nazareth Alceno de Jesus, até 22/07/2012
Processo Nº 08701.003279/2011-59 - Mauro Paipa Suarez, até 26/07/2012.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 02/06/2011, Seção 1, pág. 110, para DEFERIR o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 08/03/2012. Processo N° 08096.010959/2010-23 - Felipe Daniel Bazan Lopez.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 31/05/2011, Seção 1, pág. 27, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 05/02/2012. Processo N° 08096.010950/2010-12 -Hector Fretes Rodriguez.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 31/05/2011, Seção 1, pág. 27, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 05/02/2012. Processo N° 08096.010951/2010-67 - Fredy Rafael Perez Villar.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 02/06/2011, Seção 1, pág. 110, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 25/02/2012. Processo N°08096.010958/2010-89 - Max William da Silva Elizaul.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 31/05/2011, Seção 1, pág. 27, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 05/02/2012. Processo N° 08096.010953/2010-56 - Rafael Candia Acosta.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 02/06/2011, Seção 1, pág.110, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 05/02/2012. Processo N° 08096.010952/2010-10 - Eric David Britez Gimenez.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 31/05/2011, Seção 1, pág. 27, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 05/02/2012. Processo N° 08096.010965/2010-81 - Victor Javier Rojas Rodriguez.

DEFIRO o pedido de Republicação de prazo solicitado pelo estrangeiro com prorrogação de prazo ate 26/11/2011. Processo N° 08503.000091/2011-95 - Anthony Robert Pahnke.

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido de prorrogação, considerando que não foi localizado no endereço indicado, restando prejudica a instrução dos autos. Processo N° 08376.001358/2011-64 - Joceline Katiza dos Reis Garcia.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 345, DE 6 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de junho de 2011, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 733,77 (setecentos e trinta e três reais e setenta e sete centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

PORTARIA Nº 346, DE 6 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nos parágrafos 1º e 2º do art. 169 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, com a redação dada pelo Decreto nº 7.223, de 29 de junho de 2010, resolve

Art. 1º Autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a antecipar, nos casos de estado de calamidade pública decorrente de desastres naturais reconhecidos por ato do Governo Federal, aos beneficiários domiciliados no Estado de Roraima:

I - o pagamento dos benefícios de prestação continuada previdenciária e assistencial para o primeiro dia útil do cronograma, a partir da competência julho de 2011 e enquanto perdurar a situação; e

II - mediante opção do beneficiário, o valor correspondente a uma renda mensal do benefício previdenciário ou assistencial a que tem direito, excetuados os casos de benefícios temporários.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se unicamente aos beneficiários domiciliados nesse Estado na data de decretação do estado de calamidade pública, ainda que os benefícios sejam mantidos em outros Estados, bem como aos benefícios decorrentes.

§ 2º O valor antecipado na forma do inciso II deverá ser ressarcido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais fixas, a partir do terceiro mês seguinte ao da antecipação, mediante desconto da renda do benefício e, dada a natureza da operação, sem qualquer custo ou correção, aplicando-se, no que couber, o inciso II do art. 154 do RPS.

§ 3º Deverá ser adequada a quantidade de parcelas de que trata o § 2º, para aqueles benefícios cuja cessação esteja prevista para ocorrer em data anterior à 36ª parcela, de modo a propiciar a quitação total da antecipação, ainda na vigência dos referidos benefícios.

§ 4º Na hipótese de cessação do benefício antes da quitação total do valor antecipado, deverá ser providenciado o encontro de contas entre o valor devido pelo beneficiário e o crédito a ser recebido, nele incluído, se for o caso, o abono anual.

§ 5º A identificação do beneficiário para fins de opção pela antecipação de que trata o inciso II do caput poderá ser feita pela estrutura da rede bancária, inclusive os correspondentes bancários, responsável pelo pagamento do respectivo benefício.

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria Nº 1.172/GM/MS, de 19 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União - DOU Nº 96, de 20 de maio de 2011, seção 1, página 66-67,

ONDE SE LÊ:

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
PE	260000	Ouricuri	Gestão Estadual	640,00

LEIA-SE:

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
PE	260990	Ouricuri	Gestão Municipal	640,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA EXECUTIVA
DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 91, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, no uso das prerrogativas constantes da Portaria GM/MS Nº 2.123, de 23 de outubro de 2002, combinada com o disposto no Decreto 3.964/2001, consoante disposto do Processo Administrativo Nº 25000.212376/2007-71, resolve:

Art. 1º. Inserir recursos orçamentários no montante de 36.425,87 (trinta e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos), alocados ao exercício de 2011, correndo as despesas à conta da Unidade Gestora 257001, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10.305.1444.6170.0001, Natureza de Despesas 339014, Fonte de Recurso 0151000000, Nota de Crédito Nº 2011NC400187, para o fim de descentralização à FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ, visando à continuidade das ações de que tratam a Portaria SE/MS Nº . 727/2007, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 15/01/2008, sendo R$ 36.425,87 (trinta e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos) a título de Despesas Correntes.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 5 DE JULHO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 2684, de 03 de maio de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.139237/2002-45
Operadora:CAMED - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil
Registro: 385697
Auto de Infração n.º 9960 de 21/02/2003
Decisão: Aprovado por maioria o voto da DIDES em relatoria pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária fixada para R$ 15.000,00 (quinze mil reais) por infração ao §3º do artigo 19 da Lei 9656/98 c/c inciso VII do artigo 4º c/c inciso III do artigo 15 da RDC 24, de 2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3169, de 08 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 25789.005302/2005-06
Operadora: Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico
Registro: 301337
Auto de Infração n.º 17195 de 16/05/2005
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por infração ao parágrafo único do artigo 11 da Lei 9656/98 c/c inciso I do artigo 7º da RDC 24, de 2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3343, de 22 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.265346/2005-60
Operadora:Fundação Waldemar Barnsley Pessoa
Registro: 319147
Auto de Infração n.º 18.932 de 09/03/06
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIDES em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária fixada para R$ 359.152,50 (trezentos e cinquenta nove mil, cento e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) por infração ao § 4º do artigo 17 da Lei 9656/98 c/c artigo 88 c/c inciso III do artigo 9º c/c inciso IV do artigo 10, todos da RN 124, de 2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

DECISÕES DE 6 DE JULHO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo n.º 3006, de 29 de setembro de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.229384/2003-97
Operadora: HAPVIDA Assistência Médica Ltda
Registro na ANS Nº : 368253
Auto de Infração Nº 10.907 de 29/08/2003
Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIOPE, em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS em primeira instância que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por infração ao parágrafo único do artigo 11 da Lei 9656/98 c/c inciso I do artigo 7º da RDC 24/2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3323, de 14 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 25789.008399/2005-09
Operadora: Aviccena Assistência Médica Ltda
Registro: 394009
Auto de infração n° 16.745 de 22 de junho de 2005.
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por infração ao artigo 12 da Lei 9656/98 c/c parágrafo único e inciso IV do artigo 7º da RDC 24/2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo n.º 3324, de 14 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.005246/2004-03
Operadora: Vita Saúde Administração Hospitalar e de Sistemas de Saúde Ltda
Registro na ANS Nº: 316296
Auto de Infração Nº 11.871 de 31/12/2003
Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto condutor da DIPRO, em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS em primeira instância, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária fixada para R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) por infração ao artigo 12 da Lei 9656/98 c/c artigo 77 c/c inciso II do artigo 10, ambos da RN 124/2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3325, de 14 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.098803/2004-13
Operadora: Avvicena Assistência Médica Ltda
Registro: 394009
Auto de Infração n. º 14.493 de 24/05/2004.
Decisão: Aprovado por maioria o voto da DIPRO em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por infração ao inciso II do artigo 12 da Lei 9656/98 c/c inciso IV do artigo 7º da RDC 24, de 2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3326, de 14 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.235790/2002-16
Operadora: Notre Dame S/A
Registro: 006980
Auto de Infração n.º 8929 de 17/11/2002
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária fixada para R$ 8.280,00 (oito mil, duzentos e oitenta reais) por infração ao artigo 25 da Lei 9656/98 c/c inciso III do artigo 3º c/c inciso I e § 1º do artigo 14 c/c inciso III do artigo 15, todos da RDC 24, de 2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3327, de 14 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.240569/2002-71
Operadora: Unimed Sul Capixaba Cooperativa de Trabalho Médico
Registro: 320706
Auto de infração n° 18.753 de 19/01/2006
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIDES em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) por infração ao inciso III do artigo 18 da Lei 9656/98 c/c inciso II do artigo 14 c/c inciso III do artigo 15, todos da RDC 24/2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo n.º 3328, de 14 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.228140/2003-97
Operadora: HAPVIDA Assistência Médica Ltda
Registro na ANS Nº : 368253
Auto de Infração Nº 9698 de 29/08/2003
Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIPRO, em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS em primeira instância que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por infração ao parágrafo único do artigo 11 da Lei 9656/98 c/c inciso I e parágrafo único do artigo 7º da RDC 24/2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3329, de 14 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.003188/2004-75
Operadora: Hapvida Assistência Médica Ltda
Registro: 368253
Auto de Infração n. º 11.397 de 12/12/2003
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIPRO pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por infração ao parágrafo único do artigo 11 da Lei 9656/98 c/c inciso I e parágrafo único do artigo 7º da RDC 24, de 2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3340, de 21 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.060915/2004-00
Operadora: Multiclínica Serviços de Saúde Ltda
Registro: 354554
Auto de Infração n.º 11.251 de 14/05/2004
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIDES em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) por infração ao artigo 12 da Lei 9656/98 c/c artigo 77 c/c inciso III do artigo 10, ambos da RN 124, de 2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3341, de 22 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.205663/2002-84
Operadora: Unimed João Pessoa Cooperativa de Trabalho Médico
Registro: 321044
Auto de Infração n. º 8299 de 30/08/2002
Decisão: Aprovado por maioria o voto condutor da DIPRO pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária fixada para R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) por infração ao § 2º do artigo 20 da Lei 9656/98 c/c inciso III do artigo 15 da RDC 24, de 2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 6 de julho de 2011

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.557 - PROCESSO 33902.157479/2005-63

Ao representante legal da empresa CENTRO CLINICO PARANAENSE SC LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 03.121.455/0001-53, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 37094 na data de 01/07/2011, pela constatação da conduta prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/00, e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP referente ao 1º trimestre de 2004; 2) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24/00, e no artigo 35 da RN 124/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do SIP referente ao 2º trimestre de 2004; 3) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24/00, e no artigo 35 da RN 124/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do SIP referente ao 3º trimestre de 2004; 4) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24/00, e no artigo 35 da RN 124/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do SIP referente ao 4º trimestre de 2004, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei Nº 9.656/98, art. 20, caput c/c Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 85, de 21/09/01, artigo 4º; 2) Lei Nº 9.656/98, art. 20, caput c/c RDC 85/01, artigo 4º; 3) Lei 9.656/98, art. 20, caput c/c RDC 85/01, artigo 4º; 4) Lei 9.656/98, art. 20, caput c/c RDC 85/01, artigo 4º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.558 - PROCESSO 33902.148007/2006-09

Ao representante legal da empresa SMIL - SERVIÇOS MÉDICOS INFANTIL LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 29.974.540/0001-58, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 37101 na data de 01/07/2011, pela constatação da conduta prevista no inciso VI, artigo 7º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 36 da RN 124, de 30/03/2006: - Deixar de enviar à ANS as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares ou dependentes, nos meses de agosto a dezembro de 2001, janeiro a dezembro de 2002, janeiro a dezembro de 2003, janeiro a junho de 2004, setembro de 2004, janeiro de 2005, maio de 2005, outubro a dezembro de 2005 e janeiro de 2006, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei Nº 9.656, de 03/06/1998, artigo 20 c/c RDC 03, de 20/01/2000, artigo 5º c/c RN 17, de 11/11/2002, art. 4º e art. 6º c/c RN 53, de 14/11/2003, art. 1º c/c RN 88, de 04/01/05, art. 3º e art. 7º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.559 - PROCESSO 33902.132570/2006-57

Ao representante legal da empresa DENTPREV ASSISTËNCIA ODONTOLOGICA LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 03.324.123/0001-76, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 37103 na data de 04/07/2011, pela constatação da conduta prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/00, e no artigo 36 da RN 124, de 30/03/2006: - Deixar de enviar à ANS as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares ou dependentes, nos meses de agosto a dezembro de 2001; janeiro a dezembro de 2002; janeiro a dezembro de 2003; janeiro a dezembro de 2004; janeiro a dezembro de 2005; e janeiro de 2006, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei Nº 9.656/98, art. 20, caput c/c Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 03, de 20/01/2000, artigo 5º c/c RN 17, de 11/11/2002, art. 4º e art. 6º c/c RN 53, de 14/11/2003, art. 1º c/c RN 88, de 04/01/05, art. 3º e art. 7º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.560 - PROCESSO 33902.227015/2003-60

Ao representante legal da empresa DENTPREV ASSISTËNCIA ODONTOLOGICA LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 03.324.123/0001-76, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 37104 na data de 04/07/2011, pela constatação da conduta prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/00 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP referentes ao 3º trimestre de 2002; 2) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24/00, e no artigo 35 da RN 124/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP referentes ao 4º trimestre de 2002; 3) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24/00, e no artigo 35 da RN 124/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP referentes ao 1º trimestre de 2003 , conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: 1) Lei Nº 9.656/98, art. 20, caput c/c Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 85, de 21/09/01, artigo 4º; 2) Lei 9.656/98, art. 20, caput c/c RDC 85/01, artigo 4º; 3) Lei 9.656/98, art. 20, caput c/c RDC 85/01, artigo 4º., podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

MERCEDES SCHUMACHER

RETIFICAÇÃO

No D.O.U. de 04 de julho de 2011, seção 1, página 63, processo: 33902.207147/2003-75 da operadora SANTA CATARINA SAUDE SERVIÇOS E CONVENIOS LTDA:

Onde consta ARQUIVAMENTO, leia-se 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).

DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 6 DE JULHO DE 2011

Regulamenta a Resolução Normativa - RN Nº 256, de 18 de maio de 2011, para dispor, em especial, sobre o Plano de Recuperação Assistencial e sobre o Programa de Saneamento Assistencial no curso do regime especial de Direção Técnica.

O Diretor responsável pela Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - DIPRO/ANS, em vista do que dispõe os incisos I, XX e XXIV do artigo 38, a alínea "a" do inciso I do artigo 76 e a alínea "a" do inciso I do artigo 85, todos da Resolução Normativa - RN Nº 197, de 16 de julho de 2009; e o art. 19 da RN Nº 256, de 18 de maio de 2011, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução Normativa - IN regulamenta a Resolução Normativa - RN Nº 256, de 18 de maio de 2011, para dispor, em especial, sobre o Plano de Recuperação Assistencial e sobre o Programa de Saneamento Assistencial no curso do regime especial de Direção Técnica.

Art. 2º Para efeitos desta IN, considera-se anormalidade administrativa grave aquela que tenha impacto negativo na saúde dos beneficiários.

Art 3º Da análise da resposta da operadora ao Ofício de Notificação de Anormalidades Administrativas Graves de que trata o art. 2º da RN 256, de 2011, o Diretor da DIPRO poderá adotar as seguintes medidas:

I - arquivar o processo, quando a operadora comprovar a ausência ou a solução das anormalidades administrativas graves apontadas no ofício;

II - analisar o Plano de Recuperação Assistencial quando apresentado pela operadora;

III - indicar a instauração do regime especial de Direção Técnica, quando a operadora não responder ao ofício;

IV - indicar a instauração do regime especial de Direção Técnica, quando as medidas que a operadora afirmou terem sido implementadas sejam impertinentes ou não tenham sido comprovadas.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE RECUPERAÇÃO ASSISTENCIAL

Seção I

Da Apresentação do Plano de Recuperação Assistencial

Art. 4º O Plano de Recuperação Assistencial, conforme estabelecido no art. 3º da RN Nº 256, de 2011 deverá contar com as seguintes características:

I - relação e coerência entre as ações propostas pela operadora e o tipo de anormalidades administrativas graves previamente detectadas;

II - exequibilidade das ações apresentadas para solucionar as anormalidades administrativas graves detectadas;

III - compatibilidade entre as ações, as metas e os prazos propostos, e a dimensão e a complexidade das anormalidades detectadas;

IV - cronograma para desenvolvimento das ações propostas;

V - previsão de prazo para regularização do envio do Sistema de Informações de Produtos - SIP, quando for o caso.

Parágrafo único. As ações relativas às anormalidades administrativas mais gravosas, apresentadas no Plano de Recuperação Assistencial, deverão se iniciar anteriormente às demais.

Seção II

Do Acompanhamento, da Prorrogação e do Encerramento do Plano de Recuperação Assistencial.

Art. 5º Para o acompanhamento do Plano de Recuperação Assistencial, a operadora deverá enviar relatórios mensais acompanhados de documentação comprobatória, relacionada à execução de cada ação proposta para solucionar as anormalidades administrativas graves detectadas.

Parágrafo único. O Diretor da DIPRO poderá solicitar outros documentos relativos ao acompanhamento do Plano de Recuperação Assistencial sempre que julgar necessário.

Art. 6º O prazo de vigência do Plano de Recuperação Assistencial será de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de postagem no correio ou do protocolo na ANS, o que ocorrer primeiro, podendo ser excepcionalmente prorrogado por igual período a pedido justificado da operadora.

Parágrafo único. A prorrogação deverá ser solicitada para a ANS depois de transcorridos, pelo menos, 2/3 (dois terços) do prazo de vigência do Plano de Recuperação Assistencial.

Art. 7º A solicitação de prorrogação do prazo do Plano de Recuperação Assistencial deverá conter:

I - a fundamentação;

II - as ações e as metas já cumpridas;

III - as propostas para o período a ser prorrogado; e

IV - a comprovação do cumprimento das ações e das metas relacionadas às anormalidades administrativas mais gravosas.

§ 1º O pedido de prorrogação do prazo do Plano de Recuperação Assistencial não poderá ter como justificativa o surgimento de novas anormalidades administrativas graves.

§ 2º Caberá ao Diretor da DIPRO decidir o pedido de prorrogação de prazo do Plano de Recuperação Assistencial, levando em consideração os requisitos do art. 7º, bem como:

I - a ausência de agravamento dos riscos à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários inicialmente detectados no curso do Plano de Recuperação Assistencial; e

II - a regularidade no envio do Sistema de Informação de Produtos - SIP.

§ 3º O surgimento de novas anormalidades administrativas graves no curso do Plano de Recuperação Assistencial poderá ensejar a indicação de instauração do regime especial de Direção Técnica.

Art. 8º A qualquer tempo a operadora poderá solicitar o encerramento do Plano de Recuperação Assistencial.

Art. 9º Encerrado o prazo para a conclusão do Plano de Recuperação Assistencial, ou por solicitação da operadora, caberá ao Diretor da DIPRO decidir acerca do seu cumprimento ou não.

§ 1º Ao final do período estipulado para a conclusão do Plano de Recuperação Assistencial, caso seja identificado agravamento das anormalidades administrativas graves previamente detectadas, o Plano de Recuperação Assistencial será considerado não cumprido.

§ 2º Ao final do acompanhamento, quando o Diretor da DIPRO concluir pelo cumprimento do Plano de Recuperação Assistencial , ocorrerá o arquivamento do processo.

§ 3º Quando o Diretor da DIPRO concluir pelo não cumprimento do Plano de Recuperação Assistencial, ter-se-á um indicativo para a instauração do regime especial de Direção Técnica.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA DE SANEAMENTO ASSISTENCIAL

Seção I

Da Apresentação do Programa de Saneamento Assistencial

Art. 10. As operadoras submetidas ao regime especial de Direção Técnica deverão apresentar um Programa de Saneamento Assistencial, que consistirá em estratégias formuladas com o objetivo de resolver as anormalidades administrativas graves que motivaram a instauração da Direção Técnica.

§ 1º Após a instauração do regime especial de Direção Técnica, as operadoras receberão a instrução diretiva do diretor técnico para apresentação do Programa de Saneamento Assistencial no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do seu recebimento, prorrogáveis, excepcionalmente, por igual período.

§ 2º O Programa de Saneamento Assistencial deverá ser apresentado ao diretor técnico, que se manifestará e, posteriormente encaminhará para análise da Gerência de Direção Técnica, que poderá fazer considerações para o melhor desenvolvimento da Direção Técnica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 3º O Programa de Saneamento Assistencial deverá conter:

I - as medidas para a solução das anormalidades administrativas graves que motivaram a instauração do regime especial de Direção Técnica e demais circunstâncias apontadas pelo diretor técnico;

II - os documentos que dêem suporte às ações descritas no programa, quando for o caso;

III - um cronograma das ações, com as projeções mensais; e

IV - as metas a serem alcançadas.

§ 4º O cronograma do Programa de Saneamento Assistencial deverá priorizar as medidas mais gravosas e urgentes, de forma hierarquizada, conforme orientação do diretor técnico.

§ 5º O diretor técnico, assim como a Gerência de Direção Técnica poderão requisitar o fornecimento de informações adicionais ao Programa de Saneamento Assistencial, sempre que entenderem necessário.

Seção II

Do Acompanhamento do Programa de Saneamento Assistencial

Art. 11. O acompanhamento do Programa de Saneamento Assistencial será realizado pelo diretor técnico em conjunto com a Gerência de Direção Técnica.

Parágrafo único. O desenvolvimento do Programa de Saneamento Assistencial deverá constar obrigatoriamente dos relatórios do diretor técnico, remetidos para a Gerência de Direção Técnica na forma do inciso I do art. 12 da RN Nº 256 de 2011.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O acompanhamento assistencial após o encerramento do regime especial de Direção Técnica, previsto no parágrafo único do art. 10 da RN Nº 256 de 18 de maio de 2011, será realizado, a critério da DIPRO, pelos seguintes meios, dentre outros:

I - requerimento de informações à operadora em questão;

II - solicitação de informações às demais áreas da ANS;

III - acompanhamento por meio dos instrumentos de monitoramento assistencial da DIPRO; e

IV - acompanhamento in loco.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO RDC Nº 30, DE 4 DE JULHO DE 2011

Substitui a lista de substâncias de ação conservante permitidas para produtos saneantes constante do Anexo da Resolução - RDC n. 35/2008 e revoga a Resolução - RDC n. 58/2009.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 354 da Anvisa, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e retificada no DOU de 29 de agosto de 2006, em reunião realizada em 30 de junho de 2011,

adota a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º O Anexo da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n. 35, de 03 de junho de 2008, publicada no DOU de 04 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO

LISTA DE SUBSTÂNCIAS DE AÇÃO CONSERVANTE PERMITIDAS PARA FORMULAÇÕES DE PRODUTOS SANEANTES

Nº	NOME QUÍMICO	NÚMERO CAS	CONCENTRAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA (% p/p)
1	1,2-Benzo-Isotiazolinona (BIT)	2634-33-5	0,05 para produtos de venda livre; e 0,10 apenas para produtos de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada.
2	1-Fenoxi -2-Propanol	770-35-4	0,50
3	2,4 Dicloro Benzil Álcool	1777-82-8	0,15
4	2-Benzil 4-Clorofenol	120-32-1	0,20
5	2-Fenoxietanol	122-99-6	1,00
6	3,4,4' Triclorocarbanilida	101-20-2	0,20
7	4,4-Dimetil-1,3-Oxazolidina	51200-87-4	0,10
8	7-Etil Biciclo Oxazolidina	7747-35-5	0,30
9	Ácido 4-hidroxibenzóico, seus sais e ésteres (PARABEN salts and esters)	99-76-3 / 120-47-8 / 94-13-3 / 94-26-8	0,40 (expresso como ácido) individual para 1 éster; e 0,80 (expresso como ácido) para mistura dos sais ou ésteres
10	Ácido Sórbico / Sorbato de Potássio	110-44-1	0,60
11	Álcool Benzílico	100-51-6	1,00
12	Benzoato de Sódio	532-32-1	1,00
13	Bromo-2 Nitro-2 Propanodiol	52-51-7	0,10
14	Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio / Cloreto de Benzalcônio (C12 - C16)	39403-41-3 / 68424-85-1 / 63449-42-3 / 68424-95-3 / 70294-44-9 / 8001-54-5	0,10
15	Cloreto de Didecil Dimetil Amônio	7173-51-5	0,10
16	Clorotalonil	1897-45-6	0,05
17	Cloroxilenol	88-44-0	0,50
18	Diazolidinil Uréia	78491-02-8	0,50
19	Ditiometilbenzamida	2527-58-4	0,10
20	DMDM Hidantoína	6440-58-0	0,60
21	Hidroximetilglicinato de Sódio	70161-44-3	0,50
22	Imidazolidinil Uréia	39236-46-9	0,60
23	MDM Hidantoína	116-25-6	0,50
24	Metil Bromo Glutaralnitrila	35691-65-7	0,10
25	Metil Isotiazolinona (MIT)	2682-20-4	0,01
26	Mistura MIT / CMIT 1:3 Metil Isotiazolinona / Metilcloro Isotiazolinona	55965-84-9	0,0022
27	Octil-Isotiazolinona	26530-20-1	0,0005
28	Ortofenil Fenol	90-43-7	0,20
29	Para-Cloro Meta-Cresol	59-50-7	0,20
30	Piritionato de Sódio	3811-73-2	0,064
31	Piritionato de Zinco	13463-41-7	0,50
32	Polihexametileno Biguanida	32289-58-0	0,30
33	Propionato de N,N-didecil-N-metil-poli(oxietil)amonio	94667-33-1	1,00
34	Quartenium -15 / Cloreto de 1-(3-Cloroalil)-3,5,7-Triazo-1-Azoniadamantano	4080-31-3	0,20
35	Tricloro-2,4,4' hidroxi-2' difenil-éter (triclosan)	3380-34-5	0,30

(NR)

Art.2º Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n. 58, de 19 de novembro de 2009, publicada no DOU de 20 de novembro de 2009.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RESOLUÇÃO-RDC Nº 31, DE 4 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a indicação de uso dos produtos saneantes na categoria "Esterilizante", para aplicação sob a forma de imersão, a indicação de uso de produtos saneantes atualmente categorizados como "Desinfetante Hospitalar para Artigos Semicríticos" e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 354 da Anvisa, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e retificada no DOU de 29 de agosto de 2006, em reunião realizada em 30 de junho de 2011, adota a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aprovado o regulamento técnico que dispõe sobre a indicação de uso de produtos saneantes na categoria "Esterilizante", para aplicação sob a forma de imersão, e a indicação de uso de produtos saneantes atualmente categorizados como "Desinfetante Hospitalar para Artigos Semicríticos".

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Este regulamento se aplica exclusivamente aos produtos saneantes enquadrados na categoria "Esterilizante", com fim específico de aplicação sob a forma de imersão, e aos produtos saneantes atualmente categorizados como "Desinfetante Hospitalar para Artigos Semicríticos".

Art. 3º Os produtos saneantes atualmente categorizados como "Desinfetante Hospitalar para Artigos Semicríticos" passam a ser classificados nas categorias "Desinfetante de Alto Nível" ou "Desinfetante de Nível Intermediário", de acordo com o espectro de ação, conforme disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n. 35, de 16 de agosto de 2010.

Art. 4º As empresas detentoras de registro de produtos esterilizantes e dos produtos desinfetantes a serem categorizados como "Desinfetante de Alto Nível", bem como os produtos já enquadrados nessas categorias, têm o prazo até 31 de agosto de 2011 para apresentar, sob a forma de petição de aditamento ao respectivo processo de registro, laudo de comprovação de eficácia frente à Mycobacterium massiliense, cepa de origem IEC 735, codificada no INCQS com o número 00594, em conformidade com a classificação estabelecida na Resolução RDC n. 35, de 2010.

Art. 5º O registro de novos produtos saneantes, enquadrados nas categorias "Esterilizante", "Desinfetante de Alto Nível" ou "Desinfetante de Nível Intermediário", deve atender de forma integral, no ato do pleito de registro, à Resolução RDC n. 35, de 2010 e suas atualizações.

Art. 6º Fica proibido o registro de produtos saneantes na categoria "Esterilizante", para aplicação sob a forma de imersão, exceto nos seguintes casos:

I - produtos para uso exclusivo em equipamentos que realizam esterilização por ação físico-química, devidamente registrados na Anvisa; ou

II - produtos para uso exclusivo em dialisadores e linhas de hemodiálise devidamente registrados na Anvisa.

§1º Os produtos saneantes mencionados no inciso I deste artigo, devem conter, obrigatoriamente, em seu rótulo, no painel principal, a frase: "PRODUTO PARA USO EXCLUSIVO NO EQUIPAMENTO (nome do equipamento em letras maiúsculas), Reg. MS (nº do registro do equipamento)", e não podem apresentar a indicação de uso como desinfetante ou esterilizante por método manual.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§2º Os produtos mencionados no inciso II deste artigo devem conter, obrigatoriamente, em seu rótulo, no painel principal, a frase "PRODUTO PARA USO EXCLUSIVO EM DIALISADORES E LINHAS DE HEMODIÁLISE" e, quando também indicados como desinfetante de alto nível de máquinas de hemodiálise, devem conter, obrigatoriamente, em seu rótulo, no painel secundário, no item indicação de uso, a orientação de que a utilização do produto como desinfetante é exclusiva para máquina de hemodiálise.

§3º Os produtos saneantes indicados nos incisos I e II devem conter, obrigatoriamente, em seu rótulo, a indicação de tempo de contato com o equipamento, conforme comprovado por meio dos testes de eficácia frente aos microorganismos definidos na Resolução - RDC n. 35, de 2010 e suas atualizações.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º As empresas detentoras de registro de produtos saneantes a serem categorizados como "Desinfetante de Alto Nível" ou "Desinfetante de Nível Intermediário" têm o prazo de até (01) um ano, a partir da data de publicação desse regulamento, para escoamento dos produtos com rótulos aprovados anteriormente a esta Resolução como "Desinfetante Hospitalar para Artigos Semicríticos".

Art. 8º A inobservância dos prazos estabelecidos nos artigos 4º e 7º desta Resolução ensejará o cancelamento do registro, mediante devido processo administrativo, sem prejuízo de outras ações ou medidas pertinentes.

Art. 9º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, conforme disposições da Lei n. 6.437 de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal inerentes.

Art. 10. Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n. 33, de 16 de agosto de 2010.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RESOLUÇÃO-RDC Nº 32, DE 5 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre os critérios técnicos para a concessão de Autorização de Funcionamento de empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§1° e 3° do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n° 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 14 de junho de 2011,

adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aprovada a resolução que dispõe sobre os critérios para a concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º Esta resolução estabelece os critérios mínimos a serem cumpridos pelas empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais, para fins de autorização de funcionamento de empresa.

Parágrafo único. Entende-se por gases medicinais um gás ou uma mistura de gases destinados a tratar ou prevenir doenças em humanos ou administrados a humanos para fins de diagnóstico médico ou para restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas.

CAPÍTULO II

DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E PROCEDIMENTOS GERAIS

Art. 3º A empresa ou o estabelecimento fabricante/envasador de gases medicinais deve possuir infraestrutura adequada, adotar procedimentos administrativos e comprovar capacidade técnico-operacional para a fabricação e controle de gases medicinais com qualidade, segurança e eficácia, devendo possuir:

I - autorização ou licença de órgãos competentes para funcionamento, referente à localização, à proteção ambiental e à segurança das instalações;

II - aprovação prévia pelo Órgão de Saúde Municipal/Estadual dos projetos das plantas dos edifícios e documento comprobatório (parecer técnico ou relatório) da inspeção posterior à execução dos projetos;

III - restaurante/refeitório (caso exista) localizado em área separada das áreas produtivas e de controle de qualidade e mantido em condições higiênicas adequadas;

IV - área utilizada para a realização das refeições que não ofereça riscos para a qualidade dos produtos, caso inexista restaurante/refeitório;

V - vestiários masculinos e femininos que apresentem condições higiênico-sanitárias adequadas;

VI - bebedouros de água potável, quando existentes, instalados em locais adequados e mantidos em condições higiênico-sanitárias adequadas;

VII - plano de segurança contra incêndios para caso de emergência, que disponha que os equipamentos como extintores e mangueiras a serem utilizadas contra incêndio sejam instalados de maneira adequada e em número suficiente;

VIII - programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA) estruturado nos termos das normas regulamentadoras vigentes publicadas pelo Ministério do Trabalho;

IX - organograma definindo a estrutura organizacional e procedimentos que estabeleçam e enumerem as atribuições e obrigações dos responsáveis pelas áreas de produção, sistema da qualidade (controle de qualidade e garantia da qualidade);

X - programa de treinamento que considere tanto os funcionários próprios da empresa quanto os terceirizados que atuem nas atividades de produção/fabricação e que aborde assuntos relacionados às Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais, noções de microbiologia e higiene pessoal; e

XI - sistema formal de controle de mudanças.

CAPÍTULO III

DO ARMAZENAMENTO

Seção I

Das Condições Externas

Art. 4º As estruturas externas das edificações dos almoxarifados, quando existirem, devem apresentar as seguintes condições, de forma a não oferecer riscos de contaminação aos produtos e materiais armazenados:

I - bom estado de conservação;

II - arredores limpos, isentos de fontes de contaminações ambientais;

III - vias de acesso limpas; e

IV - proteção por meio de programa permanente de controle de pragas e outros animais.

Seção II

Das Condições Internas

Art. 5º As estruturas internas das edificações dos almoxarifados, quando existirem, devem apresentar as seguintes condições:

I - pisos, paredes e tetos em bom estado de conservação e condições higiênico-sanitárias adequadas, mediante a existência de procedimentos de limpeza para o setor;

II - tubulações e encanamentos de esgotos em bom estado de conservação;

III - ventilação, iluminação e temperatura nas intensidades adequadas de forma a não configurar risco de acidentes e comprometimento da execução das operações, bem como para a manutenção da qualidade e integridade das matérias-primas, materiais e produtos;

IV - instalações elétricas em bom estado de conservação, segurança e identificação;

V - instalação de equipamentos de segurança para combate a incêndios, de acordo com o projeto aprovado pelo órgão competente; e

VI - áreas identificadas ou sistemas de identificação que garantam a separação dos diferentes materiais (ex.: cilindros cheios e vazios, etc.) e produtos (gases medicinais e não medicinais) e diferentes condições (quarentena, aprovado, reprovado, etc.).

CAPÍTULO IV

DA RECEPÇÃO E ARMAZENAMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

Art. 6º As áreas de recepção e armazenamento de matérias-primas, materiais impressos, materiais de acondicionamento, de produtos a granel e acabados e de materiais explosivos e inflamáveis, devem:

I - disponibilizar procedimentos operacionais padrões escritos para a execução da recepção, inspeção, identificação, controle de estoque e armazenamento dos diferentes materiais enumerados;

II - possuir locais ou sistemas que restrinjam o acesso, por pessoas não autorizadas, e impeçam a utilização de matérias-primas, rótulos, bulas, lacres e outros materiais impressos, produtos a granel e acabados e de produtos e materiais explosivos e inflamáveis na condição de quarentena, antes da liberação pelo controle de qualidade; e

III - possibilitar o armazenamento seguro de produtos e materiais explosivos e inflamáveis, de acordo com a aprovação do órgão de segurança competente.

CAPÍTULO V

DA DEVOLUÇÃO, RECOLHIMENTO E ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS

Art. 7º As atividades de devolução e de recolhimento de cilindros, tanques criogênicos móveis e produtos do mercado devem ser executadas e gerenciadas de acordo com procedimentos operacionais padrões que contemplem, no mínimo, a identificação e a restrição da comercialização ou incorporação ao processo produtivo antes de finalizada a investigação e tomada de decisão quanto a sua destinação final.

Parágrafo único. Os cilindros, tanques criogênicos móveis e produtos devolvidos e recolhidos do mercado devem ser armazenados em áreas identificadas e de acesso restrito a pessoas não autorizadas.

CAPÍTULO VI

DOS SISTEMAS DE ÁGUA

Art. 8º Em relação aos sistemas de água utilizados nas atividades de produção de gases medicinais e às instalações a eles relacionadas, a empresa deve:

I - utilizar, no mínimo, água de grau potável, naquelas operações de produção que tenham impacto na qualidade do produto. Esta exigência não se aplica à água utilizada para refrigeração de equipamentos;

II - garantir a potabilidade da água de acordo com legislação vigente, mediante tratamentos, coletas e análises (físico-químicas e microbiológicas periódicas), independentemente da fonte (rede pública, poços artesianos e outros);

III - aprovar procedimentos operacionais padrões para a execução de tratamento, de coleta e análises da água potável e de limpeza de sistemas reservatórios, bem como definir a periodicidade de suas realizações;

IV - manter em bom estado de conservação os reservatórios e tubulações utilizadas na condução da água potável, de forma a não comprometer o desempenho do processo produtivo e a qualidade dos produtos; e

V - prover instalações e tratamentos para a eliminação/descarte de águas servidas, sobras e outros refugos oriundos do processo produtivo, de modo a atender às normas de segurança e vigilância sanitária e a não constituir fonte de degradação e destruição do meio ambiente.

CAPÍTULO VII

DAS ÁREAS PRODUTIVAS

Seção I

Das Condições Internas e Externas

Art. 9º As áreas produtivas devem apresentar as seguintes condições e estruturas:

I - bom estado de conservação (isento de rachaduras, pinturas descascadas e infiltrações);

II - boas condições higiênico-sanitárias e programa de controle de pragas e outros animais;

III - arredores das áreas produtivas limpos, de forma a não oferecer riscos de contaminação aos produtos e materiais;

IV - pisos, paredes e tetos em bom estado de conservação e condições higiênico-sanitárias adequadas, por meio de procedimentos de limpeza para o setor;

V - estruturas e dimensões adequadas, de forma a possibilitar um fluxo racional de produção, evitando a mistura, a contaminação e a contaminação cruzada entre as diferentes matérias-primas, materiais e produtos;

VI - distribuição adequadamente dimensionada ao volume de operações, de forma a permitir espaço suficiente para circulação segura e eficiente de pessoas e materiais;

VII - equipamentos de segurança (extintores e mangueiras contra incêndio) disponíveis e instalados em locais apropriados e devidamente identificados;

VIII - ventilação, iluminação e temperatura nas intensidades adequadas, de forma a não configurar risco de acidentes e comprometimento da execução das operações, bem como para manter a qualidade e integridade das matérias-primas, materiais e produtos; e

IX - instalações elétricas e tubulações de água potável, de águas servidas e rejeitos, vapores, gases e ar comprimido em bom estado de conservação e devidamente identificadas.

Seção II

Dos Procedimentos

Art. 10. Com a finalidade de padronização do comportamento dos operadores, execução e organização das atividades produtivas e garantir a segurança do processo e a qualidade dos produtos (gases medicinais), a empresa/estabelecimento deve possuir:

I - procedimento que trate da proibição de comer, beber e fumar nas áreas produtivas;

II - procedimentos escritos e aprovados quanto às normas de segurança;

III - procedimentos operacionais padrões e para a execução dos controles em processo, dentre outras informações, definindo a freqüência de realização, e descrevendo os métodos, os materiais e os equipamentos utilizados;

IV - procedimentos que restrinjam e controlem o acesso de pessoas estranhas às áreas de produção;

V - procedimentos operacionais padrões escritos para a execução de cada uma das etapas de fabricação/produção, referenciando, dentre outras informações, as estações de trabalho, os locais e os equipamentos utilizados;

VI - procedimentos operacionais padrões escritos para a execução das operações de envase, rotulagem, armazenamento e conservação dos produtos;

VII - procedimento operacional padrão escrito para a definição dos números de lote dos produtos (granel e acabados) fabricados;

VIII - procedimento ou sistema que garanta a rastreabilidade dos lotes dos produtos a granel e acabados enviados aos estabelecimentos de saúde, hospitais, distribuidores e clientes de assistência familiar;

IX - procedimentos operacionais padrões escritos para a realização das inspeções em cilindros e tanques criogênicos móveis, antes e após seus respectivos enchimentos; teste hidrostático de cilindros e teste de válvulas. Os cilindros, válvulas e tanques criogênicos móveis já inspecionados devem ser mantidos segregados daqueles que ainda não o foram;

X - procedimento operacional padrão e local de armazenagem que permita a segregação de cilindros vazios e cheios de gás medicinal e desse em relação aos gases de uso não medicinal ou industrial;

XI - procedimento operacional padrão para a execução da reconciliação e ou distribuição de produtos e materiais de embalagem (incluindo os materiais impressos);

XII - áreas limpas, secas, bem ventiladas e livres de produtos e materiais explosivos e inflamáveis para o armazenamento de cilindros, válvulas e tanques criogênicos móveis. Essas áreas ainda devem ser cobertas e protegidas de temperaturas extremas de forma a evitar acidentes e proteger os materiais referenciados das intempéries e manter suas identificações;

XIII - procedimentos operacionais padrões que descrevam as ações efetivas adotadas de forma a garantir que os cilindros e os tanques criogênicos móveis utilizados no enchimento (envase) de gases medicinais, quando os mesmos não forem exclusivos para tal finalidade, recebam tratamento prévio (inspeção, testes, mudanças na identificação e pinturas) e que não haja mistura e/ou contaminação dos gases medicinais com gases de uso não medicinal ou industrial;

XIV - procedimentos operacionais padrões para a verificação e liberação das linhas de produção e envase antes das operações, de forma a evitar a mistura de materiais (inclusive impressos) e a contaminação/contaminação cruzada entre gases medicinais e entre esses e os gases de uso não medicinal ou industrial; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XV - procedimentos operacionais padrões descrevendo ações efetivas adotadas de forma a garantir a não mistura e/ou a contaminação/contaminação cruzada entre gases medicinais e entre esses e os gases de uso não medicinal ou industrial, quando as respectivas linhas de envase não forem exclusivas para um gás medicinal em específico.

Seção III

Das Qualificações, Calibrações e Manutenções de Equipamentos, Aparelhos e Instrumentos de Medição e Validações

Art. 11. A empresa deve possuir programas de manutenção preventiva, de qualificação e/ou calibração escritos e aprovados, para os equipamentos, aparelhos e instrumentos de medição.

Art. 12. A empresa deve possuir cronogramas e planos mestres de validações escritos e aprovados para a execução das validações de sistemas computadorizados (utilizados no controle e monitoramento dos processos) de processos produtivos e limpeza.

Seção IV

Das Fórmulas Mestres Padrão e Dossiês de Produção

Art. 13. A empresa deve possuir fórmula mestre padrão aprovada para todos os gases medicinais e líquidos criogênicos produzidos.

Art. 14. A empresa deve possuir dossiê de produção aprovado para cada gás medicinal fabricado. Os dossiês de produção devem possuir, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome do gás e/ou dos gases da mistura, data de fabricação, prazo de validade e número e tamanho do lote do produto;

II - registros e informações que garantam a rastreabilidade em relação à quantidade e identificação de matérias-primas e materiais e materiais impressos utilizados na produção;

III - para fins de reconciliação, registro da capacidade (em peso) dos cilindros e tanques criogênicos móveis antes do envase, bem como registro do volume ou peso dos cilindros e tanques criogênicos móveis envasados;

IV - relação dos equipamentos utilizados na produção/envase de cada produto;

V - registro da data e hora de início e de término de todas as etapas de fabricação, relacionando os locais, as estações de trabalho e os equipamentos utilizados;

VI - identificação/assinatura do(s) operador(es) responsável(is) pela realização e supervisão das etapas produtivas;

VII - registro de parâmetros críticos do processo produtivo e do produto, como temperatura, pressão e umidade, quando aplicável;

VIII - identificação/assinatura do(s) operador(es) responsável(is) pela limpeza das linhas e estações de envase, recebimento, inspeção e esvaziamento dos cilindros e tanques criogênicos móveis, previamente às operações de envase;

IX - registros dos resultados dos controles em processo executados;

X - registro da execução das verificações e calibrações prévias dos equipamentos analíticos, antes da condução dos testes de controle em processo, além de informações do(s) gás(es) de referência utilizado(s) nas verificações e calibrações dos equipamentos analíticos;

XI - registro das inspeções e verificações de cilindros, válvulas e tanques criogênicos, após o envase, de forma a garantir que os referidos recipientes contenham a quantidade correta do produto e não apresentem vazamentos;

XII - dados do rendimento teórico, bem como registro dos cálculos de rendimento real obtido e reconciliação de materiais nas etapas críticas do processo;

XIII - número de série dos cilindros envasados;

XIV - amostras dos materiais impressos, utilizados para o acondicionamento e identificação dos produtos; e

XV - registro de quaisquer ocorrências de problemas e desvios do processo, com a assinatura do responsável pela produção, atestando sua ciência e aprovação, para a realização das investigações e adoção de ações corretivas, considerando-se os procedimentos e instruções de trabalho aprovadas e implementadas na empresa, de forma a manter e garantir a segurança do processo e a qualidade do produto.

CAPÍTULO VIII

DO CONTROLE DE QUALIDADE

Seção I

Do Controle da Qualidade, Instalações, Estruturas e Pessoal

Art. 15. As empresas fabricantes/envasadoras de gases medicinais devem possuir Sistema de Garantia da Qualidade e laboratórios de controle com instalações, estruturas, equipamentos de análises e equipamentos de segurança em número adequado e apropriado para a execução das análises de todas as matérias-primas, materiais impressos e produtos (semi-elaborados, a granel e acabados), além de pessoal em número suficiente e devidamente treinado e capacitado.

§ 1º As dependências do controle de qualidade devem ser mantidas organizadas e em condições higiênico-sanitárias adequadas, de forma a não comprometer a confiabilidade das análises, a qualidade do produto, a segurança das operações e dos analistas.

§ 2º O Sistema de Garantia da Qualidade deve ser independente da produção.

§ 3º Os equipamentos de proteção individual devem ser adequados e estar disponíveis para a utilização dos analistas.

§ 4º O número de equipamentos de proteção coletiva deve ser adequado e estes devem estar instalados em áreas identificadas e sem obstruções de acesso nos casos de emergência.

§ 5º Os equipamentos de análises devem estar instalados e localizados de maneira racional, de forma a não sofrer interferências e comprometer os resultados das análises.

Seção II

Dos Procedimentos

Art. 16. A empresa deve possuir especificações e metodologias de análise escritas e aprovadas para todas as matérias-primas, materiais impressos, materiais de embalagem e produtos (semi-elaborados, a granel e acabados).

Art. 17. A empresa deve possuir padrões e gases de referência para as análises de matérias-primas e produtos e calibrações e verificações de equipamentos, aparelhos e instrumentos de medida.

Parágrafo único. Os padrões e gases de referência devem ser armazenados nas condições recomendadas pelos fabricantes, de forma a manter sua pureza, qualidade e integridade.

Art. 18. A empresa deve possuir procedimentos que tratem da proibição de comer, beber e fumar nas áreas produtivas.

Art. 19. A empresa deve possuir procedimentos operacionais padrões escritos e aprovados para:

I - operações de amostragem, análises, aprovação e reprovação de matérias-primas, materiais de embalagem e produtos (semi-elaborados, a granel e acabados);

II - liberação ou reprovação de matérias-primas, materiais de embalagem, materiais impressos e produtos (semi-elaborados, a granel e acabados) pelo responsável do controle de qualidade; e

III - operações, verificações e calibrações dos equipamentos, aparelhos e instrumentos de medida.

Seção III

Das Qualificações, Calibrações e Manutenções de Equipamentos, Aparelhos e Instrumentos de Medição e Validações

Art. 20. A empresa deve possuir programas de manutenção preventiva, de qualificação e/ou calibração escritos e aprovados, para os equipamentos, aparelhos e instrumentos de medição.

Art. 21. A empresa deve possuir cronograma e plano mestre de validação escritos e aprovados para a execução das validações das metodologias analíticas.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. Os estabelecimentos abrangidos por esta Resolução terão o prazo até 31 de dezembro de 2012 para promoverem as adequações necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 23. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei Nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 24. Cabe ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, além de garantir a fiscalização do cumprimento desta norma, zelar pela uniformidade das ações segundo os princípios e normas de regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RESOLUÇÃO - RE N° 2.904, DE 5 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1° do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n°. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n° 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011,

considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve:

Art. 1º Incluir as culturas de feijão e sorgo, na modalidade de emprego (aplicação) para tratamento de sementes, com Limite Máximo de Resíduo de 0,01 mg/kg e Intervalo de Segurança "não determinado devido à modalidade de emprego", na monografia do ingrediente ativo T12 - TIABENDAZOL, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia, por meio do Art. 2º da mencionada Resolução, no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.905, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando os arts. 7º, 12 e 50, da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os medicamentos fabricados pela empresa PLENA VIDA INDÚSTRIA DE PRODUTOS NATURAIS LTDA ME (CNPJ 08.471.298/0001-20), localizada na Rua São Paulo, 28, Bairro Belo Horizonte, Marataízes/ES, por referida empresa não possuir Autorização de Funcionamento e por seus produtos não possuírem registro junto a esta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.906, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 7º, da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o comunicado de recolhimento voluntário feito pela Empresa, pelo fato de que em uma parte do lote do produto Albumina teria sido inserida indevidamente a bula de outro produto - Prothromplex-T, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao recolhimento voluntário, realizado na forma da RDC Nº 55/2005, do lote LA10C030AA (fab. 02/07/2010 e val. 02/07/2012) do produto ALBUMINA SÉRICA HUMANA NORMAL SOLUÇÃO A 20%, registrado por BAXTER HOSPITALAR LTDA. - CNPJ 49.351.786/0001-80, localizado na Av. Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, 6º andar, Chácara Santo Antonio, São Paulo/SP, por apresentar desvio de qualidade.

Art. 2º Fica suspensa a distribuição, comércio e uso das unidades do produto citado no art. 1º eventualmente encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.907, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando os arts. 1º, 2º, 12, 50 e 51 da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a Lei Nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando, ainda, a Portaria Nº 099-R, de 21/06/10 publicada no D. O. E. do Espírito Santo, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, no território nacional, de TODOS OS PRODUTOS, sujeitos ao regime de vigilância sanitária, fabricados e comercializados pela empresa VILA ERVAS E ALIMENTOS COMERCIAL LTDA.-EPP (nome fantasia Vila Ervas - Vila Alimentos), inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 05.418.260/0001-03, localizada na Rua Vinte e Um, Nº 77, Lote 13, Quadra 08, Santa Mônica Popular - Vila Velha/ES, por não possuir registro/notificação e Autorização de Funcionamento perante esta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.908, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando os arts. 1º, 2º, 12, 50 e 51 da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a Lei Nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando, ainda, a Portaria Nº 098-R, de 21/06/10 publicada no D. O. E. do Espírito Santo, RESOLVE:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, no território nacional, de TODOS OS PRODUTOS FITOTERÁPICOS e demais produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária, fabricados e comercializados pela empresa G. M. MACHADO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 05.363.680/0001-21, localizada na Rua José Costalonga, Nº 135, Centro - Marataízes/ES, por não possuir registro/notificação e Autorização de Funcionamento perante esta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.909, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 7º da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o comunicado de recolhimento voluntário feito pela empresa GERMED FARMACÊUTICA LTDA, do lote 311571 (Fab. 08/2010 e Val. 08/2011), do medicamento CLORIDRATO DE TRAMADOL 100mg, resolve:

Art. 1º. Dar publicidade ao recolhimento voluntário, realizado na forma da RDC nº. 55/2005, do lote 311571 (Fab. 08/2010 e Val. 08/2011) do medicamento CLORIDRATO DE TRAMADOL 100mg, fabricado pela empresa GERMED FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ 45.992.062/0001-65, localizada na Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, KM 08, Chácara Assay, em virtude de suspeita de desvio de qualidade.

Art. 2º. Fica suspensa a distribuição, comércio e uso da unidade do produto citado no artigo 1º, eventualmente encontrada no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.910, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 7º da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o Laudo de Análise Fiscal de Amostra Única Nº 77.00/2011 emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, com resultado insatisfatório no ensaio de Aspecto, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, do lote 10G240 (fabr. 07/2010, val. 07/2012) do medicamento DUZIMICIN (Amoxicilina), suspensão, 250mg/5mL, fabricado pela empresa PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA (CNPJ 73.856.593/0001-66), com sede na Rua Mitsugoro Tanaka, 145, C. Ind. Nilton Arruda, Toledo/PR, por apresentar desvio de qualidade.

Art. 2º Determinar, ainda, que a empresa promova o recolhimento do mercado do lote citado no artigo anterior, na forma da RDC Nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.911, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando os arts. 7º e 12 da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, do produto CLOREXIPLAC fabricado pela empresa INODON LABORATÓRIO INDUSTRIAL DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (CNPJ 90.316.415/0001-61), localizada na Estrada Ponta Grossa, 5245, Belém Novo, Porto Alegre/RS, por referido produto não possuir registro junto a esta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.912, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 7º, da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, os Laudos de Análise Fiscal n.ºs 3070.00/2010 e 3071.00/2010, emitidos pelo Instituto Adolfo Lutz, com resultado insatisfatório no ensaio de Aspecto, considerados definitivos por não ter sido solicitada a perícia de contraprova, resolve;

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, dos lotes 0205A e 207A (fabr. 02/2010 e val. 02/2012) do medicamento CAPTOPRIL 25mg, comprimidos, fabricado por BALM LABOR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ 04.712.572/0001-54, localizado na Av. Projetada, III, 99, Distrito Industrial II, Bálsamo (SP), por apresentar desvio de qualidade.

Art. 2º Determinar, ainda, que a Empresa promova o recolhimento do estoque remanescente dos referidos lotes existentes no mercado, nos termos da Resolução-RDC Nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução-RE Nº 2.442 (D.O.U. de 09/06/2011).

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.913, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 7º da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o comunicado de recolhimento voluntário feito pela empresa FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA do lote 74EC0910 do medicamento CPHD BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%, RESOLVE:

Art. 1º. Dar publicidade ao recolhimento voluntário, realizado na forma da RDC Nº 55/2005, do lote 74EC0910 do medicamento CPHD BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%, registrado em nome da empresa FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA (CNPJ. 01.440.590/0001-36) e fabricado por FRESENIUS KABI BRASIL LTDA (CNPJ 49.324.221/0008-80), localizada na RODOVIA CE 040, KM 10 - AQUIRAZ - CE, em virtude de suspeita de desvio de qualidade.

Art. 2º. Fica suspensa a distribuição, comércio e uso das unidades do produto citado no artigo 1º eventualmente encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.914, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 7º, da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o relatório de inspeção Nº 01/2011, da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro, que concluiu que a Empresa não cumpre com as Boas Práticas de Fabricação estabelecidas pela RDC Nº 17/2010, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação/distribuição, comercialização e uso, do medicamento NOREPHED 2mg, solução injetável, fabricado a partir de 01/05/2009, por parte da Empresa QUÍMICA HALLER LTDA. - CNPJ 33.036.815/0001-80, localizada na Av. Além Paraíba, 104, Higienópolis, Rio de Janeiro (RJ), por não atender às Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.915, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 7º da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o comunicado de recolhimento voluntário feito pela empresa PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA do lote 10G732 do medicamento DUZIMICIN (Amoxicilina), RESOLVE:

Art. 1º. Dar publicidade ao recolhimento voluntário, realizado na forma da RDC Nº 55/2005, do lote 10G732 do medicamento DUZIMICIN (Amoxicilina 50mg/mL), pó para suspensão oral, fabricado pela empresa PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA (CNPJ 73.856.593/0001-66), com sede na Rua Mitsugoro Tanaka, 145, C. Ind. Nilton Arruda, Toledo/PR, em virtude de suspeita de desvio de qualidade.

Art. 2º. Fica suspensa a distribuição, comércio e uso das unidades do produto citado no artigo 1º eventualmente encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.916, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 62, II, da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 18, § 6º, II, da Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

considerando, ainda, comunicado da Empresa detentora do registro, informando sobre a constatação da falsificação, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a apreensão e inutilização, em todo o território nacional, do produto HORMOTROP (Somatropina) 12UI, lote CC00690, nas características descritas no art. 2º desta Resolução, por se tratar de falsificação. O detentor do registro é o Laboratório Químico Farmacêutico Bergamo Ltda., CNPJ Nº 61.282.661/0001-41.

Art. 2º As principais características que diferenciam o produto falsificado do original são:

Lote Falsificado	Lote Original
- Validade: 06/2013	- Validade: 06/2012

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.917, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 16, da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a constatação de que o produto vem sendo irregularmente comercializado no País, com indicações terapêuticas para tratamento de câncer e outras doenças de alta complexidade, resolve:

Art. 1º Proibir, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a distribuição e comercialização do produto AVELOS (ou AVELOZ), nome científico Euphorbia tirucalli L., bem como a manipulação ou fabricação de medicamentos contendo tal substância, por não ter sido submetida a testes de segurança e eficácia perante esta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.918, DE 6 DE JULHO DE 2011

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, (reconduzida), Decreto publicado no Diário Oficial da União, de 26 de março de 2009, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto Nº 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006, e, ainda, a Portaria Nº 787, do Diretor-Presidente, de 9 de junho de 2011,

considerando os arts. 6º, 7º, XV e 8º, § 1º, II, da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no art. 48, II do Decreto-Lei n. 986, de 21 de outubro de 1969;

considerando o disposto no art. 10, XXVIII da Lei n. 6437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o disposto no art. 6º, I e o art. 18, § 6º, II, da Lei n. 8.078, de 11 de novembro de 1990;

considerando o disposto nos arts. 1° e 7°, da Resolução - RDC Anvisa n. 18, de 19 de novembro de 1999;

considerando o Comunicado recebido da empresa Maria Reinilde Martini Bettoni ME contendo Boletim de Ocorrência n° 00424-2001-00530, resolve:

Art. 1° Determinar a apreensão, em todo território nacional, de todos os lotes do produto designado no rótulo como palmito de palmeira real em conserva, da marca Bemar produzido por COM. DE CONSERVAS BEMAR DE MARIA RENILDE DE MARTINI BETTONI, Estrada Geral Braço Direito - Massaranduba - Santa Catarina - Fone: 11 3379-7132 - CNPJ 00.762.387/0001-13 - Registro Ibama n° 17746 - Registro MS n° 5.8162.0002001-8, por terem sido objeto de falsificação.

Art. 2º As principais características que diferenciam o produto falsificado do original são:

CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO ORIGINAL	CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO FALSIFICADO
Tampa da embalagem de vidro litografada com a identificação do fabricante	Tampa sem litografia da identificação do fabricante
Registro MS n° 5.8162.0003.009-9	Registro MS n° 5.8162.0002001-8
Estrada Geral Braço Direito - Massaranduba - Santa Catarina - Fone: 47 3379-7231	Estrada Geral Braço Direito - Massaranduba - Santa Catarina - Fone: 11 3379-7132
SAC: (47) 3379-7231	Não consta o SAC em destaque

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.919, DE 6 JULHO DE 2011

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, (reconduzida), Decreto publicado no Diário Oficial da União, de 26 de março de 2009, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto Nº 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006, e, ainda, a Portaria Nº 787, do Diretor-Presidente, de 9 de junho de 2011,

considerando o art. 8º, § 1º, inciso II da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 23, § 4º da Lei Nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando os itens 3.1, 6.2 e 8.1 da Resolução RDC nº259, de 20 de setembro de 2002;

considerando os itens 3.4.3.1 e 3.4.4.2 da Resolução RDC Nº 360, de 23 de dezembro de 2003;

considerando a Resolução RDC Nº 28, de 27 de maio de 2009;

considerando a Resolução RDC Nº 340, de 13 de dezembro de 2002;

considerando os itens 3.1 da Portaria do Inmetro Nº 157, de 19 de agosto de 2002;

considerando o Laudo de Análise Nº 2376.00/2011 emitido pelo Instituto Octávio Magalhães da Fundação Ezequiel Dias - IOM/FUNED (IOM/FUNED);

considerando a Notificação da Gerência Colegiada da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais n° 028/2011, resolve:

Art. 1º Determinar a interdição cautelar do LOTE 040311 do produto GELEIA DE JABUTICABA, marca DOCES FAZENDA DO ENGENHO, data de fabricação 01/03/2011, data de validade 01/03/2012, fabricado pela empresa MILK FRUT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 21.054.242/0001-38, estabelecida na Fazenda do Engenho s/nº, Bairro Mãe Florença - Caldas (MG), em virtude dos resultados insatisfatórios no ensaio de Pesquisa de Corante Artificial (presença dos corantes Amarelo Tartrazina e Vermelho Bordeaux) e na Análise de Rotulagem.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

ARESTO Nº 165, DE 5 DE JULHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 29 de março de 2011. ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei Nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria Nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC Nº 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, com julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

TRANSPALLET -TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.413161/2006-21-AIS:553031/06-8 (682/06)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA
25759.468618/2005-54-AIS:564250/05-7(312ª/05)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25751.505718/2006-20-AIS:677786/06-4 (123/06)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25751.346950/2006-10-AIS:463999/06-5 (009/06)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
IFF ESSÊNCIAS E FRAGÂNCIAS LTDA
25759.125770/2004-64-AIS:214963/04-0 (387/02)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25767.420750/2005-86-AIS:503761/05-1 (114/05)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.054928/2003-23-AIS:202081/03-5 (168/03)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.054013/2003-18-AIS:198349/03-1 -(06/03)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.031582/2004-76-AIS:080331/04-6 (145/02)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.043178/2005-26-AIS:051913/05-8 (28/05)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
JONHSON E JOHNSON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
25759.054336/2003-10-AIS:199616/03-9 (081/03)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
LABORATÓRIO NEO QUÍMICA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
25759.072553/2003-83-AIS:267472/03-6(88/03)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
LABORATÓRIO NEO QUÍMICA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
25759.072638/2003-61-AIS:267638/03-9 (111/03)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA
25759.072751/2003-47-AIS:267862/03-4 (151/03)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA
25759.096744/2004-11-AIS:181834/04-1 (175/04)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA
25759.148568/2005-91-AIS:175613/05-3 (106/05)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
SIEMENS LTDA.
25759.423803/2006-09-AIS:566906/06-5 (632/06)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
SIEMENS LTDA.
25759.210067/2007-01-AIS:267760/07-1 (510/06)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
SIEMENS LTDA.
25759.031799/2004-86-AIS:080758/04-3 (141/02)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
25759.019152/2006-48-AIS:025289/06-1(013/06)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
25759.070031/2003-47-AIS:260312/03-8 (268/03)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais),

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

CONSULTA PÚBLICA Nº 35, DE 4 DE JULHO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999, c/c o inciso II, e §§ 1° e 3° do art. 54 do Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 em reunião realizada em 30 de junho de 2011, adota a seguinte Consulta Pública e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre teor de iodo no sal destinado ao consumo humano e dá outras providências.

Art. 2º Informar que a proposta de Resolução está disponível na íntegra no sítio da Anvisa na internet e que as sugestões deverão ser encaminhadas por meio do formulário do FormSUS disponível no endereço http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=6545, ou mediante preenchimento do formulário próprio, com posterior envio por correio para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/GGALI - SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília- DF, CEP 71.205-050; ou por Fax: (61) 3462-5315; ou para o e-mail: pro.iodo@anvisa.gov.br.

§1° A documentação objeto dessa Consulta Pública e o formulário para envio de contribuições permanecerão à disposição dos interessados no endereço http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no sítio da ANVISA na internet.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º a Agência Nacional de Vigilância Sanitária poderá articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Parágrafo único. A consolidação do texto final do regulamento e o Relatório de Análise de Contribuições serão disponibilizados no sítio da ANVISA na internet após a deliberação da Diretoria Colegiada.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

CONSULTA PÚBLICA Nº 36, DE 4 DE JULHO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n. 3.029, de 16 de abril de 1999, c/c o inciso II, e §§ 1° e 3° do art. 54 do Regimento Interno aprovado pela Portaria n. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 em reunião realizada em 30 de junho de 2011, adota a seguinte Consulta Pública e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ENZIMAS E PREPARAÇÕES ENZIMÁTICAS PARA USO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM GERAL.

Art. 2º Informar que a proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e que as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito para um dos seguintes endereços: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência-Geral de Alimentos, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília- DF, CEP 71.205-050; e ou para o Fax: (61) 3462-5315; e ou para o e-mail: cp36.2011@anvisa.gov.br.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º a Agência Nacional de Vigilância Sanitária poderá articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

DIRCEU BRAS APARECIDO BARBANO

GERÊNCIA-GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS A VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 6 de julho de 2011

A Gerente-Geral da Gerência de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XII, da Portaria Nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria Nº 783, de 13 de julho de 2009, resolve arquivar os processos abaixo:

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA
25351.295800/2008-13 - AIS:375447/08-2 (217/08) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
CINTRAFLORA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25351.232273/2008-28 - AIS:294321/08-2 (157/08) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
CONTENTO COMUNICAÇÃO LTDA.
25351.525198/2010-95 - AIS:690905/10-1 (837/10) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
DEBITO FÁCIL SERVIÇOS LTDA
25351.005246/2006-12 - AIS:007178/06-1 (1597/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
DLW INDUSTRIA e COMERCIO LTDA
25351.405918/2007-77 - AIS:524101/07-4 (314/07) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
DOTAGNA COMÉRCIO E SISTEMAS LTDA.
25351.237230/2007-58 - AIS:303157/07-8 (177/07) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
EDITORA ABRIL S/A
25351.003639/2010-68 - AIS:004600/10-1 (450/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
EDITORA CARAS SA
25351.104374/2009-79 - AIS:132627/09-9 (48/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
EMPRESA FOLHA DA MANHA S.A.
25351.413814/2010-29 - AIS:540484/10-3 (527/10) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
GELITA DO BRASIL LTDA
25351.483745/2008-17 - AIS:633527/08-6 (384/08) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
LABORATORIO BELEM JARDIM IND.E COMERCIO LTDA
25351.163941/2008-60 - AIS:207942/08-9 (85/08) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
MEDLEY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25351.468339/2007-35 - AIS:597561/07-1 (359/07) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
NUTRIFORT SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA
25351.232310/2008-06 - AIS:294367/08-1 (155/08) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
OFFICE EDITORA E PUBLICIDADE LTDA.
25351.004193/2007-01 - AIS:005043/07-1 (250/06) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
PHARMACOS DAMAZONIA LTDA.
25351.179978/2007-29 - AIS:228308/07-5 (120/07) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
POLYMAR INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
25351.062089/2006-42 - AIS:080158/06-5 (15/06) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
SOCIEDADE BRASILEIRA DE GLAUCOMA
25351.135983/2007-20 - AIS:172892/07-0 (104/07) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
SOCIEDADE BRASILEIRA DE OFTALMOLOGIA
25351.135972/2007-40 - AIS:172880/07-6 (103/03) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência

MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS AEROPORTOS FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL

Em 6 de julho de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria Nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria Nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ADIR BONIN - ME
25741.615854/2007-27 -AIS:767539/07-9(04/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00(Seis mil reais)
ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A.
25751.073136/2009-11 -AIS:091175/09-5 002/09)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00(Seis mil reais)
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA
25759.512342/2007-11 -AIS:644909/07-3(841/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00(Doze mil reais)
COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA
25741.634743/2008-09 -AIS:818466/08-6(07/08)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00(Doze mil reais)
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA
25752.386251/2007-83 -AIS:498216/07-9(05/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência
EXIMIA ALIMENTOS COMERCIO DE IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA
25751.545060/2008-51 -AIS:710452/08-9(003/08)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00(Seis mil reais)
FUNDAÇÃO UNIVESITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO
25752.382386/2007-70 -AIS:493302/07-8(069/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00(Seis mil reais)
FUNDAÇÃO UNIVESITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO
25752.382395/2007-61 -AIS:493316/07-8(070/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00(Seis mil reais)
ITF CHEMICAL LTDA
25742.623306/2008-41 -AIS:804014/08-1(05/08)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00(Seis mil reais)
LOGISTIC NETWORK TECHNOLOGY COMERCIO INPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A
25741.191405/2008-61 -AIS:242254/08-9(12/08)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00(Seis mil reais)
NATURAL PRODUCTS INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA
25751.135568/2009-73 -AIS:175516/09-1(06/09)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00(Quatro mil reais)
RIO AZUL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E NAVEGAÇÃO LTDA
25747.263554/2009-78 -AIS:338723/09-2(09/09) - (25747.262815/2009-56-Apenso) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 48.000,00(Quarenta e oito mil reais)
SILVESTRE LABS QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA
25752.338913/2007-17 -AIS:438094/07-1(50/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00(Vinte e quatro mil reais)
TRB PHARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA
25759.235027/2008-45 -AIS:298080/08-1(87/08)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 48.000,00(Quarenta e oito mil reais)

PAULO BIANCARDI COURY

RETIFICAÇÃO

No Despacho Nº 67 de 9 de Junho de 2011, publicado em DOU n.º 116 de 17 de Junho de 2011, Seção 1, Pág. 79,
Onde se lê:
"Empresa: ORGANGELIFE COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA
CNPJ: 05.774.798/0001-42
Processo nº: 25351.234502/2009-60
Expediente Recurso nº: 395414/11-5
Expediente Indeferido n.º: 963055/10-4"
Leia-se
"Empresa: ANFLA PRODUTOS PARA DIAGNOSTICO LABORATORIAL LTDA
CNPJ: 05.774.798/0001-42
Processo nº: 25351.234502/2009-60
Expediente Recurso nº: 395414/11-5
Expediente Indeferido n.º: 963055/10-4"
Onde se lê:
"Empresa: ORGANGELIFE COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA
CNPJ: 05.774.798/0001-42
Processo nº: 25351.234512/2009-81
Expediente Recurso nº: 395467/11-6
Expediente Indeferido n.º: 962986/10-6"
Leia-se
"Empresa: ANFLA PRODUTOS PARA DIAGNOSTICO LABORATORIAL LTDA
CNPJ: 05.774.798/0001-42
Processo nº: 25351.234512/2009-81
Expediente Recurso nº: 395467/11-6
Expediente Indeferido n.º: 962986/10-6"

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 317, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Secretário de Atenção À Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde;
Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e
Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, por meio do Ofício n° 004/2011 - PPI/SCATS, de 22 de abril de 2011 e Resoluções CIB nº 072, nº 073, nº 074, nº 075, nº 076, nº 079, de 19 de maio de 2011, resolve:
Art. 1º - Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos Anexos II e III.
§1º - O total de recurso financeiro anual do estado de Goiás, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 740.846.167,42, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	42.747.742,79	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	670.263.983,68	Anexo II
Total dos recursos Retidos no Fundo Nacional de Saúde	27.834.440,95	Anexo III

§2º - Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 3.247.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, no valor de R$ 26.508.000,00.
§3º - O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.
Art. 2º - Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarrete impacto no teto financeiro global do estado.
Art. 3º - Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.
Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0052 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1° de junho de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - JUNHO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	8.856.883,47
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	33.890.859,32
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	42.747.742,79

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - JUNHO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivospermanen-tesde custeio *	Ajustes	Valores de TCEPcom transferênciasrealiza-das ao FES	Valores de Estabelecimen-tossob gestãoestadual	Valores retidosno FundoNacional de Saúde	Valores recebidosde outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
520005	ABADIA DE GOIAS	71.485,48	0,00	0,00	62.744,51	0,00	0,00	0,00	0,00	134.229,99
520010	ABADIANIA	137.553,31	0,00	150.000,00	49.073,04	0,00	0,00	0,00	0,00	336.626,35
520013	ACREUNA	522.656,59	0,00	0,00	255.888,18	0,00	0,00	0,00	0,00	778.544,77
520015	ADELANDIA	9.682,21	0,00	0,00	12.176,22	0,00	0,00	0,00	0,00	21.858,43
520017	AGUA FRIA DE GOIAS	121.588,49	2.751,48	0,00	24.963,97	0,00	0,00	0,00	0,00	149.303,94
520020	AGUA LIMPA	18.273,73	0,00	0,00	6.381,56	0,00	0,00	0,00	0,00	24.655,29
520025	AGUAS LINDAS DE GOIAS	5.181.197,68	47.104,06	480.000,00	1.735.144,79	0,00	6.963.446,53	0,00	0,00	480.000,00
520030	ALEXANIA	590.234,39	5.321,40	0,00	276.089,28	0,00	0,00	0,00	0,00	871.645,07
520050	ALOANDIA	30.200,73	0,00	0,00	17.368,75	0,00	0,00	0,00	0,00	47.569,48
520055	ALTO HORIZONTE	20.029,90	0,00	0,00	11.525,87	0,00	0,00	0,00	0,00	31.555,77
520060	ALTO PARAISO DE GOIAS	209.520,01	0,00	79.200,00	45.767,16	0,00	0,00	0,00	0,00	334.487,17
520080	ALVORADA DO NORTE	269.424,86	59.010,98	150.000,00	662.128,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140.563,99
520082	AMARALINA	7.761,91	0,00	0,00	10.710,15	0,00	0,00	0,00	0,00	18.472,06
520085	AMERICANO DO BRASIL	129.143,08	0,00	0,00	73.681,82	0,00	0,00	0,00	0,00	202.824,90
520090	AMORINOPOLIS	112.533,99	0,00	0,00	43.219,58	0,00	0,00	0,00	0,00	155.753,57
520110	ANAPOLIS	18.297.872,21	10.116.246,89	3.093.255,66	36.185.772,85	0,00	184.800,00	0,00	0,00	67.508.347,61
520120	ANHANGUERA	45,91	0,00	0,00	2.089,52	0,00	2.135,43	0,00	0,00	0,00
520130	ANICUNS	499.473,94	56.045,49	0,00	311.971,61	0,00	0,00	0,00	0,00	867.491,04
520140	APARECIDA DE GOIANIA	19.067.913,48	2.036.249,43	2.808.000,00	33.035.414,51	0,00	0,00	0,00	0,00	56.947.577,42
520145	APARECIDA DO RIO DOCE	22.812,47	0,00	0,00	8.444,30	0,00	0,00	0,00	0,00	31.256,77
520150	APORE	92.215,49	0,00	0,00	36.821,22	0,00	0,00	0,00	0,00	129.036,71
520160	ARACU	72.590,88	0,00	0,00	57.541,30	0,00	0,00	0,00	0,00	130.132,18
520170	ARAGARCAS	744.993,79	24.472,61	0,00	502.351,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1.271.818,01
520180	ARAGOIANIA	180.991,58	16.642,52	0,00	98.451,79	0,00	296.085,89	0,00	0,00	0,00
520215	ARAGUAPAZ	226.001,27	0,00	0,00	90.686,03	0,00	0,00	0,00	0,00	316.687,30
520235	ARENOPOLIS	109.442,74	0,00	0,00	47.932,34	0,00	0,00	0,00	0,00	157.375,08
520250	ARUANA	147.513,27	0,00	0,00	66.893,34	0,00	214.406,61	0,00	0,00	0,00
520260	AURILANDIA	12.616,28	0,00	0,00	11.114,01	0,00	0,00	0,00	0,00	23.730,29
520280	AVELINOPOLIS	45.444,70	0,00	0,00	37.168,74	0,00	0,00	0,00	0,00	82.613,44
520310	BALIZA	328,44	0,00	0,00	9.931,85	0,00	10.260,29	0,00	0,00	0,00
520320	BARRO ALTO	97.128,34	10.634,15	0,00	84.367,85	0,00	0,00	0,00	0,00	192.130,34
520330	BELA VISTA DE GOIAS	517.094,21	0,00	150.000,00	261.572,74	0,00	0,00	0,00	0,00	928.666,95
520340	BOM JARDIM DE GOIAS	264.325,49	6.058,60	0,00	114.179,35	0,00	0,00	0,00	0,00	384.563,44
520350	BOM JESUS DE GOIAS	470.098,01	202,66	150.000,00	306.450,34	0,00	0,00	0,00	0,00	926.751,01
520355	BONFINOPOLIS	112.823,21	0,00	0,00	102.310,02	0,00	0,00	0,00	0,00	215.133,23
520357	BONOPOLIS	17.245,16	0,00	0,00	10.280,88	0,00	27.526,04	0,00	0,00	0,00
520360	BRAZABRANTES	5.231,79	0,00	0,00	13.288,95	0,00	18.520,74	0,00	0,00	0,00
520380	BRITANIA	169.504,98	0,00	0,00	78.839,78	0,00	0,00	0,00	0,00	248.344,76
520390	BURITI ALEGRE	229.235,23	0,00	0,00	127.273,54	0,00	356.508,77	0,00	0,00	0,00
520393	BURITI DE GOIAS	84.881,36	0,00	150.000,00	33.242,35	0,00	0,00	0,00	0,00	268.123,71
520396	BURITINOPOLIS	48.699,74	0,00	0,00	14.157,67	0,00	0,00	0,00	0,00	62.857,41
520400	CABECEIRAS	224.669,03	0,00	0,00	81.861,03	0,00	0,00	0,00	0,00	306.530,06
520410	CACHOEIRA ALTA	188.036,30	0,00	0,00	37.187,50	0,00	0,00	0,00	0,00	225.223,80
520420	CACHOEIRA DE GOIAS	5.122,11	0,00	0,00	4.257,82	0,00	9.379,93	0,00	0,00	0,00
520425	CACHOEIRA DOURADA	215.000,65	0,00	0,00	117.100,99	0,00	0,00	0,00	0,00	332.101,64
520430	CACU	319.853,41	157,84	0,00	268.214,25	0,00	588.225,50	0,00	0,00	0,00
520440	CAIAPONIA	464.679,45	0,00	0,00	616.112,92	0,00	1.080.792,37	0,00	0,00	0,00
520450	CALDAS NOVAS	2.332.472,77	130.490,25	1.320.000,00	3.557.165,86	0,00	0,00	0,00	0,00	7.340.128,88
520455	CALDAZINHA	9.023,61	0,00	0,00	10.075,71	0,00	19.099,32	0,00	0,00	0,00
520460	CAMPESTRE DE GOIAS	16.173,73	0,00	0,00	13.997,50	0,00	30.171,23	0,00	0,00	0,00
520465	CAMPINACU	35.237,66	0,00	0,00	26.119,69	0,00	0,00	0,00	0,00	61.357,35
520470	CAMPINORTE	231.851,59	2.489,26	0,00	99.145,22	0,00	0,00	0,00	0,00	333.486,07
520480	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	101.979,86	0,00	0,00	43.915,08	0,00	0,00	0,00	0,00	145.894,94
520485	CAMPO LIMPO DE GOIAS	19.876,35	0,00	0,00	18.655,23	0,00	0,00	0,00	0,00	38.531,58
520490	CAMPOS BELOS	641.633,95	274.743,90	150.000,00	899.291,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.965.669,24
520495	CAMPOS VERDES	61.925,65	0,00	0,00	79.164,63	0,00	0,00	0,00	0,00	141.090,28
520500	CARMO DO RIO VERDE	172.339,81	0,00	0,00	92.639,58	0,00	0,00	0,00	0,00	264.979,39
520505	CASTELANDIA	76.504,46	0,00	0,00	54.381,77	0,00	0,00	0,00	0,00	130.886,23
520510	CATALAO	2.564.006,03	540.180,67	396.949,78	5.137.680,87	0,00	0,00	0,00	0,00	8.638.817,34
520520	CATURAI	107.984,48	0,00	0,00	20.765,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128.749,48
520530	CAVALCANTE	276.943,26	48.042,14	0,00	139.545,97	0,00	0,00	0,00	0,00	464.531,37
520540	CERES	685.662,40	1.889.557,26	1.190.033,74	5.736.069,67	0,00	0,00	0,00	0,00	9.501.323,07
520545	CEZARINA	167.430,77	0,00	0,00	72.947,09	0,00	0,00	0,00	0,00	240.377,86
520547	CHAPADAO DO CEU	125.255,23	0,00	0,00	73.784,40	0,00	0,00	0,00	0,00	199.039,63
520549	CIDADE OCIDENTAL	1.655.882,25	463.258,07	150.000,00	709.312,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.978.453,29
520551	COCALZINHO DE GOIAS	525.643,32	0,00	0,00	214.285,18	0,00	0,00	0,00	0,00	739.928,50
520552	COLINAS DO SUL	67.557,03	0,00	0,00	59.160,75	0,00	0,00	0,00	0,00	126.717,78
520570	CORREGO DO OURO	66.998,85	0,00	0,00	27.543,76	0,00	0,00	0,00	0,00	94.542,61
520580	CORUMBA DE GOIAS	90.525,72	0,00	0,00	82.285,03	0,00	172.810,75	0,00	0,00	0,00
520590	CORUMBAIBA	155.420,86	0,00	150.000,00	62.055,23	0,00	0,00	0,00	0,00	367.476,09
520620	CRISTALINA	1.081.497,24	28.111,80	255.600,00	412.344,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.777.553,92
520630	CRISTIANOPOLIS	67.267,54	0,00	0,00	39.677,54	0,00	106.945,08	0,00	0,00	0,00
520640	CRIXAS	346.336,54	16.710,87	150.000,00	622.067,44	0,00	985.114,85	0,00	0,00	150.000,00
520650	CROMINIA	65.293,37	0,00	0,00	24.038,80	0,00	0,00	0,00	0,00	89.332,17
520660	CUMARI	30.527,99	0,00	0,00	25.025,84	0,00	0,00	0,00	0,00	55.553,83
520670	DAMIANOPOLIS	92.585,88	31.677,03	0,00	47.085,41	0,00	0,00	0,00	0,00	171.348,32
520680	DAMOLANDIA	62.738,86	0,00	0,00	24.785,17	0,00	87.524,03	0,00	0,00	0,00
520690	DAVINOPOLIS	221,53	0,00	0,00	6.120,73	0,00	6.342,26	0,00	0,00	0,00
520710	DIORAMA	75.003,19	0,00	0,00	19.861,45	0,00	0,00	0,00	0,00	94.864,64
520725	DOVERLANDIA	215.803,17	7.361,54	150.000,00	179.106,62	0,00	0,00	0,00	0,00	552.271,33
520735	EDEALINA	24.596,53	0,00	0,00	17.347,36	0,00	0,00	0,00	0,00	41.943,89
520740	EDEIA	281.244,22	0,00	0,00	177.147,34	0,00	0,00	0,00	0,00	458.391,56
520750	ESTRELA DO NORTE	84.402,68	0,00	0,00	43.803,75	0,00	0,00	0,00	0,00	128.206,43
520753	FAINA	197.932,40	0,00	0,00	96.782,13	0,00	0,00	0,00	0,00	294.714,53
520760	FAZENDA NOVA	193.480,28	0,00	0,00	66.297,17	0,00	0,00	0,00	0,00	259.777,45
520780	FIRMINOPOLIS	284.233,49	115.205,74	0,00	148.952,26	0,00	0,00	0,00	0,00	548.391,49
520790	FLORES DE GOIAS	288.920,74	11.524,92	0,00	97.894,88	0,00	0,00	0,00	0,00	398.340,54

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

520800	FORMOSA	3.707.840,20	600.361,15	1.545.017,77	2.986.103,46	0,00	0,00	0,00	0,00	8.839.322,58
520810	FORMOSO	153.552,85	5.337,70	0,00	71.726,30	0,00	230.616,85	0,00	0,00	0,00
520815	GAMELEIRA DO GOIAS	367,59	0,00	0,00	11.819,85	0,00	12.187,44	0,00	0,00	0,00
520830	DIVINOPOLIS DE GOIAS	112.881,26	0,00	0,00	70.396,89	0,00	0,00	0,00	0,00	183.278,15
520840	GOIANAPOLIS	264.985,34	0,00	0,00	185.633,82	0,00	0,00	0,00	0,00	450.619,16
520850	GOIANDIRA	97.295,99	13.726,09	0,00	507.372,91	0,00	618.394,99	0,00	0,00	0,00
520860	GOIANESIA	1.725.262,61	265.218,81	150.000,00	1.628.285,92	0,00	0,00	0,00	0,00	3.768.767,34
520870	GOIANIA	75.002.440,37	75.943.670,49	19.856.825,63	173.709.619,74	0,00	184.800,00	27.834.440,95	1.200.000,00	317.693.315,28
520880	GOIANIRA	514.586,61	32.382,12	0,00	333.322,49	0,00	0,00	0,00	0,00	880.291,22
520890	GOIAS	934.362,67	148.570,97	708.000,00	2.054.259,03	0,00	0,00	0,00	0,00	3.845.192,67
520910	GOIATUBA	1.165.170,85	231.821,05	255.600,00	1.382.529,29	0,00	0,00	0,00	0,00	3.035.121,20
520915	GOUVELANDIA	17.016,27	0,00	0,00	19.848,46	0,00	36.864,73	0,00	0,00	0,00
520920	GUAPO	144.389,91	0,00	0,00	506.223,25	0,00	650.613,16	0,00	0,00	0,00
520929	GUARAITA	22.724,66	0,00	0,00	7.353,68	0,00	0,00	0,00	0,00	30.078,34
520940	GUARANI DE GOIAS	44.906,63	0,00	0,00	15.160,27	0,00	0,00	0,00	0,00	60.066,90
520945	GUARINOS	7.207,09	0,00	0,00	7.948,81	0,00	15.155,90	0,00	0,00	0,00
520960	HEITORAI	85.141,26	0,00	0,00	51.559,40	0,00	0,00	0,00	0,00	136.700,66
520970	HIDROLANDIA	338.675,01	0,00	150.000,00	228.853,53	0,00	0,00	0,00	0,00	717.528,54
520980	HIDROLINA	43.826,34	0,00	0,00	38.953,77	0,00	82.780,11	0,00	0,00	0,00
520990	IACIARA	400.475,30	43.470,41	0,00	166.581,49	0,00	0,00	0,00	0,00	610.527,20
520993	INACIOLANDIA	108.819,66	0,00	0,00	55.695,06	0,00	0,00	0,00	0,00	164.514,72
520995	INDIARA	337.879,27	0,00	150.000,00	201.497,35	0,00	539.376,62	0,00	0,00	150.000,00
521000	INHUMAS	1.639.985,68	86.062,13	150.000,00	2.356.956,99	0,00	0,00	0,00	0,00	4.233.004,80
521010	IPAMERI	731.335,03	8.562,11	150.000,00	337.870,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.227.767,38
521015	IPIRANGA DE GOIAS	1.167,58	0,00	0,00	8.721,90	0,00	9.889,48	0,00	0,00	0,00
521020	IPORA	1.338.005,45	280.692,18	945.600,00	935.169,76	0,00	0,00	0,00	0,00	3.499.467,39
521030	ISRAELANDIA	70.986,79	0,00	0,00	36.009,84	0,00	0,00	0,00	0,00	106.996,63
521040	ITABERAI	932.860,40	56.253,53	150.000,00	413.757,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.552.871,44
521056	ITAGUARI	23.701,71	0,00	0,00	13.053,77	0,00	36.755,48	0,00	0,00	0,00
521060	ITAGUARU	140.039,53	0,00	0,00	70.805,54	0,00	0,00	0,00	0,00	210.845,07
521080	ITAJA	161.842,65	14.373,15	0,00	79.342,81	0,00	0,00	0,00	0,00	255.558,61
521090	ITAPACI	464.999,40	78.683,68	150.000,00	766.938,05	0,00	1.310.621,13	0,00	0,00	150.000,00
521100	ITAPIRAPUA	484.563,62	0,00	0,00	119.827,39	0,00	0,00	0,00	0,00	604.391,01
521120	ITAPURANGA	772.945,86	45.262,31	184.712,80	888.688,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.891.609,47
521130	ITARUMA	150.523,21	0,00	0,00	64.568,31	0,00	215.091,52	0,00	0,00	0,00
521140	ITAUCU	220.535,67	2.651,84	0,00	134.836,05	0,00	0,00	0,00	0,00	358.023,56
521150	ITUMBIARA	3.220.306,89	513.632,32	1.362.798,26	4.644.292,29	0,00	0,00	0,00	0,00	9.741.029,77
521160	IVOLANDIA	79.228,81	7.868,72	0,00	47.477,32	0,00	0,00	0,00	0,00	134.574,85
521170	JANDAIA	179.888,73	0,00	0,00	88.709,78	0,00	0,00	0,00	0,00	268.598,51
521180	JARAGUA	1.018.712,16	74.920,26	150.000,00	1.107.233,88	0,00	0,00	0,00	0,00	2.350.866,30
521190	JATAI	3.159.946,50	453.944,98	782.043,58	4.943.164,37	0,00	0,00	0,00	0,00	9.339.099,43
521200	JAUPACI	75.434,90	0,00	0,00	39.037,53	0,00	0,00	0,00	0,00	114.472,43
521205	JESUPOLIS	4.617,35	377,50	0,00	8.815,62	0,00	0,00	0,00	0,00	13.810,47
521210	JOVIANIA	153.807,17	0,00	0,00	66.832,50	0,00	0,00	0,00	0,00	220.639,67
521220	JUSSARA	563.203,69	716,11	150.000,00	671.702,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.385.622,27
521225	LAGOA SANTA	31,43	0,00	0,00	3.811,11	0,00	3.842,54	0,00	0,00	0,00
521230	LEOPOLDO DE BULHOES	236.913,00	0,00	0,00	119.157,99	0,00	356.070,99	0,00	0,00	0,00
521250	LUZIANIA	6.718.678,78	465.184,54	963.600,00	2.882.146,05	0,00	0,00	0,00	0,00	11.029.609,37
521260	MAIRIPOTABA	54.541,22	0,00	0,00	30.488,20	0,00	85.029,42	0,00	0,00	0,00
521270	MAMBAI	167.456,60	0,00	0,00	74.069,83	0,00	0,00	0,00	0,00	241.526,43
521280	MARA ROSA	280.267,64	12.113,72	0,00	134.621,85	0,00	0,00	0,00	0,00	427.003,21
521290	MARZAGAO	39.046,35	0,00	0,00	33.759,27	0,00	72.805,62	0,00	0,00	0,00
521295	MATRINCHA	120.237,44	0,00	0,00	63.525,37	0,00	0,00	0,00	0,00	183.762,81
521300	MAURILANDIA	128.759,85	0,00	0,00	77.826,59	0,00	206.586,44	0,00	0,00	0,00
521305	MIMOSO DE GOIAS	649,30	0,00	0,00	8.419,61	0,00	9.068,91	0,00	0,00	0,00
521308	MINACU	1.105.463,67	76.674,52	150.000,00	847.860,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.179.998,35
521310	MINEIROS	1.416.099,70	60.276,56	255.600,00	1.603.503,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.335.480,10
521340	MOIPORA	7.559,61	0,00	0,00	6.389,95	0,00	0,00	0,00	0,00	13.949,56
521350	MONTE ALEGRE DE GOIAS	70.650,03	0,00	0,00	79.429,44	0,00	0,00	0,00	0,00	150.079,47
521370	MONTES CLAROS DE GOIAS	197.120,59	0,00	150.000,00	117.568,04	0,00	0,00	0,00	0,00	464.688,63
521375	MONTIVIDIU	231.162,59	0,00	0,00	79.843,82	0,00	311.006,41	0,00	0,00	0,00
521377	MONTIVIDIU DO NORTE	9.803,56	0,00	0,00	16.592,72	0,00	0,00	0,00	0,00	26.396,28
521380	MORRINHOS	1.376.657,75	31.704,27	150.000,00	1.319.446,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2.877.808,15
521385	MORRO AGUDO DE GOIAS	48.671,11	0,00	0,00	31.741,64	0,00	80.412,75	0,00	0,00	0,00
521390	MOSSAMEDES	128.867,45	0,00	0,00	72.650,49	0,00	0,00	0,00	0,00	201.517,94
521400	MOZARLANDIA	318.518,78	0,00	150.000,00	149.256,28	0,00	0,00	0,00	0,00	617.775,06
521405	MUNDO NOVO	280.693,40	3.865,98	0,00	93.313,83	0,00	377.873,21	0,00	0,00	0,00
521410	MUTUNOPOLIS	95.970,75	0,00	0,00	46.738,89	0,00	0,00	0,00	0,00	142.709,64
521440	NAZARIO	169.289,33	0,00	0,00	88.944,14	0,00	0,00	0,00	0,00	258.233,47
521450	NEROPOLIS	866.287,45	349.808,00	150.000,00	3.191.268,54	0,00	0,00	0,00	0,00	4.557.363,99
521460	NIQUELANDIA	1.307.431,62	46.148,31	334.800,00	1.205.390,65	0,00	0,00	0,00	0,00	2.893.770,58
521470	NOVA AMERICA	8.748,22	0,00	0,00	7.626,73	0,00	16.374,95	0,00	0,00	0,00
521480	NOVA AURORA	1.905,86	0,00	0,00	7.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.174,86
521483	NOVA CRIXAS	316.211,21	0,00	150.000,00	154.518,43	0,00	0,00	0,00	0,00	620.729,64
521486	NOVA GLORIA	26.244,73	0,00	0,00	70.980,98	0,00	97.225,71	0,00	0,00	0,00
521487	NOVA IGUACU DE GOIAS	0,00	0,00	0,00	7.792,98	0,00	7.792,98	0,00	0,00	0,00
521490	NOVA ROMA	32.033,39	0,00	0,00	14.374,33	0,00	0,00	0,00	0,00	46.407,72
521500	NOVA VENEZA	134.163,17	0,00	0,00	51.626,16	0,00	0,00	0,00	0,00	185.789,33
521520	NOVO BRASIL	93.003,47	0,00	0,00	52.936,63	0,00	0,00	0,00	0,00	145.940,10
521523	NOVO GAMA	1.018.337,49	14.444,00	150.000,00	750.568,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.933.349,55
521525	NOVO PLANALTO	14.063,94	0,00	0,00	12.841,93	0,00	26.905,87	0,00	0,00	0,00
521530	ORIZONA	352.993,34	0,00	150.000,00	201.914,17	0,00	0,00	0,00	0,00	704.907,51
521540	OURO VERDE DE GOIAS	18.953,76	0,00	0,00	13.219,80	0,00	32.173,56	0,00	0,00	0,00
521550	OUVIDOR	109.877,53	1.893,85	0,00	44.711,55	0,00	0,00	0,00	0,00	156.482,93
521560	PADRE BERNARDO	712.196,84	72.422,89	150.000,00	1.177.006,44	0,00	0,00	0,00	0,00	2.111.626,17
521565	PALESTINA DE GOIAS	132.558,00	0,00	0,00	39.566,86	0,00	0,00	0,00	0,00	172.124,86
521570	PALMEIRAS DE GOIAS	513.822,88	0,00	0,00	264.970,27	0,00	0,00	0,00	0,00	778.793,15
521580	PALMELO	49.996,94	429,16	0,00	531.237,90	0,00	0,00	0,00	0,00	581.664,00
521590	PALMINOPOLIS	84.132,59	0,00	0,00	52.059,69	0,00	0,00	0,00	0,00	136.192,28
521600	PANAMA	28.957,89	0,00	0,00	7.942,39	0,00	36.900,28	0,00	0,00	0,00
521630	PARANAIGUARA	199.731,88	0,00	0,00	99.253,76	0,00	0,00	0,00	0,00	298.985,64
521640	PARAUNA	362.944,13	235,41	0,00	127.747,65	0,00	0,00	0,00	0,00	490.927,19
521645	PEROLANDIA	12.277,89	0,00	0,00	9.593,39	0,00	21.871,28	0,00	0,00	0,00
521680	PETROLINA DE GOIAS	211.296,57	6.629,60	0,00	149.374,15	0,00	0,00	0,00	0,00	367.300,32
521690	PILAR DE GOIAS	3.998,48	0,00	0,00	8.273,26	0,00	12.271,74	0,00	0,00	0,00
521710	PIRACANJUBA	730.589,93	24.811,27	172.825,16	360.494,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.288.720,68
521720	PIRANHAS	362.445,29	0,00	150.000,00	167.630,95	0,00	0,00	0,00	0,00	680.076,24
521730	PIRENOPOLIS	212.826,58	6.719,20	0,00	519.789,28	0,00	739.335,06	0,00	0,00	0,00
521740	PIRES DO RIO	914.517,59	74.477,61	150.000,00	931.653,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.070.649,17
521760	PLANALTINA	3.885.601,46	33.292,03	414.000,00	1.803.067,97	0,00	0,00	0,00	0,00	6.135.961,46
521770	PONTALINA	509.455,75	68.385,73	150.000,00	292.822,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.020.663,59
521800	PORANGATU	1.343.312,96	236.760,19	937.200,00	1.926.523,24	0,00	0,00	0,00	0,00	4.443.796,40
521805	PORTEIRAO	14.470,25	0,00	0,00	12.841,34	0,00	0,00	0,00	0,00	27.311,59
521810	PORTELANDIA	118.351,55	0,00	0,00	50.143,37	0,00	0,00	0,00	0,00	168.494,92
521830	POSSE	965.676,24	107.443,55	480.000,00	1.195.982,25	0,00	0,00	0,00	0,00	2.749.102,04
521839	PROFESSOR JAMIL	2.139,21	0,00	0,00	12.820,84	0,00	0,00	0,00	0,00	14.960,05
521850	QUIRINOPOLIS	1.315.581,31	91.789,37	229.200,00	1.112.578,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.749.148,88
521860	RIALMA	303.986,37	11.028,05	0,00	164.098,60	0,00	0,00	0,00	0,00	479.113,02

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

521870	RIANAPOLIS	10.264,31	0,00	0,00	13.127,29	0,00	23.391,60	0,00	0,00	0,00
521878	RIO QUENTE	19.766,80	0,00	0,00	11.628,76	0,00	0,00	0,00	0,00	31.395,56
521880	RIO VERDE	5.186.534,92	722.330,39	1.615.761,97	4.621.254,92	0,00	0,00	0,00	0,00	12.145.882,20
521890	RUBIATABA	474.700,52	1.403,52	150.000,00	330.311,19	0,00	0,00	0,00	0,00	956.415,23
521900	SANCLERLANDIA	213.184,43	0,00	150.000,00	55.277,56	0,00	0,00	0,00	0,00	418.461,99
521910	SANTA BARBARA DE GOIAS	99.408,35	0,00	0,00	86.428,87	0,00	0,00	0,00	0,00	185.837,22
521920	SANTA CRUZ DE GOIAS	85.135,49	0,00	0,00	50.045,58	0,00	0,00	0,00	0,00	135.181,07
521925	SANTA FE DE GOIAS	137.701,30	0,00	0,00	62.328,18	0,00	0,00	0,00	0,00	200.029,48
521930	SANTA HELENA DE GOIAS	1.023.670,90	0,00	150.000,00	915.067,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.088.738,79
521935	SANTA ISABEL	3.455,89	0,00	0,00	12.701,06	0,00	16.156,95	0,00	0,00	0,00
521940	SANTA RITA DO ARAGUAIA	32.572,29	0,00	0,00	18.294,92	0,00	50.867,21	0,00	0,00	0,00
521945	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	3.668,60	0,00	0,00	11.572,60	0,00	15.241,20	0,00	0,00	0,00
521950	SANTA ROSA DE GOIAS	85.485,97	0,00	0,00	46.270,91	0,00	0,00	0,00	0,00	131.756,88
521960	SANTA TEREZA DE GOIAS	113.476,67	0,00	0,00	51.327,93	0,00	164.804,60	0,00	0,00	0,00
521970	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	242.883,96	8.223,67	0,00	146.757,98	0,00	397.865,61	0,00	0,00	0,00
521971	SANTO ANTONIO DA BARRA	12.050,04	0,00	0,00	14.871,83	0,00	0,00	0,00	0,00	26.921,87
521973	SANTO ANTONIO DE GOIAS	72.725,05	0,00	0,00	37.937,75	0,00	0,00	0,00	0,00	110.662,80
521975	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	2.232.745,77	0,00	255.600,00	650.988,43	0,00	0,00	0,00	0,00	3.139.334,20
521980	SAO DOMINGOS	208.966,59	0,00	0,00	118.672,53	0,00	0,00	0,00	0,00	327.639,12
521990	SAO FRANCISCO DE GOIAS	49.451,39	7.290,47	0,00	27.108,22	0,00	0,00	0,00	0,00	83.850,08
522000	SAO JOAO D'ALIANCA	261.477,16	15.053,15	0,00	112.474,61	0,00	0,00	0,00	0,00	389.004,92
522005	SAO JOAO DA PARAUNA	15.198,11	0,00	0,00	8.189,24	0,00	0,00	0,00	0,00	23.387,35
522010	SAO LUIS DE MONTES BELOS	926.665,49	75.549,72	255.600,00	1.001.923,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.259.738,69
522015	SAO LUIZ DO NORTE	27.455,44	0,00	0,00	14.465,84	0,00	0,00	0,00	0,00	41.921,28
522020	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	782.037,88	70.500,40	150.000,00	1.031.581,24	0,00	0,00	0,00	0,00	2.034.119,52
522026	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	70.954,30	0,00	0,00	39.807,59	0,00	110.761,89	0,00	0,00	0,00
522028	SAO PATRICIO	13.486,05	0,00	0,00	6.208,19	0,00	19.694,24	0,00	0,00	0,00
522040	SAO SIMAO	485.242,65	7.144,22	150.000,00	285.131,03	0,00	0,00	0,00	0,00	927.517,90
522045	SENADOR CANEDO	2.389.670,71	269.719,28	255.600,00	8.934.441,19	0,00	0,00	0,00	0,00	11.849.431,18
522050	SERRANOPOLIS	102.979,15	0,00	0,00	75.353,80	0,00	0,00	0,00	0,00	178.332,95
522060	SILVANIA	543.629,83	46.460,88	150.000,00	804.140,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.544.231,48
522068	SIMOLANDIA	216.150,45	0,00	0,00	75.551,40	0,00	0,00	0,00	0,00	291.701,85
522070	SITIO D'ABADIA	16.577,23	0,00	0,00	21.149,34	0,00	0,00	0,00	0,00	37.726,57
522100	TAQUARAL DE GOIAS	71.975,19	0,00	0,00	26.522,15	0,00	0,00	0,00	0,00	98.497,34
522108	TERESINA DE GOIAS	9.744,20	0,00	0,00	8.683,80	0,00	18.428,00	0,00	0,00	0,00
522119	TEREZOPOLIS DE GOIAS	62.415,38	0,00	0,00	18.181,19	0,00	80.596,57	0,00	0,00	0,00
522130	TRES RANCHOS	2.793,92	0,00	0,00	8.815,16	0,00	0,00	0,00	0,00	11.609,08
522140	TRINDADE	2.806.949,95	112.419,57	1.457.887,30	17.946.383,65	0,00	15.134.872,48	0,00	0,00	7.188.767,99
522145	TROMBAS	49.800,92	0,00	0,00	39.450,79	0,00	0,00	0,00	0,00	89.251,71
522150	TURVANIA	141.180,32	0,00	0,00	66.945,58	0,00	0,00	0,00	0,00	208.125,90
522155	TURVELANDIA	97.144,04	0,00	0,00	38.754,91	0,00	0,00	0,00	0,00	135.898,95
522157	UIRAPURU	25.395,58	0,00	0,00	10.349,80	0,00	35.745,38	0,00	0,00	0,00
522160	URUACU	1.124.303,73	185.286,63	255.600,00	1.252.386,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.817.576,57
522170	URUANA	336.351,26	0,00	0,00	172.724,38	0,00	0,00	0,00	0,00	509.075,64
522180	URUTAI	23.421,28	785,28	0,00	9.931,11	0,00	0,00	0,00	0,00	34.137,67
522185	VALPARAISO DE GOIAS	3.195.517,35	192.714,24	255.600,00	1.478.218,38	0,00	0,00	0,00	0,00	5.122.049,97
522190	VARJAO	11.436,10	0,00	0,00	15.189,28	0,00	26.625,38	0,00	0,00	0,00
522200	VIANOPOLIS	382.048,97	0,00	0,00	275.741,14	0,00	0,00	0,00	0,00	657.790,11
522205	VICENTINOPOLIS	126.555,43	0,00	0,00	72.462,03	0,00	199.017,46	0,00	0,00	0,00
522220	VILA BOA	108.574,46	5.666,64	0,00	88.585,30	0,00	0,00	0,00	0,00	202.826,40
522230	VILA PROPICIO	9.625,71	0,00	0,00	17.637,05	0,00	0,00	0,00	0,00	27.262,76
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										670.263.983,68

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - JUNHO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	520870 - GOIANIA	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UNIVERS FEDERAL DE GOIÁS	520870	123	01-01-2007	27.834.440,95
TOTAL						27.834.440,95

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 318, DE 5 JULHO DE 2011

Divulga o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional para fins de cálculo do pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura (GDAIE).

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 11.539, de 8 de novembro de 2007, e no Decreto nº 6.693, de 12 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional, com base nas metas instituídas pela Portaria MCIDADES nº 266, de 30 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 31 de maio de 2011, Seção 1, página 53, para fins de cálculo do pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura - GDAIE devida aos servidores da carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infraestrutura Sênior, referente ao período de 1º de dezembro de 2010 a 31 de maio de 2011, na forma do Anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

ANEXO

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL
DE DEZEMBRO DE 2010 A MAIO DE 2011

Política Institucional	Ação	Meta	Indicador	Previsto	Realizado	% Alcance
PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO, AMBIENTAL, PROGRAMAS URBANOS, TRÂNSITO, E TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	Definição de diretrizes e/ou critérios de seleção dos investimentos públicos.	Ato publicado	Unidade	2	5	250
	Acompanhamento de operações contratadas e evolução do orçamento operacional do FGTS.	Relatório realizado	Unidade	3	4	133
	Acompanhamento de contratos de repasse e/ou de Termo de Compromisso	Relatório realizado	Unidade	2	2	100
	Capacitação de agentes sociais	Agentes Capacitados	Unidade	800	822	102

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº. 311, de 1º de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 4 de julho de 2011, Seção 1, página 129, onde se lê "Portaria nº 646, de 23 de dezembro de 2010", leia-se "Portaria nº 646, de 23 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2010, Seção 1, página 138".

CONSELHO DAS CIDADES

RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 115, DE 10 DE JUNHO DE 2011

Recomenda o não contingenciamento dos recursos alocados ao Plansab no PPA 2012-2015.

O Conselho das Cidades, no uso das suas atribuições estabelecidas pelo Decreto n° 5.790, de 25 de maio de 2006,

considerando que compete ao Conselho das Cidades, orientar e recomendar sobre a aplicação da Lei n° 11.445 de 05 de janeiro de 2007 - Política Nacional de Saneamento; da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano e saneamento básico;

considerando o que dispõe a Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, no que se refere aos quatro componentes do saneamento básico;

considerando o que estabelece a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab para as cinco regiões brasileiras, no que se refere ao abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e a gestão do setor saneamento, e

considerando as conquistas sociais em termos do direito ao saneamento básico, adota, mediante votação, e seu presidente torna pública, a seguinte resolução de Plenário:

Art. 1º Recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o não contingenciamento dos recursos alocados ao Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, de forma a se garantir o efetivo cumprimento das metas estabelecidas nesse Plano.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE
Presidente do Conselho

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

DELIBERAÇÃO Nº 113, DE 6 DE JULHO DE 2011

Altera a Resolução nº 212, de 13 de novembro de 2006, que dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SINIAV em todo o território nacional.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, 'ad referendum' do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art.12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, combinado com o art. 6º do Regimento Interno daquele Colegiado, e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito e,

Considerando o que consta do Processo nº 80000.038562/2009-10;

Considerando a necessidade de permitir que todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito participem do processo de implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos;

Considerando a necessidade de prévia homologação dos equipamentos que irão operar no SINIAV e adequação dos sistemas informatizados do DENATRAN, o que exigirá ajuste no prazo para a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos nas Unidades da Federação, resolve:

Art. 1° Alterar o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 212/2006 do CONTRAN, que passa a vigorar com a seguinte redação:

'Parágrafo único. O SINIAV é composto por placas de identificação veicular eletrônica instaladas nos veículos, antenas leitoras, equipamentos de configuração SINIAV, centrais de processamento e sistemas informatizados.'

Art. 2° Alterar o caput do art. 6º da Resolução nº 212/2006 do CONTRAN, que passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 6º Os equipamentos de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Resolução deverão ser homologados pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, de acordo com as características técnicas especificadas no Anexo II desta Resolução.'

Art. 3° Alterar o item 1 do Anexo I da Resolução nº 212/2006 do CONTRAN, que passa a vigorar com a seguinte redação:

'1. O processo de implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos -SINIAV, terá obrigatoriamente de iniciar em todo o território Nacional, até o dia 01 de janeiro de 2012 e ser concluído até o dia 30 de junho de 2014.'

Art. 4° Revogar o item 2.2 do Anexo I da Resolução nº 212/2006 do CONTRAN, renumerando o item subseqüente.

Art. 5° Alterar o item 1 do Anexo II da Resolução nº 212/2006 do CONTRAN, que passa a vigorar com a seguinte redação:

'1. O Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SINIAV, baseado em tecnologia de identificação por rádiofrequência (RFID), é composto por placas de identificação veicular eletrônica instaladas nos veículos, por antenas que recebem e transmitem dados às placas de identificação veicular eletrônica instaladas nos veículos no momento da passagem dos mesmos pela área de abrangência das antenas, por equipamento configurador SINIAV - ECS e por sistemas de apoio como transmissão e processamento de dados.'

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 256, DE 6 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a análise de pedido de outorga para a execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos II e IV, da Constituição, e

CONSIDERANDO que o procedimento de outorga dos serviços de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa adotado pelo Ministério das Comunicações ocorre sem a exigência de licitação pública, tendo por base a legislação vigente, em especial o disposto no artigo 14, § 2º do Decreto-lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, bem como no artigo 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 1963, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996 e na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999;

CONSIDERANDO que, nos termos do § 3o do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional;

CONSIDERANDO que a apreciação do mencionado ato pelo Congresso Nacional deve obedecer a formalidades e critérios determinados em Ato Normativo, pela Câmara dos Deputados, e em Resolução, pelo Senado Federal, e que a sua aprovação depende do cumprimento, pelo ente ou entidade requerente, das regras estabelecidas na referida regulamentação, resolve:

Art. 1º As outorgas de concessão, permissão e autorização para a execução dos serviços de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa serão precedidas de procedimento administrativo seletivo e terão inicio com a publicação de aviso de habilitação de interessados a apresentarem suas propostas.

Parágrafo único - O procedimento administrativo seletivo estará sujeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade, eficiência, isonomia e celeridade.

Art. 2º A decisão quanto à abertura de aviso de habilitação é de competência exclusiva do Ministério das Comunicações.

Art. 3º Havendo interesse público e viabilidade técnica para o uso do canal, o Ministério das Comunicações publicará o respectivo aviso de habilitação no Diário Oficial da União e o veiculará na Internet, pelo endereço eletrônico www.mc.gov.br, garantindo sua ampla divulgação.

§ 1º As entidades interessadas em executar os serviços de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa deverão apresentar suas propostas acompanhadas da documentação exigida no Anexo desta Portaria.

§ 2º As entidades interessadas terão 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação, para a preparação da documentação instrutória e a elaboração da proposta de execução do serviço, devendo entregá-los na data e local estabelecidos no aviso de habilitação.

§ 3º Será inabilitada a proponente que:

I- deixar de apresentar quaisquer dos documentos indicados no Anexo desta Portaria;

II - apresentar documentos em desacordo com as exigências do Aviso de Habilitação; ou

III - apresentar documentos que contenham falhas ou incorreções.

Art. 4º As pessoas jurídicas de direito público interno e as universidades de natureza pública instituídas por essas pessoas jurídicas, participantes do procedimento administrativo seletivo iniciado pelo Aviso de Habilitação, terão preferência para a obtenção da outorga, conforme o disposto no § 2º do artigo 34 da Lei nº 4.117, de 1962.

§ 1º Entende-se como a preferência legal citada no "caput" deste artigo o deferimento de outorga dos serviços de que trata esta Norma a qualquer uma das pessoas jurídicas ali mencionadas sem considerar as demais concorrentes, desde que tal pessoa jurídica, após regular e tempestivo ingresso em procedimento administrativo de seleção, venha a promover a completa instrução do seu respectivo processo.

§ 2º Em caso de participação, num determinado procedimento administrativo de seleção iniciado pelo Aviso de habilitação, por mais de uma pessoa jurídica de direito público interno, o ordem de preferência para selecionar aquela à qual a outorga será deferida será a seguinte: em primeiro lugar, as universidades federais; em segundo lugar, os estados; em terceiro lugar, as universidades estaduais; em quarto lugar, as municípios; e em quinto lugar as universidades municipais.

Art. 5º O aviso de habilitação deverá conter, entre outros, os seguintes elementos e requisitos:

I - objeto do procedimento seletivo;
II - tipo e características técnicas da emissora;
III - localidade de execução do serviço;
IV - horário de funcionamento;
V - prazo da outorga;
VI - referência à regulamentação pertinente;
VII - prazo para recebimento das propostas;
VIII - relação de documentos exigidos para a aferição da qualificação econômico-financeira, da habilitação jurídica e da regularidade fiscal;
IX - critérios e quesitos para seleção das propostas;
X - prazos e condições para interposição de recursos; e
XI - menção de que a localidade objeto do procedimento seletivo encontra-se em Faixa de Fronteira, quando for o caso.

Art. 6º Em não havendo preferências legais válidas, as propostas serão examinadas e selecionadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos a seguir:

I - Fundações públicas autorizadas por lei e universidades particulares: 51 (cinqüenta e um) pontos

II - Entidade com sede na localidade onde o Serviço será executado: 20 (vinte) pontos;

III - Participação da instituição de ensino médio ou superior na administração da entidade interessada no Aviso de Habilitação, sendo pelo menos 50% de seus dirigentes representantes dessa instituição: 14 (quatorze) pontos;

IV - Representatividade de instituição de ensino médio ou superior vinculada à entidade interessada na outorga, aferida de acordo com a fórmula abaixo descrita:

FÓRMULA: X / Y

Sendo:

X= total de alunos vinculados à instituição de ensino médio ou superior;

Y= total de habitantes do município em que se pretende executar o Serviço,

observando-se a seguinte ordem de pontuação:

a) concorrente com maior percentual: 10 (dez) pontos;

b) concorrente com o segundo maior percentual: 08 (oito) pontos e

c) concorrente com o terceiro maior percentual: 05 (cinco) pontos

V - Tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar o Serviço, com o mínimo de 16 (dezesseis) horas, obedecida a seguinte ordem de pontuação:

a) entre vinte e vinte e quatro horas diárias: 05 (cinco) pontos;

b) entre dezesseis e vinte horas diárias: 03 (três) pontos.

VI - No caso de empate entre duas ou mais propostas, a seleção da vencedora far-se-á considerando-se o critério da representatividade da instituição de ensino médio ou superior vinculada à concorrente, conforme consta do item II deste artigo.

§ 1º A vinculação entre a entidade interessada no aviso de habilitação e a instituição de ensino de nível médio ou superior deverá estar formalizada mediante instrumento jurídico apropriado para esse fim.

§2º O instrumento jurídico a que se refere o parágrafo anterior deverá prever que a instituição de ensino de nível médio ou superior será capacitada para oferecer suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação.

Art. 7º Caberá à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE realizar a análise preliminar das propostas a que se refere o art. 3º, §2º, bem como a conformidade da documentação que as instrui, podendo proceder ao indeferimento e arquivamento daquelas que não se encontrarem devidamente instruídas.

Art. 8º. O indeferimento do pedido de outorga será comunicado ao requerente por meio de ofício, com aviso de recebimento (AR).

Art. 9º. Da decisão que determinar o indeferimento do pedido de outorga caberá recurso administrativo, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O prazo para a interposição de recurso administrativo é de trinta dias e será contado a partir da data da ciência da decisão recorrida.

§ 2º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual o encaminhará à autoridade superior.

Art. 10. Caso a entidade selecionada pretenda instalar a estação em localidades distantes até cento e cinqüenta quilômetros da fronteira com outros países, deverá ser obtido, para essa finalidade, assentimento prévio junto ao Conselho de Defesa Nacional.

§ 1º Para a obtenção da autorização a que se refere o caput, a entidade selecionada deverá enviar ao Ministério das Comunicações requerimento dirigido ao Secretário-Executivo do Conselho de Defesa Nacional da Presidência da República, solicitando o assentimento prévio para instalar a estação de relativa ao respectivo serviço na localidade pretendida, em conformidade com a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 e o Decreto no 85.064, de 26 de agosto de 1980, e instruído com a seguinte documentação:

I - cópia autenticada do Estatuto Social da entidade, e suas alterações em que constem artigos dispondo que:

a) a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) o quadro de pessoal será constituído de, pelo menos, dois terços de trabalhadores brasileiros;

c) a entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu Estatuto Social sem prévia autorização da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

II- prova de nacionalidade de todos os dirigentes (cópia da certidão de nascimento para os solteiros, cópia da certidão de casamento para os casados, cópia de certidão de casamento com a correspondente averbação para os separados judicialmente ou divorciados, e cópia da certidão de casamento e de óbito do cônjuge, para os viúvos);

III - prova de que os dirigentes estão em dia com as obrigações referentes ao serviço militar;

IV - prova de que os dirigentes estão em dia com as obrigações relacionadas com a Justiça Eleitoral;

V - Ata de Fundação e Eleição; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI - CNPJ da entidade.

§ 2º A solicitação de assentimento prévio exige abertura de um novo processo, com um novo número, diferente do requerimento para execução do Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

§ 3º O assentimento prévio, dado pela Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional para a instalação de estação em localidade situada na faixa de fronteira, é condição imprescindível para a autorização para executar Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

§ 4º A remessa do processo de assentimento prévio ao Conselho de Defesa Nacional da Presidência da República só será efetuada após a instrução do processo administrativo para a execução do Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Art. 11 As entidades que protocolizaram pedido para a execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos em data anterior à publicação desta Portaria, caso mantenham tal interesse, deverão apresentar novo requerimento junto ao Ministério das Comunicações quando da publicação dos respectivos avisos de habilitações, acompanhado da documentação instrutória pertinente, nos termos dos artigos 2º e 4º.

Art. 12 O Ministério das Comunicações divulgará periodicamente um cronograma com os avisos de habilitação a serem publicados, nos quais constará a lista dos municípios a serem contemplados e os meses previstos para a publicação de cada um dos avisos.

§ 1º Poderão ser incluídas em aviso de habilitação, no momento de sua publicação, localidades com ou sem outorgas deferidas anteriormente a critério do Ministro de Estado das Comunicações.

§ 2º Por razões técnicas, poderão ser excluídas de aviso de habilitação, no momento de sua publicação, localidades com ou sem outorgas deferidas anteriormente a critério do Ministro de Estado das Comunicações.

§ 3º Os prazos dos avisos de habilitação só serão prorrogados quando houver, comprovadamente, caso fortuito ou de força maior.

Art. 13 Fica revogada a Portaria nº 950, de 14 de outubro de 2010.

Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, EM ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA

QUANTO AO ENTE INTERESSADO NA OUTORGA:

1. Ato de nomeação dos dirigentes do serviço a ser executado;

2. Declaração, firmada pelo representante legal do empreendimento, relativamente ao serviço a ser executado, de acatamento ao disposto nos artigos 221 e 222 da Constituição Federal;

3. Declaração, firmada pelo representante legal do empreendimento, de que o ente público não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão e que, caso venha a ser contemplado com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

4. Ato que disponibiliza os recursos financeiros necessários para o empreendimento;

5. Instrumento jurídico que comprove a vinculação da entidade interessada com instituição de ensino de nível médio ou superior;

6. Prova de inscrição do interessado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

7. Prova de regularidade do interessado relativa à Seguridade Social - INSS;

8. Prova de regularidade ou outra equivalente, conforme o caso, na forma da lei, para com as fazendas federal, estadual e municipal da sua sede;

9. Prova de regularidade do interessado relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

10. Declaração do representante legal do empreendimento, comprometendo-se a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial no 651, de 15 de abril de 1999, bem como às exigências constantes da legislação específica de radiodifusão;

11. Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga;

QUANTO AOS DIRIGENTES:

12. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, de que tem reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País;

13. Certidões negativas dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

14. Certidões negativas dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

15. Certidões negativas dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

16. Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;

17. Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;

18. Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções do qual decorram foro especial.

Documentos necessários à instrução das Propostas das UNIVERSIDADES, PÚBLICAS OU PRIVADAS, em original ou cópia autenticada:

QUANTO À ENTIDADE INTERESSADA NA OUTORGA:

1. Estatuto Social da entidade e suas alterações, devidamente registrados, constando, dentre seus objetivos, a execução dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos e que esses deverão ser executados sem finalidade comercial;

2. Ato de nomeação e/ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

5. Declaração expressa do número de alunos matriculados na entidade interessada;

4. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de acatamento ao disposto nos artigos 221 e 222 da Constituição Federal;

5. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

6. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento;

7. Prova de inscrição da interessada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

8. Prova de regularidade da interessada relativa à Seguridade Social - INSS;

9. Prova de regularidade ou outra equivalente, na forma da lei, para com as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade;

10. Prova de regularidade da interessada relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

11. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a Entidade se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial no 651, de 15 de abril de 1999, bem como às exigências constantes da legislação específica de radiodifusão;

12. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

13. Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga;

QUANTO AOS DIRIGENTES:

14. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, de que tem reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País;

15. Certidões negativas dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

16. Certidões negativas dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

17. Certidões negativas dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

18. Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;

19. Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;

20. Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções do qual decorram foro especial.

Documentos necessários à instrução das Propostas das FUNDAÇÕES PÚBLICAS, em original ou cópia autenticada:

QUANTO À ENTIDADE INTERESSADA NA OUTORGA:

1. Estatuto Social da entidade e suas alterações, aprovados pelo Ministério Público, quando for o caso, e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A", constando, dentre seus objetivos, a execução dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos e que esses serviços deverão ser executados sem finalidade comercial, sendo que tal entidade deverá ter sido instituída há mais de 1(um) ano da data de publicação do respectivo Aviso de Habilitação.

2. Ato jurídico autorizador ou instituidor da interessada, acompanhado do respectivo comprovante de sua publicidade;

3. Ato de nomeação e/ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

4. Instrumento jurídico que comprove a vinculação da entidade interessada com instituição de ensino de nível médio ou superior;

5. Declaração expressa do número de alunos matriculados na instituição de ensino de nível médio ou superior com a qual a entidade interessada mantenha vinculação;

6. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de acatamento ao disposto nos artigos 221 e 222 da Constituição Federal;

7. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

8. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento;

9. Prova de inscrição da interessada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

10. Prova de regularidade da interessada relativa à Seguridade Social - INSS ou Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social;

11. Prova de regularidade ou outra equivalente, na forma da lei, para com as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade;

12. Prova de regularidade da interessada relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

13. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial no 651, de 15 de abril de 1999, bem como às exigências constantes da legislação específica de radiodifusão;

14. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

15. Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga;

QUANTO AOS DIRIGENTES:

16. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, de que tem reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País;

17. Certidões negativas dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

18. Certidões negativas dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

19. Certidões negativas dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

20. Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;

21. Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;

22. Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções do qual decorram foro especial.

Documentos necessários à instrução das Propostas das FUNDAÇÕES PRIVADAS, em original ou cópia autenticada:

QUANTO À ENTIDADE INTERESSADA NA OUTORGA:

1. Estatuto Social da entidade e suas alterações, aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A", constando, dentre seus objetivos, a execução dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos e que esses serviços deverão ser executados sem finalidade comercial, sendo que tal entidade deverá ter sido instituída há mais de 1(um) ano da data de publicação do respectivo Aviso de Habilitação.

2. Ato de nomeação e/ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

3. Instrumento jurídico que comprove a vinculação da entidade interessada com instituição de ensino de nível médio ou superior;

4. Declaração expressa do número de alunos matriculados na instituição de ensino de nível médio ou superior com a qual a entidade interessada mantenha vinculação;

5. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de acatamento ao disposto nos artigos 221 e 222 da Constituição Federal;

6. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

7. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento;

8. Prova de inscrição da interessada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

9. Prova de regularidade da interessada relativa à Seguridade Social - INSS ou Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Prova de regularidade ou outra equivalente, na forma da lei, para com as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade;

11. Prova de regularidade da interessada relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

12. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial no 651, de 15 de abril de 1999, bem como às exigências constantes da legislação específica de radiodifusão;

13. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

14. Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga;

QUANTO AOS DIRIGENTES:

15. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, de que tem reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País;

16. Certidões negativas dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

17. Certidões negativas dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

18. Certidões negativas dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

19. Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;

20. Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;

21. Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções do qual decorram foro especial.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 10 de junho de 2011

Nº 4.563 -
Ref.:Processo nº 53554.002981/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração com Pedido de Efeito Suspensivo apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Setor 6 do Plano Geral de Outorgas (PGO), CNPJ/MF n° 33.000.118/0004-11, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho n° 9.470/2010-CD, de 13 de outubro de 2010, que manteve as sanções do Despacho nº 5.528/2008/PBQI/SPB, de 23 de dezembro de 2008, aplicadas pelo Superintendente de Serviços Públicos, nos autos do Processo em epígrafe, instaurado para averiguação de irregularidades no que concerne a interrupções na prestação do serviço, decidiu, em sua Reunião n° 605, realizada em 5 de maio de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, dessa forma, a decisão proferida pelo Conselho Diretor, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 327/2011-GCJV, de 19 de abril de 2011.

Em 15 de junho de 2011

Nº 4.697 -
Ref.:Processos n. 53500.013569/2005, 53500.016523/2005, 53500.016969/2005 e 53500.016179/2005

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 8 do Plano Geral de Outorgas, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho 2.230/2011-CD, de 17 de março de 2011, nos autos dos Processos em epígrafe, instaurados para averiguar descumprimento ao Plano Geral de Metas de Qualidade do STFC, aprovado pela Resolução nº 30/98, decidiu, em sua Reunião nº 610, realizada em 9 de junho de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a sanção aplicada, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 366/2011-GCJR, de 3 de junho de 2011.

Nº 4.698 -
Ref.: Processo nº 53500.013548/2005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/SE, CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no setor 6 do Plano Geral de Outorgas, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho nº 2.056/2010-CD, de 25 de março de 2010, nos autos do Processo em epígrafe, instaurado para averiguar descumprimentos diversos ao Plano Geral de Metas de Qualidade para STFC, aprovado pela Resolução nº 30/1998, decidiu, em sua Reunião nº 610, de 9 de junho de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 365/2011-GCJR, de 3 de junho de 2011.

Em 28 de junho de 2011

Nº 4.977 -
Processos nºs 535240030032005, 535240052542005, 535240032282005, 535240045222005, 535240077482005, 535240033562005, 535240027302205, 535240024832005, 535240040272005 e 535240027542005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ/MF nº 33.000.118/0003-30, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 2 do Plano Geral de Outorgas (PGO), em face da decisão do Conselho Diretor, consubstanciada no Despacho nº 4.441/2010-CD, de 1º de junho de 2010, nos autos dos processos em epígrafe, instaurados para averiguar descumprimento ao Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), aprovado pelo Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998, decidiu, em sua Reunião nº 611, realizada em 21 de junho de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 388/2011-GCJR, de 14 de junho de 2011.

Nº 4.978 -
Processo nº 53500.023376/2006

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/SE, CNPJ/MF nº 33.000.118/0004-11, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 6 do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão do Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 10.115/2010-CD, de 29 de outubro de 2010, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objetivo a averiguação de descumprimento a metas definidas pelo Plano Geral de Metas de Universalização do STFC (PGMU), aprovado pelo Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998, decidiu, em sua Reunião nº 611, realizada em 21 de junho de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 374/2011-GCJR, de 13 de junho de 2011.

Em 29 de junho de 2011

Nº 5.011 - Processo nº 53524.003443/2007 -

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela TNL PCS S/A, CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59, em face da decisão do Superintendente de Serviços Privados, consubstanciada no Ato nº 2.150, de 5 de abril de 2010, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de descumprimento de obrigações previstas nos arts. 9º e 63 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, anexo à Resolução nº 316, de 27 de setembro de 2002, e art. 42, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, decidiu, em sua Reunião nº 608, realizada em 26 de maio de 2011, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 418/2011-GCJV, de 18 de maio de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 3.030, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53560.001409/2010. Aplica à Telemar Norte Leste S/A, CNPJ nº 33.000.118/0001-79, a sanção de multa no valor de R$ 1.980,03 (mil, novecentos e oitenta reais e três centavos) , pela violação do inciso IV do art. 59 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272, de 9 agosto de 2001.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 4.210, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Processo n° 53500.007062/2011. Expede autorização de uso de radiofrequências à G8 NETWORKS LTDA, CNPJ nº 02.926.037/0001-70, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.470, DE 24 DE JUNHO DE 2011

Processo n° 53500.027618/2004. Outorga autorização de uso de radiofrequências à EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S. A., CNPJ nº 33.530.486/0001-29, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.490, DE 27 DE JUNHO DE 2011

Processo n° 53500.018368/2005. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à NIPCABLE DO BRASIL TELECOM LTDA, CNPJ nº 05.334.864/0001-63, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.494, DE 27 DE JUNHO DE 2011

Processo n° 53500.012214/2011. Expede autorização de uso de radiofrequências à PROVEDOR ELOINET LTDA, CNPJ no 05.869.046/0001-65, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.548, DE 28 DE JUNHO DE 2011

Processo n° 53500.004193/2003. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à TRANSIT DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 02.868.267/0001-20, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.562, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Processo n° 53500.012682/2011. Expede autorização de uso de radiofrequências à FJR TELECOMUNICACOES LTDA ME, CNPJ nº 03.995.639/0001-42, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.584, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Processo nº 535000026231998. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.672, DE 5 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à NELSON FAVARETTO, CPF nº 383.577.478-68 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.677, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à RACHEL LOIOLA & CIA LTDA, CNPJ nº 84.425.321/0003-90 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.678, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à AGROPECUARIA RIO DA PRATA LTDA, CNPJ nº 00.394.845/0001-09 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 4.679, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à ROBSON TRINDADE MEDEIROS, CPF nº 466.194.961-72 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.680, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à AGROPECUARIA ANDORINHAS LTDA, CNPJ nº 04.160.135/0001-75 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.681, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à SOCOCO S A AGROINDUSTRIAIS DA AMAZONIA, CNPJ nº 05.832.555/0001-13 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.682, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à TELEVISAO LIBERAL LTDA, CNPJ nº 04.832.721/0001-19 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.683, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR, CNPJ nº 76.484.013/0001-45 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.684, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CONSORCIO INTERPAR, CNPJ nº 10.217.884/0001-94 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.685, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PORTO MARINA OCEANIA SERVI|OS DE ATRACADORES LTDA-ME, CNPJ nº 01.048.690/0001-11 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.686, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CACHOEIRAS DE MACACU PREFEITURA, CNPJ nº 29.128.766/0001-38 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.687, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CLINICA MEDICO CIRURGICA BOTAFOGO S/A, CNPJ nº 33.171.638/0001-44 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.688, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à GOETZE LOBATO ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 89.952.709/0002-81 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.689, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A., CNPJ nº 33.337.122/0001-27 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.690, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à MACOR SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.232.892/0003-43 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.691, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S A, CNPJ nº 88.301.155/0020-71 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.692, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A, CNPJ nº 34.274.233/0001-02 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.693, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à SILBENE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 33.606.435/0001-33 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.694, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à TAAG LINHAS AEREAS DE ANGOLA, CNPJ nº 29.926.961/0001-03 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.695, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à TRANSURB S/A, CNPJ nº 01.464.420/0001-91 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.696, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à GARRA VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.141.823/0001-62 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.697, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à RIO GRANDE DO NORTE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 11.330.880/0001-80 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.698, DE 6 DE JULHO DE 2011

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à VEGA DO SUL S.A., por meio do Ato n° 25887, de 22/05/2002, para ARCELORMITTAL BRASIL S.A., CNPJ nº 17.469.701/0106-44, bem como a outorga de autorização de uso de radiofreqüência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.699, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à AES TIETE S/A, CNPJ nº 02.998.609/0001-27 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.700, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à ALMENAT EXTENSAO CORPORATIVA LTDA, CNPJ nº 01.408.982/0001-18 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.701, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à ASSOCIACAO DE ENSINO DE MARILIA LTDA, CNPJ nº 44.474.898/0001-05 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.702, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à ASSOCIACAO DR. CELSO CHARURI, CNPJ nº 05.622.678/0001-20 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.703, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CONDOMINIO SHOPPING SAO CAETANO, CNPJ nº 59.978.726/0001-46 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.704, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CONDOMINIO TAUBATE SHOPPING CENTER, CNPJ nº 57.532.665/0001-63 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.705, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à EDITORA BRASIL SEIKYO LTDA, CNPJ nº 61.612.891/0001-21 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 4.706, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à EDITORA GRAFICOS BURTI LTDA, CNPJ nº 43.150.499/0001-26 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.707, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à GELOSOM REFRIGERACAO ELETRONICA LTDA - EPP, CNPJ nº 49.120.280/0001-60 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.708, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à GSS SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.365.528/0001-76 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.709, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à HEITOR GODOY DE MELLO, CPF nº 015.902.868-04 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.710, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à MONSANTO DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 64.858.525/0002-26 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.711, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à MOSTEIRO SAO GERALDO DE SAO PAULO, CNPJ nº 61.697.678/0001-60 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.712, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à OLIMPIA PREFEITURA, CNPJ nº 46.596.151/0001-55 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.713, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à OROSTRATO OLAVO SILVA BARBOSA, CPF nº 005.064.516-15 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.714, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à OTTO BAUMGART INDUSTRIA E COMERCIO S A, CNPJ nº 60.642.774/0001-48 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.715, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PAULO RYO NAKAGAWA, CPF nº 012.679.738-20 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.716, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à PONTOFRIO.COM COMERCIO ELETRONICO S/A., CNPJ nº 09.358.108/0006-30 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.717, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à POSADAS DO BRASIL EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA, CNPJ nº 02.419.765/0001-96 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.718, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA, CNPJ nº 45.735.552/0001-86 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.719, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS, CNPJ nº 47.842.836/0001-05 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.720, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à REICHHOLD DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 59.186.981/0001-56 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.721, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à ROLCAN BRASIL ESTACIONAMENTOS LTDA., CNPJ nº 07.052.516/0012-81 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.722, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à ROLCAN BRASIL ESTACIONAMENTOS LTDA., CNPJ nº 07.052.516/0014-43 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.723, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à SAS - SOCIEDADE ADMINISTRADORA DE CENTROS COMERCIAIS S.A., CNPJ nº 03.969.764/0002-69 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.724, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SAT SISTEMA A TRIBUNA DE COMUNICACAO-SANTOS LTDA, CNPJ nº 58.780.453/0001-68 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.725, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à SCUDERIA 111 COMPETIÇÕES LTDA, CNPJ nº 04.265.222/0001-97 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.726, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à SGUARIO FLORESTAL S/A, CNPJ nº 65.497.547/0001-90 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.727, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à TIETEMIX-CONCRETOS SERVICOS E OBRAS LTDA, CNPJ nº 59.309.351/0001-21 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.728, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à TRIEME SERVICOS DE PORTARIA LTDA, CNPJ nº 01.941.187/0001-90 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.729, DE 6 DE JULHO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à ULTRAFERTIL SA, CNPJ nº 02.476.026/0001-36 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.730, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à UNISEG BRASIL LTDA.-EPP, CNPJ nº 10.798.228/0001-22 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.731, DE 6 DE JULHO DE 2011

Expede autorização à UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO-UNESP, CNPJ nº 48.031.918/0001-24 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.732, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à USINA ALTA MOGIANA S/A-ACUCAR E ALCOOL, CNPJ nº 53.009.825/0001-33 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

ATO Nº 4.733, DE 6 DE JULHO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à USINA MANDU S/A, CNPJ nº 44.366.276/0001-63 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 4.181, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa parcialmente, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe II, protocolizado sob o n.º 53500.010296.2011, entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da CGB TELECOMUNICAÇÕES LTDA, na modalidade Local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do SMP da VIVO S.A. e VIVO PARTICIPAÇÕES S.A - VIVO.

Parágrafo Único. A presente homologação não alcança o Anexo XIII do Contrato.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.183, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa parcialmente, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.004613/2011, e o Termo Aditivo n.º 1, entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da DIOGENES BAYDE IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - BAYDENET, na modalidade Local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da TELEMAR NORTE LESTE S.A. - OI, na modalidade Local.

Parágrafo único. A presente homologação não alcança o Contrato de Trânsito Local de Chamadas Telefônicas

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.184, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa parcialmente, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe II, protocolizado sob o n.º 53500.010526.2011, entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da CGB TELECOMUNICAÇÕES LTDA, nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do SMP da VIVO S.A. e VIVO PARTICIPAÇÕES S.A - VIVO.

Parágrafo Único. A presente homologação não alcança o Anexo XIII do Contrato.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.186, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.011519/2011, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da EMPRESA DE TELEFONIA MULTIUSUÁRIO LTDA - ETML, na modalidade Local.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.187, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.010954.2011, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da AMÉRICA NET LTDA - AMÉRICA NET, na modalidade local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC da TIM CELULAR S.A. - TIM, na modalidade local.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.189, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.011493/2011, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, na modalidade Local e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da IVATI INOVAÇÃO E INTERATIVIDADE S/A - IVATI, na modalidade Local.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.190, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa parcialmente, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.010955.2011, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da AMÉRICA NET LTDA - AMÉRICA NET, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC da TIM CELULAR S.A. - TIM, na modalidade Local.

Parágrafo único. A presente homologação não alcança o Anexo 11 do Contrato.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.191, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.004717/2011, e o Termo Aditivo n.º 1, entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da DIOGENES BAYDE IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - BAYDENET, na modalidade Local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da TELEMAR NORTE LESTE S.A. - OI, nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.192, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.005086.2011, e os Termos Aditivos n. 1 e 2, celebrados entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da BRASIL TELECOM, na modalidade Local e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da PLUMIUM, na modalidade Longa Distância Nacional; entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da BRASIL TELECOM, na modalidade Longa Distância Nacional e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da PLUMIUM, na modalidade Local; entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da BRASIL TELECOM, na modalidade Local e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da PLUMIUM, na modalidade Longa Distância Internacional; entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da BRASIL TELECOM, na modalidade Longa Distância Internacional e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da PLUMIUM, na modalidade Local.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.193, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, os Termos Aditivos n. 3 e 4, anexos ao Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53504.005804/2005, entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da TELEMAR NORTE LESTE S.A - OI, na modalidade Local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da TRANSIT DO BRASIL LTDA, na modalidade Local.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.194, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.004615.2011, e os Termos Aditivos n. 1 e 2, celebrados entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da BRASIL TELECOM S.A. - BrT, na modalidade Local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da PLUMIUM COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA - PLUMIUM, na modalidade Local.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.195, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa parcialmente, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.010956.2011, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da AMÉRICA NET LTDA - AMÉRICA NET, na modalidade Local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC da TIM CELULAR S.A. - TIM, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional.

Parágrafo único. A presente homologação não alcança o Anexo 11 do Contrato.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.196, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.011358/2011, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, na modalidade Local e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da TELECALL BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - TELECALL, nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.197, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.011357/2011, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da TELECALL BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - TELECALL, na modalidade Local.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.198, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.011188/2011, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, na modalidade Local e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da TELECALL BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - TELECALL, na modalidade Local.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 4.199, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53500.011518/2011, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da IVATI INOVAÇÃO E INTERATIVIDADE S/A - IVATI, na modalidade Local.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE UNIVERSALIZAÇÃO

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 5 de outubro de 2010

Nº 9.128 -
Processo nº 53542.003073/2007.

A SUPERINTENDENTE DE UNIVERSALIZAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-ANATEL, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 161 e 209, XIV e XVIII, do Regimento Interno da Anatel, RESOLVE determinar, quanto ao descumprimento da meta prevista no art. 4º, II, do PGMU, a aplicação da sanção de MULTA, quantificada no valor nominal de R$ 1.213,33 (um mil, duzentos e treze reais e trinta e três centavos); FIXAR o valor nominal total da multa em R$ 1.213,33 (um mil, duzentos e treze reais e trinta e três centavos).

ENILCE NARA VERSIANI

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 77, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.041841/2003, resolve:

Aprovar as novas característica técnicas de operação da FREQUÊNCIA BRASÍLEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Arceburgo, Estado de Minas Gerais, utilizando o canal 233 (duzentos e trinta e três), classe C.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 78, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.046509/2010, resolve:

Autorizar a SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Ipuã, Estado de São Paulo, canal 223 (duzentos e vinte e três), classe C, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, e aprovar seus locais de instalação.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução Homologatória nº 1.155, de 14 de junho de 2011, publicada no D.O. nº 116, de 17 de junho de 2011, Seção 1, páginas 113 a 115, constante do Processo nº 48500.005686/2010-09, fazer constar o Anexo V, devido a sua omissão em sua publicação.

ANEXO V PREVISÃO DA QUOTA ANUAL DA CCC PARA 2011	
CONCESSIONÁRIA	CCC 2011
EMG	R$ 19.315.120,35

Na Resolução Homologatória nº 1.165, de 28 de junho de 2011, publicada no D.O. nº 124, de 30 de junho de 2011, Seção 1, páginas 46 a 47, constante do Processo n. 48500.005513/2010-82, fazer constar no Anexo V, a tarifa da supridora RGE, devido a sua omissão em sua publicação.

RGE	BT	-	68,18

Na Resolução Homologatória nº 1.167, de 28 de junho de 2011, publicada no D.O. nº 124, de 30 de junho de 2011, Seção 1, páginas 48 a 50, constante do Processo n. 48500.005512/2010-38, fazer constar no Anexo V, a tarifa da supridora RGE, devido a sua omissão em sua publicação.

RGE	BT	-	176,63

Na Resolução Homologatória nº 1.169, de 28 de junho de 2011, publicada no D.O. nº 124, de 30 de junho de 2011, Seção 1, páginas 51 a 52, constante do Processo n. 48500.005675/2010-11, fazer constar no Anexo V, a tarifa da supridora RGE, devido a sua omissão em sua publicação.

RGE	BT	-	154,04

Na Resolução Homologatória nº 1.170, de 28 de junho de 2011, publicada no D.O. nº 124, de 30 de junho de 2011, Seção 1, páginas 52 a 53, constante do Processo n. 48500.005674/2010-76, fazer constar no Anexo V, as tarifas da supridora RGE, devido a sua omissão em sua publicação.

RGE	A4 (de 2,3 kV a 25 kV)	3,58	47,66
RGE	BT	-	106,24

DIRETORIA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 6 de julho de 2011

Nº 2.796 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 43 da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o constante do Processo nº 48500.005463/1999-85, resolve não conhecer, por intempestivo, do Recurso Administrativo interposto pela empresa Mafrás Energia e Reflorestamento Ltda. em face do Despacho nº 2.251, de 27 de dezembro de 2005, por meio do qual a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG ratificou o percentual de redução de 50% (cinqüenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Mafrás, localizada no município de Ibirama, no estado de Santa Catarina.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de julho de 2011

Nº 2.797 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelas Portarias ANEEL nºs 939 e 914, de 20 de maio de 2008 e 29 de abril de 2008, respectivamente, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Resolução Normativa nº 206, de 22 de dezembro de 2005, no inciso IV e no §5º do art. 3º, da Resolução Normativa nº 323, de 8 de julho de 2008, com base na Nota Técnica nº 078/2011-SEM/ANEEL, de 01 de julho de 2011, e o que consta do Processo nº 48500.001922/2011-91, resolve registrar, sob o nº 6.001/2011, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVE-LPC nº 063/2011, celebrado em 01 de abril de 2011 entre a compradora Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE, CNPJ nº 61.416.244/0001-44, e a vendedora BRENNAND Energia Comercializadora S.A., CNPJ nº 10.359.788/0001-80, de acordo com as condições detalhadas na forma do Anexo deste Despacho, disponível na página da ANEEL (www.aneel.gov.br).

RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de julho de 2011

Nº 2.798 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.003858/2005-72, resolve: I - Liberar a unidade geradora TG2, de 40.000 kW, da UTE Quirinópolis, localizada no Município de Quirinópolis, Estado de Goiás, de titularidade da empresa USJ Açúcar e Álcool S.A., autorizada nos termos da Portaria MME nº 301, de 12 de dezembro de 2006, e que foi autorizada a ampliar a capacidade instalada pela Portaria MME nº 84, de 18 de maio de 2007, para início da operação comercial a partir do dia 7 de julho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponível ao sistema.

Nº 2.810 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005462/2010-99, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG9 e UG10, de 2.000 kW cada, totalizando 4.000 kW, da EOL Cerro Chato III, localizada no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, de titularidade da empresa Eólica Cerro Chato III S.A., autorizada nos termos da Portaria n° 748, de 24 de agosto de 2010, e que teve alterada as características técnicas, as instalações de interesse restrito e a denominação da usina, nos termos do Despacho ANEEL nº 147, de 20 de janeiro de 2011, para início da operação comercial a partir do dia 7 de julho de 2011, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível ao sistema.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de julho de 2011

Nº 2.799 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, bem como na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº48500.006821/2009-91, resolve: I - Aceitar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio da Potinga, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do Rio Paraná, no Estado do Paraná, apresentados pela Electra Power Geração de Energia S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 00.356.196/0001-09.

Nº 2.800 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o disposto na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, e o que consta do Processo nº 48500.004834/2009-26, resolve: I - Aceitar a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Canoas, no trecho entre a cota 760m (remanso do reservatório da UHE São Roque) e 780m (canal de fuga da UHE Peri), sub-bacia 71, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, apresentada pela empresa Desenvix S.A., inscrita no CNPJ nº 00.622.416/0001-41.

Nº 2.801 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o disposto na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, e o que consta do Processo nº 48500.000689/2010-48, resolve: I - Aceitar a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Correntes, no trecho entre a nascente e sua confluência com o córrego Lageadão, sub-bacia 66, bacia hidrográfica do rio Paraná, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresentada pela empresa Agropecuária PCH Campo Feliz Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 11.146.704/0001-93 e desenvolvida pela empresa Topocon Projetos e Construções Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 02.540.405/0001-48.

Nº 2.802 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, e em cumprimento ao disposto na Resolução no 395, de 4 de dezembro de 1998, e o que consta do Processo no 48500.002323/2009-70, resolve: I - Anuir com o pedido de alteração de titularidade do Processo nº 48500.002323/2009-70, referente ao Projeto Básico da PCH RC 2, com potência estimada de 5,80 MW, localizada no rio do Carmo, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais., solicitado pela empresa Alterosa Centrais Elétricas S.A. - ACESA, inscrita no CNPJ sob o no 10.304.559/0001-69, para a inclusão da empresa Capital Hydro Energy Ltda., inscrita no CNPJ sob o no 06.007.168/0001-05, na titularidade do mencionado processo. II - Todos os atos referentes ao processo em tela e subseqüentes à publicação do presente Despacho devem ser expedidos em nome das empresas Alterosa Centrais Elétricas S.A. - ACESA e Capital Hydro Energy Ltda.

Nº 2.803 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, e em cumprimento ao disposto na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.006818/2009-78, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Ribeirão Caiana, afluente do rio Manso, localizado na sub-bacia 66, no Estado de Mato Grosso, concedido à empresa Primaleste Geração de Energia Elétrica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.354.528/0001-33, devido à manifestação de desistência por parte do interessado. II - Revogar o Despacho nº 4.814, de 23 de dezembro de 2009.

Nº 2.804 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo no 48500.005778/2010-81, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Montividiu, no trecho a montante do remanso do reservatório da PCH Verde 1 + Montividiu, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Goiás, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 27/09/2010 pela empresa Alterosa Central Elétrica S.A - ACESA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.304.559/0001-69, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 25/07/2012.

Nº 2.805 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo n° 48500.000026/2011-12, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Chapecozinho, no trecho entre o canal de fuga da PCH Dalapria e o remanso do reservatório da PCH Faxinal dos Guedes, localizado na sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 16/12/2010 pela empresa Avelino Bragagnolo S.A. Indústria e Comércio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.586.833/0002-57, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 29/06/2012.

Nº 2.806 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo no 48500.004293/2009-36, resolve: I - Revogar o Despacho nº 3.411, de 10 de setembro de 2009 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário do rio Montividiu, no trecho a montante do remanso do reservatório da PCH Verde 1 + Montividiu concedido às empresas FR Incorporadora Ltda. e Park Way Engenharia Ltda., devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 10º, da Resolução ANEEL nº 393/1998.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 2.807 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.007653/2009-51, resolve: I - Prorrogar para 04/12/2011 o prazo estabelecido no Despacho n° 926, de 07 de abril de 2010 para entrega da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Montividiu solicitado pela empresa Triton Energia Ltda.

Nº 2.808 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL -, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, bem como na resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000731/2009-97, resolve: I - Aceitar o Projeto Básico da PCH Pimentel I, com potência estimada nos estudos de inventário de 7,4 MW, , situada no rio Grande, sub-bacia 58, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado do Rio de Janeiro, às coordenadas 21º46´00" de Latitude Sul e 41º46´00" de Longitude Oeste, apresentado pela empresa Energeo Engenharia e Consultoria S/C Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.551.915/0001-46.

Nº 2.809 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL -, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, bem como na resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001523/2009-13, resolve: I - Aceitar o Projeto Básico da PCH KM 14, com potência estimada nos estudos de inventário de 4,5 MW, situada no rio dos Patos, sub-bacia 64, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, às coordenadas 25º06'20" de Latitude Sul e 50º55'42" de Longitude Oeste, apresentado pela empresa Enerbios Consultoria em Energias Renováveis e Meio Ambiente Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.929.115/0001-77.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE

RETIFICAÇÃO

No Despacho ANEEL nº 2.728, de 30-6-2011, do Superintendente de Regulação da Comercialização da Eletricidade, publicado no DOU de 1º-7-2011, Seção 1, pág. 77, v. 148, nº 125, onde se lê: "103.695.934,38", leia-se: "90.570.755,34".

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 309, DE 6 DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.012061/2008-23, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Atem's Distribuidora de Petróleo Ltda., CNPJ: 03.987.364/0001-03, autorizada a operar 02 (dois) dutos de transferência entre a Refinaria Isaac Benayon Sabbá - REMAN, de propriedade da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e sua base de distribuição, ambas no Município de Manaus, no Estado do Amazonas, com as seguintes características:

Produto	Diâmetro (pol)	Extensão (m)	Material	Pressão (kgf/cm²)	Vazão (m³/h)
Óleo Diesel	10	960	Aço Carbono API 5L GrB SCH 40	5,0	500
Gasolina	10	960	Aço Carbono API 5L GrB SCH 40	5,0	500

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas para a presente autorização.

Art. 3º Esta Autorização terá validade até 15 de março de 2013, conforme prazo estabelecido na Licença de Operação (L.O.) n.º 145/09-01 expedida em 15 de março de 2011, pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM.

Art. 4º Esta Autorização substitui a Autorização n° 123, de 10 de março de 2011, publicada no DOU n° 48, de 11 de março de 2011.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de julho de 2011

Nº 770 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e nº 116, de 26 de maio de 2010, e com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/TO0093702	PARAÍSO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA EPP.	12.084.954/0001-09	PARAISO DO TOCANTINS	TO	48610.004532/2011-25
AV/MS0086966	PARTNERS AIR SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A.	07.803.085/0003-57	CORUMBA	MS	48610.013557/2010-39
AV/SP0086702	PETRO SAPPER COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.	05.808.481/0001-80	SAO PAULO	SP	48610.012853/2010-12

Nº 771 - O Superintendente Adjunto de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e nº 116, de 26 de maio de 2010, com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RS0208978	ADONIR DOS ANJOS NETHER	74.754.300/0001-00	HERVEIRAS	RS	48610.008949/2011-67
GLP/MT0208979	AGROCAMPO MAQUINAS AGRICOLAS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	36.913.879/0004-52	JUINA	MT	48610.007835/2011-08
GLP/SP0208980	AMADEI JUNIOR & AGUIAR COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA. - ME.	10.765.882/0001-30	PINDAMONHANGABA	SP	48610.006272/2011-22
GLP/PE0208981	A.M.F. DE M. LIMA GÁS ME	13.447.999/0001-63	CATENDE	PE	48610.009132/2011-14
GLP/SP0208982	ANDRE RICARDO BAURI GAS	12.475.769/0001-45	SAO PAULO	SP	48610.009119/2011-57
GLP/RJ0208983	AREGAS COMERCIO DE GAS LTDA - ME	11.554.783/0001-71	ITAPERUNA	RJ	48610.009122/2011-71
GLP/SP0208984	ASSIS RICARTE NETO	07.835.628/0001-56	DUARTINA	SP	48610.009138/2011-83
GLP/PR0208985	ATHENAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	08.402.622/0001-58	TERRA RICA	PR	48610.009131/2011-61
GLP/SP0208986	AUTO POSTO PIO PRADO LTDA	48.427.926/0001-94	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SP	48610.008960/2011-27
GLP/RJ0208987	BARCELOS RISCADO COMERCIO DE GAS LTDA	13.079.392/0001-78	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	48610.009123/2011-15
GLP/SC0208988	CECILIA MACZEVSKI MANRICH ME	02.402.231/0001-57	RIO DO CAMPO	SC	48610.000864/2011-31
GLP/PR0208989	DANILO HAGE	05.982.700/0001-42	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	PR	48610.008956/2011-69
GLP/SP0208990	DEPÓSITO DE GAS ROSSI LTDA ME.	65.688.178/0003-84	SUMARE	SP	48610.009126/2011-59
GLP/PI0208991	DISTRIBUIDORA DE GÁS NORTE SUL LTDA	13.259.474/0003-66	OEIRAS	PI	48610.007576/2011-15
GLP/SP0208992	DULCINEA CRISTINA DA SILVA	09.438.209/0001-06	OLIMPIA	SP	48610.008301/2011-91
GLP/MS0208993	ELIZEU MACIEL ESPINDOLA - ME.	03.586.863/0001-80	CORONEL SAPUCAIA	MS	48610.009147/2011-74
GLP/AC0208994	F SOUZA OLIVEIRA	13.132.459/0001-90	RIO BRANCO	AC	48610.009164/2011-10
GLP/SC0208995	FRANCISCO DE ASSIS MIRA - EPP	81.615.205/0001-83	SAO FRANCISCO DO SUL	SC	48610.009130/2011-17
GLP/GO0208996	FRANCISCO EDSON BEZERRA DA SILVA	13.306.446/0001-90	CIDADE OCIDENTAL	GO	48610.009134/2011-03
GLP/PA0208997	GALIZA E LOUREIRO LTDA. - ME.	06.197.468/0002-85	BELEM	PA	48610.009165/2011-56
GLP/PA0208998	G.P. MARQUES COMÉRCIO ME	08.250.576/0006-23	SANTAREM	PA	48610.006266/2011-75
GLP/PA0208999	IRMÃOS AVELAR COMÉRCIO DE GÁS LTDA	10.670.242/0001-46	CACHOEIRA DO ARARI	PA	48610.017558/2010-52
GLP/ES0209000	JAMES ALVES PEREIRA	13.530.904/0001-70	ECOPORANGA	ES	48610.009129/2011-92
GLP/MG0209001	JOÃO DIONISIO DE MELO - ME.	13.458.597/0001-64	BARBACENA	MG	48610.009145/2011-85
GLP/ES0209002	L A DA SILVA COMERCIO DE GAS ME	13.091.928/0001-70	SERRA	ES	48610.009125/2011-12
GLP/RN0209003	M I FERREIRA - ME	01.613.304/0002-78	SENADOR GEORGINO AVELINO	RN	48610.009137/2011-39
GLP/RS0209004	M R M DE LIMA	07.684.992/0001-62	PORTO ALEGRE	RS	48610.008963/2011-61
GLP/AC0209005	MARCIO GUEDES - ME	13.351.611/0001-26	RIO BRANCO	AC	48610.009163/2011-67
GLP/SC0209006	MARCOS FERNANDES DOS SANTOS	05.929.055/0001-02	PAPANDUVA	SC	48610.007290/2011-21
GLP/AM0209007	MARIA APARECIDA SANTANA-ME	02.631.770/0001-68	MANAUS	AM	48610.009161/2011-78
GLP/AM0209008	MARIA DO SOCORRO DE SOUZA VIANA - ME	34.581.330/0001-30	MANAUS	AM	48610.008948/2011-12
GLP/SP0209009	MEGAGAS COMERCIO DE GAS LTDA.	74.259.086/0003-70	MOGI GUACU	SP	48610.009167/2011-45
GLP/MA0209010	MERCADINHO CARONE LTDA.	35.120.369/0006-27	SAO LUIS	MA	48610.009154/2011-76
GLP/SC0209011	MERCADO & EMBUTIDOS BORDERES LTDA - ME.	11.111.474/0001-27	LUIZ ALVES	SC	48610.009153/2011-21
GLP/SC0209012	MESSIAS FERREIRA MEIRELES	03.793.918/0001-23	PAPANDUVA	SC	48610.009127/2011-01

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/SC0209013	M.M. DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	85.284.248/0004-27	SAO JOSE DO CEDRO	SC	48610.017878/2010-11
GLP/SC0209014	MOCIANE DA COSTA VALES ME.	13.493.132/0001-44	SAO JOSE	SC	48610.009155/2011-11
GLP/PR0209015	NAIR SINGULANI - GAS	05.787.842/0003-10	NOVA SANTA BARBARA	PR	48610.009143/2011-96
GLP/RN0209016	PARELHAS GÁS LTDA.	24.206.617/0005-50	SANTA CRUZ	RN	48610.008964/2011-13
GLP/MG0209017	PIRES CIRILO COMÉRCIO DE GÁS LTDA	11.362.392/0001-55	SANTA LUZIA	MG	48610.001603/2011-38
GLP/RO0209018	R M CUNHA	12.507.914/0001-22	PORTO VELHO	RO	48610.009162/2011-12
GLP/RS0209019	SERGIO JACOBSENSÉRGIO JACOBSEN	91.653.451/0004-26	TUPANCIRETA	RS	48610.009151/2011-32
GLP/PR0209020	SUPREMO GAS COMERCIO DE GAS LTDA	13.777.981/0001-20	CURITIBA	PR	48610.009168/2011-90
GLP/CE0209021	ULTRAMAIS GAS COMERCIAL LTDA.	12.942.775/0001-65	FORTALEZA	CE	48610.009142/2011-41
GLP/RJ0209022	VIA GAS DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA ME	10.323.730/0001-87	RIO BONITO	RJ	48610.009121/2011-26
GLP/BA0209023	4 AS DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA - ME.	13.313.644/0001-81	LAURO DE FREITAS	BA	48610.009115/2011-79
GLP/BA0209024	4 AS DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA - ME.	13.313.644/0002-62	LAURO DE FREITAS	BA	48610.009113/2011-80

Nº 772 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e nº 116, de 26 de maio de 2010, torna pública a revogação da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, à empresa ADAUTO GOUVEIA MOTTA - ME., inscrita no CNPJ sob o nº 24.594.160/0004-17, mediante Processo Judicial nº 0004412-59.2011.4.05.8100, conforme decisão proferida pelo Desembargador Federal José Maria Lucena - TRF 5ª.

Nº 773 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e nº 116, de 26 de maio de 2010, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, as empresa Mendes e Mendonça Combustíveis Ltda., CNPJ nº(s) 12.527.052/0002-80 e 12.527.052/0003-61, mediante Processo Judicial nº 0019507-78.2011.4.01.3400, Agravo de Instrumento nº 0022685-50.2011.4.01.0000/DF.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 310, DE 6 DE JULHO DE 2011

A CHEFE DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 181, de 22 de agosto de 2006,

Considerando a Resolução ANP nº 33/2005 e o Regulamento Técnico ANP nº 05/2005, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta dos processos de nº 48610.009095/2011-36 e 48610.008237/2011-48 torna público o seguinte ato:

Art. 1º Conceder autorização prévia para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A, CNPJ 33.000.167/0001-01, realizar investimentos em projetos de implantação de infraestrutura laboratorial para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse do setor de petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis, nos projetos, Instituições e respectivos valores, conforme relação em anexo.

Art. 2º A presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3º Compete ao concessionário acompanhar, no desenvolvimento do projeto, as condições contidas no Plano de Trabalho, em especial no que se refere aos objetivos, resultados esperados, prazos e valores totais estimados.

Art. 4º O concessionário deverá apresentar, quando do encaminhamento do Relatório Demonstrativo Anual, os dados referentes aos valores contratados e a execução efetiva dos projetos até a data de referência do relatório demonstrativo, cotejando com aqueles apresentados nos respectivos planos de trabalho objeto da presente autorização.

Art. 5º Nos termos do item 10 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, as despesas previstas nesta autorização, para efeito de cumprimento da Cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento, estão sujeitas à análise técnica da ANP, quando da apresentação dos Relatórios Demonstrativos Anuais e da documentação de comprovação dos resultados obtidos.

Art. 6º O concessionário deverá usar a logomarca da ANP, acompanhada da expressão "Compromisso com Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento", em todo o material de divulgação relacionado ao projeto, objeto da presente autorização prévia.

Art. 7º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANÁLIA FRANCISCA FERREIRA

ANEXO

Nº do Projeto	*Título*	*Rede / Área / Programa / Núcleo*	*Instituição*	*Valor (R$)*	*Item de Enquadramento*
981	Implantação do Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Soldagem Vinculado ao departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Universidade Federal do Ceará	Área Tecnológica de Manutenção e Inspeção	UFC	8.470.552,70	8.2.3
969	Estudo experimental do efeito do campo magnético sobre a precipitação de carbono de cálcio em relação a seu potencial inibidor de incrustação.	Rede de Engenharia de Poços	IPT	1.337.984,29	8.2.3

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA Nº 180

Extrato da Ata n.º 180 realizada em 29 de junho de 2011 - Dia: 29.06.2011, às 17h - Local: Sala de Reuniões da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, do Ministério de Minas e Energia, em Brasília, DF. O Conselho de Administração, mediante prévia convocação dos Conselheiros, determinada pelo Presidente do Conselho e na forma das disposições estatutárias em vigor, reuniu-se para a sua Centésima Octogésima reunião, para deliberação sobre os assuntos constantes da "Ordem do Dia", a saber: informes e/ou deliberações relativas à Diretoria da CPRM. A reunião foi presidida pelo Conselheiro-Presidente, Claudio Scliar e contou com a presença do Conselheiro-Vice-Presidente, Agamenon Sergio Lucas Dantas e dos Conselheiros Jarbas Raimundo de Aldano Matos, Ladice Pontes Peixoto e Roberto Ventura Santos, atuando como Secretário Palmiro Franco Capone, Secretário-Geral da CPRM. Dando início à reunião o Conselheiro-Presidente agradeceu a presença de todos e justificou a ausência do Conselheiro Luiz Gonzaga Baião, por compromissos inadiáveis do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em prosseguimento, o Presidente-Conselheiro, submeteu aos membros do Conselho o Ofício n.º 455/2011-GM-MME, de 28.06.2011, do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, dirigido ao Presidente do Conselho de Administração, determinando a convocação de reunião do Conselho de Administração, com o objetivo de ser substituído na Presidência da Empresa e, por conseguinte, no Conselho de Administração, o Senhor Agamenon Sergio Lucas Dantas, procedendo-se a eleição do Senhor Manoel Barretto da Rocha Neto, atual Diretor de Geologia e Recursos Minerais, como Diretor-Presidente da CPRM e Vice-Presidente do seu Conselho de Administração, cujo nome foi aprovado pela Presidência da República, conforme dispõe o Decreto nº 757, de 19.02.1993. O Conselho de Administração, conforme disposições estatutárias, com base nos artigos 16 inciso II e 17, do Estatuto Social da CPRM, declarou eleito, para o cargo de Diretor-Presidente da CPRM e Vice-Presidente do seu Conselho de Administração, o Senhor Manoel Barretto da Rocha Neto, brasileiro, casado, geólogo, portador da Carteira de Identidade n.º 00708 980 57, expedida pela SSP/BA, em 16.03.2009, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 065.017.705-30, domiciliado na cidade de Salvador-BA, na Rua Pankararé n.º 242, Piatã, CEP 41650-640, com mandato até 29.06.2014, conforme determina o § 3º do artigo 17, do Estatuto Social da CPRM. O Diretor-Presidente eleito assinará o Termo de Posse e Compromisso em Livro Próprio, na forma do inciso II do artigo 21 do Estatuto, Termo também assinado pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e pelo Presidente do Conselho de Administração. Em seguida, o Presidente do Conselho de Administração, Claudio Scliar, solicitou a presença na sala do Senhor Manoel Barretto da Rocha Neto. Destacou que desde 2003, na SGM/MME e o Dr. Agamenon, na CPRM, estiveram juntos no desenvolvimento de suas atividades e no cumprimento das determinações governamentais. Ressaltou as realizações da CPRM conduzidas pelo Dr. Agamenon e sua Diretoria e frisou a sua importante atuação, sempre presente e ligado nas questões da geologia do Brasil. O Conselheiro Roberto Ventura solicitou a palavra para registrar que o período do Diretor-Presidente Agamenon foi um dos mais importantes da CPRM, reconheceu o trabalho e o mérito da gestão e desejou-lhe boa sorte na retomada de novas atividades. Os demais Conselheiros se associaram às manifestações e desejaram ao ex-Diretor-Presidente sucesso profissional e pessoal. Em continuidade, o novo Diretor-Presidente, Manoel Barretto da Rocha Neto, que se encontrava na sala, solicitou a palavra para agradecer a toda Diretoria, Fernando Pereira de Carvalho, José Ribeiro Mendes, Alvaro Alencar e depois Eduardo Santa Helena da Silva, Agamenon Dantas e aos empregados da Companhia, destacando o privilégio de ter conduzido a Diretoria de Geologia e Recursos Minerais nessa retomada dos levantamentos geológicos. Expressou se sentir preparado para o cargo que o Diretor-Presidente Agamenon exerceu com competência e agradeceu a confiança do Governo Federal, do Senhor Ministro do MME e do Secretário da SGM/MME. O Conselho de Administração através do seu Presidente e do ex-Diretor-Presidente da CPRM Agamenon Dantas expressaram seus votos de cumprimentos desejando uma gestão positiva em conjunto com a SGM/MME e o DNPM, cumprindo as determinações da Exma. Senhora Presidenta da República e do Exmo. Senhor Ministro de Estado de Minas Energia, traduzidas em políticas públicas governamentais. Não havendo mais assuntos, a reunião foi encerrada, solicitando-se ao Secretário a lavratura da presente Ata. A próxima reunião será futuramente agendada. Assinado: Claudio Scliar - Presidente do Conselho de Administração; Manoel Barretto da Rocha Neto - Vice-Presidente; Jarbas Raimundo de Aldano Matos - Conselheiro; Ladice Pontes Peixoto - Conselheira; Roberto Ventura Santos - Conselheiro; Palmiro Franco Capone - Secretário-Geral.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 123/2011

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.755/2004-IGARAFILITO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME-IGARAPÉ/MG, SÃO JOAQUIM DE BICAS/MG - Guia n° 014/2011-50.000TONELADAS-FILITO- Validade:21/05/2012

RELAÇÃO Nº 124/2011

DNPM Nº 930.925/2005 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM no Estado de Minas Gerais, ás fls, 523, com fundamento no artigo 59 do Código de Mineração, DEFIRO o pedido de RETIFICAÇÃO da área de servidão formulado pela, VALE S/A, nos termos do memorial descritivo da referida área e de conformidade com o Laudo Técnico que atesta a necessidade da instituição da servidão para plena execução da lavra autorizada pelo Grupamento Mineiro nº 220, publicado no DOU DE 30/04/2007. (508)

RELAÇÃO Nº 129/2011

Processo DNPM nº 815.220/2002, 815.546/1987 e 915.186/2006
Interessado: Jean Carlos Zimmermann-ME
Margarete Maria Schurhaus - ME
Assunto: Recurso Administrativo
Nos termos do Despacho do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários da PROGE/DNPM, quanto a NOTA nº 20/2011/PF/DNPM/RS-SM, que ora aprovo, CONHEÇO e INDEFIRO o Recurso de fls. 107/111, interposto por MARGARETE MARIA SCHURHAUS-ME. (244) (757)

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 152/2011

Camerindo Ferreira da Silva, 996.407/2010. Tomar ciência do ofício 2409/2010 que menciona, Assunto: Notificação de débitos - da TAH. Ref. Processo de Cobrança 996.407/2010 (originado do DNPM 890.889/1993).
Antônio Sérgio Veiga Alves, 996.407/2010. Tomar ciência do ofício 2410/2010 que menciona, Assunto: Notificação de débitos - d da TAH. Ref. Processo de Cobrança 996.407/2010 (originado do DNPM 890.889/1993).
Camerindo Ferreira da Silva, 996.408/2010. Tomar ciência do ofício 2649/2011 que menciona, Assunto: Notificação de débitos - de Multas da TAH. Ref. Processo de Cobrança 996.408/2010 (originado do DNPM 890.889/1993).
Antônio Sérgio Veiga Alves, 996.408/2010. Tomar ciência do ofício 2650/2011 que menciona, Assunto: Notificação de débitos - de Multas da TAH. Ref. Processo de Cobrança 996.408/2010 (originado do DNPM 890.889/1993).

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 124/2011

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito multa aplicada(535)
890.613/1998-CAPURI MINERAÇÃO S.A.- Publicado DOU de 31/05/2011 A.I. nºs. 330/2011 - 332/2011 - 333/2011 - 334/2011 e 335/2011
Fase de Licenciamento
Torna sem efeito Notificação Administrativa - CFEM (NFLDP)(549)
890.177/1996-HM MINERAÇÕES LTDA EPP-NOT.N°844/2009-DIPAR - 990.988/2009
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
890.064/2007-CARVALHO E MADEIRA EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA.-ME- Registro de Licença N°2341/2007-"Onde se lê vencimento em 31/01/2006" "Leia-se vencimento em 31/01/2013"

RELAÇÃO Nº 131/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.553/2008-FAMA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE MINERAIS TRANSPORTE E TERRAPLENAGEM LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.356/2008-FÁBIO RODRIGO DE MELO REZENDE-OF. N°2.128/2011
890.183/2011-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-OF. N°1.187/2011
890.346/2011-FELIPE GIMENES GONÇALVES RAUNHEITTI-OF. N°2.093/2011-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
890.174/2006-BENEDITO ANTÔNIO VILLAS BOAS
890.176/2006-ORLANDO DE CASTRO CARDOSO
890.177/2006-ORLANDO DE CASTRO CARDOSO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.378/2008-FRANCISCO BARROZO DOS SANTOS-OF. N°4.141/2011/SUP-RJ/OUT
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.383/2007-PEDREIRA SEPETIBA LTDA
890.604/2007-PEDREIRA SEPETIBA LTDA
890.605/2007-PEDREIRA SEPETIBA LTDA
890.039/2008-ALEXANDRE GONÇALVES DA SILVA
890.096/2008-JOSÉ LUIZ CUNHA CAMPANATI
890.214/2009-AREAL MORRO REDONDO LTDA.
890.053/2010-AREAL SÃO BENEDITO DE SEROPÉDICA LTDA ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.567/2006-MARIA APARECIDA DE ARAÚJO- Cessionário:COMERCIAL SANTA IDÁLIA S.A.- CPF ou CNPJ 19.324.029/0001-57- Alvará n°2.787/2007
890.387/2009-MDC AGREGADOS LTDA.- Cessionário:JOSÉ LUIZ MEDEIROS- CPF ou CNPJ 853.756.327-72- Alvará n°2.817/2010
890.508/2009-VRM GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:WALID EL KOURY DAOUD- CPF ou CNPJ 259.267.301-63- Alvará n°7.104/2010
890.509/2009-VRM GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:WALID EL KOURY DAOUD- CPF ou CNPJ 259.267.301-63- Alvará n°7.105/2010
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
890.086/2009-CERÂMICA PORTO VELHO LTDA. -Alvará N°12.473/2009
890.089/2009-CERÂMICA PORTO VELHO LTDA. -Alvará N°11.658/2009
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.054/2005-CONOP LTDA-OF. N°2.129/2011/DNPM/RJ/DGTM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.440/2011-AREAL REMANESCENTE LTDA ME-Registro de Licença n°2.649/2011 de 05/07/2011-Vencimento em 12/09/2013
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.136/2008-MINERAÇÃO QUINDINS LTDA ME-OF. N°2.086/2011-DNPM/RJ-DGTM
890.546/2009-IRMÃOS VINA BARCELOS LTDA-OF. N°2.112/2011-DNPM/RJ/DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.252/2010-MINERAÇÃO DE SAIBRO CAVALO BRANCO LTDA-OF. N°1.490/2011-DNPM/RJ-DGTM
890.501/2010-ERNANDI PEREIRA NOGUEIRA ME-OF. N°2.126/2011-DNPM/RJ-DGTM
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
890.452/2011-AREAL TORNADO LTDA ME
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
890.043/2009-CERÂMICA PIZZAIOLLO LTDA
890.079/2009-MINERAÇÃO PREMIER LTDA ME
890.452/2009-CERÂMICA SANTA EDWIGES DE CAMPOS LTDA.
890.453/2009-AGROPECUARIA CANTO DA PRATA LTDA.
890.461/2009-MÁRIO STEPHEN DE OLIVEIRA ME
890.489/2009-RIO BELO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. ME
890.522/2009-M S PERIQUITO FILHO
890.526/2009-INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CERÂMICA SÃO SEBASTIÃO DE CAMPOS LTDA.
890.528/2009-CERÂMICA INDIANA LTDA.
890.531/2009-TRANSPORTES NAVARRO LTDA. - ME
890.473/2010-CERÂMICA GRAÇA E FILHO LTDA. ME
890.487/2010-APGEL INDUSTRIA E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA
890.499/2010-M. SOUZA CHAGAS & CIA LTDA.
Fase de Licenciamento
Reconsidera o despacho de indeferimento(745)
890.293/2006-AREAL IMPERADOR DE ITAGUAÍ LTDA EPP
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
890.465/2005-CERÂMICA CASTELÃO DE MIRACEMA LTDA
890.479/2005-CERÂMICA ARCO ROMANO LTDA.
890.354/2008-CERÂMICA INDIANA LTDA.

CARLOS ALBERTO MONTEIRO DA COSTA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 123/2011

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
826.214/2006 - MARCELO COLOMBELLI - FICA SUSPENSA A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO MINERÁRIO ATÉ A SOLUÇÃO FINAL DA LIDE, COM TRÂNSITO EM JULGADO. (256)

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 70/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
864.301/2011-ANTONIO ADRIANO RIBEIRO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.089/2011-NICANOR SOARES AZEVEDO JUNIOR-OF. N°23/2011 - 17º DST/DNPM
864.090/2011-VALTER FERIAN-OF. N°59/2011 - DNPM/TO
864.098/2011-MAURO HELENO SOBREIRA-OF. N°259/2011-OUT/DNPM/TO
864.109/2011-GOLDEN GATE MINING BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°267/2011 - OUT/DNPM/TO
864.171/2011-ZIM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°265/2011-OUT/DNPM/TO
864.173/2011-ZIM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°263/2011-OUT/DNPM/TO
864.174/2011-ZIM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°262/2011-OUT/DNPM/TO
864.175/2011-ZIM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°261/2011-OUT/DNPM/TO
864.176/2011-ZIM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°260/2011-OUT/DNPM/TO
864.180/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°253/2011-OUT/DNPM/TO
864.186/2011-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°275/2011 - OUT/DNPM/TO
864.198/2011-JOÃO DE LIMA ROLIM-OF. N°170/2011-OUT/DNPM/TO
864.205/2011-MINERADORA VALE DO CERRADO LTDA-OF. N°266/2011-OUT/DNPM/TO
864.209/2011-JAYME RODRIGUES-OF. N°271/2011 - OUT/DNPM/TO
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.569/2007-WILSON MACHADO CORREIA- Cessionário:Adão Heleno Rodrigues- CPF ou CNPJ 380.512.658-15- Alvará n°5.893/2011
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
864.052/2005-AMILTON VICENTE INACIO
864.053/2005-AMILTON VICENTE INACIO
864.054/2005-AMILTON VICENTE INACIO
864.334/2008-PEDRO IRAN PEREIRA ESPIRITO SANTO
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
864.110/2009-CONSTRUTORA RIO TRANQUEIRA LTDA -Alvará N°7.466/2009
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.162/2004-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
864.114/2005-COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO SALVADOR
864.124/2005-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
864.087/2006-COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO SALVADOR
864.088/2006-COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO SALVADOR
864.126/2006-COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO SALVADOR
864.187/2006-RUI CARLOS BORBA & CIA LTDA
864.038/2009-DEMITO PESQUISA MINERAL E PROSPECÇÃO GEOLÓGICA LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
864.186/2003-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA ME-OF. N°46/2011 - FISC/DNPM/TO
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
864.819/2008-CONSTRUTORA RIO TRANQUEIRA LTDA
Fase de Registro de Extração
Determina arquivamento definitivo do processo(951)
864.221/2005-PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
864.354/2011-WALMY LUCIO SILVA

JOAQUIM TOMAZ DE SOUZA NETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A

Companhia Aberta
CNPJ/MF - 33.000.167/0001-01
NIRE - 33300032061

EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em reunião levada a efeito em 17-6-2011, sob a presidência do Presidente Guido Mantega e com a participação dos Conselheiros Fabio Colletti Barbosa, Francisco Roberto de Albuquerque, Jorge Gerdau Johannpeter, José Sergio Gabrielli de Azevedo, Márcio Pereira Zimmermann e Sergio Franklin Quintella, deliberou (Ata nº 1.353, item 1), dentre outros, sobre o assunto a seguir transcrito na íntegra: "RENÚNCIA DO CONSELHEIRO ANTONIO PALOCCI FILHO: - O Presidente do Conselho de Administração Guido Mantega informou ao Colegiado que recebeu do Sr. Antonio Palocci Filho carta datada de 8-6-2011 na qual apresenta sua renúncia ao cargo de Conselheiro. DECISÃO: - O Conselho de Administração tomou conhecimento da renúncia do Sr. Antonio Palocci Filho ao cargo de Conselheiro da Petrobras. Outrossim, determinou o registro em ata dos agradecimentos do Colegiado ao Conselheiro que ora deixa o cargo." Rio de Janeiro, 24 de junho de 2011 - Hélio Shiguenobu Fujikawa - Secretário-Geral da Petrobras. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Certifico o registro sob o nome PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, número 00002201932 e data de 28/06/2011 - Valéria G. M. Serra - Secretária-Geral.

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 79, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.475/1985, resolve:

Art. 1º Outorgar à MARMORARIA PAULICEIA LTDA., tendo em vista o desmembramento para os processos DNPM nº 896.421/2000, 896.422/2000 e 896.423/2000, concessão para lavrar GRANITO, no Município de ITAGUAÇU/ES, passando a área a ter a seguinte descrição: 884,04ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 19°42'40,203"S/40°54'11,905"W; 19°44'01,503"S/40°54'11,886"W; 19°44'01,514"S/40°55'20,574"W; 19°44'34,034"S/40°55'20,570"W; 19°44'34,038"S/40°56'29,261"W; 19°43'12,738"S/40°56'29,261"W; 19°43'12,736"S/40°56'01,788"W; 19°43'27,369"S/40°56'01,789"W; 19°43'42,003"S/40°56'01,789"W; 19°43'42,003"S/40°55'46,678"W; 19°43'37,673"S/40°55'46,678"W; 19°43'37,673"S/40°55'41,571"W; 19°43'39,949"S/40°55'41,572"W; 19°43'39,949"S/40°55'38,137"W; 19°43'41,575"S/40°55'38,137"W; 19°43'41,576"S/40°55'35,733"W; 19°43'43,202"S/40°55'35,733"W; 19°43'43,202"S/40°55'32,986"W; 19°43'44,828"S/40°55'32,986"W; 19°43'44,828"S/40°55'29,552"W; 19°43'46,454"S/40°55'29,552"W; 19°43'46,454"S/40°55'22,683"W; 19°43'48,730"S/40°55'22,683"W; 19°43'48,730"S/40°55'16,502"W; 19°43'50,356"S/40°55'16,502"W; 19°43'50,356"S/40°55'11,350"W; 19°43'45,478"S/40°55'11,350"W; 19°43'45,478"S/40°55'14,784"W; 19°43'37,348"S/40°55'14,784"W; 19°43'37,348"S/40°55'17,188"W; 19°43'35,722"S/40°55'17,188"W; 19°43'35,722"S/40°55'20,623"W; 19°43'33,446"S/40°55'20,622"W; 19°43'33,446"S/40°55'25,774"W; 19°43'30,194"S/40°55'25,774"W; 19°43'30,194"S/40°55'30,925"W; 19°43'27,917"S/40°55'30,925"W; 19°43'27,917"S/40°55'36,076"W; 19°43'26,394"S/40°55'36,076"W; 19°43'26,394"S/40°55'25,730"W; 19°43'21,516"S/40°55'25,730"W; 19°43'21,516"S/40°55'22,296"W; 19°43'19,240"S/40°55'22,296"W; 19°43'19,240"S/40°55'20,579"W; 19°43'12,735"S/40°55'20,579"W; 19°42'43,499"S/40°55'20,583"W; 19°42'43,497"S/40°55'01,215"W; 19°42'40,212"S/40°55'01,216"W; 19°42'40,203"S/40°54'11,905"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 19°42'40,203"S e Long. 40°54'11,905"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2500,0m-S; 2000,0m-W; 1000,0m-S; 2000,0m-W; 2500,0m-N; 800,0m-E; 450,0m-S; 450,0m-S; 440,0m-E; 133,2m-N; 148,7m-E; 70,0m-S; 100,0m-E; 50,0m-S; 70,0m-E; 50,0m-S; 80,0m-E; 50,0m-S; 100,0m-E; 50,0m-S; 200,0m-E; 70,0m-S; 180,0m-E; 50,0m-S; 150,0m-E; 150,0m-N; 100,0m-W; 250,0m-N; 70,0m-W; 50,0m-N; 100,0m-W; 70,0m-N; 150,0m-W; 100,0m-N; 150,0m-W; 70,0m-N; 150,0m-W; 46,8m-N; 301,3m-E; 150,0m-N; 100,0m-E; 70,0m-N; 50,0m-E; 200,0m-N; 899,0m-N; 564,0m-E; 101,0m-N; 1436,0m-E.

Art. 2° Fica revogada a Portaria nº 336, de 04 de setembro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 05 de setembro de 2000, e a Portaria nº 128, de 16 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 5.06)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 80, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 844.009/1995, resolve:

Art. 1º Outorgar à CAF CIA. DE ÁGUAS FUNCIONAIS DO NORDESTE, cessionária da COMPANHIA ALAGOANA DE REFRIGERANTES S.A., concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no Município de MACEIÓ/AL, numa área de 49,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 09°34'00,751"S/35°46'13,113"W; 09°33'37,968"S/35°46'13,113"W; 09°33'37,967"S/35°45'59,996"W; 09°33'33,085"S/35°45'59,996"W; 09°33'33,085"S/35°45'50,158"W; 09°33'55,869"S/35°45'50,158"W; 09°33'55,869"S/35°45'59,996"W; 09°34'00,751"S/35°45'59,996"W; 09°34'00,751"S/35°46'13,113"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 970,0m, no rumo verdadeiro de 84°59'59"986 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 09°33'58,000"S e Long. 35°46'44,800"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-N; 400,0m-E; 150,0m-N; 300,0m-E; 700,0m-S; 300,0m-W; 150,0m-S; 400,0m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 100 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 09°33'58,429"S/35°46'05,476"W; 09°33'25,881"S/35°46'05,476"W; 09°33'25,881"S/35°45'32,685"W; 09°33'58,429"S/35°45'32,684"W; 09°33'58,429"S/35°46'05,476"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 960,0m, no rumo verdadeiro de 86°00'00"010 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 09°33'56,250"S e Long. 35°46'36,880"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-N; 1000,0m-E; 1000,0m-S; 1000,0m-W.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 109 de 14 de abril de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 15 de abril de 1999.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 81, DE 4 DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 896.947/1995, resolve:

Art. 1º Outorgar à INTERNACIONAL MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar GRANITO, nos Municípios de NOVA VENÉCIA/ES e BARRA DE SÃO FRANCISCO/ES, numa área de 263,32ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 18°45'16,072"S/40°43'28,795"W; 18°45'45,034"S/40°43'28,794"W; 18°45'45,031"S/40°43'57,107"W; 18°45'45,181"S/40°43'57,107"W; 18°45'45,181"S/40°43'57,166"W; 18°46'04,801"S/40°43'57,166"W; 18°46'04,801"S/40°44'02,823"W; 18°46'04,858"S/40°44'02,823"W; 18°46'04,858"S/40°44'02,936"W; 18°46'25,685"S/40°44'02,936"W; 18°46'25,675"S/40°44'37,074"W; 18°45'48,595"S/40°44'37,074"W; 18°45'48,596"S/40°44'20,008"W; 18°45'16,073"S/40°44'20,007"W; 18°45'16,072"S/40°43'28,795"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 18°45'16,072"S e Long. 40°43'28,795"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 890,4m-S; 829,3m-W; 4,6m-S; 1,7m-W; 603,2m-S; 165,7m-W; 1,8m-S; 3,3m-W; 640,3m-S; 999,8m-W; 1140,2m-N; 499,9m-E; 1000,1m-N; 1500,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 82, DE 4 DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, com fundamento nos artigos 63, § 2º, e 65, "a", do Código de Mineração, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 801.196/1976, resolve:

Art. 1º Declarar a Caducidade da Concessão de Lavra outorgada pela Portaria nº 672, de 10 de maio de 1982, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 1982, retificada pela Portaria nº 1822, de 10 de dezembro de 1985, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 1985, que autorizou CERÂMICA NORGUAÇU S.A a lavrar argila, no Município de Nova Olinda, Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.99)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 83, DE 6 DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.365/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à ANTONIO MORO & CIA. LTDA., concessão para lavrar DIABÁSIO - BRITA, no Município de ORTIGUEIRA/PR, numa área de 49,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 24°18'22,500"S/50°47'33,700"W; 24°18'22,499"S/50°47'08,875"W; 24°18'45,251"S/50°47'08,874"W; 24°18'45,251"S/50°47'33,700"W; 24°18'22,500"S/50°47'33,700"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 24°18'22,500"S e Long. 50°47'33,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-E; 700,0m-S; 700,0m-W; 700,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 84, DE 6 DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 896.422/2000, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO SOSSAI LTDA ME., concessão para lavrar GRANITO, no Município de ITAGUAÇU/ES, numa área de 30,17ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 19°43'27,369"S/40°56'01,789"W; 19°43'27,369"S/40°55'57,325"W; 19°43'23,304"S/40°55'57,325"W; 19°43'23,304"S/40°55'55,608"W; 19°43'20,865"S/40°55'55,608"W; 19°43'20,865"S/40°55'49,735"W; 19°43'19,239"S/40°55'49,735"W; 19°43'19,239"S/40°55'45,477"W; 19°43'20,865"S/40°55'45,477"W; 19°43'20,865"S/40°55'43,760"W; 19°43'24,747"S/40°55'43,760"W; 19°43'24,747"S/40°55'42,550"W; 19°43'31,251"S/40°55'42,550"W; 19°43'31,251"S/40°55'44,954"W; 19°43'34,523"S/40°55'44,954"W; 19°43'34,523"S/40°55'46,678"W; 19°43'42,003"S/40°55'46,678"W; 19°43'42,003"S/40°56'01,789"W; 19°43'27,369"S/40°56'01,789"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 19°43'27,369"S e Long. 40°56'01,789"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 130,0m-E; 125,0m-N; 50,0m-E; 75,0m-N; 171,0m-E; 50,0m-N; 124,0m-E; 50,0m-S; 50,0m-E; 119,4m-S; 35,2m-E; 200,0m-S; 70,0m-W; 100,6m-S; 50,2m-W; 230,0m-S; 440,0m-W; 450,0m-N, a qual foi desmembrada da concessão de lavra outorgada pela Portaria nº 336, de 04 de setembro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 05 de setembro de 2000, retificada pela Portaria nº 128, de 16 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2008 (DNPM nº 890.475/1985).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 5.07)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 85, DE 6 DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 896.421/2000, resolve:

Art. 1° Outorgar à KAMIGRAN MINERAÇÃO LTDA ME, concessão para lavrar GRANITO, no Município de ITAGUAÇU/ES, numa área de 40,11ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 19°43'12,736"S/40°55'20,579"W; 19°43'19,240"S/40°55'20,579"W; 19°43'19,240"S/40°55'22,296"W; 19°43'21,516"S/40°55'22,296"W; 19°43'21,516"S/40°55'25,730"W; 19°43'26,394"S/40°55'25,730"W; 19°43'26,394"S/40°55'36,076"W; 19°43'24,768"S/40°55'36,076"W; 19°43'24,768"S/40°55'43,760"W; 19°43'20,866"S/40°55'43,759"W; 19°43'20,866"S/40°55'45,477"W; 19°43'19,240"S/40°55'45,476"W; 19°43'19,239"S/40°55'49,735"W; 19°43'20,865"S/40°55'49,735"W; 19°43'20,865"S/40°55'55,607"W; 19°43'23,304"S/40°55'55,607"W; 19°43'23,304"S/40°55'57,324"W; 19°43'27,369"S/40°55'57,325"W; 19°43'27,369"S/40°56'01,789"W; 19°43'12,735"S/40°56'01,788"W; 19°43'12,736"S/40°55'20,579"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 19°43'12,736"S e Long. 40°55'20,579"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 200,0m-S; 50,0m-W; 70,0m-S; 100,0m-W; 150,0m-S; 301,3m-W; 50,0m-N; 223,8m-W; 120,0m-N; 50,0m-W; 50,0m-N; 124,0m-W; 50,0m-S; 171,0m-W; 75,0m-S; 50,0m-W; 125,0m-S; 130,0m-W; 450,0m-N; 1200,0m-E, a qual foi desmembrada da concessão de lavra outorgada pela Portaria nº 336, de 04 de setembro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 05 de setembro de 2000, retificada pela Portaria nº 128, de 16 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2008 (DNPM nº 890.475/1985).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 5.07)

CLAUDIO SCLIAR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 316, DE 6 DE JULHO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com os incisos V, do art. 122 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 8 de abril de 2009, e:

CONSIDERANDO que a instrução e análise processual estão de acordo com os requisitos exigidos a fim de se obter a autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para aquisição de imóvel rural determinado pela seguinte legislação: Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971 e Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974.

CONSIDERANDO que a área requerida pelo interessado é de 322,0000 ha (trezentos e vinte e dois hectares), equivalentes a 10,7333 Módulos de Exploração Indefinida (MEI), não ultrapassando os limites prescritos no caput do Art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971; e no caput do Art. 7º do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974, que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro no Brasil.

CONSIDERANDO as manifestações da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(05)F, Divisão de Fiscalização e de Controle de Aquisições por Estrangeiros (DFC-2) e da Procuradoria Federal Especializada (PFE) nos autos do Processo Administrativo nº 54160.003302/2008-91, favoráveis à proposta de aquisição de imóvel rural por estrangeiro no Brasil.

CONSIDERANDO, finalmente, a decisão do Conselho Diretor (CD), contida na Resolução/INCRA/CD/Nº 25 de 21 de outubro de 2010, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os efeitos da PORTARIA/INCRA/P/Nº 631, DE 21 DE outubro de 2010, que AUTORIZOU a Senhora a Senhora JORY HOPKINS, norte americana, Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE Nº W498948-2, Classificação: Permanente, inscrita no CPF/MF nº 328.045.985-00, residente e domiciliada à Fazenda Sete Cabras, Mucugê, no Estado da Bahia, a adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Sete Cabras", localizada no município de Mucugê/BA. A área do referido imóvel equivale a 10,7333 MEI, cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) sob o código nº. 306.215.009.660-6, com base na Lei n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 26 de novembro de 1974 e na Instrução Normativa/INRA/nº 44, de 14 de novembro de 2000.

Art. 2º Esta autorização tem prazo de 30 (trinta) dias, dentro do qual o interessado deverá lavrar a escritura pública, seguindo-se a transcrição na Circunscrição Imobiliária, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o parágrafo único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974.

Art. 3º Resguarda-se o direito da União em reivindicar eventual domínio sobre tais áreas, a qualquer tempo, não implicando esta autorização na ratificação dominial de que tratam a Lei n.º 9.871, de 23 de novembro de 1999 e o Decreto-Lei n.º 1.414, de 18 de agosto de 1975.

Art. 4º A ressalva mencionada no inciso III deverá ser averbada à matrícula do imóvel em aquisição, a título de atestado de ciência e anuência do adquirente com seu teor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 1º DE JULHO DE 2011

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do Incra no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto n° 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra, e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA n° 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e ano, tendo em vista a decisão adotada em sua Décima Primeira Reunião Extraordinária, realizada no dia 29 de junho de 2011 e;

Considerando o processo administrativo SR(20)ES nº 54340.000804/2003-38;

Considerando a audiência de conciliação realizada no dia 26/04/11, na 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim - Seção Judiciária do Espírito Santo, resultando na Assentada acostada às fls. 794/795 dos autos do processo supramencionado, sobre a determinação para que o INCRA/ES apresente uma proposta de acordo visando por fim ao litígio da Ação de Desapropriação nº 2005.50.01.012665-4 referente à Fazenda São Miguel do Norte/Palestina, localizada no município de Mimoso do Sul/ES;

Considerando a INFORMAÇÃO/AGU/PGF/PFE/INCRA/SR(20)J/Nº 052/2011, juntada às fls. 880 a 882;

Considerando a manifestação favorável à conveniência da proposta de acordo do Chefe da Divisão de Obtenção e Implantação, de fls. 883 a 887; resolve:

Art. 1º - Autorizar a apresentação da proposta de acordo para o pagamento da terra nua e das benfeitorias indenizáveis, conforme o segundo laudo de avaliação apresentado pelo senhor vistor oficial no valor de R$ 1.860.369,64 (um milhão oitocentos e sessenta mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), descontando o valor de R$ 119.573,91 (cento e dezenove mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e um centavos) referente ao passivo ambiental, perfazendo o total de R$ 1.740.795,73 (um milhão, setecentos e quarenta mil, setecentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos) e refazimento dos TDA's não vencidos a partir de 2012, com prazo de resgate de 05 (cinco) anos, devendo por isso, ser a diferença encontrada de R$ 254.369,95 (duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos), depositada em juízo, mediante apresentação dos respectivos Títulos da Dívida Agrária - TDA's, com lançamento de títulos complementares, bem como, efetivando-se o cancelamento e o respectivo refazimento dos TDA's que vencerão a partir do ano de 2012;

Art. 2º - Autorizar a Procuradoria Federal, neste Estado, a serviço do INCRA, na pessoa de qualquer um de seus procuradores, a apresentar ao Juízo da Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, a referenciada proposta de acordo, condicionando aprovação em definitivo pelo Conselho Diretor do INCRA - CD;

Art. 3º - Estabelecer que a presente proposta de acordo fique condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira desta Autarquia e, principalmente, a confirmação desta decisão, em definitivo pelo Conselho Diretor - CD, conforme prescrição das normas de regências, notadamente, o art.12 da Instrução Normativa nº. 34/2006.

Art. 4º - Encaminhar o presente processo à instância superior deste Instituto, notadamente, ao seu Conselho Diretor - CD, para examinar o processo conforme descrito no artigo anterior, inclusive, no caso de confirmação da decisão do CDR/ES, para definição de prazos para o respectivo cumprimento do acordo (se consumado), porquanto haverá o cancelamento e o refazimentos dos títulos não vencidos a partir do ano de 2012, também, com lançamento de títulos complementares aos valores previamente depositados em juízo.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ GERÔNIMO BRUMATTI
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 55, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) em MINAS GERAIS, no uso das atribuições , que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU de 09 de abril de 2009; pela Resolução nº 39, de 30 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 06 de novembro de 2007; e pela Resolução nº 25, de 04 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 04 de Dezembro de 2009, ambas do Conselho Diretor desta Autarquia Federal, e tendo em vista, ainda, as considerações e termos constantes da RESOLUÇÃO/CDR/SR06/MG/nº 09/2011, lançada em decorrência da decisão adotada em reunião do Comitê de Decisão Regional desta Superintendência no dia 11 de fevereiro de 2010, resolve:

Art. 1.º Aprovar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo já homologada em juízo, no bojo da ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado FAZENDA CAIÇARA, localizado no Município de Jampruca/MG, com área registrada original de 729,1200 ha e levantada em vistoria de 734,9420 ha, sendo inicialmente avaliada a área de 729,1200 ha, e que, após georreferenciamento e retificação, a área passou a ser de 768,0721 ha. Atendendo solicitação da proprietária foi feito acordo para exclusão da desapropriação da área de 68,8661 ha e, assim, a área a ser expropriada passou a ser de 699,2060 ha.e, por consequência, foi ratificado em juizo o valor da indenização, com base nessa área, mediante concordância do Ministério Público Federal, e que se fundamentou no valor global de R$1.655,915,70 (Hum milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quinze reais e setenta centavos) sendo R$1.507.600,00, que representa 17.074 TDAs, em valores de novembro de 2006, para pagamento da terra nua, e R$148.315,70 para pagamento de benfeitorias indenizáveis e mais R$30.000,00 para pagamento de desmonte em espécie (com valor já depositado). Devendo os TDAS serem lançados nominativos à expropriada, Maria das Neves Vieira Cabral, CPF:031.535.406-24 , na proporção de 100%, com prazo de resgate de dois a cinco anos, correção monetária pela TR (Taxa Referencial) e juros de 6% ao ano, em consonância com a Medida Provisória n.º 2.183-56/2001.)

Art. 2.º - Solicitar a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos que autorize a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias para o cancelamento dos 14.827 (quatorze mil, oitocentos e vinte e sete) Títulos da Dívida Agrária (TDAs) emitidos originariamente em 01/11/2006, com a consequente emissão de outros nos temos contidos no artigo primeiro, qual seja: lançamento de 17.074 (dezessete mil e setenta e quatro) Títulos da Dívida Agrária (TDA), todos com prazo de resgate de dois a cinco anos, com correção monetária pela TR (taxa referencial) e juros de 6%, ao ano.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA em MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, Incisos I e VI, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU de 09 de abril de 2009; pela Resolução nº 39, de 30 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 06 de novembro de 2007; pela Resolução nº 25, de 04 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 04 de dezembro de 2009, ambas do Conselho Diretor desta Autarquia Federal, pela Instrução Normativa/Incra/nº 34, de 23 de maio de 2006; pela Instrução Normativa/Incra nº 62, de 21 de junho de 2010, e, tendo em vista a decisão adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência em 11 de fevereiro de 2010,

CONSIDERANDO que o acordo estabelecido entre as partes estipula que a área a ser desapropriada será parcial, somando 699,2060 ha.,já excluida uma área de 68,8661, ha., reivindicada pela proprietária;

CONSIDERANDO que a proposta de acordo entre o Incra e a proprietária do imóvel expropriado fundamentou-se num valor global de R$1.655,915,70 (Hum milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quinze reais e setenta centavos) sendo o valor de R$1.507.600,00 para indenização da terra nua, em títulos da dívida agrária, com resgate de 2 a 5 anos e juros de 6% ao ano; e o valor de R$ 148.315,70, em espécie, para pagamento de benfeitorias idenizáveis;

CONSIDERANDO que o Incra acordou em arcar com o pagamento da quantia em dinheiro, no valor de R$30.000,00 (o que já foi efetuado), conforme permissivo legal, a título de desmonte;

CONSIDERANDO que o prazo para lançamento de TDAS decorrente do acordo é de 180 dias após a homologação judicial;

CONSIDERANDO que o prazo para desocupação do imóvel é de 90 dias, após a homologação do acordo;

CONSIDERANDO que na proposta de acordo assentou-se que dois filhos da proprietária serão cadastrados para exame de perfil e possível assentamento;

CONSIDERANDO que o representante do Ministério Público Federal não esteve presente na audiência de conciliação, e que a homologação do acordo ficou condicionado à sua manifestação, que se deu posteriormente;

CONSIDERANDO que não há ônus e gravames registrados na matrícula do imóvel e os valores acordados são respaldados pelos parâmetros da Planilha Referencial de Preços da microrregião em que está localizado o imóvel e dentro da alçada para acordos administrativos prevista na Instrução Normativa n.º 34/2006 e nas Resoluções INCRA/CD nºs 39/2007 e 25/2009

CONSIDERANDO que os argumentos constantes dos autos justificam econômica e financeiramente a conveniência de prosseguimento da proposta de acordo, estando dentro dos limites do campo de arbítrio, bem como por atender ele aos princípios de oportunidade e conveniência administrativa; e que o domínio do imóvel será repassado para o Incra, o que permitirá mais célere implantação do Projeto de Assentamento e destinação da área aos trabalhadores rurais;

CONSIDERANDO, finalmente, as manifestações da Procuradoria Regional e da Divisão de Obtenção de Terras desta Superintendência Regional, resolve:

Art. 1.º Aprovar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo já homologada em juízo, no bojo da ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado FAZENDA CAIÇARA, localizado no Município de Jampruca/MG, com área registrada original de 729,1200 ha e levantada em vistoria de 734,9420 ha, sendo que inicialmente foi avaliada a área de 729,1200 ha, e que, após georreferenciamento e retificação procedida pelo Incra, a área avaliada passou a ser de 768,0721 ha. Atendendo solicitação da proprietária foi feito acordo para exclusão da desapropriação da área de 68,8661 ha e, assim, a área a ser expropriada passou a ser de 699,2060 ha.e, por consequência, foi ratificado em juizo o valor da indenização, com base nessa área, mediante concordância do Ministério Público Federal, e que se fundamentou no valor global de R$1.655,915,70 (Hum milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quinze reais e setenta centavos) sendo R$1.507.600,00, que representa 17.074 TDAs, em valores de novembro de 2006, para pagamento da terra nua, e R$148.315,70 para pagamento de benfeitorias indenizáveis e mais R$30.000,00 (o que já foi feito) para pagamento de desmonte em espécie. Devendo os TDAS serem lançados nominativos à expropriada, Maria das Neves Vieira Cabral, CPF:031.535.406-24 , na proporção de 100%, com prazo de resgate de dois a cinco anos, correção monetária pela TR (Taxa Referencial) e juros de 6% ao ano, em consonância com a Medida Provisória n.º 2.183-56/2001.)

Art. 2.º - Aprovar a execução da proposta de acordo homologada em juízo, no bojo da ação de desapropriação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3.º - Autorizar o Superintendente Regional a encaminhar solicitação à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos visando autorizar a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias para o cancelamento dos 14.827 (quatorze mil, oitocentos e vinte e sete) Títulos da Dívida Agrária (TDAs) emitidos originariamente em 01/11/2006, com a consequente emissão de outros nos temos contidos no artigo primeiro, qual seja: lançamento de 17.074 (dezessete mil e setenta e quatro) Títulos da Dívida Agrária (TDA), todos com prazo de resgate de dois a cinco anos, com correção monetária pela TR (taxa referencial) e juros de 6%, ao ano.

Art. 4.º - Autorizar a Superintendente Regional a baixar Portaria para a execução desta Resolução.

Art. 5.º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT
Coordenadora

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 dos mesmos mês e ano e Portaria/INCRA/P/Nº 09, de 15 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial do dia 16 dos mesmos mês e ano; subseqüente pela Instrução Normativa/INCRA/nº 34, de 23 de maio de 2006, pela Instrução Normativa/INCRA/nº 36, de 20 de novembro de 2006 e,

CONSIDERANDO que o Projeto de Assentamento (PA) HO CHI MIM, município de Nova União, foi criado com capacidade de assentamento inicialmente prevista em 42 famílias, conforme Portaria INCRA/SR.06/Nº 120/2005, de 26/10/2005;

CONSIDERANDO os resultados do trabalho realizado posteriormente por Engenheiros Agrônomos desta SR, que identificou as áreas afetadas pelas restrições ambientais de ordem legal, trazidas pela lei 11.428/06 ;

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público Federal (MPF) no dia 21/10/2010, que estipulou, com base no trabalho realizado por Engenheiros Agrônomos desta SR, a averbação de uma área mínima de 25% de Reserva Legal e a destinação de uma área de 5%, contínua à área de Reserva Legal posteriormente averbada, como área de uso restrito a atividades sustentáveis, dependente de autorização do órgão ambiental;

CONSIDERANDO que a Reserva Legal do PA HO CHI MIM encontra-se averbada na matrícula do imóvel (AV-4-12.305, AV-9-344 e AV-5-10196 de 31/01/2011 no CRI de Caeté) com uma área de 197,0188 ha, correspondente a 25,05 % da área do imóvel, obedecendo assim o TAC firmado com o MPF;

CONSIDERANDO que os remanescentes florestais identificados na área do PA HO CHI MIM não se restringem aos 5% especificados no TAC, sendo estes 5% referentes apenas à área contínua à área da Reserva Legal;

CONSIDERANDO que outras porções de remanescente ocorrem e que a sua distribuição se dá de maneira fragmentada, sendo necessário incluir estes fragmentos dentro de 13 parcelas individuais propostas, o que impactou o aproveitamento da área do PA para a proposição da formatação dos lotes;

CONSIDERANDO o anteprojeto de parcelamento elaborado com base no levantamento realizado por Engenheiros Agrônomos desta SR e nas obrigações definidas no TAC;

CONSIDERANDO que o anteprojeto de parcelamento é o instrumento de definição da efetiva capacidade de assentamento dos Projetos de Assentamento;

CONSIDERANDO o parecer técnico às fls. 273 a 274 do processo 54170.003733/2009-10, que esclarece que 13 parcelas do anteprojeto de parcelamento proposto para o PA HO CHI MIM possui áreas de remanescentes florestais, cujo uso dependerá de autorização do órgão ambiental, mediante projeto técnico de manejo, justificando assim o fato destas parcelas apresentarem uma área bruta maior que as demais parcelas, mas apresentando uma área útil que se aproxima das demais;

CONSIDERANDO que o parecer técnico às fls. 273 a 274 do processo 54170.003733/2009-10 esclarece também que, tendo em vista a tradição local e a aptidão agrícola das terras do PA HO CHI MIM, muitos beneficiários tem intenção de continuar e ampliar o plantio de banana, razão pela qual o anteprojeto foi pensado projetando-se esta cultura como a principal atividade econômica das famílias;

CONSIDERANDO que, levando-se em conta os preços praticados atualmente e a respectiva análise dos custos de produção da cultura da banana, além da diversidade de produção típica da agricultura familiar, o parecer técnico às fls. 273 a 274 do processo 54170.003733/2009-10 concluiu pela necessidade de destinação de uma área útil média em torno de 9 ha para sobrevivência de uma família de cinco pessoas no PA HO CHI MIM;

CONSIDERANDO que, assim, baseado em critérios agronômicos econômicos e ambientais, o anteprojeto de parcelamento proposto para o PA HO CHI MIM definiu a capacidade do PA em 37 unidades familiares de produção, com área útil média de 9,8111 ha;

CONSIDERANDO que o módulo fiscal do município de Nova União é de 7,00 ha;

CONSIDERANDO que o MEMO/INCRA/SR.06/D/Nº 400/11, fls. 269 a 272 e o parecer técnico às fls. 273 a 274, do processo 54170.003733/2009-10, foram acolhidos pela Chefia da Divisão de Desenvolvimento que, com base em todas as questões legais, ambientais, agronômicas e econômicas acima destacadas, aprovou no âmbito daquela Divisão o anteprojeto de parcelamento e a redução da capacidade de assentamento do PA Ho Chi Mim nele proposta;

CONSIDERANDO que a Divisão de Desenvolvimento encaminhou o processo 54170.003733/2009-10 ao Comitê de Decisão Regional (CDR) recomendando a aprovação do anteprojeto de parcelamento que define a capacidade de assentamento do PA Ho Chi Mim em 37 famílias;

CONSIDERANDO que o processo 54170.003733/2009-10 foi encaminhado ao Comitê de Decisão Regional (CDR) com base no que dispõe o fluxo objeto do processo 54170.005843/2009-16, aprovado pelo CDR em reunião de nº 03/2010, de 19/04/2010.

CONSIDERANDO que o anteprojeto de parcelamento do PA Ho Chi Mim, propondo a demarcação de 37 lotes familiares, foi, com base em todo o acima exposto, aprovado na reunião do CDR de nº16/2011, de 29/06/2011, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de redução da capacidade de assentamento do PA Ho Chi Mim de 42 para 37 famílias;

Art. 2º - Autorizar o Superintendente Regional a baixar Portaria para execução desta Resolução.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT
Coordenadora do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 dos mesmos mês e ano e Portaria/INCRA/P/Nº 09, de 15 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial do dia 16 dos mesmos mês e ano; subseqüente pela Instrução Normativa/INCRA/nº 34, de 23 de maio de 2006, pela Instrução Normativa/INCRA/nº 36, de 20 de novembro de 2006 e,

CONSIDERANDO que o Projeto de Assentamento (PA) Eldorado dos Carajás, município de Uberlândia, foi criado com capacidade de assentamento inicialmente prevista em 30 famílias, conforme Portaria INCRA/SR.06/Nº 037/2006;

CONSIDERANDO que após sua criação foram realizadas no PA, em maio de 2008 e abril de 2010, vistorias pelo IEF resultando na necessidade de direcionar como área de proteção ambiental, incluindo Reserva Legal e Preservação Permanente, um quantitativo de 282, 38 ha, correspondente a 47, 30% da área medida e demarcada do imóvel;

T

CONSIDERANDO que a delimitação das áreas de reserva legal e de áreas de preservação permanente se deu obedecendo o estabelecido pela legislação ambiental pertinente, em especial a lei federal 4.771/65 e a lei estadual 14.309/02;

CONSIDERANDO que, assim delimitada, a área de Reserva Legal do PA Eldorado dos Carajás encontra-se averbada no Cartório de Registro de Imóveis de Uberlândia;

CONSIDERANDO que foi elaborado por Perito Federal Agrário lotado na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento desta Superintendência o anteprojeto de parcelamento do PA Eldorado dos Carajás e que este anteprojeto de parcelamento obedece a delimitação das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente;

CONSIDERANDO que anteprojeto de parcelamento elaborado propõe a redução da capacidade de assentamento do PA Eldorado dos Carajás para 24 famílias e que tal proposição é resultado da redução da área útil do PA, resultante, por sua vez, de adequações recomendadas pelos órgãos ambientais, tal como acima esclarecido;

CONSIDERANDO que o anteprojeto de parcelamento é o instrumento de definição da efetiva capacidade de assentamento dos Projetos de Assentamento.

CONSIDERANDO que o módulo fiscal do município de Uberlândia é de 20,00 ha;

CONSIDERANDO que a média das parcelas familiares no anteprojeto de parcelamento proposto para o PA Eldorado dos Carajás é de 12,75 ha;

CONSIDERANDO que que consta às fls. 123 a 124 do processo 54170.003737/2009-06 a nota técnica que esclarece que a viabilidade técnica econômica das parcelas assim propostas deve se apoiar em manejos mais intensivos de produção;

CONSIDERANDO que a nota técnica às fls. 123 a 124 do processo 54170.003737/2009-06 foi acolhida pela Divisão de Desenvolvimento uma vez que a viabilidade técnica econômica das parcelas assim propostas fica favorecida pela região de localização do PA, pela sua localização próxima a Uberaba e a Uberlândia, e portanto pelo seu acesso facilitado a atividades de extensão rual e de difusão de tecnologias de produção disponíveis nos centros universitários e de pesquisa existentes nos dois municípios;

CONSIDERANDO que o anteprojeto de parcelamento e a redução da capacidade de assentamento do PA Eldorado dos Carajás para 24 famílias foram aprovados no âmbito da Divisão de Desenvolvimento com base em todas as questões legais, ambientais e econômicas acima destacadas;

CONSIDERANDO que, embora tenham sido homologadas 25 famílias no PA Eldorado dos Carajás, uma família evadiu-se do PA, restando 24 famílias beneficiárias, conforme levantamento da situação ocupacional concluído em 10/06/2011 pelo Serviço de Desenvolvimento, da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento desta Superintendência.

CONSIDERANDO que a Divisão de Desenvolvimento encaminhou o processo 54170.00003737/2009-06 ao Comitê de Decisão Regional (CDR) recomendando a aprovação do anteprojeto de parcelamento que define a capacidade de assentamento do PA Eldorado dos Carajás em 24 famílias.

CONSIDERANDO que o o processo 54170.00003737/2009-06 foi encaminhado ao Comitê de Decisão Regional (CDR) com base no que dispõe o fluxo objeto do processo 54170.005843/2009-16, aprovado pelo CDR em reunião de nº 03/2010, de 19/04/2010;

CONSIDERANDO que o anteprojeto de parcelamento do PA Eldorado dos Carajás, propondo a demarcação de 24 lotes familiares, foi, com base em todo o acima exposto, aprovado na reunião do CDR de nº16/2011, de 29/06/2011, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de redução da capacidade de assentamento do PA Eldorado dos Carajás de 30 para 24 famílias;

Art. 2º - Autorizar o Superintendente Regional a baixar Portaria para execução desta Resolução.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT
Coordenadora

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 10, DE 4 DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições lhe confere pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/ nº 020 de 08 de abril de 2.009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009. mês e ano

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação constitucional e desmembramento ao imóvel denominado "FAZENDA PAPAGAIO ", com área registrada de 2.204,0000ha, (Dois mil duzentos e quatro hectares) e área medida de 1.656,6438 ha,(Um mil seiscentos e cinquenta e seis hectares, sessenta e quatro ares e trinta e oito centiares), localizada no Município de São Mamede, no Estado da Paraíba, declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária pelo Decreto de 3 de março de 2010, cuja imissão de posse se deu em 21 de junho de 2011 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA/SR (18) / PB/N.º 54.320.000470/2011-41, e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado "FAZENDA PAPAGAIO ",com área registrada de 2.204,0000ha, (Dois mil duzentos e quatro hectares) e área medida de 1.656,6438 ha, (Um mil seiscentos e cinquenta e seis hectares, sessenta e quatro ares e trinta e oito centiares), localizada no Município de São Mamede no Estado da Paraíba, que prevê a criação de 23 (vinte e tres) Unidades Agrícolas Familiares,

Art. 2° - Criar o Projeto de Assentamento PA Nossa Senhora Aparecida II, Código SIPRA PB0320000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras - DT

ENILDO DIAS DE MORAIS

PORTARIA Nº 11, DE 4 DE JULHO 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições lhe confere pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/ nº 020 de 08 de abril de 2.009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009. mês e ano

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação constitucional e desmembramento ao imóvel denominado "FAZENDA SÃO VICENTE ", com área registrada de 1.725,0000ha, (Um mil setecentos e vinte e cinco hectares) e área medida de 1.279,8581 ha, (Um mil duzentos e setenta e nove hectares, oitenta e cinco ares e oitenta e um centiares), localizada no Município de Condado, no Estado da Paraíba, declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária pelo Decreto de 22 de de dezembro de 2009, cuja imissão de posse se deu em 16 de junho de 2011 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA/SR (18) / PB/N.º 54.320.000471/2011-95, e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado "FAZENDA SÃO VICENTE",com área registrada de 1.725,0000ha, (Um mil setecentos e vinte e cinco hectares), e área medida de 1.279,8581ha, (Um mil duzentos e setenta e nove hectares, oitenta e cinco ares e oitenta e um centiares), localizada no Município de Condado, no Estado da Paraíba, que prevê a criação de 51 (Cinquenta e uma) Unidades Agrícolas Familiares,

Art. 2° - Criar o Projeto de Assentamento PA NOVA CONQUISTA I Código SIPRA PB0321000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras - DT.

LENILDO DIAS DE MORAIS

PORTARIA Nº 12. DE 4 DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições lhe confere pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/ nº 020 de 08 de abril de 2.009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009. mês e ano

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação constitucional e desmembramento ao imóvel denominado "FAZENDA SACO VELHO ", com área declarada de 535,1641 ha, (Quinhentos e trinta e cinco hectares, dezesseis ares e quarenta e um centiares) e área medida de 535,1641 ha, (Quinhentos e trinta e cinco hectares, dezesseis ares e quarenta e um centiares), localizada no Município de Diamante, no Estado da Paraíba, declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária pelo Decreto de 29 de de maio de 2009, cuja imissão de posse se deu em 21 de junho de 2011 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA/SR (18) / PB/N.º 54.320.000472/2011-30, e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado "FAZENDA SACO VELHO",com área declarada de 535,1641 ha, (Quinhentos e trinta e cinco hectares, dezesseis ares e quarenta e um centiares) e área medida de 535,1641 ha, (Quinhentos e trinta e cinco hectares, dezesseis ares e quarenta e um centiares), localizada no Município de Diamante, no Estado da Paraíba, que prevê a criação de 26 (vinte e seis) Unidades Agrícolas Familiares,

Art. 2° - Criar o Projeto de Assentamento PA JOAQUIM TEOTONIO, Código SIPRA PB0322000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras - DT.

LENILDO DIAS DE MORAIS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PAUTA DA 191ª REUNIÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 12, 13 E 14 DE JULHO DE 2011

12/07/2011
9h às 13h
- Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social: Apreciação de documentos orientadores aos Conselhos de Assistência Social e outros
14h às 18h
- Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social:Apresentação da proposta orçamentária 2012, análise do relatório de execução orçamentária do FNAS e outros
- Reunião da Comissão de Normas: Sistematização e regulamentação das competências do CNAS definidas nos incisos III e IV do art. 18 da LOAS e no inc. III do art. 27 da Lei nº 12.101/2009 e outros
- Reunião da Comissão de Política da Assistência Social: Recursos humanos no âmbito do SUAS e outros.

13/07/2011
09h às 10h
- Eleição e posse da Presidência do CNAS
10h às 12h
- Ato solene sobre o PL SUAS
14h às 14h15
- Aprovação da ata da 190ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta
14h15 às 15h
- Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros
15h às 18h
- Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social
18h às 20h
- Reunião da Presidência Ampliada
14/07/2011
9h às 9h30min
- Apresentação do mídia training pela ASCOM/MDS
9h30 às 10h30min
- Relato dos conselheiros nacionais quanto à participação em quatro conferências municipais de assistência social das capitais
10h30 às 12h
- Relato da Presidência Ampliada
14h às 16h
- Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social
16h às 17h
- Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social
17h às 17h30min
- Relato da Comissão de Normas da Assistência Social
17h30min às 18h
- Relato da Comissão de Política da Assistência Social

CARLOS EDUARDO FERRARI
Presidente do Conselho

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 282, DE 5 DE JULHO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Resolução Conmetro n.º 04, de 16 de dezembro de 1998, que estabelece as Diretrizes para a Emissão de Declaração do Fornecedor e para a Marcação de Produtos, no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro;

Considerando o disposto na Resolução Conmetro nº 05, de 06 de maio de 2008, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento para Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de Programa Coordenado pelo Inmetro;

Considerando o disposto na Portaria Inmetro n.º 491, de 13 de dezembro de 2010, que aprova o procedimento para concessão, manutenção e renovação do Registro de Objeto, resolve:

Art. 1º Conceder Registro aos objetos compulsoriamente avaliados, relacionados em anexo, uma vez que os mesmos atendem aos requisitos técnicos e às regras que regem os programas de avaliação da conformidade implantados pelo Inmetro.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

ANEXO

REGISTROS DE OBJETOS
Registro nº 000078/2011 - concessão
Validade : 02/05/2014
Fornecedor: Giassi Comercio de Ferro e Aço LTDA
CNPJ: 07.715.282/0001-52
Fabricante: Içdas Celik Enerji Tersane Ve Ulasim Sanayi A.S.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Família: CA 50- SÉRIE FINA
Marca/Modelo: ICTR/GFA/CA 50 SÉRIE FINA (6,3 MM; 8,0 MM)
Registro nº: 000079/2011 - concessão
Validade: 08/05/2014
Fornecedor: Poly Exportação e Importação Ltda
CNPJ.: 07.165.224/0001-00
Fabricante: Izmir Demir Çelik Sanayi A.S.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Família: CA-50 Série Fina
Marca/Modelo: POLY 50 IDC 6,3mm e 8,0mm
Registro nº 000080/2011 - concessão
Validade: 08/05/2014
Fornecedor: Poly Exportação e Importação Ltda
CNPJ: 07.165.224/0001-00
Fabricante: Izmir Demir Çelik Sanayi A.S.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Família: CA-50 Série Média
Marca/Modelo: POLY 50 IDC 10,0 mm e 12,5mm
Registro nº 000081/2011 - concessão
Validade: 08/05/2014
Fornecedor: Poly Exportação e Importação Ltda
CNPJ: 07.165.224/0001-00
Fabricante: Izmir Demir Çelik Sanayi A.S.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Família: CA-50 Série Grossa
Marca/Modelo: POLY 50 IDC 16 mm e 20 mm
Registro nº 000082/2011 - concessão
Validade: 02/05/2014
Fornecedor: Giassi Comercio de Ferro e Aço LTDA
CNPJ.: 07.715.282/0001-52
Fabricante: Içdas Celik Enerji Tersane VE Ulasim sanayi A.S.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Família: CA-50 Série Média
Marca/ Modelo: ICTR/GFA/CA 50 SÉRIE MÉDIA (10,0 MM; 12,5 MM)
Registro nº 000083/2011 - concessão
Validade: 03/06/2013
Fornecedor: Waldinei Martins & Cia Ltda
CNPJ.: 05.950.448/0001-90
Objeto: Pneus reformados destinados a caminhões e seus rebocados, ônibus, microonibus, caminhões leves e seus rebocados, veículos comerciais leves e seus rebocados
Família: 011
Registro nº 000084/2011 - concessão
Validade: 03/06/2013
Fornecedor: Waldinei Martins & Cia Ltda
CNPJ.: 05.950.448/0001-90
Objeto: Pneus reformados destinados a caminhões e seus rebocados, ônibus, microonibus, caminhões leves e seus rebocados, veículos comerciais leves e seus rebocados
Família: 010
Registro nº 000085/2011 - concessão
Validade: 02/06/2015
Fornecedor: Mangels Indústria e Comércio Ltda
CNPJ.: 17.958.315/0010-30
Fabricante: Mangels Indústria e Comércio ltda - Brasil
Objeto: Rodas Automotivas
Família: 6,0x15
Marca/ Modelo: FIAT / FA5057 / 517940890 / 4X98
FIAT / FA5059 / 517940920 / 4X98
FIAT / FA5060 / 518088160 / 4X98
FIAT / FA5063 / 100179632 / 4X98
FIAT / FA5064 / 100178668 / 4X98
FIAT / FA5065 / 1001178669 / 4X98
FIAT / FA5067 / 100180864 / 4X98
FIAT / FA5071 / 1001195896 / 4X98
FAT / FA5072 / 1001195898 / 4X98
GM / CH5003 / 93.321.864 / 4X100
GM / CH5008 / 93.368.891 / 4X100
GM / CH5009 / 93.301.009 / 4X100
GM / CH5007 / 93.368.892 / 4X100
GM / CH5012 / 93.340.842 / 4X100
GM / CH5013 / 93.368.938 / 4X100
GM / CH5014 / 94.700.756 / 4X100
GM / CH5015 / 94.712.959 / 4X100
GM / CH5016 / 94.735.585 / 4X100
RENAULT / RE5002 / 8200068550 / 4X100
RENAULT / RE5007 / 403004405R / 4X100
RENAULT / RE5008 / 403003659R / 4X100
RENAULT / RE5011 / A DEFINIR / 4X100
TOYOTA / MT5001 / 42611-02510 / 4X100
TOYOTA / MT5002 / 42611-02660 / 4X100
TOYOTA / MT5003 / 42611-02720 / 4X100
TOYOTA / MT5004 / 42611-02A60 / 4X100
TOYOTA / MT5007 / 42611-OD540 / 4X100
VW / VW 5002 / 377.601.025 Q / 4X100
VW / VW5006 / 5X0.601.025 M77 / 4X100
VW / VW5019 / 5W0.601.025 Z31 / 4X100
VW / VW5021 / 5X0.601.025 B / 4X100
VW / VW5028 / 5W0.601.025 A / 4X100
VW / VW5032 / 5W0.601.025 B / 4X100
VW / VW5036 / 5U7.601.025 Z31 / 4X100
VW / VW5038 / 5U0.601.025 H / 4X100
VW / VW5039 / 5U0.601.025 J / 4X100
FORD / FO5001 / 2N151007C / 4X108
FORD / FO5002 / 8N151007AA / 4X108
PEUGEOT / PE5001 / 9681999080 / 4X108
PEUGEOT / PE5002 / 9682238880 / 4X108
AUDI / AU5001 / 8L0.601.025 B / 5X100
AUDI / AU5003 / 8L0.601.025 AF / 5X100
TOYOTA / MT5006 / PZV42-08010-01 / 5X100
VW / VW5001 / 1J0.601.025 B / 5X100
VW / VW5005 / 6Q0.601.025 L / 5X100
VW / VW5007 / 1J0.601.025 AT / 5X100
VW / VW5008 / 6Q0.601.025 L / 5X100
VW / VW5011 / 1J0.601.025 AA / 5X100
VW / VW5015 / 5Z0.601.025 A / 5X100
VW / VW5018 / 5Z0.601.025 B / 5X100
VW / VW5024 / 6QE.601.025 C / 5X100
VW / VW5026 / 6QE.601.025 B / 5X100
VW / VW5027 / 1JE.601.025 A / 5X100
VW / VW5029 / 5Z0.601.025 M / 5X100

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VW / VW5031 / 5Z0.601.025 L / 5X100
VW / VW5034 / 5Z0.601.025 P / 5X100
VW / VW5035 / 5Z0.601.025 N / 5X100
VW / VW5037 / 5Z0.601.025 AC / 5X100
Registro nº 000086/2011 - concessão
Validade: 03/06/2013
Fornecedor: Waldinei Martins & Cia Ltda
CNPJ.: 05.950.448/0001-90
Objeto: Pneus reformados destinados a caminhões e seus rebocados, ônibus, microonibus, caminhões leves e seus rebocados, veículos comerciais leves e seus rebocados
Família: 001
Registro nº 000087/2011 - concessão
Validade: 03/06/2013
Fornecedor: Waldinei Martins & Cia Ltda
CNPJ.: 05.950.448/0001-90
Objeto: Pneus reformados destinados a caminhões e seus rebocados, ônibus, microonibus, caminhões leves e seus rebocados, veículos comerciais leves e seus rebocados
Família: 004
Registro nº 000088/2011 - concessão
Validade: 03/06/2013
Fornecedor: Waldinei Martins & Cia Ltda
CNPJ.: 05.950.448/0001-90
Objeto: Pneus reformados destinados a caminhões e seus rebocados, ônibus, microonibus, caminhões leves e seus rebocados, veículos comerciais leves e seus rebocados
Família: 007

PORTARIA Nº 283, DE 5 DE JULHO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Resolução Conmetro n.º 04, de 16 de dezembro de 1998, que estabelece as Diretrizes para a Emissão de Declaração do Fornecedor e para a Marcação de Produtos, no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro;

Considerando o disposto na Resolução Conmetro nº 05, de 06 de maio de 2008, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento para Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de Programa Coordenado pelo Inmetro;

Considerando o disposto na Portaria Inmetro n.º 491, de 13 de dezembro de 2010, que aprova o procedimento para concessão, manutenção e renovação do Registro de Objeto, resolve:

Art. 1º Conceder Registro aos objetos compulsoriamente avaliados, relacionados em anexo, uma vez que os mesmos atendem aos requisitos técnicos e às regras que regem os programas de avaliação da conformidade implantados pelo Inmetro.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

ANEXO

REGISTROS DE OBJETOS
Registro nº 000089/2011 - concessão
Validade : 19/03/2013
Fornecedor: Maccaferri do Brasil Ltda
CNPJ: 43.876.960/0001-22
Fabricante: Maccaferri Do Brasil Ltda
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Família: MAC60 Série Fina
Marca/Modelo: MAC60 (diâmetros 3,40mm, 3,80mm e 4,20mm)
Registro nº 000090/2011 - concessão
Validade: 19/03/2013
Fornecedor: Maccaferri do Brasil Ltda
CNPJ: 43.876.960/0001-22
Fabricante: Maccaferri Do Brasil Ltda
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Família: MAC60 Série Grossa
Marca/Modelo: MAC60 (diâmetros 6,40mm, 7,00mm e 8,00mm)
Registro nº 000091/2011 - concessão
Validade: 19/03/2013
Fornecedor: Maccaferri do Brasil Ltda
CNPJ: 43.876.960/0001-22
Fabricante: Maccaferri Do Brasil Ltda
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Família: MAC60 Série Média
Marca/Modelo: MAC60 (diâmetros de 4,60mm, 5,00mm, 5,50mm e 6,00mm)
Registro nº 000092/2011 - concessão
Validade: 08/05/2014
Fornecedor: Metalmecanica Maia LTDA
CNPJ: 01.397.886/0001-11
Fabricante: HABAS ENDUSTRI A.S. DEMIR CELIK TESISLERI
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Família: CA-50 Série Fina
Marca/Modelo: NA 50 H Série Fina (6,3 mm a 8,0 mm)
Registro nº 000093/2011 - concessão
Validade: 08/05/2014
Fornecedor: Metalmecanica Maia LTDA
CNPJ: 01.397.886/0001-11
Fabricante: HABAS ENDUSTRI A.S. DEMIR CELIK TESISLERI
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Família: CA-50 Série Média
Marca/Modelo: NA 50 H Série Média (10,0 mm e 12,5mm
Registro nº 000094/2011 - concessão
Validade: 08/05/2014
Fornecedor: Metalmecanica Maia LTDA
CNPJ: 01.397.886/0001-11
Fabricante: HABAS ENDUSTRI A.S. DEMIR CELIK TESISLERI
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Família: CA 50 Série Grossa
Marca/Modelo: NA 50 H Série Grossa (16,0mm e 20,0mm)

PORTARIA Nº 284, DE 5 DE JULHO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas pelo parágrafo 3º do artigo 4º da Lei n.° 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do artigo 3° da Lei n.° 9.933, de 20 de dezembro de 1999, no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental do Inmetro, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e pela alínea "a" do subitem 4.1 da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.° 11, de 12 de outubro de 1988, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro:

Considerando a entrada em vigor da Lei n.º 12.009, de 29 de julho de 2009, que regulamenta o exercício das atividades de mototaxista;

Considerando a exigência de alguns municípios para a utilização de taxímetros em motocicletas;

Considerando que fatores como incidência de radiação solar, maiores níveis de vibração, contato com água e poeira podem influenciar nas medições realizadas por taxímetros, quando instalados em motocicletas;

Considerando que os fatores supramencionados, entre outros tantos, não estão contemplados no RTM aprovado pela Portaria Inmetro nº 201, de 21 de outubro de 2002;

Considerando que, com o advento da Lei n.º 12.009/2009, uma leitura estrita do campo de aplicação do RTM supramencionado pode sugerir a possibilidade de utilização de taxímetros em motocicletas, pelo fato destas passarem a ser consideradas "veículos de aluguel";

Considerando que à época da elaboração do já citado RTM não era aventada a hipótese de instalação de taxímetros em motocicletas, conforme podemos afirmar pela leitura das definições e exigências constantes dos subitens 2.8, 8.4.1 e 8.5, do referido regulamento;

Considerando que cabe ao Inmetro dirimir as dúvidas suscitadas pela aplicação da legislação metrológica, de acordo com a alínea d do subitem 4.1 da Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro, resolve:

Art. 1º Alterar o subitem 1.1 do Regulamento Técnico Metrológico a que se refere a Portaria Inmetro n.º 201/2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"1.1 O presente regulamento estabelece as condições técnicas e metrológicas essenciais a que devem atender os instrumentos de medição baseados no tempo e na distância, chamados taxímetros, destinados à utilização em automóveis de aluguel." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 193, de 05 de maio de 2003, torna público que, no dia 04/07/2011, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, rio São Francisco, Município de Sento Sé/Bahia, preventiva, abastecimento público.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, alteração, esgotamento sanitário.

FRANCISCO LOPES VIANA

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 197, DE 6 DE JULHO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e os elementos que integram o Processo nº 04982.001600/2011-09, resolve:

Art. 1º Autorizar a Secretaria do Patrimônio da União a transferir a ocupação do terreno de marinha com área de 634,87m², localizado em Sítio Nonno Carolino, Povoado do Curtume, Município de Porto de Pedras, Estado de Alagoas, conforme Escritura Pública de Compra e Venda, Lavrada em 9/5/2011, no Livro nº 135, às fls. 98/v, Serviço Notarial e Registral do Único Ofício daquela Comarca, para o estrangeiro GUIDO MIGLIORINI, italiano, portador do CPF nº 600.483.563-36 e Registro Nacional de Estrangeiro nº V648924-3, Classificação Permanente, com validade até 24/3/2019 e sua esposa MARIELLA FACCI MIGLIORINI, brasileira, portadora do CPF nº 272.762.888-97 e da Carteira de Identidade nº 26.584.757-6 SSP-SP.

Parágrafo Único. Ficam convalidados os atos translativos de ocupação praticados no processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

PORTARIA Nº 198, DE 6 DE JULHO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e os elementos que integram o Processo nº 10380.005487/95-60, resolve:

Art. 1º Autorizar a Secretaria do Patrimônio da União a transferir o domínio útil do terreno de marinha e acrescido com área de 900,00m², localizado na Quadra 26, Lotes 10 e 12, Loteamento Morro Branco, Município de Beberibe, Estado do Ceará, conforme Matrícula nº 2886, R-06/2886, às fls. 02, do 2º Ofício de Registro de Imóvel, do Cartório Gerardo Facundo, daquela Comarca, para o estrangeiro ANTÔNIO JOSÉ VIEGAS SOARES, português, portador do CPF nº 600.902.373-40 e Registro Nacional de Estrangeiro nº V506410-1, classificação Permanente, órgão emissor CGPI/DIREX/DPF e data de expedição de 14/12/2007, com validade até 25/07/2012.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos translativos de propriedade do domínio útil praticados no processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 35, DE 6 DE JULHO DE 2011

Atualiza os valores limites para contratação de serviços de vigilância em substituição aos valores limites publicados pelas Portarias nº 22, de 11 de outubro de 2010, e nº 18, de 9 de setembro de 2010, para as Unidades Federativas do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Pernambuco.

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e no art. 54 da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º Atualizar os limites máximos para a contratação de serviços de vigilância, executados de forma contínua em edifícios públicos e celebrados por órgãos/entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para as Unidades Federativas do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Pernambuco, conforme Anexo I desta Portaria, em substituição aos valores limites publicados pelas Portarias nº 22, de 11 de outubro de 2010, e nº 18, de 9 de setembro de 2010.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria observaram as seguintes escalas de trabalho:

I - Posto de Vigilância - 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

II - Posto de Vigilância - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

III - Posto de Vigilância - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

Art. 2º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para a contratação. Existindo tais condições, estas poderão ser incluídas nos preços das propostas, de modo que o seu valor final poderá ficar superior ao valor limite estabelecido. Entretanto, descontando-se esse adicional, o valor proposto deve estar dentro do valor limite estabelecido, sob pena de desclassificação.

Art. 3º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria não limitam a repactuação de preços que ocorrer durante a vigência contratual, mas apenas os preços decorrentes de nova contratação ou renovação de contrato, tendo em vista que o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal assegura aos contratados o direito de receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

Art.4º Quando da prorrogação contratual, os contratos cujos valores estiverem acima dos limites estabelecidos nesta Portaria deverão ser renegociados para se adequarem aos novos limites, vedando-se a prorrogação de contratos cuja negociação resultar insatisfatória, devendo o órgão proceder a novo certame licitatório.

Art. 5º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra (data do último acordo ou convenção) e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (data do encaminhamento das propostas).

Art. 6º A atualização dos valores limites estabelecidos nesta Portaria é uma prerrogativa discricionária da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que poderá, inclusive, reduzi-los, caso verifique que os atuais valores estão acima do valor de mercado, por qualquer motivo.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria são válidos independentemente da ocorrência de novos acordos dissídios ou convenções coletivas, e enquanto não forem alterados ou revogados por nova Portaria.

Art. 7º A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá disponibilizar no COMPRASNET, para fins de acompanhamento, os preços praticados na prestação destes serviços, onde os órgãos e entidades integrantes do SISG deverão manter o registro atualizado dos contratos firmados.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELFINO NATAL DE SOUZA

ANEXO I

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - PREÇO MENSAL DO POSTO
Limite Máximo para Contratação dos Serviços/2011

UF	Posto 44h/semanais DIURNO	Posto 12x36h DIURNO	Posto 12x36h NOTURNO
AM	R$ 2.470,05	R$ 4.883,96	R$ 6.002,88
MS	R$ 2.400,23	R$ 4.874,41	R$ 5.993,89
PB	R$ 1.995,48	R$ 4.241,32	R$ 5.278,06
PE	R$ 2.517,94	R$ 5.144,22	R$ 6.376,07

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 216, DE 4 DE JULHO DE 2011

SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto Lei 1.561, de 13 de julho de 1997, e de acordo com os autos do processo nº 10480.029381/85-51, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União localizado na Rua Tabaiares, nº 150, Bairro da Madalena, Freguesia de Afogados, no Município de Recife/PE, conhecido como o terreno da extinta fábrica da Fermentaço, com uma área de 8.799,95m², constituída por terreno de marinha, cadastrado sob o RIP nº 2531 0016013-53.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à execução do plano de urbanização do projeto Capibaribe Melhor - Secretaria de Saneamento/PAC, para realizar intervenções de infra-estrutura em áreas de baixa renda da Região Metropolitana de Recife, na Bacia do Rio Capibaribe, beneficiando, diretamente, cerca de 222 famílias residentes no local, com renda mensal de 0 a 5 salários mínimos.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao município de Recife.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULA MARIA MOTTA LARA

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS JUDICIAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO

PORTARIA Nº 36, DE 6 DE JULHO DE 2011

Transferência de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada.

A COORDENADORA-GERAL DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO, DO DEPARTAMENTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS JUDICIAIS DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi outorgada na Portaria/MP nº 370, de 26 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de agosto de 2010, e em face do que consta no Processo nº 04597.000502/2007-11, resolve:

Art.1º Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada a MARIA REGINA BRAGA DE FREITAS ARISTIMUNHA, Companheira do ex-anistiado político GERALDO ANDRÉ DE OLIVEIRA FILHO, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com vigência a partir de 01 de julho de 2011, data da apresentação da documentação comprobatória.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELFINA AUGUSTA ARRAIS DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 37, DE 6 DE JULHO DE 2011

Transferência de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada.

A COORDENADORA-GERAL DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO, DO DEPARTAMENTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS JUDICIAIS DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi outorgada na Portaria/MP nº 370, de 26 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de agosto de 2010, e em face do que consta no Processo nº 04597.007559/2004-91, resolve:

Art.1º Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada a JACIRA FURTADO DE BRITO, Viúva do anistiado político JAIR PINTO DE BRITO, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com vigência a partir de 03 de junho de 2011, data do falecimento do anistiado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELFINA AUGUSTA ARRAIS DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 38, DE 6 DE JULHO DE 2011

Transferência de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada.

A COORDENADORA-GERAL DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO, DO DEPARTAMENTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS JUDICIAIS DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi outorgada na Portaria/MP nº 370, de 26 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de agosto de 2010, e em face do que consta no Processo nº 04597.004825/2004-23, resolve:

Art.1º Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada a MARIA DE ALENCAR SERRA E SEPULVEDA, Viúva do anistiado político OSMAR GONÇALVES SEPULVEDA, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com vigência a partir de 29 de maio de 2011, data do falecimento do anistiado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELFINA AUGUSTA ARRAIS DE AZEVEDO

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE
Em 4 de julho de 2011

Registro Sindical.

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, e na Nota Técnica Nº. 176/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação n° 46000.000080/2011-65 nos termos do art. 10, inciso V, da

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Portaria 186/2008, a impugnação n° 46000.000317/2011-16, nos termos do art. 10, inciso V, da Portaria 186/2008 e a impugnação 46000.000390/2011-80 nos termos do art. 10, inciso VI, da Portaria 186/2008; e CONCEDER o registro sindical à:

Processo:	46211.004541/2010-11
Entidade:	FEDETIA/MG Federação Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Panificação, Confeitarias e Massa Alimentícias do Estado de Minas Gerais.
CNPJ:	11.182.307/0001-77

Representação estatutária: Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de: 01 - Milho, Trigo, Soja e Mandioca 02 - na Indústria do açúcar em geral, 03 - na Indústria do arroz, feijão e aveia, 04 -na Indústria de torrefação, moagem, beneficiamento de café e outros cereais alimentícios, 05 - na Indústria de café solúvel, 06 - na Indústria de refinação de sal, 07 - na Indústria de Panificação e confeitaria, 08 - na Indústria de produto de cacau, balas e gomas de mascar, 09 - na Indústria de mate, 10 - na Indústria de laticínios e seus produtos derivados, 11 - na Indústria de massas alimentícias e biscoitos, 12 - na Indústria de águas minerais, cervejas, refrigerantes, vinhos e bebidas em geral, 13 - na Indústria do azeite e óleos alimentícios, 14 - na Indústria de doces e conservas alimentícias, 15 - na Indústria da carne e seus derivados, 16 - na Indústria do frio, 17 - na Indústria do fumo, 18 - na imunização, tratamento e industrialização frutas, 19 - na Indústria de rações balanceadas e demais alimentação animal, 20 - na Indústria da pesca e beneficiamento em geral, 21 - na Indústria de congelados, supercongelados, sorvetes, concentrados e liofilizados, 22 - na Indústria de abate, frigorífico e preparação de carnes bovinas, suínas, eqüinas, aves peixes e pequenos animais, conservas de carnes e subprodutos, 23 - nas Cooperativas de industrialização e manipulação de produtos alimentícios, com abrangência estadual em Minas Gerais/MG.

Obs: As entidades de grau superior coordenam o somatório das entidades a elas filiadas Entidades fundadoras: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Varginha e Região Sul de Minas, Processo n.º 46234.000002/2006-50 e CNPJ: 19.108.315/0001-85; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Panificação, Confeitaria de Governador Valadares e Região do Leste de Minas Gerais, Processo n.º 46237.000723/2005-59 e CNPJ: 20.844.320/0001-35; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Uberlândia, Processo n.º 46211.000845/2006-14 e CNPJ: 25.634.452/0001-56; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentares de Três Corações, Processo n.º 46000.000715/2005-86 e CNPJ: 07.899.176/0001-76 e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Montes Claros, processo n.º 46000.009782/93-06 e CNPJ: 25.205.949/0001-59.

MARCELO PANELLA

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 24, DE 5 DE JULHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO no uso das atribuições que lhe confere a Portaria SE nº 561, de 27 de maio de 2004, e tendo em vista o disposto no Inciso II, Art. 56º, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, e

Considerando a necessidade de adequar o orçamento aprovado pela Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - LOA/2011 às programações do Ministério do Trabalho e Emprego, resolve:

Art. 1º - Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, as alterações de modalidades de aplicações das Unidades Orçamentárias do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERNANDO DECNOP MARTINS

ANEXO

Unidade Orçamentária: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego
R$ 1,00

Código	Descrição	Fonte	Modalidade	Acréscimo	Redução
11.334.1133.4737. 0001	Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária	100	33.40		5.286.380
			33.30	5.286.380	
TOTAL				5.286.380	5.286.380

Unidade Orçamentária: 38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
R$ 1,00

Código	Descrição	Fonte	Modalidade	Acréscimo	Redução
11.333.0101.4725.0026	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - No estado de Pernambuco - PE	100	3.3.99		2.500.000
			3.3.50	2.500.000	
11.333.0101.4725.0035	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - No Estado de São Paulo - SP	100	3.3.99		1.650.000
			3.3.50	1.650.000	
11.333.0101.4725.0068	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - Cubatão - SP	100	3.3.30		100.000
			3.3.40	100.000	
11.333.0101.4728.0022	Qualificação Social e Profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e Economia Solidária em Base Territorial (PlanTeQs) - Estado do Piauí	100	3.3.99		2.000.000
			3.3.30	2.000.000	
TOTAL				6.250.000	6.250.000

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO AMAZONAS

PORTARIA Nº 45, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO AMAZONAS, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pela Portaria M.T.E. Nº. 714 de 05 de agosto de 1992, e Portaria nº. 02, de 25 de março de 2006, da Secretaria de Relações do Trabalho. resolve:

Art. 1º - Aprovar a homologação da 1ª alteração no Plano de Cargos, Carreira e Salários da ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COESIVO DA AMAZONIA - ADCAM - CNPJ 05.555.099/0001-01, processo 46202.011294/2011-91, para aplicação ao Corpo Docente da Faculdade Tahirih.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALCINO VIEIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO

No despacho do superintendente, de 16 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União, de 22 de junho de 2011, Seção 1, página 111, onde se lê: "Processo 46666.001263/2010-57", leia-se: "Processo 46666.001623/2010-57".

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 6 de julho de 2011

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 13 da Portaria/GM nº. 40, de 14 de janeiro de 2011, decidiu conhecer o recurso face ao Termo de Interdição 350400-110512-01, indeferindo-lhe o pedido de efeito suspensivo, e negando-lhe provimento, mantendo integralmente a interdição:

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
01	46017.004451/2011-07	350400-1105512-01	Centrasa - Centro de Serviços do Aço Ltda	MG

HÉLIDA ALVES GIRÃO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 5 de julho de 2011

Arquivamento.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de alteração estatutária dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo	46312.002751/2009-94
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social no Estado do Mato Grosso do Sul - SINTSS/MS
CNPJ	33.730.250/0001-36
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 528 /2011

Processo	46216.000243/2009-60
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cacoal - RO - STTR
CNPJ	05.706.569/0001-90
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 530 /2011

Arquivamento.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46223.003681/2009-91
Entidade	STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pedro do Rosário, Estado do Maranhão
CNPJ	02.298.742/0001-70
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 526 /2011

Processo	46211.005019/2009-12
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedra Bonita
CNPJ	02.042.500/0001-11
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 527 /2011

Processo	46211.005223/2010-69
Entidade	SINTRALIMP./BH./MG. - Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Limpeza Urbana, Tratamento de Resíduos em Aterros Sanitários, Incineração e Autoclaves, Usina de Triagem, Reciclagem e Compostagem do Lixo de Belo Horizonte/MG.
CNPJ	12.141.274/0001-80
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 529 /2011

Pedido de Alteração Estatutária.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46000.020745/2010-76
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Santa Rosa de Viterbo e Região - SP.
CNPJ	00.631.182/0001-07
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Santa Cruz da Esperança, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria e Tambaú.- SP

Categoria Profissional- Trabalhadores nas indústrias químicas; Farmacêuticas; Preparação de óleos vegetais e animais (sem fins alimentícios); Perfumaria e artigo de toucador; Resinas sintéticas; Sabão e velas; Fabricação de álcool e etanol (sem fins alimentícios); Explosivos; Tintas e vernizes; Fósforos; Adubos e Corretivos agrícolas; Defensivos agrícolas, material plástico (inclusive da produção de laminados plásticos e reciclagem plástica); Matérias primas para inseticidas e fertilizantes; Abrasivos; Álcalis; Petroquímica; Lápis, canetas e material de escritório; Defensivos animais e re-refino de óleos minerais - lubrificantes usados ou contaminados (sem fins alimentícios).

Processo	46212.003667/2007-54
Entidade	Sindicato Rural de Jandaia do Sul.
CNPJ	77.924.389/0001-96
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Bom Sucesso, Jandaia do Sul e Marumbi-PR
Categoria econômica	Econômica Rural do Plano da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

Processo	46000.017956/2005-64
Entidade	Sindicato dos Empregados em Condomínios e Edifícios de Ribeirão Preto - SP
CNPJ	60.248.119/0001-00
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guará, Ipuã, Jardinópolis, Luís Antônio, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pontal, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Rosa de Viterbo, São Joaquim da Barra, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho -SP
Categoria Profissional	Empregados em edifícios e condomínios residenciais, comerciais e mistos

Pedido de Registro Sindical.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46226.003273/2010-42
Entidade	Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Tocantins.
CNPJ	11.413.412/0001-70
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Tocantins
Categoria econômica	das Agências de propaganda e publicidade.

Processo	46211.005919/2010-95
Entidade	Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Lavras - SINDICAT LAVRAS - MG
CNPJ	11.733.636/0001-69
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Lavras, Bom Sucesso, Ibituruna, Ijací, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Ribeirão Vermelho e Santo Antonio do Amparo - MG
Categoria Profissional	Transportadores Autônomos de Carga

Processo	46222.005597/2010-55
Entidade	Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas Próprias do Estado do Pará - SINDCCAPP
CNPJ	12.091.359/0001-09
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Pará
Categoria econômica	dos caminhoneiros autônomos de cargas próprias

Processo	46218.018907/2010-61
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lavras do Sul - SSPMLS
CNPJ	11.118.900/0001-54
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Lavras do Sul - RS
Categoria profissional	Servidores públicos municipais ativos e inativos, dos poderes executivo, inclusive os professores municipais e legislativo, da administração direta e autárquica.

Processo	46269.001833/2010-28
Entidade	SIPROEM - Sindicato dos Professores das Escolas Publicas Municipais de Sorocaba, Porto Feliz,T ietê, São Roque, Ibiuna, Salto, Itu, Araçaraguama, Aluminio, Mairinque, Votorantin, Boituva, Iperó, Araçoiaba da Serra, Capela do Alto, Cesário Lange,Cerquilho e Tatuí
CNPJ	11.889.304/0001-78
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Ibiúna, Iperó, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê e Votorantim. - SP
Categoria profissional	Professores das Escolas Públicas Municipais

Processo	46219.005425/2011-11
Entidade	Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomo de Bens ou Transportadores Autônomo de Cargas de São José do Rio Preto e Região.
CNPJ	13.040.064/0001-68
Abrangência	Intermunicipal

Base Territorial-Adolfo, Altair, Américo de Campos, Bady Bassitt, Cedral, Cosmorama, Guapiaçu, Guaraci, Icém, Jaci, José Bonifácio, Macaubal, Mendonça, Mirassol, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Poloni, Pontes Gestal, Potirendaba, Riolândia, São José do Rio Preto, Sebastianópolis do Sul, Tanabi, Ubarana, Uchoa e União Paulista -SP

Categoria econômica	Transportadores e condutores rodoviários autônomos de bens, transportador autônomos de cargas e passageiros e motoristas profissionais

Processo	46218.018025/2010-03
Entidade	SIMUNCAB - Sindicato dos Municipários de Novo Cabrais
CNPJ	10.317.702/0001-57
Abrangência	Municipal.
Base Territorial	Novo Cabrais -RS
Categoria profissional	Servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo.

Processo	46206.013305/2010-56
Entidade	SINTRAJOIAS - sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de joalherias e Lapidação de Pedras preciosas, Bijuterias, Ourivesarias, Relógios e Profissionais de Assistência Técnica em relojoaria do Distrito Federal
CNPJ	12.219.426/0001-10
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Distrito Federal
Categoria	Trabalhadores nas indústrias de joalheria, lapidação de pedras preciosas, bijuterias, ourivesarias, relógios e profissionais de assistência técnica em relojoaria.

Processo	46293.003028/2010-31
Entidade	Sindicato das Empresas de Tecnologia da Informação do Noroeste do Paraná
CNPJ	12.061.746/0001-94
Abrangência	Intermunicipal

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Base Territorial-Altamira do Paraná, Alto Paraíso, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Amaporã, Ângulo, Araruna, Astorga, Atalaia, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Cianorte, Cidade Gaúcha, Colorado, Corumbataí do Sul, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Douradina, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Esperança Nova, Farol, Fênix, Floraí, Floresta, Flórida, Francisco Alves, Goioerê, Guairaçá, Guaporema, Icaraíma, Iguaraçú, Inajá, Indianópolis, Iporã, Iretama, Itaguajé, Itambé, Itaúna do Sul, Ivaté, Ivatuba, Janiópolis, Japurá, Jardim Olinda, Juranda, Jussara, Loanda, Lobato, Luiziana, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguari, Maria Helena, Marialva, Marilena, Mariluz, Maringá, Mato Rico, Mirador, Moreira Sales, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova Cantú, Nova Esperança, Nova Londrina, Nova Olímpia, Ourizona, Paiçandu, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Peabiru, Perobal, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Quarto Centenário, Querência do Norte, Quinta do Sol, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador, Rondon, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Fé, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Pedro do Paraná, São Tomé, Sarandi, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Tuneiras do Oeste, Ubiratã, Umuarama, Uniflor e Xambrê - PR.

Categoria Econômica-Empresas que prestam serviços de: desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; desenvolvimento de programas de computador customizáveis; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; consultoria em tecnologia da informação; suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; desenvolvimento de banco de dados sob encomenda; criação, configuração de software de banco de dados sob encomenda; desenho de páginas para a internet - web design; desenvolvimento de aplicativo informático sob encomenda; desenvolvimento de projetos e modelagem de banco de dados sob encomenda; fornecimento de documentação de programa de computador desenvolvidos sob encomenda; edição de site; edição de software sob encomenda; edição on line de banco de dados; confecção, criação ou desenvolvimento de páginas e portais de internet; serviços de programação com o uso de linguagens de programação; serviços de programação de sistemas informativos sob encomenda; elaboração de programas de banco de dados sob encomenda; desenvolvimento, produção ou documentação de programas de informática sob encomenda; serviços de tradução de software; serviços de tratamento de dados, de provedores de serviços de aplicação e de serviços de hospedagem na internet; serviços de reparação e manutenção de aparelhos de informática; serviços de assistência técnica em computadores, em equipamentos de informática e em microcomputadores; serviços de manutenção e reparação de caixas eletrônicos e terminais de auto-atendimento de bancos; serviços de manutenção e reparação de equipamentos emissores de cupom fiscal e impressoras; assistência técnica, manutenção e reparação de máquinas copiadoras, xerográficas e fotostáticas; serviços de manutenção e reparação de máquinas de cartão de crédito; e, empresas que prestem serviços de manutenção e reparação especializadas em aparelhos telefônicos, centrais telefônicas, estações telefônicas e equipamentos de comunicação, de radiotelefonia e de radiotelegrafia. Parágrafo Primeiro - Ficam excluídas da representação descrita no caput deste artigo as empresas que prestam serviços de processamento de dados.

Análise de Impugnação.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria nº. 186/08 e Nota Técnica nº 175/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE resolve remeter para procedimentos de autocomposição as seguintes entidades: SINDELIVRE/OESTE-MG - Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Livre do Oeste de Minas Gerais, processo nº 46000.020686/2010-36, CNPJ: 05.868.979/0001-38, o Sindicato dos Cursos Livres de Idiomas do Estado de Minas Gerais-SINDILIVRE-IDIOMAS/MG, impugnação nº. 46000.001018/2011-91, CNPJ: 73.612.525/0001-51, e o Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais - SINEP/MG , impugnação 46000.001033/2011-39, CNPJ: 17.224.742/0001-01, de acordo com o art. 11 e art. 12, inciso I da Portaria 186/2008.

Análise de Impugnação.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria nº. 186/08 e Nota Técnica nº 177/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE resolve arquivar a impugnação n. 46000.022667/2010-44, nos termos do art. 10, incisos III e IX da Portaria 186/2008 e remeter para procedimentos de autocomposição as seguintes entidades: Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Lava - Rápido e Troca de Óleo de Belo Horizonte e Região, processo nº 46211.000463/2010-77, CNPJ: 08.916.230/0001-07, o SINTRALAMAC - Sindicato dos Trabalhadores Lavadores, Guardadores, Manobristas e Operadores de Automóveis Autônomos e em Estacionamentos Particulares e em Lava Jato no Estado de Minas Gerais, impugnação nº. 46000.022640/2010-51, CNPJ: 42.788.109/0001-85, de acordo com o art. 11 e art. 12, inciso I da Portaria 186/2008.

Análise de Impugnação.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria nº. 186/08 e Nota Técnica nº 174/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE resolve remeter para procedimentos de autocomposição as seguintes entidades: Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Bens e Serviços do Vale do Aço - SINDICOMÉRCIO/MG, processo nº 46211.003396/2010-42, CNPJ: 38.517.512/0001-00, e o SESCON/MG - Sindicato das Empresas de Consultoria, Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e Empresas de Serviços Contábeis no Estado de Minas Gerais, impugnação nº. 46000.022033/2010-91, CNPJ: 38.733.101/0001-44, de acordo com o art. 11 e art. 12, inciso I da Portaria 186/2008.

Análise de Impugnação.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria nº. 186/08 e Nota Técnica nº 173/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE resolve remeter para procedimentos de autocomposição as seguintes entidades: SINTRACAR - Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários Caminhoneiros e Carreteiros de Iturama e Região, processo nº 46242.000669/2008-15, CNPJ: 09.144.989/0001-81, e o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Ituiutaba, impugnação nº. 46000.001266/2010-51, CNPJ: 21.245.949/0001-21, de acordo com o art. 11 e art. 12, inciso I da Portaria 186/2008.

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 4 de julho de 2011

Processo nº. 50300.001238/2011-15

Nº 4 - O SUPERINTENDENTE DE PORTOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Agência, e considerando análise dos fatos apurados, consignada no Relatório Final, em decorrência do contido no referido Processo Administrativo Contencioso, instaurado em 15 de março de 2011, conforme Ordem de Serviço nº 000009/2011-SPO, decide:

Pela aplicação de MULTA PECUNIÁRIA, no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), à Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, por infringência ao disposto no inciso I, art. 10, da Resolução 858-ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, tipificada no inciso I, do art. 13, da Resolução nº 858-ANTAQ

Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GIOVANNI CAVALCANTI PAIVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DELIBERAÇÃO Nº 124, DE 6 DE JULHO DE 2011

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 029/11, de 6 de julho de 2011, no que consta do Processo nº 50500.044911/2011-47; e

CONSIDERANDO o dever contratual das Concessionárias, para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de cargas, de zelar pelos bens vinculados à concessão, conforme normas técnicas específicas, mantendo-os em perfeitas condições de funcionamento e conservação, até a sua transferência à concedente ou à nova concessionária, delibera

Art. 1º Estabelecer condições e fixar prazos para regularizar a situação de trechos e ramais ferroviários subutilizados ou sem tráfego de cargas.

Art. 2º No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Deliberação, deverão ser apresentados, pela Concessionária, à ANTT, os respectivos cronogramas físicos para execução de obras de recuperação dos trechos e ramais ferroviários indicados a seguir, de forma a adequá-los para o transporte de cargas, no mínimo nas mesmas condições previstas quando da celebração dos respectivos Contratos de Concessão e de Arrendamento.

I - Trecho: Pradópolis - Barretos; Extensão: 131 km; Concessionária: ALL Malha Paulista;

II - Trecho: Bauru - Tupã; Extensão: 172 km; Concessionária: ALL Malha Paulista;

III - Trecho: Tupã - Adamantina; Extensão: 72 km; Concessionária: ALL Malha Paulista;

IV - Trecho: Adamantina - Panorama; Extensão: 155 km; Concessionária: ALL Malha Paulista;

V - Ramal de Piracicaba; Extensão: 45 km; Concessionária: ALL Malha Paulista;

VI - Trecho: Maringá - Cianorte; Extensão: 92 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

VII - Trecho: Santo Ângelo - Cerro Largo - São Luiz Gonzaga; Extensão: 106 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

VIII - Trecho: Santiago - Dilermando Aguiar; Extensão: 142 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

IX - Trecho: Entroncamento - Livramento; Extensão: 156 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

X - Trecho: Presidente Epitácio - Presidente Prudente; Extensão: 104 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

XI - Trecho: Morretes - Antonina; Extensão: 16 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

XII - Trecho: Cabo - Propriá; Extensão: 549 km; Concessionária: Transnordestina Logística;

XIII - Trecho: Ribeirão Preto - Passagem; Extensão: 63 km; Concessionária: Ferrovia Centro-Atlântica;

XIV - Trecho: São Francisco - Propriá; Extensão: 431 km; Concessionária: Ferrovia Centro-Atlântica;

XV - Trecho: Paripe - Mapele; Extensão: 8 km; Concessionária: Ferrovia Centro-Atlântica;

XVI - Ramal de Ladário; Extensão: 5 km; Concessionária: ALL Malha Oeste;

XVII - Trecho: Santiago - São Borja; Extensão: 160 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

XVIII - Trecho: Varginha - Evangelista de Souza; Extensão: 21 km; Concessionária: ALL Malha Paulista;

XIX - Trecho: Indubrasil - Ponta Porã; Extensão: 304 km; Concessionária: ALL Malha Oeste;

XX - Trecho: Barão de Camargos - Lafaiete Bandeira; Extensão: 334 km; Concessionária: Ferrovia Centro-Atlântica;

XXI - Trecho: Cavaru - Ambaí; Extensão: 143 km; Concessionária: Ferrovia Centro-Atlântica;

XXII - Trecho: Salgueiro - Jorge Lins; Extensão: 595 km; Concessionária: Transnordestina Logística;

XXIII - Trecho: Paula Cavalcante - Macau; Extensão: 479 km; Concessionária: Transnordestina Logística;

XXIV - Trecho: Ambaí - Santo Bento; Extensão: 18 km; Concessionária: Ferrovia Centro-Atlântica;

XXV - Trecho: Marques dos Reis - Jaguariaíva; Extensão: 210 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

XXVI - Trecho: Passo Fundo - Cruz Alta; Extensão: 194 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

XXVII - Trecho: Mafra - Porto União; Extensão: 242 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

XXVIII - Trecho: Porto União - Passo Fundo; Extensão: 173 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

XXIX - Trecho: São Luiz Gonzaga - Santiago; Extensão: 115 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

XXX - Ramal de Cachoeira do Sul; Extensão: 6 km; Concessionária: ALL Malha Sul;

XXXI - Trecho: Biagipólis - Itaú; Extensão: 165 km; Concessionária: Ferrovia Centro-Atlântica;

XXXII - Trecho: General Carneiro - Miguel Burnier; Extensão: 84 km; Concessionária: Ferrovia Centro-Atlântica;

XXXIII - Trecho: Barretos - Colômbia; Extensão: 54 km; Concessionária: ALL Malha Paulista.

Parágrafo único. Para o trecho ferroviário indicado no inciso I, o cronograma físico das obras de recuperação deverá prever a capacitação da via permanente para o transporte de 32,5 t/eixo.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 6 de julho de 2011

Ratifico a dispensa de licitação na forma do disposto no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, para contratação da empresa SOCICAM TERMINAIS RODOVIÁRIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., visando à locação de 18 (dezoito) vagas de garagem para veículos oficiais da URRJ/ANTT, conforme especificações contidas no Projeto Básico constante às fls. 04/06. O valor global da despesa é de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais). Processo nº 50505.001935/2011-61.

BERNARDO FIGUEIREDO

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS

PORTARIAS DE 4 DE JULHO DE 2011

Nº 182 - O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Deliberação nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.042959/2011-11 , resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN a implantar uma travessia subterrânea de esgoto no KM 1+405, Trecho Mafra - Marcelino Ramos em Mafra/SC.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à apresentação por parte da Concessionária, antes do início das obras, dos seguintes documentos:

I. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização por parte da concessionária; e ART do profissional responsável pela execução da obra.

II. A altura mínima entre o boleto inferior dos trilhos e a face superior do tubo camisa deverá ser de 1,80m em atendimento à norma NG-2/RFFSA/82. O projeto, como construído, deverá ser encaminhado à ANTT com o detalhe da alteração determinada.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 500,00 (quinhentos reais), por 17 (dezessete) anos, a serem anual-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

mente reajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice oficial que porventura vier a substituí-lo.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 187 - O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Deliberação nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.044267/2011-15, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN a implantar uma travessia subterrânea de esgoto no KM 2+102 - Trecho Mafra - Marcelino Ramos em Mafra/SC.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à apresentação por parte da Concessionária, antes do início das obras, dos seguintes documentos:

I.Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização por parte da concessionária; e ART do profissional responsável pela execução da obra.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 500,00 (quinhentos reais), por 17 (dezessete) anos, a serem anualmente reajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice oficial que porventura vier a substituí-lo.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU OFUGI

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 82, DE 5 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no que consta do Processo n.º 50505.004806/2010-44, resolve:

Art. 1º Aprovar a atualização do texto do PER - Programa de Exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ e seus acessos, explorada pela CONCER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio.

Art. 2º As ações realizadas no texto consistem em:

I - Atualização das obrigações conforme as alterações realizadas nos processos de revisão do PER e nas modificações dos cronogramas de serviços e obras, aprovadas pelas Resoluções constantes do Anexo I da presente Portaria; e

II - Correções gramaticais moderadas relacionadas a ortografia, concordância e regência possíveis, preservando seu conteúdo.

Art. 3º O texto atualizado do PER consta do Anexo II da presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

ANEXO I

REVISÃO	RESOLUÇÃO	DATA	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
9ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	102	10/10/2002	14/10/2002
10ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	305	19/09/2003	22/09/2003
11ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	699	17/08/2004	19/08/2004
12ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	1.101	30/08/2005	01/09/2005
13ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	1.576	17/08/2006	18/08/2006
14ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	2.268	05/09/2007	06/09/2007
15ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	2.856	18/08/2008	19/08/2008
16ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	3.224	26/08/2009	27/08/2009
17ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP e 1ª Revisão Extraordinária	3.568	25/08/2010	27/08/2010

Conselho Nacional do Ministério Público

RESOLUÇÃO Nº 71, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 130-A, parágrafo 2°, inciso I, da Constituição Federal e com arrimo no artigo 19 de seu Regimento Interno, em conformidade com a decisão Plenária tomada na 9ª Sessão Extraordinária, realizada em 15/06/2011.

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, na forma do artigo 227 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

CONSIDERANDO que o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, sendo utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para a colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade;

CONSIDERANDO que o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa.

CONSIDERANDO que toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta

CONSIDERANDO que a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

CONSIDERANDO que é dever legal do membro do Ministério Público fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais referidas no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando-se os programas de proteção referentes à colocação familiar e acolhimento institucional;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da atribuição conferida ao Ministério Público pelo artigo 95 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO a importância da padronização das fiscalizações realizadas nas entidades de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar promovidas pelo Ministério Público, com vista à atuação integrada da instituição na área da infância e juventude;

CONSIDERANDO a conveniência da unificação dos relatórios de fiscalização de entidades e programas de acolhimento, a fim de criar e alimentar banco de dados deste órgão nacional de controle,

CONSIDERANDO o elevado número de crianças e adolescentes vivendo em entidades de acolhimento institucional em todo país, encontrando-se privados do direito fundamental à convivência familiar e comunitária, em decorrência do enfraquecimento dos vínculos familiares e da ausência de perspectivas de reintegração familiar ou colocação em família substituta.

CONSIDERANDO que os acolhimentos institucional e familiar devem ser inseridos no contexto de uma política pública mais abrangente, de cunho intersetorial, a ser instaurado em âmbito municipal, no sentido da plena efetivação do direito à convivência familiar de todas as crianças e adolescentes.

CONSIDERANDO, por fim, que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria.

Resolve:

Art. 1º. O membro do Ministério Público com atribuição em matéria de infância e juventude não-infracional deve inspecionar pessoalmente, com a periodicidade mínima trimestral, as entidades de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar sob sua responsabilidade, ressalvada a necessidade de comparecimento em período inferior, registrando a sua presença em livro próprio.

§ 1º. Nos Municípios com população superior a 1 milhão de habitantes e inferior a 5 milhões de habitantes, a inspeção poderá ser realizada com a periodicidade mínima quadrimestral e nos municípios com população superior a 5 milhões de habitantes, a inspeção poderá ser realizada com a periodicidade mínima semestral, observados os índices populacionais oficiais divulgados pelo IBGE, ressalvada a necessidade de comparecimento do membro do Ministério Público em período inferior.

§ 2º. Nos Municípios contemplados pelos critérios populacionais especificados no § 1º, o membro do Ministério Público, caso realize a inspeção nos prazos quadrimestral e semestral, deverá adotar as medidas que entender cabíveis a fim de viabilizar a análise da situação sociofamiliar e jurídica de crianças e adolescentes em acolhimento no prazo máximo semestral estabelecido pelo artigo 19, §1º do ECA.

§ 3º. As respectivas unidades do Ministério Público devem disponibilizar, ao menos, 01 (um) assistente social, 01 (um) psicólogo e 01 (um pedagogo) para acompanharem os membros do Ministério Público nas fiscalizações, adotando os mecanismos necessários para a constituição da equipe, inclusive realizando convênios com entidades habilitadas para tanto, devendo ser justificada semestralmente, perante o Conselho Nacional do Ministério Público, a eventual impossibilidade de fazê-lo.

§ 4º. Os profissionais de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia devem prestar assessoria técnica ao membro do Ministério Público na matéria de sua especialidade, com o objetivo de monitorar e avaliar a qualidade do atendimento prestado pelos serviços de acolhimento para o público infanto-juvenil, observando-se, prioritariamente, os seguintes critérios para a solicitação de seus serviços:

I. Situações que demandem assessoria no processo de reordenamento dos serviços de acolhimento;

II. Situações que demandem assessoria no processo de articulação entre os serviços de acolhimento e os responsáveis pela política de atendimento;

III. Situações em que se dá o planejamento da implantação de serviços de acolhimento nos municípios;

IV. Situações que demandem a avaliação dos serviços de acolhimento no contexto da política para a infância e juventude.

§ 5º. As respectivas unidades do Ministério Público também deverão disponibilizar 01 (um) arquiteto e/ou 01 (um) engenheiro, a fim de prestarem assessoramento técnico ao membro do Ministério Público nas fiscalizações nas matérias de sua especialidade, precipuamente no que se refere à análise da estrutura física das entidades de acolhimento e à acessibilidade de pessoas com deficiência.

§ 6º. A impossibilidade de constituição da equipe interdisciplinar acima referida não exime o membro do Ministério Público de realizar as inspeções, na forma do estabelecido no caput deste artigo.

Art. 2º. As condições das entidades de acolhimento institucional e dos programas de acolhimento familiar, verificadas durante as fiscalizações trimestrais, ou realizadas em período inferior, caso necessário, devem ser objeto de relatório, a ser enviado à Corregedoria da respectiva unidade do Ministério Público até o dia 05 (cinco) do mês seguinte, indicando as providências tomadas para a promoção de seu adequado funcionamento, sejam administrativas ou judiciais.

§ 1º. O relatório será elaborado, em meio eletrônico, mediante o preenchimento do formulário que integra a presente Resolução pelo membro do Ministério Público (ANEXO I) e que ficará disponibilizado no sítio do CNMP, aprovado pela Comissão Permanente da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, devendo conter informações sobre:

I.- regularização das entidades de acolhimento institucional e dos programas de acolhimento familiar, com os necessários registros e inscrições perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

II.- adequação das instalações físicas, recursos humanos, número de crianças e adolescentes em acolhimento e programa de atendimento, em conformidade com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), nas orientações técnicas expedidas pelo CONANDA e na normatização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III. - perfil das crianças e adolescentes em acolhimento, periodicidade da visitação recebida, quando se encontrarem em acolhimento institucional, e observância aos seus direitos fundamentais, preconizados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);

IV.- escolarização das crianças e adolescentes em acolhimento, com a matrícula e frequência em instituição de ensino obrigatórias;

V.- acesso das crianças e adolescentes em acolhimento à atendimento nas redes municipais e estadual de saúde;

VI.- participação de crianças e adolescentes em acolhimento na vida comunitária, com a previsão de atividades externas às unidades;

VII.- adoção das medidas administrativas e judiciais pelos membros do Ministério Público para a efetiva garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e adequação das entidades e programas desenvolvidos à legislação vigente;

VIII. - considerações gerais e outros dados reputados relevantes.

§ 2º. A atualização será trimestral, indicando-se somente as alterações, inclusões e exclusões procedidas após a última remessa de dados, especialmente aquelas resultantes de iniciativa implementada pelo membro do Ministério Público.

§ 3º. No mês de março de cada ano, o relatório a ser elaborado deverá ser minucioso sobre as condições das entidades de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar verificados nas fiscalizações trimestrais, ou realizadas em período inferior, caso necessário, conforme formulário a ser aprovado pela Comissão Permanente da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, que integrará esta Resolução, doravante denominado ANEXO II, sem prejuízo da apresentação do relatório de inspeção referente ao mês anterior.

Art. 3º. O membro do Ministério Público na área da infância e da juventude não-infracional deverá requerer, em prazo inferior a cada 06 (seis) meses, vista de todos os procedimentos administrativos existentes no âmbito dos órgãos de execução em que atue e dos processos judiciais referentes a crianças e adolescentes em acolhimento institucional ou familiar, a fim de que seja viabilizada a reavaliação das medidas protetivas aplicadas (artigo 19 do ECA).

§1º - Ao receber vista dos processos judiciais mencionados, o membro do Ministério Público deverá verificar se constam dos autos:

I.- guia de acolhimento expedida pela autoridade judiciária, devendo requerer a imediata juntada do documento, caso não conste dos autos;

II.- Plano Individual de Atendimento (PIA) para cada criança ou adolescente em acolhimento, elaborado sob a responsabilidade de equipe interprofissional ou multidisciplinar da entidade de acolhimento com oitiva dos acolhidos e de seus pais ou responsável legal, contendo, minimamente, a previsão de atividades visando à reintegração familiar ou, caso tal providência não se mostre viável, as providências a serem adotadas para colocação em família substituta.

III.- relatório atualizado, elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar nos últimos 06(seis) meses, sobre a situação de cada criança e adolescente em acolhimento, devendo formular requerimento ao Juízo, caso tal documento não tenha sido elaborado.

IV.- certidão de nascimento da criança ou adolescente.

§ 2º - Visando assegurar que todas as crianças e adolescentes em acolhimento tenham as respectivas medidas protetivas reavaliadas no prazo máximo semestral, independentemente da existência de procedimento ou processo judicial individualizado, o membro do Ministério Público deverá efetuar, em caráter permanente, a verificação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) e dos respectivos cadastros estaduais e municipais, caso existentes, realizando, ainda, diligências junto às entidades de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar em sua área de atuação, com o objetivo de apurar o número exato de crianças e adolescentes em acolhimento.

§ 3º A inexistência de quaisquer dos documentos mencionados no § 1º não exime o membro do Ministério Público de analisar a situação sociofamiliar e jurídica das crianças e adolescentes em acolhimento, a cada 06 (seis) meses, devendo ser adotadas as medidas administrativas e judiciais que se mostrarem necessárias a fim de garantir a expedição e/ou elaboração de tais documentos, que têm caráter obrigatório, em conformidade com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

§4º - Após a análise dos documentos previstos no §1º, em especial do relatório referido no inciso III, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas cabíveis visando à efetiva garantia do direito à convivência familiar das crianças e adolescentes acolhidos, promovendo, prioritariamente, pela reintegração familiar, nos casos em que tal providência se mostrar cabível, ou colocação em família substituta, observando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do relatório, para o ajuizamento de eventual ação de destituição do poder familiar (artigo 101, §10 do ECA).

§5º - Caso o membro do Ministério Público entenda que inexistem elementos suficientes para o ajuizamento de ação de destituição do poder familiar no prazo legal fixado, deverá se manifestar, de forma fundamentada, no processo judicial da criança ou adolescente em acolhimento, especificando, de maneira detalhada, as diligências necessárias para a formação de sua convicção.

Art. 4º - Ao receber, pela primeira vez, vista dos autos judiciais referentes à situação de crianças e adolescentes acolhidos, instruídos com os documentos mencionados no artigo 3º, §1º da presente resolução, sem que haja ação proposta, o membro do Ministério Público deverá verificar se estão presentes os elementos mínimos para o ajuizamento de ação judicial contenciosa em face dos pais ou responsável legal, a fim de garantir o direito ao exercício do contraditório e ampla defesa, após o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, na forma prevista no artigo 101, § 2º do ECA.

Parágrafo único - Em não havendo elementos suficientes a autorizar a aplicação da medida excepcional de acolhimento, o membro do Ministério Público tomará as providências necessárias à promoção da reintegração familiar, sem prejuízo do encaminhamento da família da criança/adolescente para programas e serviços destinados à sua orientação, apoio e acompanhamento posterior do caso e do ajuizamento de outras ações cabíveis.

Art. 5º - Nos casos de crianças e adolescentes em acolhimento institucional sem receberem qualquer visitação por período superior a 02 (dois) meses, ressalvadas as hipóteses em que haja decisão judicial suspendendo tal visitação, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas que entender cabíveis para efetiva garantia do direito à convivência familiar e comunitária dos acolhidos, promovendo, preferencialmente, gestões junto à entidade de acolhimento e aos programas e serviços integrantes da política destinada à efetivação do direito à convivência familiar, no sentido da localização dos pais, apuração das causas da falta de visitação e estímulo à sua realização.

Parágrafo único - Em sendo constatada a falta de interesse dos pais na realização das visitas, poderão ser propostas as ações judiciais cabíveis, observado o disposto no artigo 3º, §5º deste ato.

Art. 6º . Nas hipóteses em que a permanência da criança ou adolescente em entidade de acolhimento exceder o prazo de 02 (dois) anos, por estarem esgotadas todas as possibilidades de reintegração familiar ou, não sendo esta possível, a colocação em família substituta, o membro do Ministério Público deverá adotar todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a garantia à convivência familiar e comunitária do acolhido, dando-se preferência ao seu encaminhamento a programa de acolhimento familiar, na forma prevista no artigo 50, § 11º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§1º - Caso haja adolescente na hipótese supra mencionada, o membro do Ministério Público deverá zelar para que a equipe interprofissional ou multidisciplinar que acompanha o caso esteja adotando as medidas necessárias para o fortalecimento de sua autonomia, a garantia de sua escolarização e profissionalização, nesta última hipótese apenas se tiver idade superior a 14 (quatorze) anos, na forma da lei vigente.

§2º - O membro do Ministério Público também deverá zelar para que a equipe interprofissional ou multidisciplinar que acompanha o caso esteja envidando esforços para a formação de vínculos afetivos para os adolescentes, em programas conhecidos como de "apadrinhamento afetivo", caso existente.

Art. 7º - Tendo em vista a interdisciplinariedade peculiar à atuação na área da infância e juventude, o membro do Ministério Público, se entender conveniente, poderá participar de reuniões realizadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes (Conselhos Municipais de Direitos da Criança, Conselhos Tutelares, gestores municipais das áreas de assistência social, saúde e educação, dirigentes de entidades de acolhimento e respectivas equipes técnicas, responsáveis pelos programas de acolhimento familiar, coordenadores de CRAS e CREAS, dentre outros), a fim de obterem maiores subsídios para a reavaliação semestral das medidas protetivas, na forma prevista no art. 3º da presente resolução, bem como fomentar a implementação de políticas públicas voltadas para a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária.

Art 8º - O membro do Ministério Público, observada a sua atribuição específica, deverá adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis visando à efetiva implementação da política municipal de promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente através da instalação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) no âmbito dos Municípios e dos programas tipificados para o atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e proteção dos direitos infanto-juvenis.

Art. 9º - Em virtude do disposto no artigo 50, §11º do ECA, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis visando à efetiva implementação dos programas de acolhimento familiar no âmbito dos Municípios, em conformidade com a legislação vigente e com a normatização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 10 - Nas hipóteses em que estiverem esgotadas as possibilidades de reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento, sendo recomendável a colocação em família substituta, na modalidade de adoção, o membro do Ministério Público deverá zelar pela criteriosa observância da ordem de convocação dos habilitados existentes no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e no respectivo cadastro estadual, quando existente.

Parágrafo Único - Caso não se verifiquem as hipóteses previstas no artigo 50, §13 do ECA, que possibilitam, em caráter excepcional, a adoção de criança e adolescente por pessoa ou casal não habilitado em cadastro, o membro do Ministério Público deverá adotar as medidas judiciais que entender cabíveis, com fundamento em parecer técnico interdisciplinar.

Art. 11 - Em virtude da vedação legal contida no artigo 153, parágrafo único do ECA, o membro do Ministério Público não deverá ajuizar Procedimentos de Aplicação de Medida Protetiva (PAMPs), Pedidos de Providência (PPs), Procedimentos Verificatórios (PVs) ou quaisquer outros procedimentos de natureza judicialiforme para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em acolhimento, em que não esteja garantido o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa pelos pais ou responsável legal dos acolhidos.

§ 1º - Na hipótese de existirem quaisquer dos procedimentos acima mencionados em trâmite perante os Juízos com competência para a matéria de infância e juventude, o membro do Ministério Público poderá propor as ações judiciais que entender cabíveis, em consonância com a legislação vigente, requerendo a extinção dos procedimentos de natureza judicialiforme, cuja cópia poderá instruir as ações que serão ajuizadas.

§ 2º - Nos casos de procedimentos de natureza judicialiforme em trâmite perante os Juízos com competência para a matéria de infância e juventude versando exclusivamente sobre atribuições inerentes ao Conselho Tutelar, o membro do Ministério Público poderá requerer a extinção de tais procedimentos, com a remessa de cópia integral ao referido órgão municipal, caso ainda se verifique a hipótese de incidência do artigo 98 do ECA, a exigir o acompanhamento do caso.

Art. 12. O membro do Ministério Público deverá, sempre que possível, comparecer às assembleias e reuniões realizadas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito dos Municípios e do Estado, visando acompanhar e fiscalizar a deliberação de políticas públicas.

Art. 13. A Corregedoria da respectiva unidade do Ministério Público encaminhará, também em meio eletrônico, os relatórios mencionados nesta Resolução.

Art. 14. Os Centros de Apoio Operacional na área da infância e da Juventude ou, caso inexistentes, qualquer outro órgão da administração da unidade do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal indicado pela Chefia Institucional, encaminharão ao Conselho Nacional do Ministério Público, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, listagem contendo os nomes de todas as entidades de acolhimento e programas de acolhimento familiar existentes nos Municípios, com a indicação dos órgãos ministeriais com atribuição para exercício da respectiva fiscalização.

Art. 15. A Comissão Permanente da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público remeterá a cada unidade do Ministério Público, no prazo de 90 (noventa) dias, manual de instruções sobre a utilização do sistema informatizado e formulários referidos nos dispositivos anteriores.

Art. 16. A Comissão Permanente da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público apresentará, em plenário, relatório anual referente às fiscalizações referidas no art. 2º desta Resolução, com o objetivo de propor medidas de aprimoramento da atuação do Ministério Público na área.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho

SECRETARIA-GERAL

DESPACHOS DE 4 DE JULHO DE 2011

Processo CNMP nº 0.00.000.000789/2011-60
Requerente: SIM Instituto de Gestão Fiscal
DESPACHO

[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o feito nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se ao instituto requerente.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000730/2011-71
Requerente: Josely Pinto dos Reis
DESPACHO

[…] Desta forma, tendo em vista a falta de providências a serem adotadas por este Conselho Nacional, arquive-se o feito nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000725/2011-69
Requerente: Anônimo
DESPACHO

[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo CNMP nº 0.00.000.000748/2011-73
Requerente: Madalena dos Reis Lago e outros
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o feito nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se aos requerentes.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000793/2011-28
Requerente: Igor Leal
DESPACHO
[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000794/2011-72
Requerente: Anônimo
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a falta de providências a serem adotadas por este Conselho Nacional, arquive-se o feito nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000.847/2011-55
Requerente: Marco de Carvalho Vieira
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Diante do caso relatado, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Estado de Goiás, para conhecimento e adoção de providências cabíveis.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000.849/2011-44
Requerente: Andre Luiz Almenteiro Rodrigues Rabello
DESPACHO
[…] Dessa forma, tendo em vista que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000855/2011-00
Requerente: Cristiano Roberto da Silva
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000856/2011-46
Requerente: Altalano Andrade dos Santos
DESPACHO
[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000857/2011-91
Requerente: Pedro Gomes de Freitas
DESPACHO
[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000858/2011-35
Requerente: Helena Aloma Espindola
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Diante da gravidade do caso relatado, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para conhecimento e adoção de providências cabíveis.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

SESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 857 DATA:01/07/2011 HORA:11:28

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000890/2011-11
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Monte Carmelo/MG
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.000898/2011-87
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Pará
Relator : Bruno Dantas Nascimento
Processo : 0.00.000.000895/2011-43
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Pará
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000891/2011-65
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Brasília/DF
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000899/2011-21
Tipo Proc: Reclamação para preservação da competência e da autoridade das decisões do Conselho - RCA
Origem : Porto Alegre/RS
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior

SESSÃO: 858 DATA:04/07/2011 HORA:15:00

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000902/2011-15
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brasília/DF
Relator : Sérgio Feltrin
Processo : 0.00.000.000904/2011-04
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Sérgio Feltrin
Processo : 0.00.000.000905/2011-41
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Salvador/BA
Relator : Sérgio Feltrin
Processo : 0.00.000.000900/2011-18
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Bahia
Relator : Sandra Lia Simón
Processo : 0.00.000.000901/2011-62
Origem : Petição
Relator : Sérgio Feltrin

SESSÃO: 859 DATA:05/07/2011 HORA:14:15

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000911/2011-06
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Suzano/SP
Relator : Sérgio Feltrin
Processo : 0.00.000.000906/2011-95
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Rio de Janeiro
Relator : Sérgio Feltrin
Processo : 0.00.000.000912/2011-42
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Brasília/DF
Relator : Sérgio Feltrin

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora da Autuação e Distribuição

PLENÁRIO

DECISÕES DE 4 DE JULHO DE 2011

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.000900/2011-18
RELATORA: Conselheira Sandra Lia Simón
REQUERENTE: Cecilia Carvalho Marins Dourado e outros
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia
DECISÃO LIMINAR
(...)Vê-se que, à primeira vista, com a revogação da Resolução nº 07/2003, os únicos regramentos relacionados à remoção por permuta e que devem ser observados pelo Conselho Superior, são os acima transcritos.
Ainda, o fumus boni iuris é inverso, uma vez que deferir medida de urgência pleiteada, neste momento, é retirar a competência do Órgão da Administração Superior de julgar o pedido de remoção.
Face ao exposto, indefiro o pedido de medida liminar, uma vez que ausente um dos seus requisitos autorizadores, qual seja a relevância dos fundamentos jurídicos.
Publique-se edital de notificação de possíveis beneficiários não identificados, nos termos do parágrafo único do art. 110 do RICNMP.
Solicite-se informações ao Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, no prazo de 15 (quinze) dias, solicitando-lhe, ainda, que a decisão a ser proferida pelo e. Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia na data de amanhã, seja encaminhada por fax, a este Gabinete, tão logo seja proferida.
Intimem-se os Requerentes e o Requerido sobre o conteúdo desta decisão.
Publique-se.

SANDRA LIA SIMÓN
Relatora

PROCESSO N.º 0.00.000.000517/2010-89;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
ASSUNTO: VISA APURAR AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO NOS RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO E NAS DECISÕES PROFERIDAS ACERCA DAS CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, A PARTIR DO ANO DE 2005.
REQUERENTE: CONSELHEIRO ALMINO AFONSO FERNANDES - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECISÃO
(..)Em relação ao terceiro relatório, referente ao exercício de 2007, constatou-se o excesso de estagiários no quadro de pessoal do Ministério Público pernambucano, porém, a decisão do Tribunal de Contas aprovou a prestação de contas, com algumas ressalvas, já que tal irregularidade não tinha o condão de macular toda a prestação de contas apresentada, além de não se ter ocasionado qualquer dano ao erário.
Conforme consta nas fls. 01, as contas referentes aos exercícios de 2008 e 2009, ainda não foram julgadas pela Corte de Contas do Estado de Pernambuco.
Ante o exposto, com fulcro no art. 46, X, "b", do RICNMP, determino:
I. o arquivamento do presente feito;
II. a instauração de novo PCA para apuração da regularidade ou não das contas apresentadas nos exercícios faltantes.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional

PROCESSO N.º 0.00.000.001069/2010-31;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
ASSUNTO: Revisão de Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

REQUERENTE: CORREGEDORIA -GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
REQUERIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DECISÃO
(…) O pedido de Revisão Disciplinar, levado a efeito pela Corregedora-Geral do MPDFT, lastreou-se no art. 91, inc. I do Regimento Interno deste Conselho Nacional, que permite que a Revisão Disciplinar seja procedida nas hipóteses em que a decisão guerreada seja contrária ao texto expresso da lei ou à evidência dos autos. Contudo, diante dos termos em que foi proferida a decisão proferida pelo Conselho Superior do MPDFT, o art. 236, X, da Lei Complementar n° 75/93, nem sequer chegou a incidir, de forma que não foi ativada sua consequência jurídica, é dizer, a aplicação da sanção abstratamente prevista.
Dessa forma, tendo o Conselho Superior do MPDFT considerado que o Promotor de Justiça supracitado guardou o necessário decoro pessoal na conduta objeto de sua análise, não foi a decisão em testilha contrária a texto expresso de lei, o que afasta, em concreto, a possibilidade de que o pleito de Revisão de Processo Disciplinar seja conhecido.
Ante o exposto, com fulcro no art. 46, X, "a", do RICNMP, determino o arquivamento do presente feito.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional

DECISÕES DE 5 DE JULHO DE 2011

Processo n° 0.00.000.000854/2011-57
NATUREZA: Procedimento de Controle Administrativo - PCA
RELATORA: Conselheira Taís Schilling Ferraz
INTERESSADO: Fernando Ferreira da Silva
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo
DECISÃO
(...)No presente caso, verifica-se que transcorreu in albis o prazo para o requerente encaminhar o original da petição inicial, cópias dos documentos de identificação e informação quanto ao endereço completo, a fim de instruir o presente procedimento, na forma prevista nos §§ 2º e 3º, do artigo 39, do RICNMP.
Diante do exposto, não conheço do presente Pedido de Providências e determino o arquivamento dos autos, com fulcro no art. 46, inciso X, alínea "a", c/c art. 39, parágrafos 2º e 3º, do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora

PROCESSO N.º 0.00.000.000324/2011-17;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
ASSUNTO: REQUER PROVIDÊNCIAS PARA QUE SEJA EXPEDIDA RESOLUÇÃO, POR ESTE CONSELHO, RECOMENDANDO A INCLUSÃO DA MATÉRIA "ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL" NOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS DE COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO;
REQUERENTE: IZABELLA ALCÂNTARA RIBEIRO
DECISÃO
(...)Dispõe o § 3.º, do art. 39, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, "as petições encaminhadas por meio eletrônico ou por fac-símile deverão ter os originais encaminhados ao Conselho no prazo de cinco dias, sob pena de não serem conhecidas", o que não foi observado pelo Requerente.
Ante o exposto, com fulcro no art. 46, X, "a", do RICNMP, determino o arquivamento do presente feito.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional

PROCESSO N.º 0.00.000.000868/2011-71;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
ASSUNTO: ALEGAÇÃO DE INÉRCIA POR PARTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM RELAÇÃO À DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE MATA-ROMA/MA.
REQUERENTE: RAIMUNDO HENRIQUE MEIRELES
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DECISÃO
(…) Dispõe o § 3.º, do art. 39, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, "as petições encaminhadas por meio eletrônico ou por fac-símile deverão ter os originais encaminhados ao Conselho no prazo de cinco dias, sob pena de não serem conhecidas", o que não foi observado pelo Requerente.
Ante o exposto, com fulcro no art. 46, X, "a", do RICNMP, determino o arquivamento do presente feito.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional

Processo n° 0.00.000.000744/2011-95
NATUREZA: Procedimento de Controle Administrativo - PCA
RELATORA: Conselheira Taís Schilling Ferraz
INTERESSADO: Sonia Rovaris
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia
DECISÃO
(...)No presente caso, verifica-se que transcorreu in albis o prazo para o requerente encaminhar o original da petição inicial, cópias dos documentos de identificação e informação quanto ao endereço completo, a fim de instruir o presente procedimento, na forma prevista nos §§ 2º e 3º, do artigo 39, do RICNMP.
Diante do exposto, não conheço do presente Pedido de Providências e determino o arquivamento dos autos, com fulcro no art. 46, inciso X, alínea "a", c/c art. 39, parágrafos 2º e 3º, do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora

Processo n° 0.00.000.000674/2011-75
NATUREZA: Representação por Inércia ou Excesso de Prazo-RIEP
RELATORA: Conselheira Taís Schilling Ferraz
INTERESSADO: Anatoly Sudsilowsky
REQUERIDO:Ministério Público do Estado da Bahia
(..) No presente caso, verifica-se que transcorreu in albis o prazo para o requerente encaminhar o original da petição inicial, cópias dos documentos de identificação e informação quanto ao endereço completo, a fim de instruir o presente procedimento, na forma prevista nos §§ 2º e 3º, do artigo 39, do RICNMP.
Diante do exposto, não conheço do presente Pedido de Providências e determino o arquivamento dos autos, com fulcro no art. 46, inciso X, alínea "a", c/c art. 39, parágrafos 2º e 3º, do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 29, DE 1º DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º , inciso I e 6º , inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º , e na Resolução nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º ;
Resolve:
CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio-ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;
INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL nº 1.34.006.000214/2011-53 com o objetivo de investigar o regular funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, especialmente no que tange à qualidade e continuidade da alimentação fornecida a crianças e adolescentes.
Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:
1) Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;
2) Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2006 - CSMPF;
3) Afixe-se no local de costume;
4) Oficie-se ao Conselho de Nutricionistas, solicitando vistoria;

MATHEUS BARALDI MAGNANI

PORTARIA Nº 33, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Instaura inquérito civil público com o objetivo de apurar eventuais irregularidades na nomeação do senhor Daniel Delani para o cargo de docente vinculado ao departamento de educação física da Universidade Federal de Rondônia - área de saúde e ambiente, para o campus de Porto Velho (edital n. 020/2010).

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, titular da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, no uso de suas competências constitucionais e legais e
CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos nos termos do art. 11, da Lei Complementar nº 75/93 e dos arts. 127 e 129, III, da CF/88;
CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição relativos às ações e aos serviços de educação (art. 5º , inciso V, alínea 'a', Lei Complementar nº 75/1993);
CONSIDERANDO que à Administração Pública, direta ou indireta, de qualquer dos Poderes da União cabe a obediência irrestrita aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Art. 37, "caput", da CF/88);
CONSIDERANDO as atribuições relativas aos procedimentos da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) nos termos da Resolução n.º 1 do X Encontro Nacional de Procuradores do Cidadão: "Violação por ação ou omissão, pelos poderes e serviços referidos no art. 39, Lei Complementar 75/93, a direitos constitucionais da pessoa humana, não atribuídos a outras câmaras, tais como: saúde, educação, igualdade, previdência, liberdade, dignidade, assistência social, integridade física e psíquica, direito de petição, acessibilidade, acesso à Justiça, direito à informação e livre expressão, prestação de serviços públicos, reforma agrária"
CONSIDERANDO as declarações prestadas pela senhora Cintia Bárbara Paganotto Rodrigues, constantes no termo n. 43/2011, relatando o que seria, em tese, um ato administrativo ilegal praticado pela reitoria da Universidade Federal de Rondônia consistente na nomeação do senhor Daniel Delani no cargo de docente vinculado ao departamento de educação física, no campus de Porto Velho. Aduz ainda que o "denunciado" havia concorrido às vagas destinadas ao cargo de professor na área de gestão ambiental, vinculada ao curso de biologia, para o campus de Guajará-Mirim.
CONSIDERANDO que o candidato Daniel Delani não logrou êxito no certame pois o cargo que almejava só contava com uma vaga para aquele campus e o referido foi o terceiro colocado. Sendo assim, a declarante afirma que o reitor criou uma vaga não prevista no edital para nomear o mencionado candidato.
CONSIDERANDO o caráter de Instituição Federal de Ensino Superior da UNIR, o qual atrai as atribuições a este Ministério Público Federal;
Resolve
Instaurar inquérito civil público com o objetivo de apurar eventuais irregularidades na nomeação do senhor Daniel Delani para o cargo de docente vinculado ao departamento de Educação Física da Universidade Federal de Rondônia - área de saúde e ambiente, para o campus de Porto Velho (edital n. 020/2010);
Preliminarmente:
1. Imprima-se o caráter RESERVADO ao presente feito. Proceda-se às devidas marcações nos autos e no sistema Único;
2. oficie-se à Universidade Federal de Rondônia solicitando esclarecimentos sobre os pontos aventados nas declarações prestadas pela senhora Cintia Bárbara Paganotto Rodrigues;
3. Dê-se ciência à procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF n. 87, de 3 de agosto de 2006;
Com as respostas, voltem os autos conclusos.

ERCIAS RODRIGUES DE SOUSA

PORTARIA Nº 34, DE 27 DE JUNHO DE 2010

Instaura inquérito civil público destinado a acompanhar a construção de unidade prisional em Porto Velho, com capacidade para acomodar 470 presos.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, e
CONSIDERANDO ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
CONSIDERANDO caber ao Ministério Público o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, podendo, para tanto, se valer da instauração do inquérito civil público e da ação civil pública (art. 129, II e III, da CF);
CONSIDERANDO o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil;
CONSIDERANDO as constantes notícias de violações a direitos humanos no interior do sistema penitenciário do Estado de Rondônia;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO a grave situação hoje enfrentada pelo sistema carcerário do Estado de Rondônia, decorrente da superlotação do Presídio "Urso Panda";

CONSIDERANDO o Contrato de Repasse n. 279.129-27/2008/MJ/CAIXA, firmado entre a Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia e o Departamento Penitenciário Nacional objetivando a construção de presídio com capacidade para acomodar 470 detentos em Porto Velho;

CONSIDERANDO ser atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, conforme diretriz consolidada na Resolução n. 18 do XII Encontro Nacional das Procuradoras e Procuradores dos Direitos do Cidadão, acompanhar os projetos de construção de presídios feitos pelos Estados com recursos federais para que cumpram as normas da LEP, e as condições de cumprimento de pena de presos federais, inclusive em presídios estaduais.

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar a situação fática descrita na presente Portaria de Instauração.

DETERMINA que a secretaria da PRDC registre, autue esta Portaria e efetive o seguinte:

1. Oficie-se à SEJUS, requisitando, no prazo de 10 (dez) dias, a documentação a seguir relacionada, referente ao Contrato de Repasse nº 279.129-27 celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Governo do Estado de Rondônia, objetivando a construção de penitenciária em Porto Velho:

a Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Empreendimento;

b Licenças ambientais prévia e de instalação;

c Projetos(s) Básico(s) da obra a ser executada;

d Certificado de Aprovação do Projeto de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia;

e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de elaboração do projeto básico;

f Ato de Aprovação do(s) Projetos(s) Básico(s);

g Atas da Comissão de Licitação e pareceres jurídicos que fundamentaram as dispensas de licitação;

h Contratos firmados entre o Governo do Estado de Rondônia e a empresa executora;

i Desenhos Técnicos (Plantas) do objeto a ser executado, em formato .dwf.

J Orçamento de referência, em formato .xls, elaborado pela Administração para cada uma das dispensas de licitação, com identificação dos itens da planilha orçamentária com os códigos de referência de produtos e serviços constantes na tabela SINAPI de preços;

j.1 Nos casos de pesquisa direta para a obtenção dos preços de referência, indicar, para cada preço, a comprovação das empresas/estabelecimentos consultados.

k Memória de cálculo explicativa que quantifique e justifique todos os quantitativos de serviços previstos no orçamento;

l Composições dos preços unitários de todos os serviços previstos no orçamento, inclusive o detalhamento do BDI e do percentual de encargos sociais;

m Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável pela elaboração do orçamento de referência da Administração;

n Cronograma físico-financeiro inicial demonstrando, para cada mês, o percentual a ser executado e o respectivo valor financeiro despendido;

o Memorial descritivo do objeto projetado;

p Especificações Técnicas;

q Orçamento e cronograma físico-financeiro, elaborados pela empresa referentes a cada um dos contratos firmados com a empresa executora;

r Ordem de Início dos Serviços referentes a cada um dos contratos firmados com a empresa executora;

s Alvará de Construção emitido pela Prefeitura Municipal de Porto Velho referentes a cada um dos contratos firmados com a empresa executora;

t Certificado de matrícula junto ao INSS referente à cada um dos contratos firmados com a empresa executora;

u Nome, cargo, CPF e portaria de designação do(s) fiscal(is) e substituto(s) pelo acompanhamento e fiscalização da obra. Em caso de alterações de fiscais/substitutos, encaminhar a referida documentação para todos os substituídos;

v Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de fiscalização do(s) engenheiro(s) fiscal(is). Em caso de alterações de fiscais, encaminhar a ART para todos os substituídos;

w Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do engenheiro responsável pela execução da obra.

x Boletins de medição dos serviços, acompanhados das planilhas eletrônicas, em formato .xls, com as memórias de cálculo de cada medição efetuada;

y Notas Fiscais atestadas;

z Ordens Bancárias de pagamento.

Em caso de indisponibilidade ou inexistência dos referidos documentos e informações, a autoridade responsável pelas informações deverá registrar tal fato por escrito, no mesmo prazo estabelecido, com as devidas razões de justificativas.

A documentação solicitada deve ser disponibilizada mediante cópias, com exceção dos desenhos técnicos (plantas) do objeto a ser executado, que devem ser apresentados em arquivos eletrônicos no formato .dwf e do orçamento de referência e das planilhas com as memórias de cálculo de cada medição efetuada que devem ser apresentadas em arquivos eletrônicos no formato .xls.

No que tange ao remanescente da obra, apresentar os seguintes elementos:

a Orçamento com o quantitativo de serviços a serem executados para a conclusão da obra e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável pela elaboração das planilhas orçamentárias do remanescente da obra, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos do art. 127 da Lei nº 12.309/2010;

b Estrutura Analítica do Projeto (EAP) abrangendo todos os serviços previstos no orçamento;

c Duração de todos os serviços previstos no orçamento, consolidados em uma planilha única, denominada Quadro Duração-Recursos (QDR), com os cálculos de duração e quantidade de recursos (equipes de trabalho) necessários para a realização da obra na duração arbitrada;

d Quadro de Sequenciação estabelecendo as relações de interdependência entre todos os serviços previstos no orçamento, ou seja, a sequência de serviços na ordem em que ocorrem e que tipo de dependência existe entre eles;

e Diagrama de Rede representando graficamente todos os serviços previstos no orçamento;

f Memória do Cálculo da duração total da obra pelo Método do Caminho Crítico e a identificação do caminho crítico no Diagrama de Rede;

g Cronograma Integrado Gantt/PER-CPM (com a representação das folgas) materializando graficamente o resultado dos cálculos efetuados segundo o PERT/CPM;

h Histograma de mão de obra, materiais e equipamentos;

i Cronograma de desembolso (físico-financeiro);

j Aprovação Técnica devidamente fundamentada efetuada pela Caixa Econômica Federal - CEF de que a execução do remanescente da obra, segundo o cronograma reprogramado, é tecnicamente viável e exequível dentro do prazo máximo e improrrogável de 180 dias.

2. Oficie-se à Caixa Econômica Federal, requisitando, no prazo de 10 (dez) dias, a disponibilização da documentação a seguir relacionada, referente ao Contrato de Repasse nº 279.129-27 celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Governo do Estado de Rondônia, objetivando a construção de penitenciária em Porto Velho:

a Contrato de Repasse e eventuais termos aditivos firmados;

b Plano de Trabalho;

c Ficha(s) de Verificação Preliminar.

d Laudo de Análise Técnica de Engenharia - LAE aprovado;

e Ficha de Verificação de Resultado do Processo Licitatório - VRPL aprovado;

f Todos os Relatórios de Acompanhamento do Empreendimento - RAE;

g A versão do normativo AE 099 - CAIXA que foi utilizado como diretriz na realização das análises, em arquivos eletrônicos no formato .pdf.

h Tabelas SINAPI (sintética e analítica) referente ao mês de referência do projeto, em arquivos eletrônicos no formato .pdf.

3. Ciência à PRDC;

Com as respostas ou com o decurso do prazo, retornem conclusos os autos.

ERCIAS RODRIGUES DE SOUSA

PORTARIA Nº 37, DE 24 DE JUNHO DE 2011

Instaura inquérito civil público com objetivo de apurar eventuais irregularidades no estágio supervisionado de direito no âmbito da Justiça federal de Rondônia.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e institucionais, e

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CR/88);

Considerando que à Administração Pública, direta ou indireta, de qualquer dos Poderes da União, cabe a obediência irrestrita aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, todos de aplicação inconteste na prestação de serviço públicos;

Considerando as informações constantes no termo de declarações prestadas por Lidiane Teles Shockness, datado em 19 de maio do presente ano, dando conta do que seriam, em tese, irregularidades nas atividades inerentes ao estágio supervisionado desempenhadas pelos acadêmicos de direito na turma recursal da justiça federal, em Porto Velho - Rondônia.

Considerando ainda que a referida declarante relata que o desempenho das atividades não estaria em consonância com a lei de estágio e que o senhor Márcio Martins Gomes de Souza, diretor do Núcleo de Apoio da Turma Recursal, responsável também pela supervisão de estágio no setor, a constrangeu com comentários inapropriados, aos gritos e perante todos os presentes no setor.

Considerando o disposto no artigo 15 da lei 11.788 de 2008 - lei de estágio, indicando que a manutenção de estagiários em desconformidade com a referida lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Considerando que a função do estágio é possibilitar aos aprendizes o conhecimento prático das funções profissionais, propiciando aos estudantes um contato empírico com as matérias teóricas que lhes são passadas em sala de aula. Tratando-se do entendimento, hoje consolidado pelos educadores, de que a teoria, sem a prática é incompleta, prejudicando o acesso imediato ao mercado de trabalho.

Considerando que, conforme o art. 116 da Lei 8.112/90, inciso XI, o servidor público deve manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

Considerando o caráter da Justiça Federal, o qual atrai a atribuição deste Ministério Público Federal;

Resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO objetivando apurar eventuais irregularidades no estágio supervisionado de direito no âmbito da Justiça federal de Rondônia.

II - OFICIE-SE ao Excelentíssimo senhor diretor da Turma Recursal da Justiça Federal de Rondônia, para ciência e encaminhamentos que julgar adequados, comunicando as providências a esta Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão para alimentação deste feito.

III - Ciência à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF nº 87, de 03 de agosto de 2006.

Após, retornem conclusos.

ERCIAS RODRIGUES DE SOUSA

PORTARIA Nº 40, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Instaura inquérito civil público com o objetivo de acompanhar a higidez do processo seletivo - Vestibular 2012, da Universidade Federal de Rondônia - UNIR."

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e institucionais, e

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CR/88);

Considerando os mandamentos constitucionais relativos à educação, caracterizando direito fundamental inerente à dignidade da pessoa humana;

Considerando a incumbência deste Ministério Público visando garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, tomando as medidas que reputar necessárias (Art. 2º da Lei Complementar nº 75/93);

Considerando que, embora consagrada na Constituição Federal a autonomia das Universidades, urge que os atos administrativos ali praticados sejam balizados pela estrita legalidade, além de atender à razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins; Considerando que à Administração Pública, direta ou indireta, de qualquer dos Poderes da União cabe a obediência irrestrita aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Art. 37, "caput", da CF/88);

Considerando as atribuições relativas aos procedimentos da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) nos termos da Resolução n.º 1 do X Encontro Nacional de Procuradores do Cidadão: "Violação por ação ou omissão, pelos poderes e serviços referidos no art. 39, Lei Complementar 75/93, a direitos constitucionais da pessoa humana, não atribuídos a outras câmaras, tais como: saúde, educação, igualdade, previdência, liberdade, dignidade, assistência social, integridade física e psíquica, direito de petição, acessibilidade, acesso à Justiça, direito à informação e livre expressão, prestação de serviços públicos, reforma agrária"

Considerando as informações que chegaram a esta Procuradoria da República dando conta de possíveis irregularidades referentes às obras literárias que serão abordadas no Vestibular 2012 da Universidade Federal de Rondônia divulgada pela Comissão Permanente de Processo Seletivo de discente - CPPSD, no dia 06 de junho do corrente ano;

Resolve:

I - Instaurar Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, com o objetivo de acompanhar a higidez do processo seletivo - Vestibular 2012, da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.;

II - Imprima-se o andamento PRIORITÁRIO dos autos. Proceda-se às devidas marcações nos autos e no sistema Único;

III - Oficie-se à Universidade Federal de Rondônia comunicando a instauração do presente inquérito. Solicite-se, com o prazo de 10 (dez) dias esclarecimentos sobre os critérios adotados pela Instituição Federal de Ensino Superior para a adoção das obras de literatura regional, especialmente no que tange à escolha das obras "Mata Virgem Terra Prostituta" e "Migração - Múltiplos Olhares", ambas de autoria e organização do reitor da autarquia federal.

IV - Ciência à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF nº 87, de 03 de agosto de 2006.

Com o decurso do prazo, reitere-se o ofício. Com a resposta, voltem conclusos.

ERCIAS RODRIGUES DE SOUSA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA N° 41, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público com o objetivo de averiguar a ocorrência de atentado a Direitos Fundamentais de camponeses acampados na área popularmente conhecida como "Acampamento Canaã II", situado na RO 01, km 86, sentido Ariquemes/RO, no município de Machadinho D´Oeste."

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, no desempenho de suas funções institucionais, e

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos nos termos do art. 11, da Lei Complementar nº 75/93 e dos arts. 127 e 129, III, da CF/88;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, conforme o inciso II do art. 129 da CF/88;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público o zelo pela observância dos princípios constitucionais fundamentais (artigo 5º , da Lei Complementar nº 75/1993), cabendo ao Ministério Público Federal a defesa dos Direitos Fundamentais previstos na Carta Magna, bem assim dos constantes de Tratados Internacionais de que o País é signatário;

CONSIDERANDO as atribuições relativas aos procedimentos da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) nos termos da Resolução n.º 1 do X Encontro Nacional de Procuradores do Cidadão: "Violação por ação ou omissão, pelos poderes e serviços referidos no art. 39, Lei Complementar 75/93, a direitos constitucionais da pessoa humana, não atribuídos a outras câmaras, tais como: saúde, educação, igualdade, previdência, liberdade, dignidade, assistência social, integridade física e psíquica, direito de petição, acessibilidade, acesso à Justiça, direito à informação e livre expressão, prestação de serviços públicos, reforma agrária"

CONSIDERANDO a notícia constante no e-mail encaminhado a esta Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão pela Promotoria de Justiça de Machadinho D'Oeste dando conta de que, no dia 13/06/2011, o Batalhão Ambiental expulsou um grupo de camponeses acampados na área popularmente conhecida como "Acampamento Canaã II" situado na RO 01, km 86, sentido Ariquemes/RO, no município de Machadinho D´Oeste, tendo supostamente praticado destruição dos barracos, desalojando os acampados, efetuando disparos de arma de fogo;

CONSIDERANDO ainda a notícia da existência de atos de negligência e exploração sexual por parte de acampados contra crianças e adolescentes que ali convivem, bem como utilização destas como "escudo humano" durante a desocupação realizada pela polícia ambiental, no dia 13/06/2011, expondo-as a grandes riscos.

CONSIDERANDO que, apesar de a área ser objeto de disputa fundiária entre os proprietários e os camponeses lá acampados (Cautelar Inominada 0012555-35.2010.4.01.0000/TRF 1ª Região), as circunstâncias enfrentadas pela famílias acampadas podem, em tese, configurar atentados a direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, tais como liberdade, dignidade da Pessoa Humana;

CONSIDERANDO a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144, CF);

CONSIDERANDO que uma das causas da violência no campo são os meios empregados no cumprimento dos mandados de manutenção e reintegração envolvendo ações coletivas pela posse de terra rural, bem como mandados de busca e apreensão, em razão da falta de obediência dos cuidados mínimos no que se refere aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas.

CONSIDERANDO, enfim, a imperiosa necessidade de que o Ministério Público Federal acompanhe de perto as medidas que serão adotadas pelo poder público para conter todos os incidentes e garantir que os direitos das pessoas não serão violados.

Resolve

Instaurar inquérito civil público com o objetivo de averiguar a ocorrência de atentado a Direitos Fundamentais de camponeses acampados na área popularmente conhecida como "Acampamento Canaã II", situado na RO 01, km 86, sentido Ariquemes/RO, no município de Machadinho D´Oeste.

Preliminarmente:

1. promova a autuação, publicação e os registros necessários;

2. Oficie-se:

2.1 ao Comandante do Batalhão Ambiental da Polícia Militar no Estado de Rondônia comunicando a instauração do presente inquérito civil público e solicitando informações acerca da atuação do batalhão ambiental na desocupação dos camponeses acampados no "Acampamento Canaã II" em ação levada a efeito no dia 13 de junho do corrente ano.

2.2 ao Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça de Machadinho D'Oeste e ao coordenador do Acampamento Canaã II comunicando a instauração do presente inquérito civil público.

2.3 ao Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário da Presidência da República, solicitando informações sobre eventuais violações de direitos fundamentais dos camponeses acampados na área mencionada;

2.4 ao Superintendente do INCRA no Estado de Rondônia, solicitando informações acerca da ação cível em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, correspondente à área mencionada.

3. Dê-se ciência à procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF n. 87, de 3 de agosto de 2006;

Decorrido o prazo assinalado, voltem os autos conclusos.

ERCIAS RODRIGUES DE SOUSA

PORTARIA Nº 68, DE 1° DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento do Sra. Kelly Gonçalves da Silva Mesquita Silveira, noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.33.001.000254/2011-82, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º , VI, e 7º , §2º , I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 170, DE 17 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os elementos probatórios já carreados ao Procedimento Preparatório nº 1.32.000.000338/2008-68, cujo objeto principal é a fiscalização da aplicação do percentual mínimo do FUNDEB no ensino fundamental pelos Municípios do Estado de Roraima;

b) considerando que foi oficiado ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima, requisitando-se informações sobre a constatação de irregularidades na aplicação do percentual constitucional relativo aos recursos provenientes do FUNDEB por parte do Estado de Roraima e seus Municípios, desde a implantação do Fundo até o presente (fls. 54);

c) considerando as informações prestadas em 23/12/2009 pelo TCE/RR, no sentido de que os processos de prestação de contas e tomada de contas especial relativos ao FUNDEB, atinentes aos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 ainda estavam em tramitação;

d) considerando que expirou o prazo para a tramitação do mencionado Procedimento Preparatório sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a propositura de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

e) considerando a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º , § 4º , da Resolução CSMPF nº 87/2006, e artigo 2º , § 7º , da Resolução CNMP nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, cadastrando-o com o seguinte resumo:

PRDC. EDUCAÇÃO. OBJETO: Fiscalizar a aplicação do percentual mínimo dos recursos oriundos do FUNDEB na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, conforme preceitua o artigo 60, caput, do ADCT.

REQUERENTE: Ministério Público Federal

REQUERIDOS: Municípios do Estado de Roraima

2. Nomeio os servidores lotados neste Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. Fixo as seguintes diligências iniciais:

3.1 Oficie-se ao TCE/RR, REQUISITANDO-SE, no prazo de 30 dias (LC 75/93, art. 8º , § 5º), que informe se foi constatada alguma irregularidade na aplicação do percentual mínimo dos recursos oriundos do FUNDEB na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, conforme preceitua o artigo 60, caput, do ADCT, por parte do Estado de Roraima e de seus Municípios, desde a implantação do Fundo até a presente data. Em caso positivo, deve ser encaminhado a este órgão o relatório pertinente.

4. Registre-se em livro próprio a presente e autue-se, com as anotações de praxe.

5. Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, através do envio do arquivo da presente pelo e-mail pfdc005@pgr.mpf.gov.br, bem como da inclusão na base de dados da PFDC.

6. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º , inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º , inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007).

DANIELA CASELANI SITTA

PORTARIA Nº 196, DE 24 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a vida, a saúde, a educação, a liberdade e o trabalho;

Considerando que a educação e a moradia - assim como os demais interesses sociais, culturais e econômicos - configuram direitos fundamentais de segunda dimensão (ou geração), caracterizados por engendrar a prerrogativa de cobrança pelo cidadão de prestações positivas do Estado;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando ser a Universidade Federal de Mato Grosso pessoa jurídica de direito público interno (fundação autárquica federal);

Considerando que os serviços prestados pela Universidade Federal de Mato Grosso são de extrema relevância para o desenvolvimento pleno da população mato-grossense, em homenagem aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Considerando que a omissão na efetivação das políticas públicas impostas pela Constituição Federal configura fundamento para a atuação reparadora do Ministério Público e do Poder Judiciário, com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas;

Considerando as supostas irregularidades na prestação do serviço educacional pela UFMT, em especial no acesso à estrutura universitária da Casa do Estudante Universitário (CEU);

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Resolve converter as Peças de Informação nº 1.20.000.001954/2010-71 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar o regular acesso de discentes na Casa do Estudante Universitário da UFMT", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº 75/93, determino que sejam requisitadas informações da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 206, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a vida, a saúde, a educação, a liberdade e o trabalho;

Considerando que a educação - assim como os demais direitos sociais, culturais e econômicos - configura direito fundamental de segunda dimensão (ou geração), caracterizados por engendrar a prerrogativa de cobrança pelo cidadão de prestações positivas do Estado;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando ser a Universidade Federal de Mato Grosso pessoa jurídica de direito público interno (fundação autárquica federal);

Considerando que os serviços prestados pela Universidade Federal de Mato Grosso são de extrema relevância para o desenvolvimento pleno da população mato-grossense, em homenagem aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Considerando que a omissão na efetivação das políticas públicas impostas pela Constituição Federal configura fundamento para a atuação reparadora do Ministério Público e do Poder Judiciário, com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas;

Considerando a obrigação de observância por toda a Administração Pública, Direta e Indireta, dos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, previstos nos incisos LIV e LV do artigo 5º da Constituição Federal, que asseguram a prévia realização de procedimento administrativo, cercado por todos os meios legais de defesa, para a restrição de direitos, tal como o jubilamento dos discentes;

Considerando, ainda, que o caput do artigo 2º da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, dispõe que "a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência";

Considerando o prejuízo para a educação, para os cidadãos e para o desenvolvimento da população mato-grossense pela suposta conduta da UFMT;

Considerando a necessidade de outras diligências, permitindo uma atuação ministerial que defenda adequadamente os interesses indisponíveis e ainda não esgotada a via extrajudicial;

Resolve converter as Peças de Informação nº 1.20.000.000621/2010-25 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a observância do devido processo legal nos casos de desvinculação de discentes por jubilamento na Universidade Federal de Mato Grosso", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº 75/93, determino que sejam requisitadas informações da Universidade Federal de Mato Grosso, como já consignado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 207, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a vida, a saúde, a educação, a liberdade e o trabalho;

Considerando que a educação - assim como os demais direitos sociais, culturais e econômicos - configura direito fundamental de segunda dimensão (ou geração), caracterizado por engendrar a prerrogativa de cobrança pelo cidadão de prestações positivas do Estado;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando ser a Universidade Federal de Mato Grosso pessoa jurídica de direito público interno (fundação autárquica federal);

Considerando que os serviços prestados pela Universidade Federal de Mato Grosso são de extrema relevância para o desenvolvimento pleno da população mato-grossense, em homenagem aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Considerando que a omissão na efetivação das políticas públicas impostas pela Constituição Federal configura fundamento para a atuação reparadora do Ministério Público e do Poder Judiciário, com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas;

Considerando os indícios de irregularidade na prestação do serviço educacional, sobretudo na existência de professores suficientes para atendar a demanda dos alunos do curso de Letras/Inglês da UFMT;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Resolve converter as Peças de Informação nº 1.20.000.000716/2011-20 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a regular prestação de serviço de educação pela UFMT em seu curso de Letras/Inglês", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº 75/93, determino que sejam requisitadas informações da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 216, DE 29 DE JUNHO DE 2011

INSTAURA INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N° 1.29.000.002084/2010-22

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III e VI, da CF; artigos 6°, inciso VII, alíneas "a", "c" e "d", 7°, inciso I, 8º , incisos I, II, IV, V, VII e VIII, da Lei Complementar n° 75/93; Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (artigo 129, inciso II, da CF; e artigo 5º , inciso V, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que a saúde, direito indisponível de cunho social, é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário aos serviços e ações para sua promoção, proteção e recuperação (artigo 6º c/c 196, ambos da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que compete à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA proceder ao registro dos medicamentos genéricos, o que faz com base na Resolução n° 16/2007 - Regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos;

CONSIDERANDO que a ANVISA, por meio do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS e do Sistema Nacional de Notificação para a Vigilância Sanitária - NOTIVISA, identifica reações adversas, queixas técnicas e efeitos não desejados dos produtos sob vigilância sanitária, no intuito de regular os produtos comercializados no País e, de forma geral, promover a proteção à Saúde Pública;

CONSIDERANDO a representação lavrada nesta Procuradoria da República noticiando a possível ineficácia do medicamento genérico Carbamazepina, fabricado pelo laboratório Medley, no tratamento de paciente epiléptico, DETERMINO:

A instauração do Inquérito Civil Público n. 1.29.000.002084/2010-22, tendo por objeto apurar a suposta ineficácia do medicamento genérico Carbamazepina fabricado pelo laboratório Medley.

Adote-se as seguintes medidas investigatórias:

1. Oficie-se à Associação Brasileira de Epilepsia com sede em São Paulo e à Liga Brasileira de Epilepsia (fl. 43), com cópia da representação, solicitando que informem se existem outros casos noticiados de ineficácia do medicamento genérico Carbamazepina fabricado pelo laboratório Medley ou por outros laboratórios, em comparação com o medicamento referência, neste caso, o Tegretol, no tratamento de pacientes epilépticos;

2. Reitere-se o ofício n. 1056/2011;

3. Oficie-se novamente à ANVISA, considerando que o item "c" do ofício 8080/2010 não foi respondido;

4. Agende-se reunião com a Dra. Clarissa Papaleo, da Kinder - Centro de Integração da Criança Especial.

Remeta-se cópia desta Portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para fins de conhecimento e publicação.

Inclua-se o presente procedimento no banco de dados da PFDC.

SUZETE BRAGAGNOLO

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 228, DE 4 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º , VII, b, e art. 7º , inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.29.000.001073/2011-14, tendo por objeto "acompanhar o cumprimento das recomendações expedidas pelo MPF, no sentido de que nenhuma alteração indevida seja efetuada na APP, localizada em Xangri-lá/RS (coordenadas UTM 22J Lat591786, Long6699626 DATUM Córrego Alegre) - Paradouro Pacific Residence Club".

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se, via correio eletrônico, esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º , VI, e 7º , § 2º , I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

CRISTIANNA DUTRA BRUNELLI NÁCUL

PORTARIA Nº 247, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na forma do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, de acordo com o disposto no artigo 129, inciso III, da Carta Magna;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 7º , inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

Considerando o art. 225 da Constituição Federal, que dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, sendo incumbência do Poder Público sua salvaguarda;

CONSIDERANDO a notícia de insuficiência de Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) e Centros de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) para atender a demanda de destinação de animais apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente pela população;

CONSIDERANDO a notícia de que somente a Polícia Ambiental apreende cerca de 30.000 (trinta mil) animais por ano, sendo que a capacidade dos Centros de Triagem provisórios é de receber de 12.000 (doze) mil a 13.000 (treze) mil animais;

CONSIDERANDO que conforme informações fornecidas pelo próprio Ibama, a situação atual é de certa retração ao combate ao tráfico de animais por conta da ausência de locais para receber os animais;

CONSIDERANDO a informação de que foi assinado acordo de cooperação técnica entre o IBAMA e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, referente a gestão compartilhada da fauna no Estado de São Paulo;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º , inciso VII, alínea "b" e 7º , inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para resguardar, promover, proteger, bem como para apurar eventuais danos causados ao meio ambiente em razão da insuficiência da quantidade de CETAS e CRAS para atender a demanda de destinação de animais silvestres apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente pela população.

Determino, ainda, que seja oficiado: i) o Ibama em São Paulo, requisitando cópia do acordo de cooperação firmado com a Secretaria de Verde e Meio Ambiente e seu respectivo termo aditivo, informando a data de vigência e a repartição de atribuições entre os dois órgãos; ii) ofício à Polícia Militar Ambiental, solicitando informações sobre o quantitativo total de animais silvestres apreendidos na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo, nos anos de 2010 e 2011 (parcial), bem como sobre os locais para onde foram encaminhados; iii) a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, solicitando que informe o quantitativo total de animais apreendidos na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo, nos anos de 2010 e 2011 (parcial), sobre a capacidade da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para receber e tratar desses animais, bem como se recebe animais provenientes somente das unidades de conservação.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º , VI, e 7º , § 2º , I e II, da Resolução nº . 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ADRIANA DA SILVA FERNANDES

PORTARIA Nº 251, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na forma do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, de acordo com o disposto no artigo 129, inciso III, da Carta Magna;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 7º , inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

Considerando o art. 225 da Constituição Federal, que dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, sendo incumbência do Poder Público sua salvaguarda;

CONSIDERANDO que notícia jornalística veiculada em 03 de setembro de 2010 no jornal O Estado de São Paulo afirma a possibilidade de existência de sítios arqueológicos, bem como cinco imóveis nos quais o IPHAN tem interesse, em local a ser impactado pela Operação Urbana Água Branca;

CONSIDERANDO a necessidade de diligenciar no sentido de resguardar os imóveis tombados ou em processo de tombamento pelo IPHAN, bem como sítios arqueológicos, em decorrência de seu relevante interesse histórico e arqueológico;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º , inciso VII, alínea "b" e 7º , inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para resguardar, promover, proteger, bem como para apurar eventuais danos causados ao patrimônio histórico e arqueológico em razão da possível existência de sítios arqueológicos, bem como cinco imóveis nos quais o IPHAN tem interesse, em região a ser atingida pela Operação Urbana Água Branca.

Determino, ainda, que seja oficiado: i) o IPHAN, reiterando os termos do ofício nº . 13366/2011-GABPR1-ASF; ii) a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, solicitando cópia digital do EIA-RIMA elaborada pela Walm Engenharia Ambiental, informações sobre o licenciamento, incluindo todas as autorizações concedidas, bem como informações sobre a análise das medidas mitigadoras (atenuantes) compensatórias; iii) a CETESB, solicitando que informe de houve consulta a este órgão e outras informações sobre o licenciamento.

ADRIANA DA SILVA FERNANDES

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 6, DE 19 DE JANEIRO DE 2011

Procedimento Administrativo n°: 1.13.000.000274/2004-27. Assunto: Comunidade Indígena. Síntese: "Possível invasão de terras indígenas localizadas na aldeia São João no município de Tapauá/AM" Representante: Adenor da Silva Quinto. Representado: Benzinho e França. Grupo de distribuição: Direitos das populações indígenas e das minorias. Grupo temático: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Data prevista para finalização: /01/ 2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º , III, alínea "e", art. 6º , VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88.

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade em prosseguir na apuração da denúncia, objeto do presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento é a suposta invasão de terras indígenas, bem como a informação constante nos autos da posterior homologação da demarcação administrativa da T.I. Apurinã do Igarapé São João (fl. 40), impende oficiar-se à FUNAI para que informe se foram reassentados os ocupantes não índios localizados na área demarcada, conforme dispõe o art. 4º do Decreto 1775/1996, em especial os denunciados no presente procedimento administrativo;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o procedimento administrativo n. 1.13.000.000274/2004-27, mantendo-se o seu objeto.

Como providências iniciais, DETERMINA-SE, por ora, o seguinte:

I - O envio dos expedientes correlatos à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A expedição de ofício à Divisão de Assuntos Fundiários da FUNAI, para que informe se os ocupantes não índios localizados na área da T.I. Apurinã do Igarapé São João foram reassentados, conforme dispõe o art. 4º do Decreto 1775/1996, em especial os denunciados no presente procedimento administrativo, devendo ser encaminhado em anexo as informações prestadas pelos denunciados (fls. 7 e 18).

V - A fixação do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

VI - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 52, DE 17 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo n°: 1.13.000.002137/2009-31. Assunto: Nepotismo. Controle social da saúde indígena. Síntese: "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Manaus - acompanhar o acatamento da recomendação nº 25/2009" Representante: MPF. Representado: Fundação Poceti e outros. Procurador: 5º Ofício Cível. Data prevista para finalização: /06/ 2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º , III, alínea "e", art. 6º , VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §6º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, o " O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável";

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §7º da Resolução n. 23/2007 do CNMP, "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil";

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 4º , I a VI, §1º e §2º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO a existências de diligências a serem realizadas para apurar o objeto do presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que a Recomendação 25/2009 reporta-se à Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, que veda o nepotismo, referindo-se a cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;

CONSIDERANDO que sobreveio àquela recomendação o Decreto 7.203/2010, que "dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal", prevendo:

Art. 7º . Os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

CONSIDERANDO que há denúncias de que Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento Básico e Ambiental possuem relação de parentesco com membros do CONDISI e da administração do DSEI da área (Manaus);

CONSIDERANDO, por fim, sem desconsiderar as peculiaridades do subsistema de atendimento à saúde indígena a eventualmente imporem determinadas flexibilizações, que inexistem fatos a justificarem maior mitigação dos princípios da moralidade, impessoalidade e do regramento do Decreto 7.203/2010;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o presente procedimento administrativo, complementando-se seu objeto para "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Manaus - acompanhar o acatamento da recomendação nº 25/2009".

Como providências iniciais, DETERMINA-SE, por ora, o seguinte:

I - O envio dos expedientes correlatos à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A expedição de ofício à Fundação Poceti, a fim de que encaminhe planilha pormenorizada dos funcionários contratados para atuação em todo o DSEI - MAO, devendo constar na lista, obrigatoriamente, nome, CPF, cargo e área de atuação, bem como recolha de seus funcionários e encaminhe ao Ministério Público Federal declarações assinadas por todos nos seguintes moldes:

"Declaro, para os devidos fins, não ser cônjuge, nem possuir parentesco, por consanguinidade ou por afinidade, até o 3º grau, com membros do CONDISI ou da Chefia do DSEI Manaus, como também não possuir outro vínculo empregatício incompatível com horário e lotação."

ou

"Declaro, para os devidos fins, não possuir outro vínculo empregatício incompatível com horário e lotação. Declaro, ainda, ser cônjuge ou possuir parentesco, por consanguinidade ou por afinidade, até o 3º grau, com membro do CONDISI, a saber, Por fim, estou ciente de que a permanência de meu cônjuge ou parente, na condição de conselheiro distrital, após a próxima reunião do CONDISI, implicará o término de minha contratação."

V - A expedição de ofício ao DSEI - MAO, a fim de que encaminhe a lista de conselheiros do CONDISI, com nome, CPF e os respectivos atos de nomeação, bem como lista contendo nome, CPF e cargo de todos os servidores do DSEI.

VI - Após, diante da lista de funcionários da Fundação Poceti, dos conselheiros do CONDISI e de servidores do DSEI, encaminhem-se cópia das listas à ASSPA, para realização das seguintes pesquisas: a) se há vínculo de parentesco entre quaisquer dos listados; b) se há registro do exercício de outro emprego por parte dos listados contratados da Fundação Poceti; e c) se há registro do exercício de cargo em qualquer prefeitura municipal por parte dos conselheiros distritais.

VIII - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

IX - A fixação do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 53, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo n°: 1.13.000.000923/2009-02. Assunto: Terra indígena. Meio Ambiente. Síntese: "Invasão de barcos pesqueiros na Terra Indígena Ayapuá, contígua à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu Purus". Representante: MPF. Representado: IPAAM e SDS-AM. Procurador: 5º Ofício Cível. Data prevista para finalização: /06/ 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º , III, alínea "e", art. 6º , VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONFERÊNCIA PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §6º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, o " O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável";

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §7º da Resolução n. 23/2007 do CNMP, "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil";

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 4º , I a VI, §1º e §2º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO o teor das resposta do IBAMA e da FUNAI às fls. 12 a 30, respectivamente;

CONSIDERANDO a existências de diligências a serem realizadas para apurar o objeto do presente procedimento administrativo;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o presente procedimento administrativo, com idêntico objeto, retificando-se o tópico "Representado" da etiqueta de identificação do Procedimento de "IPAAM e SDS-AM" para "FUNAI e outros".

Como providências iniciais, DETERMINA-SE, por ora, o seguinte:

I - O envio dos expedientes correlatos à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A expedição de ofício ao IBAMA, para que preste informações atualizadas acerca do processo fiscalizatório da área envolvida, apresentados as medidas preventivas e repressivas, adotadas e a serem adotadas no caso.

V - A expedição de ofício à Coordenação Regional da FUNAI de Manaus, para que preste informações atualizadas acerca da ação de reintegração de posse mencionada no relatório técnico, anexo ao ofício FISMA/SFU/AER/MAO/Nº 014/09, bem como informe as medidas preventivas e repressivas, adotadas e a serem adotadas, na proteção da terra indígena lago Ayapuá.

VI - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

VII - A fixação do prazo de 10 (dez) úteis para resposta.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 54, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo n°: 1.13.000.002138/2009-86. Assunto: Nepotismo. Controle social da saúde indígena. Síntese: "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Parintins - acompanhar o acatamento da recomendação nº 26/2009". Representante: MPF. Representado: Fundação Poceti e outro. Procurador: 5º Ofício Cível. Data prevista para finalização: /06/ 2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º , III, alínea "e", art. 6º , VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §6º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, o " O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável";

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §7º da Resolução n. 23/2007 do CNMP, "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil";

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 4º , I a VI, §1º e §2º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO a existências de diligências a serem realizadas para apurar o objeto do presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que a Recomendação 26/2009 reporta-se à Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, que veda o nepotismo, referindo-se a cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;

CONSIDERANDO que sobreveio àquela recomendação o Decreto 7.203/2010, que "dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal", prevendo:

Art. 7º . Os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

CONSIDERANDO que a Fundação Poceti informou que "agora, no momento das admissões profissionais eles fazem uma declaração de próprio punho, informando que não tem outro vínculo ou tem algum grau de parentesco com membros da FUNASA ou CONDISI";

CONSIDERANDO que a lista de funcionários encaminhada pela Fundação Poceti está desatualizada;

CONSIDERANDO que as prefeituras não apresentaram lista de funcionários contratados para atenção à saúde indígena;

CONSIDERANDO, por fim, sem olvidar as peculiaridades do subsistema de atendimento à saúde indígena a imporem determinadas flexibilizações, que inexistem fatos que justifiquem maior mitigação dos princípios da moralidade, impessoalidade e do regramento do Decreto 7.203/2010;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o presente procedimento administrativo, ampliando-se o objeto para "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Parintins - acompanhar o acatamento da recomendação nº 26/2009".

Como providências iniciais, DETERMINA-SE, por ora, o seguinte:

I - O envio dos expedientes correlatos à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A expedição de ofício à Fundação Poceti, a fim de que encaminhe planilha pormenorizada dos funcionários contratados para atuação em todo o DSEI - PARINTINS, devendo constar na lista, obrigatoriamente, nome, CPF, cargo e jornada de trabalho, bem como que encaminhe as declarações firmadas pelos contratados de que não tem outro vínculo ou algum grau de parentesco com membros da FUNASA ou CONDISI;

V - A expedição de ofício ao DSEI - Parintins, a fim de que encaminhe lista contendo o nome, CPF e ato de nomeação dos conselheiros distritais, bem como lista contendo nome, CPF e cargo dos servidores do DSEI.

VI - A expedição de ofício aos municípios de Barreirinha, Maués, Nhamundá, Parintins e Urucará, para que encaminhem lista contendo nome, CPF, cargo e jornada de trabalho dos funcionários contratados para atuação na área da saúde indígena.

VII - Após, encaminhem-se as listas dos funcionários da Fundação Poceti e das prefeituras à ASSPA, para pesquisa nos bancos de dados disponíveis a fim de constatar se as pessoas listadas apresentam outro vínculo de emprego.

VIII - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

IX - A fixação do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 55, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo n°: 1.13.000.002161/2009-71. Assunto: Nepotismo. Controle social da saúde indígena. Síntese: "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Alto Purus - acompanhar o acatamento da recomendação nº 29/2009". Representante: MPF. Representado: FUNASA e outro. Procurador: 5º Ofício Cível. Data prevista para finalização: /06/ 2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º , III, alínea "e", art. 6º , VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §6º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, o " O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável";

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §7º da Resolução n. 23/2007 do CNMP, "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil";

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 4º , I a VI, §1º e §2º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO a existências de diligências a serem realizadas para apurar o objeto do presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que a Recomendação 29/2009 reporta-se à Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, que veda o nepotismo, referindo-se a cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;

CONSIDERANDO que sobreveio àquela recomendação o Decreto 7.203/2010, que "dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal", prevendo:

Art. 7º . Os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

CONSIDERANDO que há denúncias de funcionários contratados pelas Prefeituras Municipais para atendimento à saúde indígena nos DSEIS do Estado do Amazonas que são parentes de conselheiros distritais e de autoridades em saúde da área do DSEI, traduzindo verdadeiro nepotismo e comprometendo o controle social.

CONSIDERANDO, por fim, sem olvidar as peculiaridades do subsistema de atendimento à saúde indígena a imporem determinadas flexibilizações, que inexistem fatos que justifiquem maior mitigação dos princípios da moralidade, impessoalidade e do regramento do Decreto 7.203/2010;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o presente procedimento administrativo, ampliando-se seu objeto para "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Alto Purus - acompanhar o acatamento da recomendação nº 29/2009"..

Como providências iniciais, DETERMINA-SE, por ora, o seguinte:

I - O envio dos expedientes correlatos à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A expedição de ofício às Prefeituras Municipais de BOCA DO ACRE e PAUINÍ, para que encaminhem lista completa de todos os funcionários contratados para atenção à saúde indígena, contendo nome, CPF, cargo e jornada de trabalho, bem como para que encaminhem declarações firmadas pelos funcionários nos seguintes moldes:

"Declaro, para os devidos fins, não ser cônjuge, nem possuir parentesco, por consanguinidade ou por afinidade, até o 3º grau, com membros do CONDISI ou da Chefia do DSEI, como também não possuir outro vínculo empregatício incompatível com horário e lotação."

ou

"Declaro, para os devidos fins, não possuir outro vínculo empregatício incompatível com horário e lotação. Declaro, ainda, ser cônjuge ou possuir parentesco, por consanguinidade ou por afinidade, até o 3º grau, com membro do CONDISI, a saber, Por fim, estou ciente de que a permanência de meu cônjuge ou parente na condição de conselheiro distrital, após a próxima reunião do CONDISI, implicará o término de minha contratação."

V - A expedição de ofício ao DSEI Alto Purus, a fim de que encaminhe lista contendo nome, CPF e o respectivo ato de nomeação dos conselheiros distritais, bem como lista contendo nome, CPF e cargo dos servidores do DSEI.

VI - Após, encaminhem-se as listas com os nomes dos funcionários contratados pelas prefeituras para atenção à saúde indígena à ASSPA, para que realize pesquisa nos bancos de dados disponíveis a fim de constatar se os nomes listados possuem outros vínculos empregatícios.

VII - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

VIII - A fixação do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 56, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo n°: 1.13.000.002162/2009-15. Assunto: Nepotismo. Controle social da saúde indígena. Síntese: "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Porto Velho, município de Humaitá/AM - acompanhar o acatamento da recomendação nº 30/2009". Representante: MPF. Representado: FUNASA e outro. Procurador: 5º Ofício Cível. Data prevista para finalização: /06/ 2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º , III, alínea "e", art. 6º , VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §6º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, o " O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável";

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §7º da Resolução n. 23/2007 do CNMP, "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil";

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 4º , I a VI, §1º e §2º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO a existências de diligências a serem realizadas para apurar o objeto do presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que a Recomendação 30/2009 reporta-se à Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, que veda o nepotismo, referindo-se a cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;

CONSIDERANDO que sobreveio àquela recomendação o Decreto 7.203/2010, que "dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal", prevendo:

Art. 7º . Os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

CONSIDERANDO que há denúncias de funcionários contratados pelas Prefeituras Municipais para atendimento à saúde indígena nos DSEIS do Estado do Amazonas que são parentes de conselheiros distritais e de autoridades em saúde da área do DSEI, traduzindo verdadeiro nepotismo e comprometendo o controle social

CONSIDERANDO, por fim, sem olvidar as peculiaridades do subsistema de atendimento à saúde indígena a imporem determinadas flexibilizações, que inexistem fatos que justifiquem maior mitigação dos princípios da moralidade, impessoalidade e do regramento do Decreto 7.203/2010;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o presente procedimento administrativo, ampliando-se seu objeto para "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Porto Velho, município de Humaitá/AM - acompanhar o acatamento da recomendação nº 30/2009".

Como providências iniciais, DETERMINA-SE, por ora, o seguinte:

I - O envio dos expedientes correlatos à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A expedição de ofício à Prefeitura Municipal de HUMAITÁ/AM, para que encaminhe lista completa de todos os funcionários contratados para atenção à saúde indígena, contendo nome, CPF, cargo e jornada de trabalho, bem como para que encaminhe declarações firmadas pelos funcionários nos seguintes moldes:

"Declaro, para os devidos fins, não ser cônjuge, nem possuir parentesco, por consanguinidade ou por afinidade, até o 3º grau, com membros do CONDISI ou da Chefia do DSEI, como também não possuir outro vínculo empregatício incompatível com horário e lotação."

ou

"Declaro, para os devidos fins, não possuir outro vínculo empregatício incompatível com horário e lotação. Declaro, ainda, ser cônjuge ou possuir parentesco, por consanguinidade ou por afinidade, até o 3º grau, com membro do CONDISI, a saber, Por fim, estou ciente de que a permanência de meu cônjuge ou parente na condição de conselheiro distrital, após a próxima reunião do CONDISI, implicará o término de minha contratação."

V - A expedição de ofício ao DSEI Porto Velho/RO, a fim de que encaminhe lista contendo nome, CPF e o respectivo ato de nomeação dos conselheiros distritais, bem como lista contendo nome, CPF e cargo dos servidores do DSEI.

VI - Após, encaminhe-se a lista com o nome dos funcionários contratados pela prefeitura para atenção à saúde indígena à ASSPA, para que realize pesquisa nos bancos de dados disponíveis a fim de constatar se os nomes listados possuem outros vínculos empregatícios.

VII - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

IX - A fixação do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 57, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo n°: 1.13.000.002163/2009-60. Assunto: Nepotismo. Controle social da saúde indígena. Síntese: "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Yanomami - acompanhar o acatamento da recomendação nº 31/2009" Representante: MPF. Representado: FUNASA e outros. Procurador: 5º Ofício Cível. Data prevista para finalização: /06/ 2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º , III, alínea "e", art. 6º , VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §6º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, o " O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável";

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §7º da Resolução n. 23/2007 do CNMP, "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil";

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 4º , I a VI, §1º e §2º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO a existências de diligências a serem realizadas para apurar o objeto do presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que a Recomendação 31/2009 reporta-se à Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, que veda o nepotismo, referindo-se a cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;

CONSIDERANDO que sobreveio àquela recomendação o Decreto 7.203/2010, que "dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal", prevendo:

Art. 7º . Os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

CONSIDERANDO que há denúncias de funcionários contratados pelas Prefeituras Municipais para atendimento à saúde indígena nos DSEIS do Estado do Amazonas que são parentes de conselheiros distritais e de autoridades em saúde da área do DSEI, traduzindo verdadeiro nepotismo e comprometendo o controle social;

CONSIDERANDO, por fim, sem olvidar as peculiaridades do subsistema de atendimento à saúde indígena a imporem determinadas flexibilizações, que inexistem fatos que justifiquem maior mitigação dos princípios da moralidade, impessoalidade e do regramento do Decreto 7.203/2010;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o presente procedimento administrativo, complementando-se o seu objeto para "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Yanomami - acompanhar o acatamento da recomendação nº 31/2009".

Como providências iniciais, DETERMINA-SE, por ora, o seguinte:

I - O envio dos expedientes correlatos à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A expedição de ofícios às Prefeituras Municipais de BARCELOS, SANTA ISABEL DO RIO NEGRO e SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, para que encaminhem lista completa de todos os funcionários contratados para atenção à saúde indígena, contendo nome, CPF, cargo e jornada de trabalho, bem como para que encaminhem declarações firmadas pelos funcionários nos seguintes moldes:

"Declaro, para os devidos fins, não ser cônjuge, nem possuir parentesco, por consanguinidade ou por afinidade, até o 3º grau, com membros do CONDISI ou da Chefia do DSEI Yanomami, como também não possuir outro vínculo empregatício incompatível com horário e lotação."

ou

"Declaro, para os devidos fins, não possuir outro vínculo empregatício incompatível com horário e lotação. Declaro, ainda, ser cônjuge ou possuir parentesco, por consanguinidade ou por afinidade, até o 3º grau, com membro do CONDISI ou da Chefia do DSEI Yanomami, a saber, Por fim, estou ciente de que a permanência de meu cônjuge ou parente na condição de conselheiro distrital, após a próxima reunião do CONDISI, implicará o término de minha contratação."

V - A expedição de ofício ao DSEI Yanomami, a fim de que encaminhe lista contendo nome, CPF e o respectivo ato de nomeação dos conselheiros distritais, bem como lista contendo nome, CPF e cargo dos servidores do DSEI.

VI - Após, encaminhem-se as listas com o nome dos funcionários contratados pelas prefeituras para atenção à saúde indígena à ASSPA, para que realize pesquisa nos bancos de dados disponíveis a fim de constatar se os nomes listados possuem outros vínculos empregatícios.

VII - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

IX - A fixação do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 58, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo n°: 1.13.000.002117/2009-61. Assunto: Nepotismo. Controle social da saúde indígena. Síntese: "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Alto Rio Negro - acompanhar o acatamento da recomendação nº 28/2009". Representante: MPF. Representado: FUNASA e outro. Procurador: 5º Ofício Cível. Data prevista para finalização: /06/ 2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º , III, alínea "e", art. 6º , VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §6º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, o " O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável";

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §7º da Resolução n. 23/2007 do CNMP, "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil";

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 4º , I a VI, §1º e §2º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO a existências de diligências a serem realizadas para apurar o objeto do presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que a Recomendação 28/2009 reporta-se à Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, que veda o nepotismo, referindo-se a cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;

CONSIDERANDO que sobreveio àquela recomendação o Decreto 7.203/2010, que "dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal", prevendo:

Art. 7º . Os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

CONSIDERANDO as informações prestadas pela ATESG, indicando a existência da cláusula 10ª do contrato de trabalho, em que os contratados declaram se possuem ou não grau de parentesco com funcionários da FUNASA e/ou CONDISI, além de vínculo com a administração pública;

CONSIDERANDO, por fim, sem olvidar as peculiaridades do subsistema de atendimento à saúde indígena a imporem determinadas flexibilizações, que inexistem fatos que justifiquem maior mitigação dos princípios da moralidade, impessoalidade e do regramento do Decreto 7.203/2010;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o presente procedimento administrativo, ampliando-se o seu objeto para "apurar a prática de nepotismo e o comprometimento do controle social no âmbito do DSEI Alto Rio Negro - acompanhar o acatamento da recomendação nº 28/2009".

Como providências iniciais, DETERMINA-SE, por ora, o seguinte:

I - O envio dos expedientes correlatos à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A expedição de ofício à ATESG para que encaminhe lista contendo nome, CPF, cargo e jornada de trabalho de todos os funcionários contratados para atenção à saúde indígena, bem como cópia dos contratos de trabalho.

V - A expedição de ofício ao DSEI - Alto rio Negro, a fim de que encaminhe lista contendo nome, CPF e o respectivo ato de nomeação de todos os conselheiros distritais, bem como lista contendo nome, cargo e CPF de todos os servidores do DSEI.

VI - Após, encaminhe-se a lista fornecida pela ATESG à ASSPA, para que realize pesquisa nos bancos de dados disponíveis a fim de constatar se os funcionários listados possuem outro vínculo de emprego.

VII - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

IX - A fixação do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 64, DE 28 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo n°: 1.13.000.000557/2011-06. Assunto: Educação. Síntese: "Denúncia de omissão da Prefeitura Municipal de Humaitá/AM na reforma e construção de escolas indígenas, bem como o não fornecimento de transporte à população indígena residente no Município de Humaitá/AM. Representante: MPF. Representado: Prefeitura Municipal de Humaitá/AM. Procurador: 5ª Ofício Cível. Data prevista para finalização: /06/ 2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º , III, alínea "e", art. 6º , VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §6º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, o " O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável";

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §7º da Resolução n. 23/2007 do CNMP, "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil";

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 4º , I a VI, §1º e §2º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO a existências de diligências a serem realizadas para apurar o objeto do presente procedimento administrativo;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o presente procedimento administrativo, mantendo-se o seu objeto.

Como providências iniciais, DETERMINA-SE, por ora, o seguinte:

I - O envio dos expedientes correlatos à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A certificação do recebimento do aviso de recebimento, o controle de prazo e a certificação do recebimento ou não da resposta solicitada por meio do ofício n. 205/2011/5º OFÍCIO CÍVEL/PR/AM.

VII - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 67, DE 27 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo n°: 1.13.000.000776/2008-81. Assunto: Indígenas Síntese: "Acompanhamento do processo de demarcação da Terra Indígena Paumari e demora na extrusão de posseiros não índios". Representante: Joel Morais da Silva e Outros Representado: FUNAI. Procurador: 5ª Ofício Cível. Data prevista para finalização: /06/ 2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º , III, alínea "e", art. 6º , VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §6º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, o " O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável";

CONSIDERANDO que nos termos do art. 2º , §7º da Resolução n. 23/2007 do CNMP, "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil";

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 4º , I a VI, §1º e §2º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO a existências de diligências a serem realizadas para apurar o objeto do presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que não há nos autos informações atualizadas sobre os fatos;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o presente procedimento administrativo, mantendo-se o seu objeto.

Como providências iniciais, DETERMINA-SE, por ora, o seguinte:

I - O envio dos expedientes correlatos à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A expedição de ofício à Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI, a fim de que preste informações atualizadas sobre a extrusão dos ocupantes não indígenas da terra indígena Paumari do lago Maraha, em Lábrea/AM.

VI - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

VII - A fixação do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 132, 10 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, presentado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º , incisos I e III, 6º , incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º , inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO os elementos probatórios já colhidos no Procedimento Administrativo n° 1.32.000.000133/2010--05, instaurado com o escopo de apurar Ineficiência de Prestação de Saúde nas Comunidades Indígenas pelo município do Uiramutã, no Programa de incentivo de Atenção Básica dos Povos Indígenas (Terra Indígena Raposa Serra do Sol);

CONSIDERANDO que os autos versam sobre possíveis desvios de verbas públicas federais por gestores públicos do município do Uiramutã, destinadas a prestação de serviços à saúde indígena, vislumbrando a continuidade nas investigações sem interferências externas que possam ocasionar o insucesso do presente feito;

CONSIDERANDO que expirou o prazo para a tramitação do mencionado Procedimento Administrativo sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a propositura de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º , § 4º , da Resolução CSMPF nº 87/2006, e artigo 2º , § 7º , da Resolução CNMP nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2. Decrete-se o sigilo do Procedimento preparatório em epígrafe;

3. Comunique-se à Colenda 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

5. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º , inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º , inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007), solicitando-se que seja informado tão logo tal publicação aconteça, para os fins do art. 9º , § 9º , da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 6º , § 10, da Resolução CNMP nº 23/2007.

RODRIGO TIMÓTEO DA COSTA E SILVA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.650, DE 30 DE JUNHO DE 2011

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento nº REP 000140.2011.01.003/0 - 303, instaurado a partir do Ofício nº 0010/2011/SEINT/GRTE/ITAP-RJ, encaminhado a esta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, IMBEG - IMBÉ ENGENHARIA LTDA., vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes ao descumprimento de normas que assegurem um patamar mínimo civilizatório ao indivíduo que labora, normas estas relativas à segurança, saúde e higiene no trabalho, revestidas de indisponibilidade absoluta;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º , VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º , §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000140.2011.01.003/0 - 303, em face de IMBEG - IMBÉ ENGENHARIA LTDA.. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 1.667, DE 4 JULHO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de nº 000078.2011.01.002/3, instaurada em face da COMPANHIA DE BEBIDAS PRIMO SCHINCARIOL, dando conta de descumprimento da legislação do trabalho, já que a empresa vem prorrogando irregularmente a jornada de trabalho de seus empregados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que, caso seja confirmada a prática da conduta apontada na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n.º 000078.2011.01.002/3 em face da COMPANHIA DE BEBIDAS PRIMO SCHINCARIOL, localizada na Rodovia RJ 122, KM 35, Galpão A, Porto de Tabuado, no Município de Cachoeiras de Macacu/RJ - CEP 28600-000, sob o CNPJ nº 02864417000128. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO, que poderá ser secretariado pela servidora Aponice Pereira Verícimo, Técnico Administrativo.

VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO

PORTARIA Nº 1.668, DE 4 DE JULHO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de nº 000085.2011.01.002/0, instaurada em face do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, dando conta de que estaria exigindo, como requisito para a contratação de servidores aprovados em concurso público, a prévia renúncia de direitos.

Considerando que, caso seja confirmada a prática da conduta apontada na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n.º 000085.2011.01.002/0 em face do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, localizado na Avenida Alberto Braune, 225, Centro, no Município de Nova Friburgo - CEP 28613-001, sob o CNPJ nº 28606630/0001-23. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO, que poderá ser secretariado pela servidora Aponice Pereira Verícimo, Técnico Administrativo.

VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO

PORTARIA Nº 1.669, DE 4 DE JULHO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de nº 000080.2011.01.002/3, instaurada em face da EMPSA S/A SERIÇOS DE ENGENHARIA, dando conta de descumprimento de Convenção Coletiva de Trabalho - CCT e de descumprimento da obrigação legal de pagar adicional de 25% do salário ao trabalhador transferido de localidade.

Considerando que, caso seja confirmada a prática da conduta apontada na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n.º 000085.2011.01.002/0 em face da EMPSA S/A SERIÇOS DE ENGENHARIA, localizada na Fazenda Santa Mônica - Zona Rural de Bom Jardim/RJ, no Município de Bom Jardim/RJ - CEP 28660-000, sob o CNPJ nº 17159856002150. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO, que poderá ser secretariado pela servidora Aponice Pereira Verícimo, Técnico Administrativo.

VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO

PORTARIA Nº 1.670, DE 4 DE JULHO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de nº 000073.2011.01.002/7 - 201, instaurada em face de SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE NOVA FRIBURGO, em que se relata possível violação às regras do direito trabalhista, na medida em que o mesmo criaria embaraços ao exercício do direito de oposição dos trabalhadores ao desconto realizado em seus salários a título de contribuição sindical;

Considerando que, caso seja confirmada a prática das condutas apontadas na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000073.2011.01.002/7 - 201 em face de SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE NOVA FRIBURGO (Rua Marques Braga, nº 04, salas 202, 203 e 204, CEP n° 28.610-210, Centro, Nova Friburgo/RJ, CNPJ n° 30.556.682/0001-84). Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO, que poderá ser secretariado pela servidora Aponice Pereira Verícimo, Técnica Administrativo.

VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO

PORTARIA Nº 1.671, DE 4 DE JULHO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de nº 000089.2011.01.002/9 - 201, instaurada em face de ALEXANDRE BELLO QUINTELA, em que se relata possível violação às regras do direito trabalhista quanto ao não fornecimento de EPI e à inadequação dos instrumentos de trabalho;

Considerando que, caso seja confirmada a prática das condutas apontadas na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000089.2011.01.002/9 - 201 em face de ALEXANDRE BELLO QUINTELA (Rua Domingos Miranda, n° 340, Vale dos Pinheiros, CEP nº 28625-290, Nova Friburgo/RJ). Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO, que poderá ser secretariado pela servidora Aponice Pereira Verícimo, Técnica Administrativo.

VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO

3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 54, DE 16 DE JUNHO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e institucionais conferidas pelos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República de 1988, pelos artigos 83 e 84, da Lei Complementar n.º 75/1993, pelo art. 8º , § 1º , da Lei n.º 7.347/1985, e pela Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, e

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório n.º 000184.2010.03.010/3, instaurado em face de representação formulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - GRT Divinópolis, tendo como temas "Anotação e Controle de Jornada" e "Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei", em que se apura possível desrespeito à legislação protetiva do trabalho;

CONSIDERANDO que em função de norma constitucional prevista no art. 129, III, da CR/1988, foi conferido ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público do Trabalho promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, III, da LC n º 75/93); resolve:

INSTAURAR o INQUÉRITO CIVIL N.° 000184.2010.03.010/3, junto à Procuradoria do Trabalho no Município de Divinópolis, em face de LPK SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 01.313.823/0002-10, localizada na Av. Benjamim Martins do Espírito Santo, 2511, Parque Dona Gumercinda, Nova Serrana/MG CEP 35515-000, com fulcro no art. 129, inciso III, da CR/1988; art. 84 e incisos da Lei Complementar n.º 75/1993; art. 8º , § 1º , da Lei n.º 7.347/1985 e Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, para apuração dos fatos em toda a sua extensão, visando à adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis à espécie.

FERNANDA BRITO PEREIRA

4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 85, DE 24 DE JUNHO DE 2011

A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

a) designar os Membros do Ministério Público do Trabalho, abaixo nominados, para atuarem nas sessões de julgamento perante o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no período de 01 a 29/07/2011.

b) determinar, para os efeitos dos artigos 1° e 83, incisos II e VII, da Lei Complementar n° 75, de 20/05/93, que os Senhores Procuradores, ora designados, atuem nas respectivas sessões de julgamento, acompanhando-as até o encerramento, ficando responsáveis, também, nas eventuais prorrogações, antecipações ou adiamento das mesmas.

DIA/MÊS	TURMA	PROCURADOR
01/07/2011	ÓES	Dra. Silvana Ribeiro Martins
04/07/2011	Pleno	Dra. Silvans Ribeiro Martins
05/07/2011	5ª Turma	Dra. Ana Luiza Alves Gomes
06/07/2011	1ª Turma	Dra. Adriane Arnt Herbst
06/07/2011	3ª Turma	Dr. Leandro Araujo
06/07/2011	6ª Turma	Dr. Paulo Borges da Fonseca Seger
06/07/2011	7ª Turma	Dr. Gilson Luiz Laydner de Azevedo
07/07/2011	2ª Turma	Dra. Ana Luiza Alves Gomes
07/07/2011	4ª Turma-M	Dr. Paulo Eduardo Pinto de Queiroz
07/07/2011	4ª Turma-T	Dra. Adriane Arnt Herbst
07/07/2011	8ª Turma	Dra. Maria Cristina S. Gomes Ferreira
07/07/2011	9ª Turma	Dr. Luiz Fernando Mathias Vilar
07/07/2011	10ª Turma	Dr. Paulo Borges da Fonseca Seger
13/07/2011	1ª Turma	Dr. Gilson Luiz Laydner de Azevedo
13/07/2011	3ª Turma	Dra. Denise Maria Schellenberger
13/07/2011	6ª Turma	Dra. Ana Luiza Alves Gomes
13/07/2011	7ª Turma	Dr. Luiz Fernando Mathias Vilar
14/07/2011	2ª Turma	Dra. Maria Cristina S. Gomes Ferreira
14/07/2011	4ª Turma	Dr. Gilson Luiz Laydner de Azevedo
14/07/2011	5ª Turma	Dra. Adriane Arnt Herbst
14/07/2011	8ª Turma	Dr. Luiz Fernando Mathias Vilar
14/07/2011	9ª Turma	Dra. Denise Maria Schellenberger
14/07/2011	10ª Turma	Dr. Paulo Eduardo Pinto de Queiroz
15/07/2011	SDI-II	Dr. Leandro Araujo
18/07/2011	SDC	Dr. Paulo Eduardo Pinto de Queiroz
20/07/2011	1ª Turma	Dra. Maria Cristina S. Gomes Ferreira
20/07/2011	3ª Turma	Dr. Victor Hugo Laitano
20/07/2011	6ª Turma	Dra. Denise Maria Schellenberger
20/07/2011	7ª Turma	Dr. Leandro Araujo
21/07/2011	2ª Turma	Dra. Denise Maria Scellenberger
21/07/2011	4ª Turma	Dr. Luiz Fernando Mathias Vilar
21/07/2011	5ª Turma	Dr. Victor Hugo Laitano
21/07/2011	8ª Turma	Dr. Paulo Borges da Fonseca Seger
21/07/2011	9ª Turma	Dr. Leandro Araujo
21/07/2011	10ª Turma	Dra. Maria Cristina S. Gomes Ferreira
22/07/2011	SDI-I	Dr. Paulo Borges da Fonseca Seger
27/07/2011	1ª Turma	Dr. Leandro Araujo
27/07/2011	6ª Turma	Dr. Luiz Fernando Mathias Vilar
27/07/2011	7ª Turma	Dra. Denise Maria Schellenberger
28/07/2011	2ª Turma	Dr. Paulo Borges da Fonseca Seger
28/07/2011	4ª Turma	Dr. Paulo Borges da Fonseca Seger
28/07/2011	5ª Turma	Dr. Leandro Araujo
28/07/2011	8ª Turma	Dra. Denise Maria Schellenberger
28/07/2011	10ª Turma	Dr. Luiz Fernando Mathias Vilar
29/07/2011	ÓES	Dr. Ivan Sérgio Camargo dos Santos

Registre-se e publique-se.

SILVANA RIBEIRO MARTINS
Procuradora Chefe

PORTARIA Nº 87, DE 6 DE JULHO DE 2011

A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

a) dispensar os Drs. Leandro Araujo de atuar na sessão de julgamento da 3ª Turma, dia 06/07/2011, Denise Maria Schellenberger na 3ª Turma dia 13/07/2011 e 9ª Turma, dia 14/07/2011, perante o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, designando para atuar nas referidas sessões, respectivamente, os Drs. Denise Maria Schellenberger, Adriane Arnt Herbst e Leandro Araujo;

b) determinar para os efeitos dos artigos 1º e 83º , incisos II e VII, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993, que os Procuradores ora designados, atuem nas sessões, acompanhando-as até o encerramento, ficando responsáveis nas eventuais prorrogações, antecipações ou adiamento das mesmas.

SILVANA RIBEIRO MARTINS,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.023, DE 4 DE JULHO DE 2011

A Procuradora do Trabalho subscrita no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas pelos artigos. 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, 6º , inciso VII, e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 e 8º , parágrafo 1º da Lei nº 7.347/85;

considerando os termos da denúncia pelo Sr. Wagner Bessa Correa, indicando que houve atraso no pagamento de comissões e desconto ilegal de vale refeição na sua rescisão contratual;

considerando as provas já constantes da Representação, provenientes de cópias de TRCTs de outros empregados;

considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (arts. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93);

considerando a necessidade de aprofundar a investigação, com o objetivo de apurar os fatos acima indicados; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL contra a ATENTO BRASIL S/A, com endereço na Av. Julio de Castilhos, nº 505, 10º andar, Centro, Porto Alegre, RS, tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar, mais precisamente dos fatos atinente ao atraso no pagamento de comissões e realização de descontos indevidos na rescisão contratual;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que compõem a presente Representação nº 001650.2010.04.000/0;

III - Determinar a afixação dessa Portaria no local de costume dessa Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região pelo prazo de 30 (trinta) dias, bem como sua publicação no Diário Oficial;

IV - Determinar que seja anotado na capa desde expediente a data de sua conversão em Inquérito Civil;

V - Nomear como Secretaria para atuar no presente Inquérito Civil a Servidora Manoela Salis Guazzelli;

VI - Determinar o cumprimento das demais disposições contidas no despacho em anexo.

PAULA ROUSSEFF ARAUJO

8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 61, DE 4 DE JULHO DE 2011

A Procuradora-Chefe, da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, no uso de suas atribuições legais,

Resolve designar os Membros do Ministério Público do Trabalho, abaixo relacionados, para funcionarem nas Sessões das Turmas do E. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, no período de 04/07/2011 a 02/09/2011 como segue:

04/07 a 08/07/2011
1ª Turma : Dr. Loris Rocha Pereira Junior
2ª Turma : Dr. Sandoval Alves da Silva
3ª Turma : Dr. Loris Rocha Pereira Junior
4ª Turma : Dr. Sandoval Alves da Silva
Especializada I : Dr. Loris Rocha Pereira Júnior
Especializada II : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
Pleno : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
11/07 a 15/07/2011
1ª Turma : Dr. Sandoval Alves da Silva
2ª Turma : Dr. Rodrigo Cruz da Ponte Souza
3ª Turma : Dr. Sandoval Alves da Silva
4ª Turma : Dr. Rodrigo Cruz da Ponte Souza
Especializada I : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
Especializada II : Dr. Sandoval Alves da Silva
Pleno : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
18/07 a 22/07/2011
1ª Turma : Drª Loana Lia Gentil Uliana
2ª Turma : Drª Carol Gentil Uliana Porto
3ª Turma : Drª Loana Lia Gentil Uliana
4ª Turma : Drª Carol Gentil Uliana Porto
Especializada I : Drª Loana Lia Gentil Uliana
Especializada II : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
Pleno : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
25/07 a 29/07/2011
1ª Turma : Dr. Rodrigo Cruz da Ponte Souza
2ª Turma : Drª Carol Gentil Uliana Porto
3ª Turma : Dr. Rodrigo Crus da Ponte Souza
4ª Turma : Drª Carol Gentil Uliana Porto
Especializada I : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
Especializada II : Dr. Rodrigo Cruz da Ponte Souza
Pleno : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
01/08 a 05/08/2011
1ª Turma : Dr. Loris Rocha Pereira Junior
2ª Turma : Drª Loana Lia Gentil Uliana
3ª Turma : Dr. Loris Rocha Pereira Junior
4ª Turma : Drª Loana Lia Gentil Uliana
Especializada I : Dr. Loris Rocha Pereira Júnior
Especializada II : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
Pleno : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
08/08 a 12/08/2011
1ª Turma : Drª Carol Gentil Uliana Porto
2ª Turma : Dr. Rodrigo Cruz da Ponte Souza
3ª Turma : Drª Carol Gentil Uliana Porto
4ª Turma : Dr. Rodrigo Cruz da Ponte Souza
Especializada I : Drª Carol Gentil Uliana Porto
Especializada II : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
Pleno : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
16/08 a 19/08/2011
1ª Turma : Dr. Sandoval Alves da Silva
2ª Turma : Dr. Loris Rocha Pereira Junior
3ª Turma : Dr. Sandoval Alves da Silva
4ª Turma : Dr. Loris Rocha Pereira Junior
Especializada I : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
Especializada II : Dr. Sandoval Alves da Silva
Pleno : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
22/08 a 26/08/2011
1ª Turma : Drª Loana Lia Gentil Uliana
2ª Turma : Drª Carol Gentil Uliana Porto
3ª Turma : Drª Loana Lia Gentil Uliana
4ª Turma : Drª Carol Gentil Uliana Porto
Especializada I : Drª Loana Lia Gentil Uliana
Especializada II : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
Pleno : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
29/08 a 02/09/2011
1ª Turma : Dr. Rodrigo Cruz da Ponte Souza
2ª Turma : Dr. Sandoval Alves da Silva
3ª Turma : Drª Loana Lia Gentil Uliana
4ª Turma : Dr. Loris Rocha Pereira Júnior
Especializada I : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues
Especializada II : Dr. Rodrigo Cruz da Ponte Souza
Pleno : Drª Ana Maria Gomes Rodrigues

ANA MARIA GOMES RODRIGUES

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 158, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA, pelo Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º , inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º , § 1º , da Lei n.º 7.347/85:

Considerando o teor dos autos da Representação 000050.2011.20.001/9, bem como do despacho proferido nos mesmos às fls.06/07.

Considerando que o procedimento versa sobre a possível violação de direitos e interesses meta individuais, sobre os temas: 02. Trabalho Análogo ao de Escravo, Tráfico de Trabalhadores e Trabalho Indígena.02.01. Trabalha Análogo ao de Escravo.02.02. Aliciamento e Tráfico de Trabalhadores.02.03. Trabalho Indígena.

Resolve:

Instaurar Inquérito Civil em face da FM XINGÓ, para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade;

Designar o servidor Weldon de Brito Fonseca, matrícula 6005288-0, para exercer o encargo de Secretário do Inquérito.

GUSTAVO LUIS TEIXEIRA DAS CHAGAS

PORTARIA Nº 170, DE 1º DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA, pelo Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º , inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º , § 1º , da Lei n.º 7.347/85:

Considerando o teor dos autos da Representação 000060.2011.20.001/7, bem como do despacho proferido nos mesmos às fls.07/08.

Considerando que o procedimento versa sobre a possível violação de direitos e interesses meta individuais, sobre os temas: 09.06:Duração do Trabalho e Pagamentos Respectivos; 09.06.01: Anotação e Controle de Jornada; 09.06.02: Jornada de Trabalho.

Resolve:

Instaurar Inquérito Civil em face do SUPERMERCADO NUNES PEIXOTO LTDA, para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade;

Designar a servidora Janciene Machado de Andrade, matrícula 6004978-2, para exercer o encargo de Secretária do Inquérito.

RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JÚNIOR

PORTARIA Nº 171, DE 4 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA, pelo Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º , inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º , § 1º , da Lei n.º 7.347/85:

Considerando o teor dos autos da Representação 000074.2011.20.001/4, bem como do despacho proferido nos mesmos às fls.10.

Considerando que o procedimento versa sobre a possível violação de direitos e interesses meta individuais, sobre os temas: 09. TEMAS GERAIS; 09.06. DURAÇÃO DO TRABALHO E PAGAMENTOS RESPECTIVOS; 09.06.01: Anotação e Controle de Jornada; 09.06.02: Jornada de Trabalho, resolve:

Instaurar Inquérito Civil em face do G BARBOSA COMERCIAL LTDA, para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade;

Designar a servidora Janciene Machado de Andrade, matrícula 6004978-2, para exercer o encargo de Secretária do Inquérito.

RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JÚNIOR

PORTARIA Nº 172, DE 4 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA, pelo Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º , inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º , § 1º , da Lei n.º 7.347/85:

Considerando o teor dos autos da Representação 000059.2011.20.001/4, bem como do despacho proferido nos mesmos às fls.07.

Considerando que o procedimento versa sobre a possível violação de direitos e interesses meta individuais, sobre os temas: 09. TEMAS GERAIS; 09.06. DURAÇÃO DO TRABALHO E PAGAMENTOS RESPECTIVOS; 09.06.01: Anotação e Controle de Jornada; 09.06.02: Jornada de Trabalho, resolve:

Instaurar Inquérito Civil em face do SUPERMERCADO MESSIAS PEIXOTO LTDA, para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade;

Designar a servidora Janciene Machado de Andrade, matrícula 6004978-2, para exercer o encargo de Secretária do Inquérito.

RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JÚNIOR

PORTARIA Nº 174, DE 6 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000476.2011.20.000/3, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Descanso Semanal, Feriados e Vale-Transporte), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º , inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º , § 1º , da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL RECANTO VERDE, inscrito no CNPJ nº 00.080.719/0001-80.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 175, DE 6 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º , inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º , § 1º , da Lei nº 7.347/85,

Considerando o teor dos autos do Procedimento 000495.2011.20.000/1, cuja representação inicial foi apresentada pelo JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU, bem como do despacho proferido nos mesmos à fl. 06;

Considerando que a representação versa sobre a possível violação de direitos e interesses metaindividuais, sob o seguinte tema:

03. FRAUDES TRABALHISTAS / 03.02. FRAUDES NA RELAÇÃO DE EMPREGO / 03.02.04. LIDE SIMULADA

Resolve:

Instaurar Inquérito Civil em face de AGRO INDÚSTRIA DE SALGADINHOS E COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE BEBIDAS, DOCES E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. - ME (NOME DE FANTASIA SALGADINHOS SERGIPANO), inscrita no CNPJ sob o nº 07.716.017/0001-99; e FRANCISCO DE ASSIS MOTA, para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade.

Designar o servidor Anelar Nunes de Carvalho Filho, Técnico do Ministério Público da União, Matrícula 6001779-1, para exercer o encargo de Secretário do Inquérito.

LUIS FABIANO PEREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 30, DE 4 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por seu Promotor de Justiça em ofício na 2ª Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 129, III, da Constituição Federal; 7º , inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993; e 19 da Resolução Normativa- PGJ n.º 90/2009; CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6º , VII, b), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social; CONSIDERANDO que as contas da ASP - Ação Social do Planalto, relativamente ao convênio firmado com o Ministério dos Esportes, não aprovado pelo convenente; CONSIDERANDO que torna-se necessário apurar as irregularidades que tenham eventualmente sido praticadas por dirigentes da ASP ou terceiros por estes autorizados, que tenham ensejado a reprovação das contas do convênio da entidade, com isso gerando decréscimo das receitas da associação; CONSIDERANDO que algumas diligências ainda devem ser realizadas e o prazo de tramitação deste procedimento está vencido, resolve CONVOLAR o Procedimento de Investigação Preliminar n.º 08190.140520/10-94 em INQUÉRITO CIVIL relativamente à ASP - AÇÃO SOCIAL DO PLANALTO, com o fito de continuar a apuração das possíveis irregularidades, para tanto, determinando, de início: 1. Autuar, registrar e publicar esta Portaria, nos termos do despacho inaugural; 2. Comunicar à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público; Após, conclusos.

MOZAR LUIZ MARINO DE SOUSA

PORTARIA Nº 32, DE 4 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por seu Promotor de Justiça em ofício na 2ª Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 129, III, da Constituição Federal; 7º , inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993; e 19 da Resolução Normativa- PGJ n.º 90/2009; CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6º , VII, b), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social; CONSIDERANDO que a FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO - FAGRO está sujeita ao velamento desta Promotoria de Justiça, conforme disposto no art. 66 do Código Civil; CONSIDERANDO que há indícios de irregularidades no âmbito da FAGRO, no que se refere ao seu funcionamento e aplicação de recursos financeiros; CONSIDERANDO que as diligências realizadas até o momento por este órgão necessitam ser complementadas e o prazo deste procedimento está esgotado, resolve CONVOLAR o Procedimento de Investigação Preliminar n.º 08190.022417/10-36 em INQUÉRITO CIVIL relativamente à FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO - FAGRO , com o fito de continuar a apuração das possíveis irregularidades, para tanto, determinando, de início: 1. Autuar, registrar e publicar esta Portaria, nos termos do despacho inaugural; 2. Comunicar à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público; Após, conclusos.

MOZAR LUIZ MARINO DE SOUSA

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 175, DE 6 DE JULHO DE 2011

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R$ 1.180.321,00 (um milhão, cento e oitenta mil, trezentos e vinte e um reais) para reforço de dotação constante da lei orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 28, inciso XXXIV do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 57, § 1º, inciso I da Lei n.º 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO), combinado com o art. 4º, inciso I, alínea a e § 1º, da Lei n.º 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 (LOA) e considerando as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 6, de 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto, ao Orçamento Fiscal, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.180.321,00 (um milhão, cento e oitenta mil, trezentos e vinte e um reais) para atender a programação exposta no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os créditos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária constante do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN ZYMLER

ANEXOS

Orgão: 03000 - Tribunal de Contas da União
Unidade : 03101 - Tribunal de Contas da União

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0550 Controle Externo									1.180.321
		PROJETOS							
01 122	0550 11T5	Construção de Sede do Instituto Serzedello Corrêa - ISC							1.180.321
01 122	0550 11T5 0101	Construção de Sede do Instituto Serzedello Corrêa - ISC - Em Brasília - DF	F	4	2	90	0	100	1.180.321
									1.180.321
TOTAL - FISCAL									1.180.321
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.180.321

Orgão: 03000 - Tribunal de Contas da União
Unidade : 03101 - Tribunal de Contas da União

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0550 Controle Externo									1.180.321
		ATIVIDADES							
01 032	0550 4018	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais							1.180.321
01 032	0550 4018 0001	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.180.321
									1.180.321
TOTAL - FISCAL									1.180.321
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.180.321

1ª CÂMARA

ATA Nº 23, DE 5 DE JULHO DE 2011
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Valmir Campelo
Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
Subsecretário da Primeira Câmara em substituição: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, com a presença do Ministro Ubiratan Aguiar, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues) e Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro José Múcio Monteiro), e do Representante do Ministério Público, Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico, o Presidente, Ministro Valmir Campelo, registrou a ausência do Ministro Walton Alencar Rodrigues, em missão oficial, e do Ministro José Múcio Monteiro, por motivo de férias, e declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 22, da Sessão Ordinária realizada em 28 de junho de 2011 (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES

Da Presidência:

- Homenagem, acompanhado pelos demais Ministros, ao Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, pelo seu aniversário natalício.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 5275 a 5332.

a) Ministro Valmir Campelo (Relação nº 20):

ACÓRDÃO Nº 5275/2011 - TCU - 1ª Câmara

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.929/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alcione Andrade Nascimento (023.654.302-44)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso do Sul
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.4. Advogado(s): não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5276/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.931/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adolar Gauziski (186.973.139-53); Evanira Bozza de Moura Montagner (356.199.539-04); Jesus Luiz Brandão (115.130.479-49); João Almeida (240.519.699-91); Jose Mateini (813.788.078-04); Maria Temis Bottega (462.444.849-91); Neuza Franzoni (227.415.269-15); Oliverio Correia (411.980.859-91); Roselia de Fatima Kalisz Ouriques (286.603.829-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.4. Advogado(s): não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5277/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.003/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio de Freitas Dutra (115.706.791-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.4. Advogado(s): não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5278/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.024/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Peçanha Martins (001.052.525-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça - STJ
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.4. Advogado(s): não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5279/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.458/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dulce Debora da Silva (034.385.807-05); Dyego Polessa Flor (101.455.797-60); Dyego Toshio Augusto (359.015.558-21); Dyeimes Sousa Freitas (103.917.396-97); Dyeison Andrade Carraro (054.499.889-82); Eder Daniel Domingues (321.664.861-34); Ederson Quintana de Amorim (038.578.559-32); Edgar Bruno de Almeida Pinto (008.861.211-24); Edgar Takashi Maki (311.888.618-83); Edie Barbara Oliveira Calazans (830.977.405-20); Edileide dos Anjos Carmo (055.820.345-01); Edilene Vidal Correia Costa (316.959.678-01); Edinaldo Cardoso Franca (302.237.922-68); Edison Bertulino da Silva (655.154.719-20); Edivaldo Cabral (366.160.879-72); Edivaldo Roberto Molinari (019.182.699-55); Edizio Danilo Velasques Gonçalves Ferreira Lima (939.916.142-00); Edlaine Yuriko de Melo (160.898.958-57); Edmundo Abreu da Conceição (379.623.532-87); Edmundo Paixao dos Reis (021.800.775-21); Ednardo Pinheiro Sampaio (796.686.151-15); Edno Mendes de Lima Junior (386.325.118-07); Edrei Peiter (022.669.099-75); Edson Kenji Doi (084.307.598-83); Edson Luis Alves de Castilho (109.412.057-03); Edson Valdir Helfenstein (903.464.670-04); Eduardo Arakaki (360.936.908-65); Eduardo Batista Henne (362.266.548-30); Eduardo Carvalho Zouki (031.352.071-29); Eduardo Chiaki Chuman (332.493.728-03); Eduardo Correia do Amaral (119.060.047-14); Eduardo Feitosa Bispo (909.721.711-34); Eduardo Fernandes Colmenero (316.289.648-71); Eduardo Galassi Amaral (090.652.848-85); Eduardo Henrique Rezende Fernandes (033.237.836-54); Eduardo Jorge da Silva Vidal Filho (025.376.455-61); Eduardo Jose Fernandes (015.019.021-21); Eduardo Martins dos Santos (330.235.528-94); Eduardo Miashiro (040.097.398-78); Eduardo Nantes (306.113.948-63); Eduardo Rodrigues Tonon (311.876.278-01); Eduardo Shoiji Tanaka (336.636.758-07); Eduardo Sobe Vinas (989.467.650-20); Eduardo Stewart Junqueira (988.610.427-91); Eduardo Teixeira Vasconcelos (768.657.381-87); Eduardo Wang (107.294.088-41); Eduardo Yasuda Miguelote (045.451.747-52); Eduardo da Silva Schattschneider (435.056.510-87); Edvan Amaral da Silva (031.564.906-28); Elaine Andrade Pires (018.198.231-56); Elaine Beatriz Barra Silva (027.214.336-79); Elaine Cristina Zuchi Meneghel (014.563.059-56); Elaine Rocha Adriano (351.681.338-51); Elaine Rodrigues Moreira (038.279.041-37); Elanny dos Santos Rodrigues (969.339.843-20); Elano Falcao Lima Filho (003.408.691-94); Elba Lucia de Afonseca Silva (720.939.271-87); Elcio Gomes Pereira Martins (001.808.261-07); Elcio Medici Junior (351.336.818-60); Elcio Rodrigues de Sousa Junior (011.011.895-25); Elder de Andrade Amaral (843.117.205-30); Elenilson Silva dos Santos (068.303.054-03); Eleny Gomes de Faria (351.855.891-91); Eliana Rodrigues Ferreira Leite (225.444.628-25); Eliane Lika Miyamoto Kowalski (027.871.359-94); Eliane Maria Barbosa (619.974.801-82); Eliane Muniz Wulhynek (984.838.547-91); Eliane Rocco de Castilho (061.806.408-74); Elias Severino do Nascimento (082.870.378-75); Eliel Rodrigues do Nascimento (091.503.118-32); Eliezer Guedes de Oliveira Junior (023.169.695-77); Elisa Aparecida da Silva Vicente (044.093.506-76); Elisa Midori Mory (125.552.718-80); Elisane Machado Maia (848.413.541-15); Elisangela Carlos Geroleti (041.564.509-37); Elisangela Montagner Teixeira (272.882.438-00); Elivaldo de Jesus Souza (890.068.953-34); Eliza Silveira Bastos (014.481.211-83); Elizabete Gomes de Paula (025.614.884-89); Elizete Carvalho Almeida (563.030.505-06); Elizete Ishy de Mattos (368.212.091-20); Elizeth Yuki Himeno (154.389.038-59); Elizeu Rubim Junior (825.781.761-91); Ellen Cardoso Barreto (335.454.088-50); Ellen Meneguele Marucci (041.884.129-25); Eloisa Aparecida Dias Theodoro Arelaro (059.494.548-80); Eloise de Oliveira Chaves (095.315.357-60); Elton Silva Martins (427.955.402-15); Elvina Laura Peixoto (646.144.841-15); Emanoel Ferreira Marques (039.866.893-03); Emanuel Caires Simoes (006.148.981-61); Emanuel Pereira de Azevedo (218.326.738-04); Emerson Boiko (297.179.098-30); Emerson Liberio de Faria Resende (038.906.646-01); Emerson Luis Jomori Lobato (276.585.048-82); Emerson Luiz Silva (868.802.924-53); Emerson Mizuki (313.593.818-21); Emerson Pereira Lima (953.630.411-20); Emilio Pedro Gueuvoghlanian (082.294.438-31); Emilio de Oliveira Serafim (383.644.888-21)
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.4. Advogado(s): não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5280/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.026/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Flavia Cristina Ribeiro (226.836.108-07)
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.4. Advogado(s): não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5281/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.189/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arianne Tisbierek de Carvalho e Vasconcelos (982.374.891-87); Eucilon Ferreira da Silva (858.571.491-34); João Paulo Borges Ribeiro Meirelles (669.922.141-87); Marcus Vinicius Goulart Gonzaga Neto (007.021.421-23); Pedro Henrique Montenegro Coelho (726.842.321-72)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal - STF
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.4. Advogado(s): não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5282/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.766/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cleria Coelho Garcia (674.974.467-20); Norma Calil Fernandes (450.955.237-87); Ranusa Maria Souza (681.748.457-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Espírito Santo
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.4. Advogado(s): não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5283/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.771/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alayde Damasceno Reis da Silva (414.875.405-15); Barbara Teresa Magalhães Tagliaferri (013.770.666-90); Carmem Lucia Magalhães Tagliaferri (002.657.046-77); Cifra Alves de Almeida (970.884.396-20); Daniel Vasconcellos Mattos Almeida (012.492.496-43); Diego Estevão Magalhães Tagliaferri (013.776.146-54); Dyrce Werner de Souza (921.281.736-04); Ely Neves de Oliveira (277.505.406-44); Felipe Antunes Viana (087.352.916-21); Francine da Conceição Viana (088.895.656-83); Gilda Gomes de Morais (509.635.896-87); Horaides Acosta de Souza (960.688.846-00); João Batista Goulart (004.057.446-68); Joaquina Carneiro Coutinho (069.150.756-23); José Carlos Eduards e Silva (175.739.716-72); Lindalva Rossi Nunes Pinto (230.882.736-04); Lucia Sampaio de Figueiredo (230.022.986-20); Lucilia de Lana Peixoto (910.124.816-20); Marcelo Maciel de Almeida (594.624.006-44); Marilene Rezende Alvarenga (285.404.926-87); Marlene de Souza Lima (466.781.666-04); Milene Costa Duarte Silveira (014.909.966-56); Norma Barroso Fernandes (048.525.756-49); Osvaldo Gennari Filho (351.068.166-53); Paulo Sergio de Souza e Silva (591.508.156-87); Pietro Ambrozio Magalhães Tagliaferri (013.776.166-06); Raimunda Joana dos Reis de Sousa (890.117.836-20); Raquel dos Reis de Souza (012.992.616-71); Sebastião Pereira da Cunha (087.854.656-15); Sebastião de Pádua Bomtempo (548.203.246-91); Tatiane Dias Ferreira (075.350.116-32); Valdivia Muniz Tavares (025.448.776-93); Zilda de Paiva Coelho (567.475.606-63)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.4. Advogado(s): não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5284/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena ao(s) responsável(eis), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-000.221/2011-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA)
1.1. Órgão/Entidade: BB Banco Popular do Brasil S.A. - MF
1.2. Responsáveis:Alexandre Corrêa Abreu (837.946.627-68); Ricardo José da Costa Flores (285.080.334-00); Janio Carlos Endo Macedo (038.515.528-06); Lena Oliveira de Carvalho (634.710.191-20); Frederico Schettini Batista (645.507.451-34); Marco Antonio Bersani (428.486.878-00); Eustáquio Wagner Guimarães Gomes (009.513.746-72); Flávia Filippi Giannetti (645.481.981-72); Luciana Maria Rocha Moreira (573.232.831-91); Hugo Rocha Braga (010.974.827-15); Sergio Paulo Silva (011.664.506-78).
1.3. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo(SECEX-2)
1.4. Advogado(s): não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5285/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando o pedido de parcelamento de multa apresentado pelo Sr. Raimundo Wilson Ulisses Sampaio (fl.598, vol.3) ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da multa aplicada ao Sr. Raimundo Wilson Ulisses Sampaio, por intermédio do subitem 9.3 do Acórdão nº 2317/2010 - TCU- Primeira Câmara, em 6 (seis) parcelas, atualizadas monetariamente, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.036/2008-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Carlos Walfredo Reis (737.336.608-20); Joaquim de Lima Quinta (004.258.181-87); Max Saldanha Athayde (149.361.780-04); Maximo da Costa Soares (069.903.717-49); Prefeitura Municipal de Araguaína - TO (01.830.793/0001-39); Raimundo Wilson Ulisses Sampaio (093.643.314-00); Tulio Neves da Costa (003.664.801-97)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura de Araguaína-TO (01.830.793/0001-39)
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO(SECEX-TO)
1.4. Advogado(s): Antonio Newton Soares de Matos, OAB/DF 22.998; Heber Renato de Pires, OAB/SP 137.944; Joaquim Quinta Neto Barbosa, OAB/TO 3139;, Ana Paula Cavalcante, OAB/TO 2.866; João Geraldo Piquet Carneiro, OAB/DF 800-A; Arthur Lima Guedes, OAB/DF 18.73; Ronan Pinho Nunes Garcia, OAB/TO 1956; Alessandra Viana de Morais, OAB/TO 2580; Sóya Lélis Lins de Vasconcelos, OAB/TO 3411-A; Marcela Silva Gonçalves, OAB/TO 3689; Roberto Pereira Urbano, OAB/TO 1440-A; Alfredo Farah, OAB/TO 943-A; Raimundo José Marinho Neto, OAB/TO 3723; Clever Honório Correia dos Santos, OAB/TO 3675; José Pinto Quezado, OAB/TO 2263; Jorge Mendes Ferreira Neto, OAB/TO 4217.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 23/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária

b) Ministro Ubiratan Aguiar (Relação n° 21):

ACÓRDÃO Nº 5286/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 1º, inciso VIII, do Regimento Interno e o art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007 (com a redação dada pela Resolução TCU nº 237, de 20/10/2010), em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em face do falecimento do interessado antes do processamento por esta Corte de Contas.

1. Processo TC-013.988/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1.Classe de Assunto: V
1.2. Interessado: Aristotenes Sabino de Oliveira (CPF 048.117.474-53)
1.3. Entidade: Gerência Regional de Administração de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5287/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 1º, inciso VIII, do Regimento Interno e o art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007 (com a redação dada pela Resolução TCU nº 237, de 20/10/2010), em considerar prejudicado, por perda de objeto, os atos de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em face do falecimento dos interessados antes do processamento por esta Corte de Contas.

1. Processo TC-014.009/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessados: Alceu Vicente Wightman de Carvalho (CPF 027.341.847-53); Alceu Vicente Wightman de Carvalho (CPF 027.341.847-53); Aldo Martins Lobato (CPF 024.119.897-68); Daniel Cezar Goulart (CPF 671.983.257-34); Sebastião José dos Santos (CPF 003.715.993-34)
1.3. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5288/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 1º, inciso VIII, do Regimento Interno e o art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007 (com a redação dada pela Resolução TCU nº 237, de 20/10/2010), em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em face da cessação dos seus efeitos financeiros antes do processamento por esta Corte de Contas.

1. Processo TC-016.973/2011-9 (ATO DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessada: Lilian Dilon Ferreira (CPF 057.978.166-60)
1.3. Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5289/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.125/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Sergio Moreira da Silva (CPF 033.692.147-09); Sergio Quintanilha Luzitano (CPF 058.002.787-25); Sergio Ricardo Askinis (CPF 167.779.168-30); Silmara Dauage Baggio (CPF 037.183.199-77); Sonia Regina Zanotto (CPF 458.912.730-04); Sylvia Maria do Amaral (CPF 436.074.707-15); Tarcisio de Souza Lisboa (CPF 012.403.623-66); Tatiana Dodsworth de Barros (CPF 098.843.207-21); Terezinha Ivonete de Medeiros (CPF 352.551.109-49); Terry Macedo Ivanauskas (CPF 283.415.528-33); Thais Aparecida de Oliveira (CPF 083.111.326-07); Thiago Pereira dos Reis (CPF 004.339.885-50); Thiago de Oliveira Fernandes (CPF 056.946.937-60); Thomas Argolo Bittencourt de Oliveira (CPF 010.720.595-50); Thomázio Bergson Farias Correia (CPF 013.159.394-36); Tiego Vieira Dantas (CPF 012.262.055-00); Valeria Aparecida Furtado Gomes (CPF 601.729.246-34); Veridiana Gobi de Oliveira (CPF 713.865.802-87); Victor Alexandre de Biagi (CPF 338.705.718-02); Vinicius Jose Amorim Vieira de Sa (CPF 600.318.223-71); Vitor Tomoyuki Siguimoto (CPF 306.470.938-04); Vivian Azor de Freitas (CPF 321.884.768-08); Viviane da Silva Cruz (CPF 736.611.984-91); Vladimir de Andrade Stempliuk (CPF 758.619.337-15); Wadih João Scandar Neto (CPF 044.489.418-76); Wagner de Castro Oliveira (CPF 066.629.216-70); Waldemiro Esteves da Fonseca (CPF 228.889.006-10); Wallace Marciano de Oliveira Costa (CPF 452.166.733-34); Walter Bruno Correia Nunes (CPF 014.018.515-17); Wander Sfalsin dos Santos (CPF 132.716.627-54); Zenaide Paulo da Rosa (CPF 021.349.749-23); Zuleide Ferreira Filgueiras (CPF 007.485.946-39)
1.3. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5290/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.197/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Antonio Carlos Fernandes Figueira (CPF 100.096.247-40); Izabeli Lucas Assunção (CPF 081.766.017-80); Marcos Farias de Souza (CPF 000.410.667-90); Michelle Brandão de Sousa Pinto (CPF 081.402.347-96); Nathalia Dinov (CPF 108.686.677-06)
1.3. Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5291/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.200/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessada: Jaqueline Veiga Barth (CPF 939.133.700-72)
1.3. Órgão: Tribunal Regional Federal 4ª Região (RS-SC-PR)
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5292/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.204/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessado: Danillo Assis da Silva Lima (CPF 809.398.995-15)
1.3. Órgão: Conselho da Justiça Federal
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5293/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.240/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Bernardo Teixeira de Souza (CPF 011.763.050-00); Catarina Carvalho Vianna (CPF 010.283.684-10); Daniel Carneiro de Aguiar (CPF 017.966.811-05); Eduardo Russolo Ferreira (CPF 263.008.498-13); Fernanda Amorim Almeida Oliveira (CPF 816.992.395-68); Marcio Ribeiro Borges (CPF 069.302.799-19); Marina Olmeco Crocco (CPF 001.317.320-05); Patricia Lelis da Silva (CPF 082.527.886-45); Raquel Mazzilli Toscano de Olivera (CPF 009.487.551-05); Sabrina Zancanaro Pitthan (CPF 840.404.911-49); Sandra Regina Ferreira Areco (CPF 911.613.719-15); Thais Maria Ferreira Lopes (CPF 073.515.416-39)
1.3. Órgão: Ministério Público Federal - MPU
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5294/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.133/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessados: Marisa Vieira Chiacchio (CPF 680.882.305-78); Niceia da Silva Palheta (CPF 135.709.352-72); Walterlice Lopes Costa de Morais (CPF 053.156.702-87)
1.3. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5295/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.415/2010-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessados: Hilaria dos Nascimento dos Santos (CPF 591.093.785-53); Pedro Alves de Souza (CPF 038.370.335-20)
1.3. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - MEC
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5296/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 1º, inciso VIII, do Regimento Interno e o art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007 (com a redação dada pela Resolução TCU nº 237, de 20/10/2010), em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em face do falecimento da interessada antes do processamento por esta Corte de Contas.

1. Processo TC-015.091/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessada: Maria da Conceição Assis de Almeida (CPF 029.872.174-04)
1.3. Entidade: Gerência Regional de Adm. de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5297/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.147/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessados: Fernando Valente de Menezes Junior (CPF 820.705.712-20); Nehita Aparecida Marques de Menezes (CPF 011.749.352-00); Sebastiana Maria Chaves Monteiro (CPF 111.397.902-00)
1.3. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5298/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.213/1992-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessada: Ângela Maria Marques (CPF 682.148.479-15)
1.3. Entidade: Fundo Contingente da Extinta Rffsa - Fc-ex Rffsa (CNPJ 07.361.266/0001-09)
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5299/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, em expedir quitação aos Srs. Paulo Afonso Ferreira e José Alves Fernandes Filho, ante o recolhimento integral da multa individual que lhes foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao Acórdão nº 1487/2009, proferido pela 2ª Câmara, em Sessão de 31/3/2009, conforme Ata nº 9/2009.

Paulo Afonso Ferreira
Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 31/3/2009
Valor recolhido: R$ 5.644,50 Data do último recolhimento: 30/5/2011

José Alves Fernandes Filho
Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 31/3/2009
Valor recolhido: R$ 5.644,50 Data do último recolhimento: 30/5/2011

1. Processo TC-009.939/2003-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2002)
1.1. Classe de Assunto: II
1.2. Responsáveis: José Alves Fernandes Filho (CPF 013.959.471-04) e Paulo Afonso Ferreira (CPF 117.159.951-04)
1.3. Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional/GO - MDS
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO(SECEX-GO)
1.5. Advogado: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5300/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em julgar regulares, com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 2º, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 202, §§2º e 4º, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU as contas dos responsáveis, Srs. Amilton Fernandes Vieira, e Eduardo de Oliveira Pontes, dando-lhes quitação; expedir quitação plena ao Município de Cândido Sales, ante o recolhimento da dívida a ele solidariamente imputada; e arquivar os presentes autos sem prejuízo de se encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis.

Quitação relativa Acórdão nº 1898/2005, Relação 44/2005, proferido pela 2ª Câmara.

Valor original de dívida: R$ 168.647,24 Data de origem da dívida: 31/12/1999
Valor recolhido: R$ 168.647,25 Data do último recolhimento: 15/2/2011

1. Processo TC-015.023/2004-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1.Classe de Assunto II
1.2. Responsáveis: Amilton Fernandes Vieira (CPF 130.119.365-87); Eduardo de Oliveira Pontes (CPF 036.306.568-70); Prefeitura Municipal de Cândido Sales - BA (CNPJ 13.857.123/0001-95)
1.3. Entidade: Município de Cândido Sales/BA
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA(SECEX-BA)
1.5. Advogado(s): não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5301/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, a contar da notificação desta deliberação, o prazo para que a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA cumpra as determinações constantes dos subitens 1.6.1 e 1.6.5. do Acórdão 4454/2010-TCU-2ª Câmara, pronunciado no processo TC-019.742/2008-4, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.357/2010-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: VI
1.2. Responsáveis: Controladoria Geral da União - PR (CNPJ 05.049.940/0001-99), Fundação Nacional de Saúde - MS (CNPJ 26.989.350/0001-16) e Secretaria Nacional de Assistência Social - MDS (CNPJ 05.526.783/0001-65)
1.3. Interessado: Secretaria de Controle Externo-MT (CNPJ 00.414.607/0009-75)
1.4. Entidade: Município de Nova Xavantina/MT
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5302/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente Representação, com fulcro no art. 237, inc. II, do Regimento Interno/TCU, face ao preenchimento dos requisitos de admissibilidade, sem julgamento de mérito, por perda de objeto decorrente da regularização contratual feita pela própria gestão municipal; e arquivar os autos, com fundamento nos artigos 169, inc. IV, do Regimento Interno/TCU e 40, inc. V, da Resolução TCU nº 191/2006, sem prejuízo de que se dê ciência desta deliberação, bem como da instrução de fls. 104/109, aos órgãos/entidades envolvidos.

1. Processo TC-002.225/2009-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI
1.2. Interessados: Controladoria Geral da União - CGU (CNPJ 05.914.685/0001-03); Controladoria-Geral da União/ES - PR (CNPJ 00.394.460/0295-57); Ministério do Esporte e Turismo (CNPJ 02.961.362/0001-74); Município de Cachoeiro de Itapemirim - ES (CNPJ 27.165.588/0001-90)
1.3. Entidade: Município de Cachoeiro de Itapemirim - ES
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 23/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária

c) Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (Relação n° 17):

ACÓRDÃO Nº 5303/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.638/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Haidé Rubens de Lima Guindo (045.606.474-53).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas - SRTE/AL.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5304/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.090/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Laerte de Paula Pereira (003.120.021-49); Rachel Maria Andrade Cunha (068.740.105-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5305/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-011.220/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Alonso Siuves de Oliveira (064.682.096-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais - SRTE/MG.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5306/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.014/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Bento Amazonas Levy Bomfim (001.962.232-53).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amazonas - SRTE/AM.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5307/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em prorrogar o prazo, por mais (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que a Diretoria de Administração do Pessoal/Comando da Aeronáutica cumpra a determinação constante do subitem 9.3.3 do Acórdão n. 2.084/2011 - 1ª Câmara:

1. Processo TC-030.819/2010-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ângela da Cunha (841.460.107-30); Antonio José Corrêa Leal Neto (316.182.437-72); Eugenio Nelson da Silveira (066.585.041-72); Marco Antonio Alves (550.501.077-68); Sonia Regina Rodrigues Pontes (206.219.657-15).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal/Comando da Aeronáutica.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5308/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão a seguir relacionado, por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.874/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Julimar Pereira da Silva Epifânio (723.350.926-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5309/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.030/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Audijan Cerqueira da Silva (023.147.794-52); Augusta Maria Reiko Moraes Arakawa (666.580.470-49); Barbara Agueda Dettmam (057.923.827-00); Claudia Melo Paiva Wertheimer (003.942.326-31); Daniel Evangelista de Lima (012.832.973-45); Danilo Araújo da Silva (956.577.461-04); David Honorino de Souza (845.146.209-04); Fernanda Carla de Oliveira (041.401.409-09); Flavio da Silva Trindade (599.250.601-25); Julio Cesar dos Passos (378.708.230-15); Luiz Filipe Lobo de Carvalho (104.643.637-64); Renata da Silva Rangel (082.311.477-56); Ricardo Santos de Novaes (028.364.561-08); Walter Bezerra de Lima (053.799.047-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5310/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação da concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionada, por inépcia do ato, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.612/2009-4 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessadas: Hermelinda Francisco (168.648.228-00); Luiza Ramires Marin (137.647.468-90).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinação:
1.6.1. à Segunda Região Militar que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, encaminhe, por intermédio do sistema Sisac, nos termos da IN/TCU n. 55/2007, novo ato de pensão especial de ex-combatente instituída pelo Sr. Domingos Marin devidamente corrigido, para apreciação por este Tribunal, de maneira a fazer constar todas as informações necessárias ao correto exame, esclarecendo, em especial, o estado civil do instituidor na data do óbito (separado/divorciado) e sua relação de parentesco com as pensionistas Hermelinda Francisco e Luiza Ramires Marin, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN/TCU n. 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 5311/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena ao responsável, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.861/2009-0 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2008)
1.1. Responsável: Délcio Monteiro Sapper (769.491.337-15).
1.2. Órgão/Entidade: 10º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5312/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena ao responsável, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.100/2009-1 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2008)
1.1. Responsável: Washington Luiz Lima Teixeira (599.922.637-68).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Central do Exército - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5313/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.104/2010-7 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Marcelo Pacheco da Rosa (769.501.237-87); Marcos Peçanha da Cruz (844.000.307-25).
1.2. Órgão/Entidade: Base de Administração e Apoio da 1ª Região Militar - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5314/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.117/2010-1 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Fernando Miranda do Carmo (769.498.777-49); Roberto Tailor Souza da Silva (905.210.567-72).
1.2. Órgão/Entidade: 9º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinação:
1.6.1. ao 9º Batalhão de Engenharia de Construção que, nos próximos procedimentos licitatórios levados a efeito pelo órgão, observe o disposto no art. 63, §§ 1º e 2º, da Lei n. 4.320/1964, de modo a não reincidir nas falhas registradas no item 7, alínea "b", do Relatório de Auditoria de Gestão da unidade, de 1º/06/2010.

ACÓRDÃO Nº 5315/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.146/2010-1 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Frauzemir Santos Lopes (356.419.919-53); Gilberto Franco Pontes Netto (499.734.797-34); João Luiz Ricetti Margarida (450.441.129-68); Helvio Luiz do Amaral (511.883.767-72).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Geral de Curitiba - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5316/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.293/2010-4 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Aléssio Ribeiro Souto (224.492.567-68); Hildo Vieira Prado Filho (591.535.127-15); João Edison Minnicelli (321.784.507-25); Roberto Castelo Branco Jorge (821.661.297-49).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Tecnológico do Exército - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5317/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena ao responsável, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-021.309/2010-8 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsável: Eduardo de Moura Gomes (808.838.697-72).

1.2. Órgão/Entidade: 4º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5318/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.482/2010-1 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Fernando Cesar Silva Pinto (669.919.007-53); Roberto Ribeiro de Albuquerque (769.504.257-91).

1.2. Órgão/Entidade: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5319/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.491/2010-0 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Antônio Manoel de Barros (734.118.097-87); George da Silva Divério (734.108.967-91).

1.2. Órgão/Entidade: Centro de Instrução de Guerra na Selva - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5320/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.506/2010-8 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Elander Mendes da Rosa (753.842.997-20); Estarch Pereira Motta (063.025.548-29).

1.2. Órgão/Entidade: 5º Batalhão de Suprimento - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5321/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.512/2010-8 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: José de Souza Leal Neto (734.119.147-34); Marcelo de Barros Barbosa (092.189.388-43).

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Regional de Obras da 5ª Região Militar - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5322/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.561/2010-9 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Juvenal Donizete Ozelim (263.982.656-53); Mauro Jorge Sandri (212.263.930-04); Temístocles Moura Café (190.854.274-87).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Geral de Manaus - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5323/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena ao responsável, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.621/2010-1 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsável: Eduardo Gurgel Garcia Augusto (843.999.457-53).

1.2. Órgão/Entidade: 1ª Divisão de Levantamento - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5324/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.941/2010-6 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Henrique Martins Nolasco Sobrinho (622.690.467-49); Luiz Cyrillo de Lima Junior (844.001.297-72).

1.2. Órgão/Entidade: 11º Batalhão de Infantaria de Montanha - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5325/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena ao responsável, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.942/2010-2 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsável: Marcos Aurélio de Oliveira Ramos Junior (120.686.998-42).

1.2. Órgão/Entidade: 15ª Companhia de Engenharia de Combate - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5326/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.947/2010-4 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Edson Leal Pujol (449.595.407-53); Gerson Menandro Garcia de Freitas (415.837.797-87).

1.2. Órgão/Entidade: Academia Militar das Agulhas Negras - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5327/2011 - TCU - 1ª Câmara

Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.956/2010-3 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Paulo de Tarso Lessa de Brito (564.392.104-91); Sérgio Cândido Kowalski (541.971.049-87).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Guarnição de Natal - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5328/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena ao responsável, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.993/2010-6 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsável: Sebastião Mauro Venturi de Pina (496.875.656-91).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Guarnição de Santa Maria - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5329/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena ao responsável, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-021.995/2010-9 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsável: José Mário Facioli (254.118.027-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da 4ª Região Militar e 4ª Divisão do Exército - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5330/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.182/2010-1 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Carlos Alberto Borges Teixeira (499.138.087-15); Jamil Megid Júnior (500.216.807-87); Lauro Luis Pires da Silva (499.158.007-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do 2º Grupamento de Engenharia - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5331/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena ao responsável, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.527/2010-9 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsável: Alexandre Gomes Ferreira Braga (915.350.347-34).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Guarnição de Santiago - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5332/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.561/2011-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Augusto Estefano Becker (223.685.589-34); Fundação Softville (00.724.082/0001-17); José João Tavares (215.989.409-53); Marli Barrentin Nacif (141.267.619-34); Renato Brittes (200.617.069-49).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego - SPPE/MTE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex-SC).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 23/2011 - Primeira Câmara

Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 5333 a 5353, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios, votos e pareceres em que se fundamentaram.

As deliberações sobre os processos relatados pelo Ministro Valmir Campelo foram proferidas sob a Presidência do Ministro Ubiratan Aguiar.

ACÓRDÃO Nº 5333/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.287/2005-3.

1.1. Apensos: TC 003.328/1996-1, TC 003.479/2010-2, TC 017.294/2009-7, TC 022.633/2009-4 e TC 020.471/2006-0

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Átila Freitas Lira (CPF 130.235.946-00); José Arlindo Kunzler (CPF 000.102.271-72); João Baptista da Motta (CPF 096.729.237-91); Construtora Sá Cavalcante Ltda. (CNPJ 27.060.458/0001-92); Ruy Leite Berger Filho (CPF 154.908.747-91).

4. Entidade: Município de Serra/ES.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES).

8. Advogado constituído nos autos: Flávio Luiz Medeiros Simões (OAB/DF 16.453), Vilmar Medeiros Simões (OAB/DF 17.480), João Batista Cerutti Pinto (OAB/ES 1.785)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial originária de representação oferecida pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TC 003.328/1996-1), informando sobre pagamentos efetuados pela Prefeitura Municipal da Serra/ES à Construtora Sá Cavalcante Ltda., em desacordo com a Lei nº 8.880/94, no âmbito do Contrato nº 35/94, às expensas dos recursos transferidos pelo Convênio nº 123/93, celebrado entre aquela municipalidade e o MEC, por intermédio da antiga SEMTEC, para a construção de Escola Técnica Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aceitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. João Baptista Motta, ex-Prefeito de Serra-ES, e pelo Sr. Átila Freitas Lira, ex-Secretário da Secretária de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) julgando as suas contas regulares e dando-lhes quitação plena, na forma dos arts. 16, inciso I, e 17 da Lei nº 8.443/92;

9.2. considerar o Sr. Ruy Berger Leite Filho revel, na forma do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;

9.3. rejeitar as alegações de defesa formuladas pelo Sr. José Arlindo Kunzler e pela Construtora Sá Cavalcante Ltda., tendo em vista que não lograram elidir as irregularidades que lhes foram imputadas, e julgar as contas dos responsáveis irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das importâncias abaixo relacionadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 165, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir de 30/03/1999 até as datas dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

9.3.1 Responsáveis: José Arlindo Kunzler e Construtora Sá Cavalcante Ltda.:

Débito decorrente dos pagamentos indevidos dos resíduos inflacionários das medições 1 a 11 e dos reajustamentos irregulares das medições 12 a 20, calculados nos termos do item 8.1.2 da Decisão nº 280/2002-TCU-Plenário, reajustados até a data final da vigência do contrato, em 30/03/1999;

Dispositivo legal violado: art. 15, § 2º, da Lei nº 8.880/94.

Data da ocorrência (após as devidas correções e atualizações): 30.03.1999

Valor original: R$ 113.015,71 (cento e treze mil, quinze reais e setenta e um centavos)

9.3.2 Responsáveis: Ruy Berger Leite Filho, José Arlindo Kunzler e Construtora Sá Cavalcante Ltda.:

Débito decorrente de pagamentos irregulares das medições 21 a 33 do contrato 035/94, celebrado entre a Prefeitura Municipal da Serra/ES e a Construtora Sá Cavalcante Ltda., para construção da unidade federal descentralizada de ensino técnico naquela localidade, motivados pelo Parecer ASSEJUR/SEMTEC/MEC nº 252/1996, aprovado pelo ex-Secretário da SEMTEC, considerando a diferença entre os valores pagos nas medições, nos termos do 3º TA de 1º/10/96, e os devidos, calculados nos termos do item 8.1.1 da Decisão nº 280/2002-TCU-Plenário, corrigidos até a data final da vigência daquele contrato.

Dispositivo legal violado: art. 15, § 2º, da Lei nº 8.880/94.

Data da ocorrência (após as devidas correções e atualizações): 30.03.1999

Valor original: R$ 362.542,90 (trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e dois reais e noventa centavos).

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas mencionadas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5.1. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. comunicar à Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo acerca da existência de ação ordinária de cobrança movida pelo Município de Serra/ES contra a Construtora Sá Cavalcante Ltda., em que é pleiteado o ressarcimento por pagamentos indevidos na execução do Contrato nº 035/94, custeado integralmente por recursos federais transferidos à municipalidade por intermédio do Convênio nº 123/93, celebrado entre a Prefeitura e a antiga Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico do MEC, enviando-lha cópia dos documentos de fls. 46 a 61 do anexo 4;

9.7. encaminhar, com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/92, cópia digitalizada dos autos ao Ministério Público da União para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis;

9.8. encaminhar ao Sr. Cassius Valentin Baldelli, Delegado de Polícia Federal, responsável pelo Inquérito Policial 301/2004 - SR/DPF/ES, cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam;

9.9. encaminhar ao Sr. Carlos Bruno Ferreira da Silva, Procurador da República, para subsidiar a instrução do Processo nº 2004.50.01.007769-9, cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam;

9.10. dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos Srs. Átila Freitas Lira e João Baptista da Motta.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5333-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5334/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.528/2007-5.

1.1. Apenso: TC 003.252/2007-9

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração

3. Recorrente: Município de Conceição do Araguaia/ PA (CNPJ: 05.070.404/0001-75).

4. Entidade: Município de Conceição do Araguaia/PA.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX/PA) e Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de reconsideração interposto pelo Município de Conceição do Araguaia/PA contra o Acórdão nº 5522/2010 - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 31 e 33 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração apresentado pelo Município de Conceição do Araguaia/PA para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão nº 5522/2010 - 1ª Câmara;

9.2 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5334-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5335/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-005.373/2010-7

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Lourival Mustafá de Andrade (CPF 359.244.622-34), Anadir Oliare Cardozo (CPF 138.008.922-00), José Francisco Costa Oliveira (CPF 322.663.912-91) e José Serafim Coimbra Gomes (CPF 365.603.911-91)

4. Entidade: Município de Capixaba/AC

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/AC

8. Advogados constituídos nos autos: Mário Sérgio Pereira dos Santos (OAB/AC 1.910) e Rodrigo Almeida Chaves (Defensor Público - OAB/RO 3.684)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade dos Srs. Lourival Mustafá de Andrade, ex-prefeito do Município de Capixaba/AC, Anadir Oliare Cardozo, José Francisco Costa Oliveira e José Serafim Coimbra Gomes, ex-secretários municipais de saúde, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em decorrência de irregularidades na apli-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cação de recursos repassados pelo referido Fundo àquele Município, no período compreendido entre janeiro/2002 e agosto/2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas dos Srs. Lourival Mustafá de Andrade, Anadir Oliare Cardozo, José Francisco Costa Oliveira e José Serafim Coimbra Gomes, condenando-os ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.1.1. Sr. Lourival Mustafá de Andrade, pela utilização irregular dos recursos do Piso de Atenção Básica (PAB), Conta nº 58.060-0, mediante despesas não comprovadas, conforme apurado pelo Denasus no Relatório de Reanálise - Auditoria 1498/2004, itens 26, 27, 32 e 33 (fls. 812/817):

Data	Valor (R$)
02/01/02	1.955,55
07/01/02	1.554,00
11/12/02	4.431,44
27/12/02	2.768,75

9.1.2. Sr. Lourival Mustafá de Andrade, em solidariedade com a Sra. Anadir Oliare Cardozo, pela utilização irregular dos recursos do Piso de Atenção Básica (PAB), Conta nº 58.060-0, mediante despesas não comprovadas, conforme apurado pelo Denasus no Relatório de Reanálise - Auditoria 1498/2004; itens 1 a 12, 26 a 30 e 34 a 45 (fls. 812/817):

Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)
15/01/02	1.890,00	10/04/02	1.676,90	19/06/02	332,55	28/06/02	2.875,60
31/01/02	6.353,00	12/04/02	1.755,00	19/06/02	3.711,50	10/07/02	1.722,79
21/02/02	1.032,70	15/04/02	3.575,15	19/06/02	3.252,20	11/07/02	1.969,96
07/03/02	2.499,00	13/05/02	344,00	19/06/02	6.433,25	01/08/02	1.055,00
11/03/02	4.353,33	14/05/02	230,00	20/06/02	1.587,57	05/08/02	355,00
22/03/02	1.456,80	20/05/02	1.799,00	26/06/02	290,00	19/09/02	4.620,00
02/04/02	4.353,33	19/06/02	1.055,00	28/06/02	125,00		

9.1.3 Sr. Lourival Mustafá de Andrade, em solidariedade com o Sr. José Francisco Costa de Oliveira, pela utilização irregular dos recursos do Piso de Atenção Básica (PAB), Conta nº 58.060-0, mediante despesa não comprovada, conforme apurado pelo Denasus no Relatório de Reanálise - Auditoria 1498/2004; item 31 (fls. 812/817):

Data	Valor (R$)
22/10/02	3.000,00

9.1.4 Sr. Lourival Mustafá de Andrade, em solidariedade com o Sr. José Serafim Coimbra Gomes, pela utilização irregular dos recursos do Piso de Atenção Básica (PAB), Conta nº 58.060-0, mediante despesas não comprovadas (itens 13 a 25) ou em valores incompatíveis com o quantitativo de equipe do Programa Saúde da Família (PSF), conforme apurado pelo Denasus no Relatório de Reanálise - Auditoria 1498/2004; itens 13 a 25 e 46 e 47 (fls. 812/817):

Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)
09/01/04	1.481,18	23/03/04	13.887,74	20/08/04	2.000,00
09/01/04	1.369,31	11/06/04	1.583,42	15/09/04	8.100,00
23/01/04	6.400,62	16/06/04	600,00	24/09/04	15.496,47
18/02/04	11.677,20	22/07/04	800,00	24/09/04	1.126,44
17/03/04	1.996,93	13/08/04	8.100,00	30/09/04	1.714,78

9.2. aplicar aos Srs. Lourival Mustafá de Andrade, Anadir Oliare Cardozo, José Francisco Costa Oliveira e José Serafim Coimbra Gomes a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443/92, nos valores individuais de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), R$ 10.000,00 (dez mil reais), R$ 500,00 (quinhentos reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir da data do presente acórdão até a data do efetivo pagamento, se for quitada após o vencimento, na forma da legislação vigente;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, caso requerido, o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c art. 217 do Regimento Interno, fixando-se o vencimento da primeira em quinze dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos pertinentes, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4.1. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do RITCU;

9.5. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5335-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5336/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 007.071/2010-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto (CPF 025.627.824-53).

4. Entidade: Município de Abreu e Lima/PE.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE).

8. Advogado constituído nos autos: Márcio Alves José de Souza (OAB/PE 5.786).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra o Sr. Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto, ex-prefeito do município de Abreu e Lima/PE, em razão da falta de alcance dos objetivos pactuados no Convênio 1.399/1997 (Siafi 340853), celebrado com o município de Abreu e Lima/PE em 31/12/1997, objetivando a construção de sistema de esgoto sanitário nas localidades de Chã de Cruz e Nova Chã de Cruz.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "d", da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto e condená-lo ao pagamento da importância de R$ 133.536,00 (cento e trinta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 13/11/1998 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável referido na alínea anterior a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado até a data do efetivo pagamento, se for quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado pelo responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4.1. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5336-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5337/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-008.768/2011-0

2. Grupo I - Classe VI - Representação

3. Interessados: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) e Petróleo Brasileiro S.A.

4. Entidade: Município de Campos dos Goytacazes/RJ

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/RJ

8. Advogado constituído nos autos: Paulo Vinicius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, oferecida pela Secex/RJ, acerca de irregularidades identificadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) na aplicação dos recursos transferidos pela Petrobras ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Campos dos Goytacazes/RJ, no valor de R$ 100.000,00.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos art. 235, *caput*, e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno;

9.2. com fulcro no art. 45 da Lei nº 8.443/92, assinar o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que a Petróleo Brasileiro S.A. apure os fatos mencionados na presente representação relativos às supostas irregularidades na aplicação dos recursos repassados pela Petrobras ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Campos dos Goytacazes/RJ para execução do Projeto "Sorriso Feliz", e, se for o caso, adote medidas com vistas à identificação dos responsáveis (nome e CPF/CNPJ, conforme o caso) pela aplicação dos recursos, à quantificação dos eventuais danos e ao seu imediato ressarcimento ao erário, devendo ainda tomar todas as providências necessárias ao esgotamento das medidas administrativas internas cabíveis ou, caso estas não logrem êxito, à instauração, pela autoridade administrativa competente, da respectiva tomada de contas especial, com a devida comunicação do resultado a este Tribunal;

9.3. determinar à Petróleo Brasileiro S.A. que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, informe o nome, o cargo e o CPF do responsável pela análise da prestação de contas dos recursos repassados ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Campos dos Goytacazes/RJ para execução do Projeto "Sorriso Feliz".

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5337-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5338/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-008.772/2011-8

2. Grupo I - Classe VI - Representação

3. Interessados: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) e Petróleo Brasileiro S.A.

4. Entidade: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio Janeiro

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/RJ

8. Advogado constituído nos autos: Paulo Vinicius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, oferecida pela Secex/RJ, acerca de irregularidades identificadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) na aplicação dos recursos transferidos pela Petrobras à extinta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro para o Programa "Verde Que Te Quero Verde".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos art. 235, *caput*, e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno;

9.2. com fulcro no art. 45 da Lei nº 8.443/92, assinar o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que a Petróleo Brasileiro S.A. apure os fatos mencionados na presente representação relativos às supostas irregularidades na aplicação dos recursos do convênio celebrado em junho de 2000 entre a Petrobras, a Fundação João Daudt D'Oliveira e o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio Janeiro, para a implementação do Programa "Verde Que Te Quero Verde", e, se for o caso, adote medidas com vistas à identificação dos responsáveis (nome, CPF/CNPJ, conforme o caso) pela aplicação dos recursos, à quantificação dos eventuais danos e ao seu imediato ressarcimento ao erário, devendo ainda tomar todas as providências necessárias ao esgotamento das medidas administrativas internas cabíveis ou, caso estas não logrem êxito, à instauração, pela autoridade administrativa competente, da respectiva tomada de contas especial, com a devida comunicação do resultado a este Tribunal;

9.3. determinar à Petróleo Brasileiro S.A. que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, informe o nome, o cargo e o CPF do responsável pela análise da prestação de contas dos recursos repassados pela Petrobras para execução do Programa "Verde Que Te Quero Verde".

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5338-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5339/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-008.774/2011-0

2. Grupo I - Classe VI - Representação

3. Interessados: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) e Petróleo Brasileiro S.A.

4. Entidade: Município de Volta Redonda/RJ

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/RJ

8. Advogado constituído nos autos: Paulo Vinicius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, oferecida pela Secex/RJ, acerca de irregularidades identificadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) na aplicação de parte dos recursos do Convênio nº 6000.0027598.06.4, celebrado em dezembro de 2006 entre a Petrobras, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Volta Redonda e o Município de Volta Redonda, para execução de ações voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente, a serem desenvolvidas pelo Lar Espírita Irmã Zilá (LEIZ) e pela Organização Produção Solidária (PROSOL).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235, *caput*, e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno;

9.2. com fulcro no art. 45 da Lei nº 8.443/92, assinar o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que a Petróleo Brasileiro S.A. apure os fatos mencionados na presente representação relativos às supostas irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio n. 6000.0027598.06.4, celebrado entre a Petrobras, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Volta Redonda e o Município de Volta Redonda, no que tange à execução, por parte da Organização Produção Solidária (PROSOL), do "Projeto Geração", visando à execução de ações voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente, e, se for o caso, adote medidas com vistas à identificação dos responsáveis (nome, CPF/CNPJ, conforme o caso) pela aplicação dos recursos, à quantificação dos eventuais danos e ao seu imediato ressarcimento ao erário, devendo ainda tomar todas as providências necessárias ao esgotamento das medidas administrativas internas cabíveis ou, caso estas não logrem êxito, à instauração, pela autoridade administrativa competente, da respectiva tomada de contas especial, com a devida comunicação do resultado a este Tribunal;

9.3. determinar à Petróleo Brasileiro S.A. que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, informe o nome, o cargo e o CPF do responsável pela análise da prestação de contas dos recursos do Convênio nº 6000.0027598.06.4, celebrado entre a Petrobras, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Volta Redonda - CMDCA e o município de Volta Redonda, no que tange à execução, por parte da Organização Produção Solidária - PROSOL, do "Projeto Geração".

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5339-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5340/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.008/2011-0.

2. Grupo II - Classe VI - Assunto: Representação

3. Representante: Policard Systems e Serviços S/A (CNPJ 00.904.951/0001-95)

4. Entidade: Unidade Estadual da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PB.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Policard Systems e Serviços S/A, com fulcro no §1º do art. 113 da Lei 8.666, de 1993, mediante a qual são relatadas supostas irregularidades no edital do Pregão Eletrônico 1/2011, da Unidade Estadual da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da Paraíba.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos do art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c o § 1º do art. 113 da Lei nº 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Unidade Estadual da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da Paraíba e à representante;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5340-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5341/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.824/2006-3

1.1. Apenso: TC 010.502/2006-5

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Prestação de Contas - Exercício: 2005

3. Responsáveis: Adelmir Araújo Santana (CPF 023.615.821-04), Afranio Roberto de Sousa Filho (CPF 124.287.441-00), Ana Cristina Rolins de Freitas Dusi (CPF 343.373.931-53), Antonio Manoel Dias Henriques (CPF 183.551.371-91), Durval Barbosa Rodrigues (CPF 054.840.811-49), Edinaldo de Jesus Silva (CPF 539.976.461-04), Edson Machado Monteiro (CPF 102.027.571-53), Fernando Pedro de Brites (CPF 216.474.968-53), Galeno Furtado Monte (CPF 048.622.363-91), Hayton Jurema da Rocha (CPF 153.667.404-44), Herminio Basso (CPF 393.339.819-34), José Eduardo Azevedo Fiates (CPF 112.159.298-89), José Luiz Diaz Fernandez (CPF 276.195.591-91), Josezito Nascimento Andrade (CPF 000.425.281-00), José Urbano Duarte (CPF 355.375.236-04), José Ventura dos Santos (CPF 290.128.057-91), João Ricardo Noronha da Silva (CPF 492.838.717-15), Juares Antonio Koppe (CPF 163.091.620-04), Juvenal Batista Amaral (CPF 029.133.641-87), Luis Afonso Bermudez (CPF 265.056.900-00), Luiz Carlos Silva de Azevedo (CPF 528.768.537-87), Marcelo Monção Cunha (CPF 602.324.201-49), Maria Eulália Franco (CPF 121.197.091-49), Mário Lúcio de Ávila (CPF 024.455.141-34), Newton de Castro (CPF 003.400.901-97), Nilo da Silva Macedo (CPF 036.784.580-68), Oscar Perne do Carmo (CPF 001.977.691-87), Paulo Menicucci Castanheira (CPF 041.965.546-87), Raymundo Rubens Coutinho Filho (CPF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

184.395.191-68), Renato Simplicio Lopes (CPF 000.791.386-91), Rodrigo de Oliveira Sá (CPF 316.458.011-87) e Rui Saturnino Ruas (CPF 362.168.010-15)

4. Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal (Sebrae/DF)

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5)

8. Advogados constituídos nos autos: Ana Cristina Vasconcelos Soares (OAB/DF 28.806) e Vanessa Maria Borges (OAB/DF 21.484)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do exercício de 2005 do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal (Sebrae/DF).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas nos autos pelo Sr. Newton de Castro e pelas Srªs Ana Cristina Rolins de Freitas Dusi e Maria Eulália Franco;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Newton de Castro, Marcelo Monção Cunha e Rodrigo de Oliveira Sá, e das Srªs Ana Cristina Rolins de Freitas Dusi e Maria Eulália Franco, dando-lhes quitação;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas dos Srs. Adelmir Araújo Santana; Afranio Roberto de Sousa Filho; Antonio Manoel Dias Henriques; Durval Barbosa Rodrigues; Edinaldo de Jesus Silva; Edson Machado Monteiro; Fernando Pedro de Brites; Galeno Furtado Monte; Hayton Jurema da Rocha; Herminio Basso; José Eduardo Azevedo Fiates; José Luiz Diaz Fernandez; Josezito Nascimento Andrade; José Urbano Duarte; José Ventura dos Santos; João Ricardo Noronha da Silva; Juares Antonio Koppe; Juvenal Batista Amaral; Luis Afonso Bermudez; Luiz Carlos Silva de Azevedo; Mário Lúcio de Ávila; Nilo da Silva Macedo; Oscar Perne do Carmo; Paulo Menicucci Castanheira; Raymundo Rubens Coutinho Filho; Renato Simplício Lopes e Rui Saturnino Ruas, dando-lhes quitação plena;

9.4. dar ciência ao Sebrae/DF das seguintes impropriedades:

9.4.1. ocorrência de fracionamento de despesas, tendo em vista falha no planejamento de compras de materiais de limpeza e de expediente, provocado por dispensas de licitação indevidas, em desacordo com os arts. 1º e 6º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae;

9.4.2. contratação de empregados com a utilização de critérios subjetivos e restritivos de recrutamento em processos seletivos (conforme aspectos ressaltados nos itens 12 e 13 do voto que precede este acórdão);

9.4.3. locação de imóveis com falhas como a ausência de avaliação prévia do imóvel; exigência intempestiva de certidões de regularidade fiscal e com a seguridade social; e análise inadequada do parecer jurídico quanto ao objeto do contrato e ao procedimento licitatório a ser utilizado (por falta de tempo hábil para análise acurada);

9.4.4. inexistência da declaração de bens e rendas de um membro do Conselho Deliberativo, em desacordo com a Lei nº 8.730, de 1993;

9.4.5. realização de despesas com serviços de "buffet" e almoços, sem comprovação de que estavam relacionadas aos objetivos da entidade, em desacordo com as finalidades institucionais previstas nos arts. 2º e 7º, § 1º, do Decreto nº 99.570, de 1990;

9.4.6. falta de convocação por escrito de licitantes que tiveram objetos adjudicados, em certames licitatórios homologados, para a assinatura do termo de contrato, com vistas a cumprir o disposto no art. 31 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae;

9.5. dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, aos responsáveis e ao Sebrae/DF;

9.6. arquivar este processo.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5341-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5342/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-011.960/2007-3.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação

3. Representante: Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - Sinicon (CNPJ 33.645.540/0001-81)

4. Órgão: Ministério da Integração Nacional (MI).

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação sobre possíveis irregularidades relacionadas ao Edital de Concorrência 02/2007-MI para a contratação da execução de obras civis dos lotes 1 a 14 da Primeira Etapa do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da Representação, com fulcro nos artigos 237, inciso VII, e 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 113, §1º, da Lei nº 8.666/93, para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante a perda de seu objeto;

9.2. encaminhar ao Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - Sinicon e ao Ministério da Integração Nacional - MI cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam;

9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do inciso IV, do art. 169, do Regimento Interno - TCU.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5342-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5343/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.519/2003-6.

1.1. Apensos: TC 029.207/2007-8, TC 011.466/2007-0, TC 029.205/2007-3

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: José Roncalli Costa Paulo (CPF 180.858.903-30) e Governo do Estado do Piauí (CNPJ 06.553.481/0001-49).

4. Órgão: Ministério da Integração Nacional.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

8. Advogado constituído nos autos: José Norberto Lopes Campelo (OAB/PI 2.594).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada em nome de José Roncalli Costa Paulo, ex-Secretário de Obras e Serviços Públicos do Estado do Piauí, em decorrência de irregularidades relacionadas ao Convênio n° 994/2000, celebrado entre a Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional e o Estado do Piauí,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "d", 19, *caput*, e 23, III, da Lei nº 8.443/92, julgar irregulares as contas de José Roncalli Costa Paulo e do Estado do Piauí, condenando-os a ressarcir aos cofres do Tesouro Nacional, solidariamente, as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante esta Corte, o cumprimento dessa obrigação, abatendo-se, na ocasião, as parcelas já satisfeitas:

a) Débitos:

Valor (R$)	Data
14.793,22	02/10/2001
22.206,78	02/10/2001

b) Parcelas já satisfeitas

Valor (R$)	Data
3.782,81	30/03/2007
3.852,61	18/05/2007

9.2. aplicar a José Roncalli Costa Paulo a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo pagamento, se for quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. nos termos do art. 23, III, "b", da Lei nº 8.443, de 1992, autorizar, desde já, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4 autorizar, desde logo, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada uma, atualizada monetariamente, os encargos devidos, conforme legislação em vigor, alertando-se os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92, remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5343-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5344/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.969/2006-4.

1.1. Apenso: TC 013.906/2003-5

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração

3. Embargantes: Evandro Bessa de Lima Filho (CPF 021.431.947-49), Francisco Serafim de Barros (CPF 022.401.811-68), João Batista de Melo Bastos (CPF 008.161.242-72), Mancio Lima Cordeiro (CPF 045.734.472-53), Milton Barbosa Cordeiro (CPF 026.480.672-72).

3.1. Interessados: João Carlos Correa Salas (CPF 163.631.750-20) e José Carlos Rodrigues Bezerra (CPF 075.235.051-04).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Entidade: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

5.1. Relator da Deliberação Embargada: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX/PA).

8. Advogados constituídos nos autos: Marçal Marcellino da Silva Neto (OAB/PA 5.865) e Polyanna Ferreira Silva (OAB/DF 19.273).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos contra o Acórdão n° 2928/2011 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fulcro no art. 34 da Lei n° 8.443/92, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, acolhê-los parcialmente, exclusivamente no que se refere ao erro de responsabilização contido no item 9.1 do Acórdão n° 2928/2011 - 1ª Câmara;

9.2. alterar a redação do item 9.1 do Acórdão n° 2928 - 1ª Câmara, que passa a ser a seguinte:

"9.1 com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, III, da Lei n.º 8.443/92, julgar irregulares as contas dos Srs. Evandro Bessa de Lima Filho, Francisco Serafim de Barros, João Batista de Melo Bastos, José Carlos Rodrigues Bezerra, Mâncio Lima Cordeiro e Milton Barbosa Cordeiro;"

9.3. declarar a perda de objeto do recurso de reconsideração apresentado pelo Sr. João Carlos Correa Salas, em decorrência da mudança na redação conferida ao item 9.1 do Acórdão n° 2928 - 1ª Câmara;

9.4. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, aos embargantes e interessados referidos nos itens 3 e 3.1 deste acórdão.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5344-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5345/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n. TC-012.043/2005-1.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3. Responsáveis: Aldyr Alves de Oliveira, CPF n. 114.312.107-49, Alfredo Carlos Orphão Lobo, CPF n. 032.504.827-49, Alvaro Cruz de Azevedo, CPF n. 021.059.857-34, Alvaro Luiz Borges Baião, CPF n. 697.785.157-00, Antonio Carlos de Vasconcellos Lorang, CPF n. 381.477.507-49, Antony Espindola da Silva, CPF n. 026.842.579-57, Armando Mariante Carvalho Júnior, CPF n. 178.232.937-49, Aurelio Barvik, CPF n. 017.073.109-04, Carlos Eduardo Vieira Camargo, CPF n. 092.368.057-87, Cesar Luiz Leal Moreira da Silva, CPF n. 102.478.157-72, Dayse Sandra Albuquerque Alves, CPF n. 764.058.507-49, Edson Luiz de Aquino, CPF n. 409.831.967-53, Eleonora Fuhrmeister Serau, CPF n. 534.563.609-59, Elias Otacilio Pereira, CPF n. 578.386.239-87, Elizabeth dos Santos Cavalcanti, CPF n. 551.190.007-97, Gilmar de Togni, CPF n. 365.767.430-68, Gilson da Silva Almeida, CPF n. 890.180.877-34, Heitor Francisco Hubner, CPF n. 401.282.450-34, Humberto Siqueira Brandi, CPF n. 241.063.647-00, João Alziro Herz da Jornada, CPF n. 113.055.250-00, Joel Magele Braga, CPF n. 699.159.547-00, Jonas Cavalcante, CPF n. 520.420.578-00, Jorge Luiz Seewald, CPF n. 166.510.900-97, Jorge Roberto Gonçalves Carvalho, CPF n. 278.172.377-00, José Autran Teles Macieira, CPF n. 260.492.877-91, José Carlos de Freitas, CPF n. 480.864.797-49, José Martins de Lima, CPF n. 594.340.157-15, Joseph Brais, CPF n. 831.982.028-68, Julieta Simas da Silveira Soares, CPF n. 734.503.087-34, Leila Emiliane Gasiglia de Souza, CPF n. 656.240.767-20, Luiz Carlos Gomes dos Santos, CPF n. 533.947.207-87, Luiz Fernandes da Silva, CPF n. 581.233.347-53, Marcelo Silveira Martins, CPF n. 264.549.710-15, Marcos Antonio de Almeida, CPF n. 348.633.117-53, Maria Ines Viana Mazzillo, CPF n. 775.280.777-04, Mauricio Moreira de Carvalho, CPF n. 373.506.927-49, Misael Roque Alcides, CPF n. 328.588.257-34, Neusa Gonçalves Vieira, CPF n. 395.926.937-49, Nilton Gonçalves Vieira, CPF n. 357.123.177-53, Patricia Pinheiro Barros Ferreira, CPF n. 224.927.631-53, Patricia Sandenberg Lima de Carvalho, CPF n. 724.004.477-72, Paulo Sergio Ferracioli da Silva, CPF n. 192.640.546-34, Raul Machareth Godinho, CPF n. 697.795.707-72, Ricardo Leopoldo de Menezes, CPF n. 348.507.087-49, Ricardo de Oliveira, CPF n. 339.026.157-53, Rita de Cassia Tudinho dos Santos Ribeiro, CPF n. 003.954.387-05, Roberto Luiz de Lima Guimarães, CPF n. 135.083.186-72, Rodrigo Leandro Pereira, CPF n. 029.242.187-72, Rogerio da Silva Fernandes, CPF n. 753.788.337-87, Roselene da Silva, CPF n. 382.308.957-91, Sergio Ballerini, CPF n. 978.373.938-72, Sergio Brun, CPF n. 375.474.887-49, Sérgio Dutra de Carvalho, CPF n. 256.467.967-68, Tania Cevolo Gonçalves, CPF n. 702.563.657-68, Vanderli Leite, CPF n. 424.574.597-53, Vitoria Policarpo Fernandes dos Reis, CPF n. 434.310.707-87, Walter Luis Figueiredo, CPF n. 360.144.787-87.

4. Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial/Inmetro.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade: 9ª Secretaria de Controle Externo - 9ª Secex.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Prestação de Contas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial/Inmetro referente ao exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento do presente processo;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Joseph Brais, com fulcro nos artigos. 1.º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei n. 8.443/1992;

9.3. com fundamento nos arts. 1°, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Alfredo Carlos Orphão Lobo, Álvaro Cruz de Azevedo, Antônio Carlos de Vasconcellos Lorang, Armando Mariante Carvalho Junior, Carlos Eduardo Vieira Camargo, César Luiz Leal Moreira da Silva, Dayse Sandra Albuquerque Alves, Elizabeth dos Santos Cavalcanti, João Alziro Herz da Jornada, José Autran Teles Macieira, Julieta Simas da Silveira Soares, Luiz Carlos Gomes dos Santos, Maurício Moreira de Carvalho, Paulo Sérgio Ferracioli da Silva, Paulo Coscarelli, Ricardo de Oliveira e Rodrigo Leandro Pereira, dando-lhes quitação;

9.4. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no item 3 supra, dando-lhes quitação plena;

9.5. determinar ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial/Inmetro que:

9.5.1. abstenha-se de assinar contratos com data retroativa, em desacordo com o art. 60, parágrafo único, da Lei n. 8.666;

9.5.2. cumpra o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto n. 4.050/2000, de modo a inibir o ressurgimento das pendências de reembolso dos custos de cessão de servidor;

9.5.3. elabore pesquisa de mercado quando da execução de procedimento licitatório na modalidade Pregão, bem como termo de referência contendo elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, por meio de orçamento detalhado, considerando os preços e as especificações em prática no mercado, conforme preconiza o art. 8º do anexo I do Decreto n. 3.555/2000;

9.5.4. nas licitações em que o objeto seja de natureza divisível sem prejuízo do conjunto, proceda a adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas, consoante estabelecem os arts. 3º, § 1º, inciso I, 23, §§ 1º e 2º, 15, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993;

9.5.5. observe o limite de até 25% previsto no § 1º art. 65 da Lei n. 8.666/1993, ressalvadas as situações permitidas nos §§ 2º a 8º, art. 65 da mesma Lei, quando ocorrerem acréscimos ou supressões de obras, serviços ou compras nos contratos que firmar;

9.5.6. implemente controles administrativos, de modo a não mais permitir a execução de serviços suportados em contratos cuja vigência tenha expirado;

9.5.7. cumpra os item d.7 do Acórdão n. 427/2001 - 2ª Câmara, 18.1 a 18.1.2 do Acórdão n. 407/2006 - 2ª Câmara (Relação n. 5/2006 - Gab. do Min. Lincoln M. da Rocha) e 9.2 a 9.3 do Acórdão n. 1087/2007 - 1ª Câmara;

9.6. arquivar estes autos.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5345-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5346/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-017.681/2002-3.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio Firmo Leal (falecido), e Jorge Carlos Silva Santos, CPF 063.462.355-91, ex-Prefeitos.

4. Entidade: Município de Barra do Rocha/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - Secex/BA.

8. Advogados constituídos nos autos: Antonio Victor Leal, OAB/BA n. 24.448, e Tiago Leal Ayres, OAB/BA n. 22.219.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada da Contas Especial decorrente da conversão de Representação, conforme decisão prolatada no Acórdão n. 3.374/2006 - 1ª Câmara, em razão de irregularidades na gestão dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, na gestão dos Srs. Antônio Firmo Leal e Jorge Carlos Silva Santos, ex-Prefeitos do Município de Barra do Rocha/BA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Antônio Firmo Leal e Jorge Carlos Silva Santos;

9.2. condenar os responsáveis a seguir indicados ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb do Município de Barra do Rocha/BA, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1. solidariamente os herdeiros do Sr. Antônio Firmo Leal, no limite do patrimônio a eles transferidos: Srs. José Antonio de Sá Leal, CPF 422.676.095-68; Antonio Firmo Leal Júnior, CPF 158.795.935-68; Antonio Victor Leal, CPF 012.774.455-08; Rodrigo Firmo Leal, CPF 031.926.395-98; e Sras. Telma Suely do Couto Leal, CPF 206.003.055-20; Angelina Maria Leal Aires de Almeida, CPF 487.399.105-63; Sônia Maria Leal, CPF 567.881.695-00:

Data	Valor
31/12/1999	R$ 14.725,21
31/12/2000	R$ 66.686,75

9.2.2.. Sr. Jorge Carlos Silva Santos:

Data	Valor
31/12/2001	R$ 7.384,74
31/12/2002	R$ 132.599,08
31/12/2004	R$ 32.681,95

9.3. aplicar ao Sr. Jorge Carlos Silva Santos a multa capitulada no artigo 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão deliberação, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do art. 16, § 3°, da Lei n. 8.443/1992.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5346-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5347/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n. TC-002.401/2011-8.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessada: Procuradoria da União no Estado do Tocantins.

4. Órgão: Secretaria de Educação no Estado do Tocantins - Seduc/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secex/TO.

8. Advogados constituídos nos autos: Evandro Borges Arantes, OAB/TO n. 1.658; e Rodolfo Gil Moura Rebouças, OAB/DF n. 31.994.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pela Procuradoria da União no Estado do Tocantins acerca da utilização indevida de inexigibilidade de licitação em contratação de empresa para capacitação de professores por parte da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins - Seduc/TO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, conhecer desta Representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar à Secretaria de Educação do Estado do Tocantins - Seduc/TO que, nas próximas avenças envolvendo recursos federais, somente contrate fornecimento de bens e serviços diretamente, por inexigibilidade de licitação, quando restarem comprovados os requisitos da inviabilidade de competição, da singularidade do objeto e da notória especialização, nos termos do art. 25, caput e inciso II, da Lei n. 8.666/1993;

9.3. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da União no Estado do Tocantins;

9.4. arquivar este processo.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5347-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5348/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-003.740/2011-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: João Eurípedes Sabino, CPF n. 107.943.016-49.

4. Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MG.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa a aposentadoria concedida ao Sr. João Eurípedes Sabino, ex-servidor da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei n. 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria concedida a João Eurípedes Sabino e recusar o registro do ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, com base na Súmula n. 106 da Jurisprudência deste Tribunal;

9.3 determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MG que:

9.3.1. com fundamento no art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. comunique ao interessado de que trata o subitem 9.1 supra a respeito deste Acórdão, e informe-lhe que:

9.3.2.1. o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.2.2. ele poderá optar:

9.3.2.2.1. pela aposentadoria voluntária com proventos proporcionais a 30/35, utilizando-se da contagem do período de inatividade, nos termos da Súmula TCU n. 74; ou

9.3.2.2.2. retornar à atividade para completar os requisitos legais para aposentadoria, hipótese na qual esta dar-se-á pelas regras vigentes no momento da sua concessão;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie ao Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado mencionado no subitem 9.1 retro tomou ciência deste Acórdão;

9.4. esclarecer à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MG que, com base no art. 262, § 2º, do RI/TCU, caso o interessado opte pela hipótese mencionada acima no subitem 9.3.2.2.1, poderá ser emitido novo ato de concessão livre da irregularidade apontada nos autos, que deverá ser submetido ao TCU, na forma do art. 260, caput, também do RI/TCU;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas constantes do subitem 9.3 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5348-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5349/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-029.729/2008-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Ivete Sousa Perre, CPF 029.115.557-08, e Maria Rita Simões Costa, CPF 484.190.445-04.

4. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão instituída por ex-militar do Comando da Marinha.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno em:

9.1. considerar ilegal a concessão de pensão às Sra. Ivete Sousa Perre (viúva) e Maria Rita Simões Costa (companheira), negando registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no enunciado da Súmula n. 106 do Tribunal;

9.3. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que:

9.3.1. informe, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência do Acórdão, o inteiro teor desta deliberação às interessadas cujo ato foi considerado ilegal, indicado no subitem 9.1 acima, cientificando-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não-provimento desse recurso;

9.3.2. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência deste Acórdão, o pagamento decorrente do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do RI/TCU;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta dias), a comprovação da ciência das pensionistas mencionada no subitem 9.1 sobre esta deliberação;

9.4 esclarecer ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que, com base no art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, poderá ser emitido, novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada nos autos, devendo ser submetido a este Tribunal, na forma do art. 260, caput, também do Regimento Interno/TCU;

9.5. determinar à Sefip que acompanhe a implementação da medida disposta no subitem 9.3.2 supra, representando ao Tribunal em caso de descumprimento.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5349-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente) e Ubiratan Aguiar.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5350/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.678/2006-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame

3. Recorrente: Jaques Breitman (043.796.837-53).

4. Órgão/Entidade: Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) e Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Advogado(s): não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Sr. Jaques Breitman contra o Acórdão nº 3.977/2010-TCU-Primeira Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria em razão da acumulação de proventos com remuneração de emprego público.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto, com fundamento no art. 48, c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o item 9.3 e respectivos desdobramentos do Acórdão nº 3.977/2010-TCU-1ª Câmara;

9.2. considerar legal, com fundamento no inciso III do art. 71 da Constituição Federal, a aposentadoria de Jaques Breitman e determinar o registro do respectivo ato, nº de controle 1-080281-9-04-1999-000058-0;

9.3. dar conhecimento deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente e ao Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5350-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência) e Valmir Campelo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5351/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.423/2008-6

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas Especial

3. Entidade: Município de Araguaína - TO

4. Responsável: Município de Araguaína - Tocantins - CNPJ 01.830.793/0001-39

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - TO (SECEX-TO)

8. Advogados constituídos nos autos: Alessandra Viana de Morais - OAB/TO 2580; Alfredo Farah - OAB/TO 943-A; Ana Paula Cavalcante - OAB/TO 2886 (em alguns documentos informado 2688); Antonio Newton Soares de Matos - OAB/DF 22998; Arthur Lima Guedes - OAB/DF 18073; Clever Honório Correia dos Santos - OAB/TO 3675; Elaine Ricas Rezende - OAB/TO 2731; Fábio Phelipe Costa Martins - OAB/TO 2631; Herber Renato de Paula Pires - OAB/SP 137944; João Geraldo Piquet Carneiro - OAB/DF 800-A; Joaquim Quinta Neto Barbosa - OAB/TO 3139; José Pinto Quezado - OAB/TO 2263; Jorge Mendes Ferreira Neto - OAB/TO 4217; Marcela Silva Gonçalves - OAB/TO 3689; Raimundo José Marinho Neto - OAB/TO 3723; Roberto Pereira Urbano - OAB/TO 1440-A; Ronan Pinho Nunes Garcia - OAB/TO 1956; Sóya Lélia Lins de Vasconcelos OAB/TO 3411-A

9. Acórdão:

VISTOS, Relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial decorrente de cobranças indevidas nos serviços prestados ao Sistema de Informação Ambulatorial - SIA/SUS, ocorridas no Posto de Saúde Projeto Alegre, Distrito de Campo Alegre, no município de Araguaína/TO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Município de Araguaína, no Estrado do Tocantins, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c", 19 e 23, III, da Lei Lei nº 8.443/92, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo, fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, na forma do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente a contar das respectivas datas, até à da efetiva quitação, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor Histórico
11/3/1994	CR$ 13.455,90
30/4/1994	CR$ 2.961.607,34
6/7/1994	R$ 1.857,89
12/8/1994	R$ 1.957,89
19/9/1994	R$ 2.402,34
25/10/1994	R$ 1.632,81
21/11/1994	R$ 1.864,43
9/1/1995	R$ 2.159,08
3/3/1995	R$ 2.179,56
7/3/1995	R$ 862,30
4/4/1995	R$ 1.475,11
4/5/1995	R$ 1.167,38
5/7/1995	R$ 158,10
3/8/1995	R$ 352,92

9.2 autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/92; e

9.3 encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto condutores, ao MPF/Procuradoria da República no Tocantins, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, com fulcro no § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/92; e ao responsável.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5351-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência) e Valmir Campelo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5352/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.447/2008-8

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Entidade: Município de Araguaína - Tocantins

4. Responsável: Município de Araguaína/TO - CNPJ 01.830.793/0001-39

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secex/TO

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - TO (SECEX-TO).

8. Advogados constituídos nos autos: Alessandra Viana de Morais - OAB/TO 2580; Alfredo Farah - OAB/TO 943-A; Ana Paula Cavalcante - OAB/TO 2886 (em alguns documentos informado 2688); Antonio Newton Soares de Matos - OAB/DF 22998; Arthur Lima Guedes - OAB/DF 18073; Clever Honório Correia dos Santos - OAB/TO 3675; Elaine Ricas Rezende - OAB/TO 2731; Fábio Phelipe Costa Martins - OAB/TO 2631; Herber Renato de Paula Pires - OAB/SP 137944; João Geraldo Piquet Carneiro - OAB/DF 800-A; Joaquim Quinta Neto Barbosa - OAB/TO 3139; José Pinto Quezado - OAB/TO 2263; Jorge Mendes Ferreira Neto - OAB/TO 4217; Marcela Silva Gonçalves - OAB/TO 3689; Raimundo José Marinho Neto - OAB/TO 3723; Roberto Pereira Urbano - OAB/TO 1440-A; Ronan Pinho Nunes Garcia - OAB/TO 1956; Sóya Lélia Lins de Vasconcelos OAB/TO 3411-A

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial decorrente de cobranças indevidas nos serviços prestados ao Sistema de Informação Ambulatorial - SIA/SUS, ocorridas no Posto de Saúde Noroeste, no município de Araguaína/TO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Município de Araguaína, no Estrado do Tocantins, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c", 19 e 23, III, da Lei nº 8.443/92, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo, fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, na forma do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente a contar das respectivas datas, até à da efetiva quitação, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor Histórico
15/4/1994	CR$ 4.223.359,39
30/4/1994	CR$ 3.777.124,57
6/7/1994	R$ 3.901,42
12/8/1994	R$ 3.028,79
20/9/1994	R$ 3.138,08
25/10/1994	R$ 3.145,28
21/11/1994	R$ 2.004,18
9/1/1995	R$ 1.827,98
3/3/1995	R$ 1.952,08
7/3/1995	R$ 4.508,42
4/4/1995	R$ 2.086,00
4/5/1995	R$ 3.836,06
5/6/1995	R$ 851,29
30/6/1995	R$ 1.029,32
5/7/1995	R$ 560,80

9.2 autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/92; e

9.3 encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto condutores, ao MPF/Procuradoria da República no Tocantins, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, com fulcro no § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/92; e à responsável.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5352-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência) e Valmir Campelo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5353/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-030.924/2008-8 (com 1 volume e 2 anexos)

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração

3. Responsáveis: Valter Mendes Lopes, ex-Prefeito do Município de Jussara/BA (CPF nº 144.501.945-00); e I. B. Santos e Cia Ltda. (CNPJ nº 04.288.000/0001-90)

3.1. Recorrente: Valter Mendes Lopes (CPF: 144.501.945-00)

4. Entidade: Município de Jussara, na Bahia

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Bemquerer Costa

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogado constituído nos autos: Raul Carvalho (OAB/BA nº 2.557)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Valter Mendes Lopes, ex-Prefeito do Município de Jussara/BA, contra o Acórdão nº 2.302/2010-TCU-Primeira Câmara, no qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenou-o solidariamente com a empresa I. B. Santos e Cia Ltda. ao pagamento do débito e aplicando-lhes a multa individual no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92 combinado com o art. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, e, em consequência, manter inalterado o Acórdão nº 2.302/2010-TCU-Primeira Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 23/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/7/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5353-23/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência) e Valmir Campelo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-015.163/2010-5, de relatoria do Ministro Valmir Campelo; e

- TC-001.580/2010-8, TC-002.229/2011-0, TC-006.106/2008-2, TC-009.857/1999-0, TC-011.983/2010-8, TC-013.980/2011-4, TC-013.998/2011-0, TC-014.089/2011-4, TC-014.170/2011-6, TC-014.183/2011-0, TC-014.834/2011-1, TC-015.013/2011-1, TC-015.033/2011-2, TC-015.124/2011-8, TC-015.126/2011-0, TC-015.127/2011-7, TC-016.875/2011-7, TC-017.020/2011-5, TC-017.031/2011-7, TC-017.034/2011-6, TC-017.035/2011-2, TC-017.041/2011-2, TC-017.047/2011-0, TC-017.050/2011-1, TC-017.057/2011-6, TC-017.062/2011-0, TC-017.066/2011-5, TC-017.072/2011-5, TC-017.075/2011-4, TC-017.089/2011-5, TC-017.190/2011-8, TC-019.169/2007-1, TC-021.189/2010-2, TC-029.825/2008-7 e TC-031.678/2010-6, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 40 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Câmara
Substituto

Aprovada em 6 de julho de 2011.

VALMIR CAMPELO
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 47, DE 5 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a alteração do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal.

O VICE-PRESIDENTE, no exercício da presidência do CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a edição da Portaria Conjunta n. 02, de 31 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 14 de junho de 2011;

CONSIDERANDO a edição do Decreto de 9 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 10 de junho de 2011; e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos valores a serem desembolsados, mês a mês, visando contemplar o incremento nas Requisições de Pequeno Valor autuadas no exercício, bem como ao montante necessário ao recolhimento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor; resolve:

Art. 1º ALTERAR, nos termos do caput do art. 69 e de seu § 2º da Lei n. 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal referente ao exercício de 2011 - Órgão 12.000 - Justiça Federal, constante da Portaria n. 36, de 19 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 20 de maio de 2011, nas Ações Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor e Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor e da Portaria n. 29, de 14 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 18 de abril de 2011, na categoria de gasto Outros Custeios e Capital.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2011
ÓRGÃO 12000 - JUSTIÇA FEDERAL
Em R$ 1,00

PERÍODO	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL
Até junho	684.957.480
Até julho	796.688.733
Até agosto	908.419.986
Até setembro	1.020.151.239
Até outubro	1.131.882.491
Até novembro	1.243.613.744
Até dezembro	1.355.344.997

Em R$ 1,00

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS)						
PERÍODO	UNIÃO FEDERAL		AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FERERAIS		FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
	NATUREZA ALIMENTÍCIA	OUTRAS NATUREZAS	NATUREZA ALIMENTÍCIA	OUTRAS NATUREZAS	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
Até junho	2.195.002.764	2.089.244.745	469.132.626	561.645.418	41.015.852	3.105.116.006
Até julho	2.195.002.764	2.089.244.745	469.132.626	561.645.418	41.015.852	3.105.116.006
Até agosto	2.195.002.764	2.089.244.745	469.132.626	561.645.418	41.015.852	3.105.116.006
Até setembro	2.195.002.764	2.089.244.745	469.132.626	561.645.418	41.015.852	3.105.116.006
Até outubro	2.195.002.764	2.089.244.745	469.132.626	561.645.418	41.015.852	3.105.116.006
Até novembro	2.195.002.764	2.089.244.745	469.132.626	561.645.418	41.015.852	3.105.116.006
Até dezembro	2.195.002.764	2.089.244.745	469.132.626	561.645.418	41.015.852	3.105.116.006

Em R$ 1,00

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO DE PEQUENO VALOR				
	UNIÃO FEDERAL AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FEDERAIS		FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
PERÍODO	NATUREZA ALIMENTÍCIA	OUTRAS NATUREZAS	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
Até junho	565.640.000	84.690.594	139.790.347	1.721.990.916
Até julho	709.640.000	95.690.594	168.790.347	2.121.990.916
Até agosto	852.123.854	106.690.594	197.790.347	2.563.193.464
Até setembro	852.123.854	117.690.594	226.790.347	2.563.193.464
Até outubro	852.123.854	128.690.594	240.000.000	2.563.193.464
Até novembro	852.123.854	135.230.516	240.000.000	2.563.193.464
Até dezembro	852.123.854	135.230.516	240.000.000	2.563.193.464

CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATORIOS E REQUISICOES DE PEQUENO VALOR

	UNIÃO FEDERAL	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FEDERAIS
PERÍODO	NATUREZA ALIMENTÍCIA	NATUREZA ALIMENTÍCIA
Até junho	23.982.000	44.128.383
Até julho	115.350.343	69.128.383
Até agosto	206.718.686	83.009.372
Até setembro	298.087.030	83.009.372
Até outubro	389.455.373	83.009.372
Até novembro	480.823.716	83.009.372
Até dezembro	572.192.059	83.009.372

Brasília, 5 de julho de 2011.
ANTONIO HUMBERTO MACHADO DE SOUSA BRITO
Secretário-Geral
Em exercício

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
5ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 6 DE JULHO DE 2011

Instala a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Guarabira, e dá outras providências.

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o regramento da Lei nº 12.011, de 04 de agosto de 2009, que dispôs "sobre a criação de 230 (duzentas e trinta) Varas Federais, destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País", dando ainda "outras providências";

CONSIDERANDO a autorização dada pelo Conselho da Justiça Federal para a implantação das novas Varas Federais criadas pela Lei nº 12.011, de 04 de agosto de 2009 (nos termos das Resoluções CJF nº 102, de 14 de abril de 2010; nºs 112 e 113, de 26 de agosto de 2010; e nº 137, de 31 de dezembro de 2010);

CONSIDERANDO, igualmente, a necessidade de otimização de todos os procedimentos de instalação, resolve:

Art. 1º Instalar, na Seção Judiciária do Estado da Paraíba, no Município de Guarabira, em data a ser definida pela Presidência deste Tribunal, a 12ª Vara Federal, criada pela Lei nº 12.011, de 4 de agosto de 2009.

Art 2º A competência territorial da 12ª Vara Federal abrange os municípios de Alagoinha, Araçagi, Araruna, Bananeiras, Belém, Borborema, Cacimba de Dentro, Caiçara, Tacima, Casserengue, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Lagoa de Dentro, Logradouro, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, Riachão, Serra da Raiz, Serraria, Sertãozinho e Solânea.

Art. 3º A 12ª Vara Federal da Seccional paraibana tem, no seu âmbito territorial de atuação, competência plena para processar e julgar as causas previstas no Art. 109 da Constituição da República, inclusive para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de sessenta salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos Juizados Especiais Federais Criminais instituídos através da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

Art. 4º A 12ª Vara Federal receberá os feitos em tramitação nas demais Varas da Seccional paraibana que sejam da sua jurisdição.

Art. 5º Transformar, na forma prevista no parágrafo único do Art. 24 da Lei nº 11.416/2006, 10 (dez) funções comissionadas de nível FC-05, 01 (uma) função comissionada de nível FC-03 e 02 (duas) funções comissionadas de nível FC-02, criadas pela Lei nº 12.011/2009, conforme quantitativos existentes no Anexo III da presente Resolução.

Art. 6º As estruturas de cargos e funções da 12ª Vara Federal serão as constantes nos Anexos I e II da presente Resolução, já abatido o quantitativo alusivo ao percentual a que faz alusão o Art. 5º da Resolução nº 102, de 14 de abril de 2010, do Conselho da Justiça Federal.

Art. 7º A Direção do Foro da Seção Judiciária do Estado da Paraíba providenciará as instalações da 12ª Vara Federal.

Art. 8º Fica a Presidência do Tribunal autorizada a nomear, antes da efetiva instalação da 12ª Vara Federal, os candidatos habilitados em concurso público para preenchimento de vagas no âmbito da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, com a finalidade de prover os cargos previstos no Anexo I desta Resolução e com o objetivo de capacitá-los antecipadamente.

Art. 9º Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência deste Tribunal.

Art. 10 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, porém só produzirá efeitos a partir do dia da efetiva instalação referida no Art. 1º, à exceção do disposto no art. 6º, revogando-se as disposições em contrário.

Des. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
Presidente do Tribunal

Des. ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA
Vice-Presidente do Tribunal

Des. VLADIMIR SOUZA CARVALHO
Corregedor Regional

Des. JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES

Des. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA

Des. FRANCISCO GERALDO APOLIANO DIAS

Des. MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI

Des. FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI

Des. LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

Des. PAULO DE TASSO BENEVIDES GADELHA

Des. FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS

Des. MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS

Des. MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT

Des. FRANCISCO BARROS DIAS

Des. EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR

ANEXO I

CARGOS/DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS
Juiz Federal		01
Juiz Federal Substituto		01
Analista Judiciário - Área Judiciária	Superior	05
Analista Judiciário - Área Administrativa	Superior	01
Analista Judiciário - Área Judiciária (Especialidade Execução de Mandados)	Superior	02
Técnico Judiciário - Área Administrativa	Intermediário	08
Técnico Judiciário - Área Administrativa (Especialidade Segurança e Transporte)	Intermediário	02
TOTAL DE CARGOS		20

FUNÇÕES/NÍVEL	Nº DE FUNÇÕES
CJ-3	01
FC-05	06
FC-04	06
FC-02	01
TOTAL DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS	14

ANEXO II

A - GABINETE DO JUIZ FEDERAL DIRETOR DA SUBSEÇÃO DE GUARABIRA-PB
1. Seção de Apoio Administrativo
(01) Supervisor de Seção - FC-05
(01) Supervisor-Assistente - FC-04
2. Seção de Apoio Judiciário
(01) Supervisor de Seção - FC-05
B - VARA COMUM DE GUARABIRA (12ª VARA)
1. GABINETE DE JUIZ FEDERAL
(01) Oficial de Gabinete - FC-05

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(01) Supervisor-Assistente - FC-04
2. GABINETE DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO
(01) Oficial de Gabinete - FC-05
(01) Supervisor-Assistente - FC-04
3. SECRETARIA DE VARA
3.1 Gabinete de Diretor de Secretaria
(01) Diretor de Secretaria - CJ-3
(01) Auxiliar Especializado - FC-02
3.1.1 Setor de Processamento de Feitos Criminais e de Execução Penal
(01) Supervisor-Assistente - FC-04
3.1.2 Setor de Processamento de Execuções Fiscais
(01) Supervisor-Assistente - FC-04
3.1.3 Setor de Publicação
(01) Supervisor-Assistente - FC-04
3.1.4 Seção de Processamento de Feitos Cíveis
(01) Supervisor de Seção - FC-05
3.1.5 Seção de Processamento de Feitos dos Juizados
(01) Supervisor de Seção - FC-05

ANEXO III

SEÇÕES E FUNÇÕES COMISSIONADAS CRIADAS, RENOMEADAS OU TRANSFORMADAS

FUNÇÃO COMISSIONADA SITUAÇÃO ATUAL	FUNÇÃO COMISSIONADA NOVA SITUAÇÃO
FC-05 = 10	FC-05 = 06
FC-04 = 00	FC-04 = 06
FC-03 = 01	FC-03 = 00
FC-02 = 02	FC-02 = 01

24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 5 de julho de 2011

Processo nº 2219/2011.

Ratifico a despesa relativa à contratação da Empresa LYRIX DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA, CNPJ nº 09.535.643/0001-04, mediante inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 25, inciso II, c/c artigo 13 inciso VI, da Lei nº 8.666/93, no valor total de R$ 9.315,04 (nove mil, trezentos e quinze reais e quatro centavos), para a realização da palestra motivacional "Superando Limites", destinada a Magistrados e Servidores, com carga de 2 horas.

Des. MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

PORTARIA Nº 18, DE 1º DE JULHO DE 2011

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos da Lei nº 3.820/60, com as alterações da Lei nº 9.120/95 e, também, considerando a Resolução/CFF nº 458, de 15 de dezembro de 2006 (DOU de 18/01/07, Seção 1, pp. 66/71), resolve:

Art. 1º- Aprovar o calendário eleitoral para as eleições das funções públicas da Lei Federal nº 3.820/60, constantes das chapas de Conselheiro Federal e Suplente, do Conselho Federal de Farmácia e seus Conselheiros Federais, com escrutínio a se realizar pelos Conselhos Regionais de Farmácia dos Estados de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Santa Catarina, com mandato para o quadriênio 2012/2015, com vigência de 01.01.2012 a 31.12.2015 e, ainda, APROVAR o calendário eleitoral para as eleições as funções públicas de Diretores dos Conselhos Regionais de Farmácia dos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, com mandato para o biênio 2012/2013, com vigência de 01.01.2012 a 31.12.2013 e, finalmente, APROVAR o calendário das eleições para as funções de Conselheiros e Suplentes dos Conselhos Regionais de Farmácia, com mandatos para o quadriênio 2012/2015, com vigência de 01.01.2012 a 31.12.2015 e outras vagas deflagradas por renúncia, cassação ou perda do mandato conforme a Lei Federal nº 3.820/60 e Edital específico a ser publicado no Diário Oficial da União, nos termos do anexo "I" da presente Portaria, cujas vagas serão previstas em Edital convocatório na forma do Regulamento Eleitoral em vigor, nos termos dos respectivos processos eleitorais devidamente autuados no Conselho Federal de Farmácia.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Publique-se. Dê-se ciência ao Plenário e aos Conselhos Regionais de Farmácia.

JALDO DE SOUZA SANTOS

ANEXO I

CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES AOS CARGOS DE CONSELHEIROS FEDERAIS E SUPLENTES DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA E CONSELHEIROS REGIONAIS E DIRETORIAS DOS CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE FARMÁCIA

DATAS	PROVIDÊNCIAS	FUNDAMENTO LEGAL
1º a 20/07/2011	Publicação de Edital comunicando a abertura de inscrição para os cargos de Conselheiros Regionais e Diretoria dos Conselhos Regionais de Farmácia, Conselheiros Federais e Suplentes. Este Edital de convocação será providenciado pelos Presidentes de cada CRF, publicado no Diário Oficial ou em jornal de grande circulação.	Artigo 24 do Regulamento Eleitoral.
1º a 12/08/2011	Prazo para inscrição de candidatos.	Artigo 24, alínea "a", e artigo 28 do Regulamento Eleitoral.
17/08/2011	Data limite para o Presidente do CRF fixar Edital dando ciência dos nomes dos postulantes aos cargos pretendidos.	Artigo 27 do Regulamento Eleitoral
22/08/2011	Prazo limite para a impugnação contra o(s) candidato(s) constantes do Edital que trata o artigo 27	Artigo 27, § 1º, inciso I, do Regulamento Eleitoral.
29/08/2011	Prazo máximo para o Plenário do CRF se reunir para decidir sobre os pedidos de inscrição de candidatos e eventuais impugnações	Artigo 27, § 2º, do Regulamento Eleitoral.
30/08/2011	Após a Deliberação do Plenário o Presidente do CRF comunicará aos interessados sobre a Deliberação do CRF, cabendo recurso ao CFF, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da ciência	Artigo 27, § 4º, do Regulamento Eleitoral.
22/09/2011	Prazo limite para o CFF adotar procedimentos para julgar e homologar todos os requerimentos de inscrição e registros de candidatos, devendo julgar todos os recursos até 15 dias após o recebimento dos mesmos.	Artigo 27, § 4º, e artigo 31, do Regulamento Eleitoral.
10/10/2011	Prazo limite para o Presidente do CRF, remeter aos farmacêuticos inscritos a comunicação sobre o pleito e/ou material eleitoral e voto por correspondência	Artigo 75, inciso I, do Regulamento Eleitoral.
21/10/2011	Prazo máximo para o Presidente do CRF designar o Presidente e os Secretários das Mesas Receptoras, bem como o Presidente e escrutinadores das mesas apuradoras.	Artigo 25, inciso V, do Regulamento Eleitoral.
10/11/2011	Eleições nos Conselhos Regionais de Farmácia, Seções e Subseções para os cargos de Conselheiros e Diretoria do CRF, Conselheiro Federal e Suplente do CFF.	Artigo 20 do Regulamento Eleitoral.
14/11/2011	Prazo máximo para o Presidente do CRF comunicar ao CFF o resultado da eleição.	Artigo 25, inciso VII, alínea "c", do Regulamento Eleitoral.
16/11/2011	Prazo limite para os candidatos interporem recurso impugnando as eleições.	Artigo 103 do Regulamento Eleitoral.
21/11/2011	Prazo limite para o presidente do CRF comunicar aos Recorridos a interposição de recurso, os quais terão o prazo de 3 dias para ofertar contra-razões. Findo este prazo, o Plenário do CRF deverá se reunir no prazo de 5 dias para julgar o recurso, com prazo, ainda, de 5 dias, para recurso ao CFF da decisão do Plenário do CRF, a contar do recebimento da comunicação.	Artigo 103, §§ 2º e 3º, do Regulamento Eleitoral.
23/11/2011	Data limite para o Presidente do CRF encaminhar o Processo Eleitoral ao CFF, salvo se houver recurso	Artigo 25, inciso VII, alínea "d", do Regulamento Eleitoral.
09/12/2011	Data limite para a posse dos Conselheiros Regionais e Diretorias Regionais.	Artigo 20, inciso IV da Resolução/CFF nº 501/09 - Regimento Interno Padrão do CRF.
16/12/2011	Posse dos Conselheiros Federais e eleição para Diretoria do CFF.	Artigo 21 do Regulamento Eleitoral e artigos 26 a 30 da Resolução/CFF nº 483/08 - Regimento Interno do CFF.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
2ª CÂMARA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 2007.08.01680-05/SCA - Embargos de Declaração. Embargante: I.N.M. (Adv.: Itamar Leonidas Pinto Paschoal OAB/SP 27.291). Embargado: Acórdão de fls. 838/840 da Segunda Câmara do CFOAB. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). EMENTA N. 023/2011/SCA. Embargos de declaração. Decisão fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do CFOAB e com a Súmula 01/2007-OEP. Irresignação do Embargante que não ultrapassa os limites de admissibilidade. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Pretensão ao reexame da matéria. Impossibilidade. Embargos não conhecidos. Acórdão - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade de votos, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 5 de julho de 2011. Alberto de Paula Machado, Presidente. Durval Júlio Ramos Neto, Relator. RECURSO N. 2009.18.03999-01/SCA - Embargos de Declaração. Embargante: I.N.M. (Adv.: Itamar Leonidas Pinto Paschoal OAB/SP 27.291). Embargado: Acórdão de fls. 839 da Segunda Câmara do CFOAB. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). EMENTA N. 024/2011/SCA. Embargos de declaração. Decisão fundamentada e em sintonia com a jurisprudência do Conselho Federal da OAB e com a Súmula 01/2007-OEP. Irresignação da Embargante que não ultrapassa os limites de admissibilidade. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Pretensão ao reexame da matéria. Impossibilidade. Embargos conhecidos e rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 5 de julho de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente. Durval Júlio Ramos Neto, Relator.

Brasília, 6 de julho de 2011
MÁRCIA MACHADO MELARÉ
Presidente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 1.223ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011

Às dezoito horas do dia dezesseis de junho do ano de dois mil e onze, no Plenário do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal situado no SRTS - Centro Empresarial Assis Chateaubriand - bloco II - salas 301-314 - Brasília DF, reuniu-se em sua MILÉSIMA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, no CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL, sob a Presidência do Conselheiro IRAN AUGUSTO GONÇALVES CARDOSO e tendo como secretária a conselheira JOSÉLIA LIMA NUNES. Presentes os Conselheiros efetivos: ALEXANDRE MORALES CASTILLO OLMEDO, ANTÔNIO CARVALHO DA SILVA, DENISE PRADO DE ALVARENGA, DIMITRI GABRIEL HOMAR, EDNA MARCIA XAVIER, JOSÉLIA LIMA NUNES, FELIPE DIAS MACIEL DINIZ, JOSÉ DA SILVA RODRIGUES DE OLIVEIRA, JOSÉ NAVA RODRIGUES NETO, MARCELA AUGUSTA MONTANDON GONÇALVES, MIRZA MARIA MOREIRA RAMALHO GOMES, RIAN PASCOAL CAMPELO e RICARDO THEOTÔNIO NUNES DE ANDRADE. O Presidente abre os trabalhos com o primeiro tema(...) O presidente decorre para o segundo tema: abertura de processo administrativo disciplinar - PAD, para apurar atos ilícitos ocorridos nesta Autarquia, nomeando uma comissão composta pelos servidores: Wellington Douglas Souza Tenório - PSTE - Assistente administrativo - pleno; Renato da Silveira Tavares - Assistente em Tecnologia da informação - PSTE - Pleno e Rafael Santana e Silva - advogado - PAES - Sênior, como presidente da referida comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e quatorze minutos dela lavrando - se a presente Ata, que foi lida e aprovada na Sessão presente e será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

Brasília-DF, 1º de julho de 2011.
IRAN AUGUSTO GONÇALVES CARDOSO
Presidente do Conselho
JOSÉLIA LIMA NUNES
Secretária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405




IMPRENSA NACIONAL
1808
Informações Oficiais